

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
TESE DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ELIANE ALMEIDA DE SOUZA

**DEZ ANOS DE COTAS NA UFRGS: UM ESTUDO DAS AÇÕES
AFIRMATIVAS NA PERSPECTIVA DO ACESSO, PERMANÊNCIA
E EMPODERAMENTO DOS ALUNOS NEGROS DIPLOMADOS**

Porto Alegre
2017

ELIANE ALMEIDA DE SOUZA

**DEZ ANOS DE COTAS NA UFRGS: UM ESTUDO DAS AÇÕES
AFIRMATIVAS NA PERSPECTIVA DO ACESSO, PERMANÊNCIA
E EMPODERAMENTO DOS ALUNOS NEGROS DIPLOMADOS**

Tese de doutorado apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Dra. em Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Linha de Pesquisa: Universidade Teoria e Prática.

Orientador: Prof. Dr. Jaime José Zitkoski

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida de Souza, Eliane

DEZ ANOS DE COTAS NA UFRGS: UM ESTUDO DAS AÇÕES
AFIRMATIVAS NA PERSPECTIVA DO ACESSO, PERMANÊNCIA
E EMPODERAMENTO DOS ALUNOS NEGROS DIPLOMADOS /
Eliane Almeida de Souza. -- 2017.
261f.

Orientador: Jaime José Zitkoski.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Educação. 2. Políticas de Ações Afirmativas. 3. Cotas Raciais.
4. Lei 10.639/03. 5. Direitos Humanos.
I. José Zitkoski, Jaime , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica
da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELIANE ALMEIDA DE SOUZA

**DEZ ANOS DE COTAS NA UFRGS: UM ESTUDO DAS AÇÕES
AFIRMATIVAS NA PERSPECTIVA DO ACESSO, PERMANÊNCIA
E EMPODERAMENTO DOS ALUNOS NEGROS DIPLOMADOS**

Tese de doutorado apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Dr^a. em Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 28 de julho 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Jaime José Zitkoski - UFRGS

Profa. Dra. Maria Elly Genro - UFRGS

Profa. Dra. Maria Teresa Cunha - CES/Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira - FURG

Prof. Dr. José Maria Wiest - UFRGS

Porto Alegre

2017

*Dedico essa tese a família, esposo,
amigos, professores, cotistas,
reikianos e aos ativistas
dos direitos humanos.*

AGRADECIMENTOS

A Olorum por me dar inspiração na vida, e força por dez anos ter caminhado na UFRGS (mestrado, pós-graduação e doutorado) contribuindo na implementação das cotas na graduação e na pós-graduação.

Aquela que me deu a vida, e sempre vigilante, acompanha todos os meus passos, não me permitindo em momento algum, esmorecer, Mãe Cenira de Xangô. Ao filho Jean Pierre, que fica ao meu lado, mesmo quando impossibilitada de estar ao seu. Ao meu pai que após uma longa viagem retornou para ficar conosco. Ao meu irmão e sobrinho João Victor.

Ao meu esposo Adílio que juntos vamos mais longe, pois, o respeito e a lealdade são para poucos e, ele representa o símbolo do cuidado e do amor para comigo.

Aos tios (in memorian), as tias Juraci e Graciana. E todos os demais familiares.

As Yalorixás, Babalorixás, amigos, padrinhos e afilhados da minha religiosidade de matriz africana.

Aos quilombolas, povo do movimento negro, grîos e aos que chegaram antes de nós para contribuir na luta coletiva do povo negro;

Ao povo indígena representado por (José Cirilo), sendo os primeiros a chegarem para compartilhar saberes tradicionais hoje asfixiados pela sociedade capitalista.

À professora Dr^a. Arabela pelo respeito, carinho e orientação dessa tese por três anos, principalmente por acreditar que eu poderia chegar até aqui, sem decepcioná-la.

Ao professor Dr. Jaime José Zitkoski, que compôs minha banca de mestrado, me orientou na Pós-Graduação em Direitos Humanos, e assumiu corajosamente o término dessa tese imprimindo o seu olhar de respeito para com a luta das cotas na UFRGS;

Aos colegas, alunos, professores, gestores e servidores da UFRGS, instituição pública que aprendi a amar.

Ao Senador da República, Paulo Renato Paim, por sua luta para com o povo negro, trabalhador, aposentado, etc., e também por confiar a mim, ao Adílio e Dr. Jaime a escrita da sua biografia como um legado ao povo brasileiro;

A todos os moradores da Lomba do Pinheiro, meu porto seguro de onde parti para Tapes, São Borja, Rio Grande, RJ, SP, RE, BA, Argentina, Venezuela, Portugal, e outros lugares para dialogar sobre as ações afirmativas no mundo, onde hoje tenho muitos amigos.

À madrinha Gladis, outros padrinhos, madrinhas, afilhadas, amigas, colegas do ginásio à universidade, e de outros espaços tais como: IAFRA, PANCS e Plantas Medicinais.

Aos Ex-cotistas entrevistados que emprestaram suas vozes contribuindo na avaliação cuidadosa das cotas raciais nessa instituição, o nosso muito obrigada de coração.

Aos irmãos de alma que fiz pela vida, tais como Roseli, Pâmela, Vanira, Rose, Bárbara, Adriana, Ereni, Alexandre, Marília, Nina, Ceni, Maria Remi, Eroni, Canals, Adeli, Luciméia, Fabi, Thainã, Matheus, Elen, Rossânia, Luciane, Clarice, Cris, Pedro, Paulo, Guto, Klaithy, Rose, Tânia, Verinha, Mara, Nei Eliene, Débora, Renato, Ivalmor, Veleda, Cibele, Elza, Goreti, Auri...

A todos os componentes da banca que atenderam nosso pedido: Teresa Cunha, José Maria, Vilmar Alves e Maria Ely somando com suas contribuições intelectuais, mas principalmente com suas sensibilidades para com as políticas de ações afirmativas;

Aos homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, deficientes, e demais segmentos, aliados, contra os preconceitos e as discriminações no Brasil e no mundo.

À todas as pessoas não negras, pelo respeito e entendimento deste tema, como universal, portanto de todos.

A capes por me apoiar com o recurso necessário para que essa pesquisa ocorresse com qualidade.

Invictus

*“Do fundo desta noite que persiste
A me envolver em breu - eterno e espesso,
A qualquer deus - se algum acaso existe,
Por mi’alma insubjugável agradeço.*

*Nas garras do destino e seus estragos,
Sob os golpes que o acaso atira e acerta,
Nunca me lamentei - e ainda trago
Minha cabeça - embora em sangue - ereta.*

*Além deste oceano de lamúria,
Somente o Horror das trevas se divisa;
Porém o tempo, a consumir-se em fúria,
Não me amedronta, nem me martiriza.*

*Por ser estreita a senda - eu não declino,
Nem por pesada a mão que o mundo espalma;
Eu sou dono e senhor de meu destino;
Eu sou o comandante de minha alma”.*

(William E Henley).

RESUMO

Essa tese de doutorado tem como principal objetivo avaliar os dez anos da política de ações afirmativas na UFRGS, em especial as cotas raciais, aprovada pela Decisão do Consun em 2008 atendendo a demanda do movimento negro e de outros seguimentos sociais que demandaram por essa política. A questão central da pesquisa busca investigar: como foi a trajetória acadêmica dos alunos cotistas negros na UFRGS, considerando as categorias de inserção, adaptação e empoderamento. Os ex-alunos cotistas concederam entrevistas de como sentiram essa política a partir do recorte racial (negros) nas áreas biológicas humanas e exatas, sendo esses oriundos dos cursos de ciências sociais, enfermagem, história e ciências contábeis. O referencial teórico dialoga com Freire, Santos, Munanga, Zitkoski, Davis, Oliven e outros. Além da base teórica, a tese contempla as legislações das ações afirmativas e os diálogos com os direitos humanos nas mais variadas formas incluindo a democratização da universidade, educação pública e as questões de etnia, gênero e sexualidade. Essa pesquisa de campo junto aos alunos cotistas negros trouxe à tona inusitadas situações de preconceitos e discriminações por parte de seus colegas e professores pois a universidade que tem em sua apresentação o comprometimento com o futuro, com a consciência crítica e com o respeito às diferenças, imprimiu nesses marcas contraditórias à sua missão. Entre os prazeres e os dissabores dos alunos cotistas nesse ambiente elitizado e hostil, destacam-se: os percursos acadêmicos de forma solitária entre os cotistas, as dificuldades de se reconhecerem inicialmente e expressarem sua negritude, os preconceitos contra a religiosidade e sexualidade onde, na instituição, inúmeras vezes foram tolhidos do direito de dizerem a sua palavra. Os ex-cotistas após diplomados fizeram significativas sugestões direcionadas aos alunos e professores no que tange ao respeito das legislações específicas protetivas dos direitos raciais, que ainda tem sido violados. Também sugeriram que seja alterada a forma de acolhimento/atendimento/acompanhamento dos cotistas raciais a partir de atividades específicas sobre a lei de cotas e o combate ao preconceito. A continuidade das pesquisas desse tema sugere um aprofundamento na forma da abordagem do aluno cotista racial por parte da universidade, incidindo na área da formação dos docentes da universidade e maior flexibilização do currículo, abrindo espaço junto ao departamento jurídico da instituição para registros e acompanhamentos das queixas dos cotistas raciais. Essas negras mulheres e negros homens transformaram suas adversidades em superação alçando vôos como os personagens de Fernão Capelo, pois avaliam as cotas como uma política que vem dando certo que necessitada de ajustes, porém, deve seguir como tem feito também na pós-graduação, incluindo cada vez mais os variados segmentos sociais na universidade pública, onde hoje esses se percebem como sujeitos empoderados na luta pela transformação social.

Palavras-chave: Educação. Direitos humanos. Ações afirmativas. Políticas públicas. Cotas na UFRGS.

ABSTRACT

This doctoral thesis has as its main objective to evaluate the ten years of affirmative action policies at Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS in Brazil's acronym), with special focus on racial quotas, which were approved by an university council decision in 2008, meeting the long standing demands of the Afro-Brazilian and other social movements. The central question of this research is to investigate the following: what has been the academic trajectory of the black students who joined UFRGS through affirmative action quotas, considering the parameters of Insertion-adaptation and empowerment. Former black students provided interviews on how they felt under these policies from a racial perspective, as students from humanities, biology, social sciences, nursing, history and accounting. The theoretical reference includes names such as Freire, Santos, Munanga, Zitkoski, Davis, Oliven and others. In addition to the theoretical basis, the thesis deals with affirmative action legislation and human rights dialogues in a variety of ways, including university democratization, public education, ethnicity, gender and sexuality issues. This field of research of Afro-Brazilian students under affirmative actions brought to the surface unusual situations of prejudice and discrimination on the part of their colleagues and professors, cohorts of the same university that has a tradition of commitment with the future, the critical thinking and the respect for the differences, therefore exposing contradictory remarks to its mission. Among the advantages and disadvantages of quota students in this elitist and hostile environment were: a solitary academic experience among quota students, the difficulties of initially recognizing and expressing their ethnicity, prejudices against their religiosity and sexuality, when in many times they were denied the right to speak their minds. Former quota students, now alumni, made significant suggestions directed at current students and teachers regarding laws in place to protect racial rights, and how those laws have still been violated. Those alumni also suggested that the way of receiving, assisting, accompanying students should be changed based on specific activities on the affirmative action law and the fight against prejudice. The ongoing research on this topic suggests a deeper approach from the university towards the racial quota student, focused on training university professors and on greater flexibility in the academic curriculum, opening communication channels with the legal department of the institution to register and follow-up complaints from quota students with the university. These black women and men turned their adversities into opportunities, taking off such as the characters of Fernão Capelo. Such feat comes from the fact those students perceive the quotas as a policy that is going on the right direction. While there are needs for adjustments, these policies should follow through also in other spaces such as postgraduate degrees, with broader social outreach, touching other segments on the public university, leading those individuals to be perceived as empowered subjects in the fight for social transformation.

Key words: Education. Human rights. Affirmative actions. Public policy. Quotas at UFRGS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: População por cor e raça no Brasil em 2010	29
Gráfico 2: População por cor/raça entre 2000 e 2010	30
Gráfico 3: Principais vítimas da violência por raça e cor	33
Figura 1: Comercial da Benetton com uma menina branca e negra.....	41
Figura 2: Comercial de loja acusada de racismo.....	42
Figura 3: Humor racista em 1900 e em 2012.....	43
Figura 4: A representação social da mulher negra nos programas de TV: do estereótipo à sexualização.....	44
Figura 5: Comercial da Empresa Gang	44
Gráfico 4: Gráfico comparativo entre cidades da população negra no ano de 2010	56
Figura 6: Opiniões de pessoas contrárias ao movimento	59
Gráfico 5: De acordo com os jovens, ser negro ou branco no Brasil.....	76
Figura 7: As mulheres negras.....	79
Figura 8: As crianças negras	79
Figura 9: Os homens negros.....	80
Gráfico 6: Alunos matriculados entre 2008 e 2015	86
Gráfico 7: Alunos diplomados pela UFRGS entre 2008 e 2015	87
Gráfico 8: Diferença de idade por década de ex-alunos não cotistas	117
Gráfico 9: Meios de divulgação para chamada das cotas na UFRGS	120
Gráfico 10: A porcentagem do segmento negro no Brasil	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Alunos matriculados na UFRGS entre 2008 e 2015	85
Tabela 2: Alunos diplomados entre 2008 e 2015	86
Tabela 3: Diferença de idade por década de ex-alunos não cotistas	117

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E NO MUNDO E AS COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	23
2.1	CONTEXTUALIZANDO AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO MUNDO.....	25
2.2	RECORTES DA HISTÓRIA NEGRA BRASILEIRA	28
2.2.1	As ações afirmativas e as cotas raciais	28
2.3	O DIÁLOGO DO MOVIMENTO NEGRO COM OS (EX-ACND) CONTEMPLADOS PELAS COTAS RACIAIS.....	47
2.4	UMA ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE COTAS	54
3	O CONTEXTO DA CHEGADA DOS COTISTAS NEGROS NA UFRGS	58
3.1	OS EMBATES QUE ANTECEDERAM A APROVAÇÃO DAS COTAS NA UFRGS	61
3.2	A CHEGADA DAS COTAS RACIAIS NA UFRGS	74
3.3	NORMAS INSTITUCIONAIS DAS POLÍTICAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS: (O CONSUN, O DEDS E O PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS	82
3.3.1	Conselho Universitário	82
3.3.2	Departamento de Educação e desenvolvimento social da Pró-Reitoria de Extensão	82
3.3.3	Programa de acompanhamento das ações afirmativas	83
4	APORTES TEÓRICOS METOLÓGICOS DA TESE	90
4.1	DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE	90
4.2	AS TRÊS CRISES DA UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA.....	94
4.2.1	Crise da hegemonia	94
4.2.2	Crise da legitimidade	97
4.2.3	Crise institucional	97

4.3	A UNIVERSIDADE NUMA PERSPECTIVA FREIREANA: DESAFIOS PARA A INSERÇÃO CRÍTICA DAS CLASSES POPULARES NA LUTA POR LIBERTAÇÃO	99
4.4	QUESTÕES PARA PENSAR UMA UNIVERSIDADE MAIS INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS, QUESTÕES DE GENERO, ETNIAS E SEXUALIDADE	104
5	ANÁLISE DO PERFIL DE ORIGEM E O PERCURSO ACADÊMICO DOS (EX-ACND) NA UFRGS: ACESSO E PERMANÊNCIA	112
5.1	OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA SE CHEGAR ATÉ OS SUJEITOS DA PESQUISA	112
5.2	O PERFIL DOS (EX-ACND) DIPLOMADOS PELA UFRGS	116
5.3	ORIGEM SOCIAL E FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS.....	119
5.4	TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS ANTERIOR AO INGRESSO DOS COTISTAS NA UFRGS.....	123
5.5	DIÁLOGOS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA E A CATEGORIA DE PERTENCIMENTO ETNICORACIAL	130
5.6	ANÁLISES DAS CONDIÇÕES DE INGRESSO E PERMANÊNCIA DOS EX-ALUNOS COTISTAS NA UFRGS	140
5.7	EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS, FORMATIVAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA UFRGS	158
5.8	PLANOS FUTUROS E EMPODERAMENTOS DOS (EX-ACND) DIPLOMADOS NA UFRGS	163
6	AVALIAÇÃO CRÍTICA DA POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UFRGS: DESAFIOS E PROJEÇÕES FUTURAS.....	169
6.1	SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA OS ALUNOS COTISTAS RACIAIS	169
6.2	SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA OS COTISTAS SOCIAIS DA UFRGS....	173
6.3	SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA OS ALUNOS UNIVERSAIS/ NÃO COTISTAS DA UFRGS	176
6.4	SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA OS PROFESSORES DA UFRGS	180
6.5	SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA A UFRGS ENQUANTO INSTITUIÇÃO	186

6.6	AS COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: ORIGEM DA COMISSÃO, DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DA CHEGADA DOS COTISTAS NO PPGEduc.	190
6.6.1	Origem da comissão de cotas na pós-graduação da FAGED	191
6.6.2	Alguns dispositivos legais para a instituição da política de cotas na pós-graduação	193
6.7	A NECESSIDADE DE AVANÇAR NAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS SOB A ÓTICA DOS (EX-ACND)	198
7	CONCLUSÃO	203
	REFERÊNCIAS	213
	APÊNDICES	221
	APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	222
	APÊNDICE B - Modelo do questionário de entrevista aplicado com os ex-alunos cotistas	223
	APÊNDICE C - Mini biografia da autora	226
	ANEXOS	236
	ANEXO A - Entrevista com os alunos cotistas raciais que se diplomaram na UFRGS	237
	ANEXO B - Carta da ex-aluna da UFRGS	253
	ANEXO C - Portaria nº 01/2016 publicada no DO	255
	ANEXO D - Resolução nº 001/2016.....	256
	ANEXO F - Carta Dona Isabel Senhorinha	260

1 INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI a história da sociedade brasileira ainda é marcada por um processo histórico de exclusão e invisibilidade social das comunidades negras, indígenas, quilombolas e outras. No entanto, constata-se alguns avanços na história a partir da aplicabilidade dos dispositivos legais, Portanto, há ainda muito que fazer para atender estas e outras especificidades.

Nesse contexto, nas duas últimas décadas foram inseridas no Brasil as políticas de ações afirmativas direcionadas para alunos oriundos de escolas públicas e dos segmentos sociais, tais como: negro, indígena entre outros de acordo com as regiões. Dentro das ações afirmativas, encontram-se as cotas raciais. Elas são parte do resultado de uma intervenção social da luta histórica do movimento negro brasileiro que começou a ser escrito com esse segmento social no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), cuja materialização concretizou-se no Governo de Luis Inácio Lula da Silva. Essas políticas têm por objetivo atenderem as especificidades culturais e, reparar danos sofridos secularmente pelos grupos excluídos na sociedade brasileira, sendo enorme o abismo que separa os privilégios dos brancos e a exclusão social dos negros brasileiros, conforme contribui Anjos (2011, p.1):

Dizem especialistas que fazendo um cruzamento sistemático entre a pertença racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos, desde 1929, chega-se à conclusão de que no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros.

Os números apontados por Anjos (2011) colocam em evidência os privilégios entre o discriminador e discriminado tendo como vetor histórico, os representantes do Movimento Negro Nacional se mobilizaram para que as legislações referentes às cotas raciais saíssem do papel. As ações afirmativas passaram a trilhar um caminho alternativo para amenizar as segregações raciais, que diariamente se apresentavam na vida dos brasileiros, principalmente, no caso, dos negros.

Segregações essas, que são identificadas de fato na vida dos alunos cotistas que ingressam anualmente na UFRGS, desde o ano de 2008, as vagas são garantidas pelo sistema de ações afirmativas, além das exclusões históricas que enfrentaram ao chegarem na

universidade, também se depararam com o silêncio dos colegas negros, não negros, gestores e dos professores.

Nesse contexto apontamos algumas das experiências pedagógicas vividas por seis (EX-ACND) negros, cotistas diplomados, na qual, a referência à eles será como (EX-ACND)¹, pois, constatou-se que essa sigla dá conta das complexidades de gênero, etnia e linguagem que os indivíduos negros/as entrevistados/as e sua relação entre brancos e negros na academia, cujos diálogos trazem à tona, a divisão da sociedade quando o assunto são as políticas de ações afirmativas, em especial, as cotas raciais que estão sendo questionadas sobre os resultados pela sociedade em geral.

O processo de chegada dessa política pública na UFRGS veio acompanhado por resistências e complexidades avaliadas por aqueles que foram contemplados por ela, a partir das categorias de acesso, permanência e empoderamento no campo das cotas raciais. Portanto, ainda há um longo caminho para que essas legislações integrem os currículos das universidades brasileiras.

Ancoramos as análises na categoria freireana de adaptações e/ou inserções – por ser imprescindível saber exatamente, quando se inicia um processo ou quando termina o outro na vida dos ex- alunos cotistas negros que foram diplomados pela UFRGS, e – em algum momento da nossa vida de pesquisadores.

Também ampliamos os diálogos com outros autores que muito contribuíram no processo da exclusão social sendo essa uma exclusão histórica num cenário político caótico. Ou seja, perfaz exatamente uma década em que a política de ações afirmativas na graduação foi aprovada. Acredita-se, portanto, que essa ação universal tem incidido diretamente numa transformação social, tanto nas desigualdades individuais, como nas gerais dentro da instituição pública em questão.

Na UFRGS, o ano de 2008 foi marcado pela chegada dos primeiros alunos cotistas sociais e raciais². Para entender-se um pouco mais sobre esse processo, relatam-se partes da Decisão nº 134/2007 do Consun:

¹ Referimo-nos dessa forma (EX-ACND) para identificarmos a partir de Freire, os alunos/as negros/as cotistas diplomados/as na área humana, biológica e exata na UFRGS que nos concederam suas entrevistas.

² Alunos cotistas raciais em algumas universidades incluem sujeitos negros, pardos e indígenas. Quando nos referirmos aos alunos cotistas autodeclarados, ou cotistas raciais, estaremos tratando somente do segmento negro e pardo, que é o foco dessa tese, embora sabendo, que a UFRGS quando refere-se a cotistas raciais, inclui negros pardos e indígenas. E a partir de 2017, também inclui na questão racial, o segmento quilombola.

Art. 1º:- Fica instituído o Programam de Ações Afirmativas através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, de candidatos egressos do Sistema de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas. Art. 5º - Do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação das UFRGS serão garantidas, no mínimo, 30% (trinta por cento) para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio. § 2º - O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos egressos do ensino público, previstas no *caput* deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular. No momento da matrícula, o candidato aprovado deverá apresentar à Comissão de Graduação – CONGRAD do Curso em que foi aprovado, certificado de conclusão e histórico escolar do todo o Ensino Fundamental e Médio, reconhecido pelo órgão público competente, que comprovem as condições expressas neste Artigo. Art. 6º - Do total das vagas oferecidas aos candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, conforme estabelecido no *caput* do Art. 5º, no mínimo a metade será garantida aos estudantes autodeclarados negros, sem prejuízo ao dispositivo no § 3º do Art. 10. Parágrafo Único – O candidato que desejar concorrer às vagas destinadas a candidatos negros, previstas no *caput* deste Artigo, concomitantemente às vagas de acesso universal, deverá assinalar esta opção no ato da inscrição no Concurso Vestibular e registrar a autodeclaração etnicorracial no espaço previsto para tal no formulário. Caso aprovado, no momento da matrícula, o candidato deverá, além de apresentar os documentos exigidos no § 2º do Art. 5º, assinar junto à CONGRAD a autodeclaração etnicorracial feita por ocasião da inscrição no Concurso Vestibular. (CONSUN, 2007, digital).

O documento da Decisão do Consun esclarece a distribuição das vagas nos diferentes cursos dessa instituição e a divisão de reserva de vagas para o povo negro, após o primeiro ano das cotas, a maioria dos alunos que ingressaram e continuam se candidatando ingressam na UFRGS pelas políticas de ações afirmativas que são alunos oriundos dos grupos historicamente excluídos³, em especial, os negros.

Diante dessa realidade, faz-se necessário explicar os reais motivos que tem levado os alunos negros na busca de ingressar pela cota racial, correndo o risco de serem estes os mais afetados pelas ações de racismo, preconceitos e discriminações presentes nas universidades brasileiras, pois, os sujeitos negros são os que tem sentido na pele as contradições de um grupo social que insiste em manter as diferenças culturais protegidas em nome dos “privilégios”.

O público alvo para a pesquisa dessa tese são quatro mulheres negras e dois homens negros diplomados em diferentes cursos, abrangendo a área humana, exata e biológica da UFRGS, nos seguintes cursos: Ciências Sociais (2); Ciências Contábeis (2); História (1) e Enfermagem (1). Trabalhou-se nas análises o acesso, a permanência e o empoderamento dos entrevistados nesses diferentes cursos na qual investiga-se a partir dos contemplados por os

³ Quando nos referirmos aos grupos historicamente excluídos, estaremos nos referindo aos negros e indígenas, pois, sabemos que existem outros, tais como: os quilombolas, ciganos, etc. Os quilombolas nessa universidade só adentraram a política de cotas a partir do ano 2017. Explana-se esse processo mais adiante.

sujeitos dessa pesquisa, como esses avaliaram a política de cotas na UFRGS, sendo essa a questão central da tese.

Os materiais acessados para a construção desta pesquisa foram as legislações que denominamos “dispositivos legais” incluindo: – normas, decisões, resoluções – enfim, todos os documentos que visam corrigir e equiparar as desigualdades sociais que deságuam no currículo, afetando a vida dos sujeitos oriundos dos grupos excluídos historicamente e que ingressam na universidade sob a ótica das políticas de ações afirmativas. Almeja-se que essas políticas não sejam para sempre, porém, o tempo necessário do despertar do povo brasileiro possui em lidar com as questões etnicorraciais reconhecendo a perda do povo negro em todas as esferas, portanto um segmento social que ainda precisa ser reparado. Pois, creia-se que num futuro não muito distante, toda pessoa deva ser respeitada na sua condição humana, sem interferência de raça, cor ou credo.

Entre os diversos documentos que integram a pesquisa, estão as obras de diferentes autores que vislumbra-se um mosaico com publicações e dados da *internet*, dissertações, teses e documentos de outras instâncias que nos permitiram navegar nas experiências de outros países e no Brasil, ampliando-se o reconhecimento das cotas sociais e raciais na UFRGS, como uma política legítima que merece respeito em todos os espaços acadêmicos.

O fenômeno investigativo se apresentou a partir dos primeiros diálogos estabelecidos com os indivíduos entrevistados, levando em conta que até o presente momento nessa instituição – nem em outras –, havia sequer uma pesquisa (mestrado ou doutorado) realizada sobre os cotistas negros diplomados pelas cotas raciais na UFRGS.

A partir daí, analisa-se a trajetória de seis (EX-ACND) pelas cotas que se autodeclararam negros diplomados na UFRGS e como estes viveram suas experiência de cotistas a partir das categorias de inserção/adaptação, acesso, permanência e empoderamento frente aos desafios da democratização nessa universidade pública.

Dentro dos objetivos foram apresentados os recortes das afirmativas no Brasil e na UFRGS, partindo da contribuição de autores que se dedicam as questões da educação pública, gratuita, universal e democrática, sendo que a maioria foca na educação superior, entre estes, cita-se autores como Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos, Kabengele Munanga, Carlos Moore, Arabela Oliven, Ângela Davis, Maria Ely Genro, José Jorge de Carvalho, Augusto dos Santos, Jaime Jose Zitkoski, Albert Memmi, Paulo Renato Paim, Teresa Amal Cunha, José Maria Wiest entre outros.

No Brasil, mais da metade da população é negra (52,9%), somando os pretos e pardos. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), os estudantes negros representaram apenas 28,9% do total de pós-graduandos.

A representatividade negra em postos de chefia e espaços de poder na sociedade brasileira não condiz com os números do IBGE, porque os elementos apontados podem estar também relacionados com: a) a falta de oportunidade de ingresso dos alunos na universidade; b) com os mais variados tipos de preconceitos; c) com o branqueamento que ocorre desde as séries iniciais até a academia – deixando de fora uma parcela condizente com mais da metade da população brasileira – como já foi citado, é constituída pela etnia negra.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o número de estudantes negros (a soma de pretos e pardos) no mestrado e no doutorado mais que duplicou de 2001 a 2013, passando de 48,5 mil para 112 mil. Se formos considerar apenas os estudantes pretos, o número passou de 6 mil para 18,8 mil, ou seja, um aumento três vezes mais.

Embora estes dados aumentados, não solucionaram definitivamente a questão da inclusão do povo negro no ensino superior. Referente às áreas do conhecimento, temos um panorama que a maioria dos negros graduados se concentrou nas áreas ligadas a educação, humanidades e artes (33%), seguida por ciências, matemática e computação (25,4%), pois, de acordo com o Censo do IBGE, estão menos presentes em Engenharia de Produção, Construção, Agricultura e Veterinária (17,4%); Ciências Sociais, Negócios, Direito (21,3%) e Saúde (23%).

Além da exclusão histórica e das invisibilidades, mais um dos motivos sofridos pelos cotistas na universidade refere-se às suas segregações. No mundo acadêmico que tem incidido diretamente na vida dos estudantes da graduação e da pós-graduação nas universidades brasileiras. Sobre essa realidade, constatou-se que o Brasil possui sessenta e três universidades federais; e Minas Gerais é o Estado que concentra o maior número de estudantes negros; em segundo lugar, o Rio Grande do Sul; e, em terceiro, a Bahia.

Diante desses dados, Santarém (2013, digital) avalia que os estudantes negros na academia são afetados por quatro tipos de segregações:

- a) A primeira refere-se ao processo de seleção, quando são feitas entrevistas orais por professores majoritariamente brancos;
- b) A segunda é o financiamento, ou seja, as dificuldades que os alunos enfrentam para se manter em cursos que pedem, na maior parte das vezes, dedicação exclusiva e, na maioria das vezes, sem poder contar com o auxílio financeiro da família;
- c) A complexa convivência com colegas majoritariamente brancos;
- d) E, por último, a necessidade de lidar com uma ciência que historicamente excluiu os saberes negros.

Um levantamento estatístico informou que das sessenta e três universidades federais do país, trinta e seis oferecem algum tipo de ação afirmativa ou de reserva de vagas em seu processo seletivo. Dessas trinta e seis, vinte e cinco têm algum tipo de cota racial para negros, pardos e/ou índios, que correspondem a 42,3% do total das instituições (G1, GLOBO, 2015, digital).

No processo da implementação das ações afirmativas e das cotas no Brasil, Brandão (2007) registrou que desde 2001, dezoito universidades brasileiras instituíram um tipo de cota ou algum tipo de bônus para tratarem das reservas de vagas das cotas raciais para a comunidade negra, respeitando as regionalidades.

As universidades pioneiras⁴ para se referirem às vagas reservadas para os candidatos negros, fizeram uso de diferentes terminologias tais como: a) minorias étnicas; b) pretos; c) pardos; c) afrodescendentes; d) autodeclarados; e) negros e f) quilombolas.

No Brasil, é bom lembrar que existiu algo semelhante que foi a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968 Lei do Boi cuja legislação se referiu a primeira cota universitária que garantia o acesso dos filhos de fazendeiros às universidades. Observando o teor dessa política, pode-se compará-la ao exemplo de cotas para os já privilegiados na sociedade brasileira. Pois, essas reservas garantiam o acesso e a permanência dos alunos oriundos do interior, ou seja, para os filhos dos fazendeiros que ao chegarem à capital, ocupavam automaticamente suas vagas na universidade pública.

Por isso, é necessário conhecer um pouco mais o teor dessa lei: **Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968.**

Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

§ 1º A preferência de que trata este artigo se estenderá os portadores de certificado de conclusão do 2º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União.

⁴ Universidades pioneiras que implementaram as cotas raciais: UERJ/Uenf, Uneb, UnB, Ufal, UFPR, Unifesp, UEL, UEMS, UEMG, UFBA, Unimontes, UED, Unemat, UFJF, UFPA, Faetec, UEZO, UFABC, UFJF, UFES e UEG.

§ 2º Em qualquer caso, os candidatos atenderão às exigências da legislação vigente, inclusive as relativas aos exames de admissão ou habilitação.

Art. 2º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Aqui é importante lembrar que essa Lei foi revogada no ano de 1985, tendo, portanto, a durabilidade de dezessete anos. Um tempo em que os filhos da classe mais abastada do Brasil realizaram seus ingressos na universidade, sem precisarem prestar Concurso Vestibular, tendo garantidas as suas vagas. E por incrível que pareça, atualmente quando o assunto são as cotas, a maioria das pessoas tem afirmado o desconhecimento dessa Lei.

Na atualidade, percebe-se cotidianamente que os preconceitos tem se acirrado, principalmente quando as cotas buscam inserir os setores populares. Daí, a elite privilegiada mostra-se contrariada, mas esquece que já recebeu suas cotas no passado recente, conforme a Lei do Boi acima apresentada.

A UFRGS não sendo a pioneira nessa ação passou a instituir a política de ações afirmativas após o ano de 2008, se tornando mais uma universidade de referência e espelhamento para que outras instituições de ensino superior implementassem suas políticas de cotas. A seguir um resumo das instituições federais do Estado do Rio Grande do Sul que possuem reservas de cotas sociais e raciais e a identificação do tipo de reserva adotado: a) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): Desde 2008 reserva 30% do total das vagas oferecidas em cada curso de graduação a candidatos que cursaram pelo menos metade do fundamental e todo o ensino médio em escola pública e, autodeclarados negros, sendo este percentual dividido para os dois grupos; b) Universidade Federal do Rio Grande (FURG): Oferece bônus de 6% a candidatos autodeclarados negros ou pardos que tenham cursado pelo menos dois anos do fundamental e todo o ensino médio a rede pública, e a candidatos com deficiência. Também dá 4% de bônus a candidatos que não são negros ou pardos, mas que também tenham cursado a rede pública; c) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): Reserva 14% das vagas para afrodescendentes, 5% das vagas para deficientes físicos, 20% das vagas para pessoas que estudaram integralmente o fundamental e o médio em escolas públicas, e 10 vagas em alguns cursos para os indígenas; d) Universidade Federal do Pampa (Unipampa): Prioriza 50% do total de vagas, em cada curso, para ações afirmativas pelo sistema de cotas, distribuídas da seguinte maneira: 6% para candidatos com necessidades educacionais especiais; 30% para candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas;

10% para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas; e 4% para candidatos indígenas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e) A Universidade Federal de Pelotas, (UFPEL), a partir de 2013, passou a contar com a política de cotas; f) Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), a partir de 2013 também implementou sua política de cotas.

O recorte temporal dessa pesquisa é de 2008 a 2015 cuja delimitação justifica-se por ser 2008 o primeiro ano das cotas na UFRGS e, 2015 o ano que realizamos a primeira entrevista com a primeira ex-aluna cotista negra graduada.

Os sujeitos dessa pesquisa são identificados com os nomes de referenciais negro/as brasileiro/as que antes das cotas no Brasil, foram os propulsores de um legado de lutas e resistências raciais. Assim, identifica-se os (EX-ACND) como: “Mãe Menininha”, “Zumbi”, “Rute de Souza”, “Oliveira Silveira”, “Antonietta de Barros” e “Maria Helena Vargas da Silveira”.

As identificações desses personagens que retrataram as falas entrarão em cena, sempre que necessário destacadas entre “aspas” e o conteúdo dessas falas dentro de um quadro em letras itálicas.

Como já nos referimos antes, as categorias de adaptação e/ou inserção utilizadas sob a luz de Freire (2015), agregada às demais categorias que foram fundamentais para analisarmos partes da caminhada dos (EX-ACND) nessa instituição pública. Local esse, que ancoramos nossa base metodológica em consonância com as análises das entrevistas, cujos significados foram aos poucos desvelando que a entrada na universidade dos alunos cotistas que se autodeclararam negros, tem se dado a partir das contingências de suas vidas, motivados (ou não), por amigos, familiares e professores.

Frente às especificidades das políticas de ações afirmativas em especial as cotas raciais na realidade de seis (EX-ACND) que a partir das entrevistas, esses sujeitos se tornaram os construtores de uma teia forte e indissociável na sociedade brasileira, sendo esses alunos negros, partes de uma rede de sujeitos protagonistas numa política pública que vem dando certo no Brasil.

O ponto de partida da tese é a instituição pública de educação superior e o tempo de abrangência dos diálogos que ocorreram aproximadamente em três décadas, ou seja, o tempo das ações afirmativas (exatamente 10 anos) na universidade e o tempo das séries iniciais da mulher negra que escreve junto com dois professores (não negros) essa tese. Abre-se um parêntese para relatar que a pesquisadora desse trabalho é negra e teve o despertar da sua pertença étnica a partir das discriminações e dos preconceitos raciais que sofreu na pele,

(intermitente em sua vida) por colegas, funcionários e professores das escolas públicas da periferia e, mais tarde, nas universidades que frequentou –pública e privada– portanto, na sociedade brasileira.

Foi devido à sua complexa trajetória educacional que se tornou ativista do segmento social movimento negro. E, ao ingressar na UFRGS, travou embates internos (dentro e fora) para auxiliar na implementação das ações afirmativas nesta instituição. A pesquisadora avalia essa ação como o significativo marco em sua vida na qual vivenciou o encontro da teoria com a práxis.

Com a sua experiência de mulher negra e ativista social ajudou a escrever e a projetar as políticas de ações afirmativas para além da escola e ao ingressar no curso de mestrado, tempo esse que coincidiu a chegada das políticas de ações afirmativas nessa instituição pública, vislumbrou esse momento como principal para explicar as categorias de Freire – inserção/adaptação – a partir da inserção desta mulher negra e aluna/pesquisadora, não sabendo prescindir quando iniciava seu momento de participação na condição de ativista do movimento na qual ajudou a escrever os dispositivos, ou quando iniciava seu tempo de pesquisadora na instituição pesquisada.

Nessas categorias, Freire (1994) nos fala sobre a importância da capacidade de adaptação às circunstâncias do homem e da mulher, onde dialogamos com essas categorias a partir das ações realizadas pelos ex-alunos cotistas entrevistados.

Quando Freire se referiu às duas categorias tencionando adaptação/inserção, afirmou que na adaptação há uma adequação onde a pessoa experiencia um ajuste do corpo às condições materiais, históricas, geográficas, sociais, climáticas, etc. E na inserção, o que ocorre é a ruptura com o estado de mera adaptação, buscando a tomada de decisão no sentido de intervenção do sujeito no mundo para transformá-lo.

Por se ter a dificuldade de definirmos na vida da autora da tese e dos entrevistados dessa, onde foram vários os momentos que uma categoria foi atravessada pela outra, foi o ponto de partida para elaboração dessa tese de seu início ao término.

Ainda dentro dessas categorias, observa-se que o lugar de onde se fala precede do lugar de onde se vem e o lugar para onde se vai [...]. Sabermos mais sobre os porquês de investigarmos a chegada dos alunos cotistas na universidade é importante porque parte das inquietudes referentes à trajetória ascendente da mulher negra oriunda da escola pública e moradora da periferia, cuja caminhada não foi diferente da caminhada realizada pelos protagonistas desta pesquisa na mesma instituição. Para melhor explicarmos os pontos em comuns de origem étnica, econômica e

educacional dessa ativista negra com os sujeitos da pesquisa e as questões geracionais, confira o resumo de sua mini biografia na íntegra (vide Apêndice C).

A presente tese é constituída de cinco capítulos que articulam a análise dos dados com as categorias teóricas e as experiências acadêmicas dos (EX-ACND).

O primeiro capítulo trata da origem das políticas de ações afirmativas no Brasil e no mundo, destacando no caso brasileiro o papel do movimento negro e a implementação das cotas raciais na universidade. Inicia-se aqui, uma viagem que ora nos reporta para um passado longínquo, ora nos remete ao presente, sempre que o assunto se refere às políticas de ações afirmativas, mas especificamente, as cotas raciais. Por isso, iniciaremos essa viagem das ações afirmativas pelo mundo, sua chegada no Brasil e o seu desembarcar dentro da universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo retrata o contexto da chegada dos cotistas negros na UFRGS, cujos embates se deram antes, durante e após a aprovação dessa política na vida universitária, a partir de suas normas institucionais e o processo da chegada das cotas raciais nesta instituição.

O terceiro capítulo apresenta os aportes teórico-metodológicos sob os desafios da democratização da universidade na contemporaneidade, as crises sob a ótica de Santos (2010) e a perspectiva freireana para além da adaptação e da inserção crítica dos (EX-ACND) cotistas que ingressaram pelas cotas raciais.

O quarto capítulo apresenta a análise da origem, perfil e conta como se deu o percurso dos (EX-ACND) cotistas negros na UFRGS, diante das categorias de acesso, empoderamento e sucesso, cujas experiências formativas e de participação política nessa instituição perpassada pela categoria de pertencimento etnicorracial.

O último capítulo aborda a avaliação crítica da política de cotas raciais na UFRGS sob o olhar dos (EX-ACND) cotistas diplomados, cujos desafios e projeções futuras se deram a partir de suas falas. Esses (EX-ACND) avaliam as cotas na pós-graduação da FAGED sob a ótica de (re)invenção da universidade de acordo com as categorias de acesso, permanência e seus empoderamento, onde a universidade vem vibrando na energia da diversidade. Finalmente a conclusão que é a síntese do problema tratado no decorrer do texto.

2 AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E NO MUNDO E AS COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

As ações afirmativas surgiram na Índia em 1940. Portanto, esse país foi pioneiro com alguns anos de experiência sobre as políticas de ações afirmativas. Sobre esse assunto o GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa) descreve:

Em uma sociedade marcada por uma forte estratificação ocupacional, educacional e marital em castas, as primeiras medidas foram introduzidas ainda sob o domínio colonial britânico, no início do Século XX. Diante do quase monopólio das oportunidades econômicas e educacionais abertas pelo “Raj” britânico pelos Brâmanes, membros das castas mais baixas e intocáveis (Dalits) produziram uma pressão crescente pelo estabelecimento de reservas de vagas para não-Brâmanes no serviço público e instituições educacionais. (GEMAA⁵, 2011, digital).

Porém, a partir da década de 60 que as ações afirmativas ganharam visibilidade nos Estados Unidos, a partir das ações do governo Kennedy. Os presidentes John F. Kennedy e Lyndon Johnson desempenharam papéis importantes para o desenvolvimento da política de ação afirmativa. A idéia surgiu no período em que o país vivia constantes movimentos em prol da democracia e dos direitos civis, que bramavam pela extensão da igualdade de oportunidades a todos. Diante disso, o Presidente Kennedy fez questão em seu governo de aprovar leis com sentido de acabar com a discriminação racial. Em 06 de março de 1961, ele assinou a *Executive Order* nº 10.925, que obrigava os empregadores a adotarem ações afirmativas, assegurando que os empregados fossem contratados não sendo consideradas raça, credo, cor e/ou nacionalidade. De acordo com Menezes (2001, p.29):

‘*Executive Order*’ n. 10.925, que, afora criar um órgão para fiscalizar e reprimir a discriminação existente no mercado de trabalho (*President’s Committee on Equal Employment Opportunity*), empregou pela primeira vez em um texto oficial, ainda que com uma conotação restrita, o termo ‘*affirmative action*’. De acordo com essa ‘*Executive Order*’, nos contratos celebrados com o governo federal, ‘o contratante não discriminará nenhum funcionário ou candidato a emprego devido a raça, credo, cor ou nacionalidade. O contratante adotará ação afirmativa para assegurar que os candidatos sejam empregados, como também tratados durante o emprego, sem consideração a sua raça, seu credo, sua nacionalidade. Essa ação incluirá, sem limitação, o seguinte: emprego; promoção; rebaixamento ou transferência; recrutamento ou anúncio de recrutamento, dispensa ou término; índice de pagamento ou outras formas de remuneração; e seleção para treinamento, inclusive aprendizado’, (grifo do autor).

⁵ GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – É um grupo de pesquisa dedicado ao estudo das ações afirmativas no contexto brasileiro e mundial, a partir de uma variedade de abordagens metodológicas e objetivas. Este grupo também organiza eventos e discussões sobre o tema das ações afirmativas no Brasil.

Após a morte de Kennedy, foi o Presidente Lyndon Johnson que mais se destacou no combate às desigualdades onde a Ordem Executiva de número 11.246, assinada por ele proibia a discriminação e orientava os órgãos governamentais a contratar somente com empresas que fizessem uso da ação afirmativa, cujo objetivo era contratar e promover os empregados que fizessem parte das minorias. Conforme Gomes (2001, p.57) cita uma parte de seu famoso discurso proferido na *Howard University* em junho de 1965:

Você não pega uma pessoa que durante anos foi impedida por estar presa e a liberta, trazendo-a para o começo da linha de uma corrida e então diz: “você está livre para competir com todos os outros” e, ainda acredita que você foi completamente justo. Isto não é o bastante para abrir as portas da oportunidade. Todos os nossos cidadãos têm que ter capacidades para atravessar aquelas portas. Este é o próximo e o mais profundo estágio da batalha pelos direitos civis. Nós não procuramos somente liberdade, mas oportunidades. Nós não procuramos somente por equidade legal, mas por capacidade humana, não somente igualdade como uma teoria e um direito, mas igualdade como um fato e igualdade como um resultado.

A partir de Gomes, vimos que no Brasil, as políticas de ações afirmativas chegaram espelhadas no modelo americano, no início do Século XXI, ou seja, a partir de 2001 cujo marco foi a III Conferência realizada em Durban⁶. Lembrando que nessa, o Brasil foi signatário participando com uma grande delegação. Veja-se parte do pronunciamento que avaliamos como denúncia do ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan em março de 2001, nessa conferência:

[...] Em todo o mundo [...] Minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, desproporcionalmente afetadas pelo desemprego e desproporcionalmente menos escolarizadas que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, conseqüentemente, menor expectativa de vida. Estas, e outras formas de injustiça racial, são a cruel realidade do nosso tempo; mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro. (III CONFERÊNCIA..., 2001).

Essa e outras denúncias apresentadas na Conferência sobre as perversas formas de preconceitos e discriminações históricas que afetam a imagem da população negra de forma pejorativa em todas as áreas sociais, na qual os militantes e as referências do movimento negro voltaram para casa, entre muitas responsabilidades assumidas mundialmente, a de implementarem ações que visam amenizar as disparidades sociais e as desigualdades étnicas sofridas pelo povo negro brasileiro⁷.

⁶ Declaração de Durban A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul e contou com mais de 16 mil participantes de 173 países, de 31 de agosto à 13 de setembro.

⁷ Sempre que nos referirmos aos negros faremos uso das terminologias: povo negro, sujeitos negros, indivíduos negros, afrodescendentes, afrobrasileiros.

Uma das respostas à ONU com resultados práticos dessa Conferência foi a criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas Para a Igualdade Racial). Outras chegaram de forma gradativa tais como a Lei nº 10.639/03⁸; o PL 4370/98 cotas na mídia - lei essa que nos ateremos mais detalhadamente no decorrer dessa pesquisa, quando apresentarmos as imagens ainda estereotipadas das crianças, das mulheres e dos homens-; a Lei nº 12.990/14 referente às cotas em concursos públicos e a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e da sociedade de economia mista controladas pela União; e, a Lei 12.711⁹, que trata das cotas no Ensino Superior.

Contextualizar essas políticas a partir de suas trajetórias temporais é necessário para melhor entender-se como elas adentraram o sistema de educação, em especial, como integram o currículo das universidades públicas brasileiras.

2.1 CONTEXTUALIZANDO AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO MUNDO

Vimos que sendo a Índia o nascedouro das políticas de ações afirmativas, e que essas ganharam visibilidade nos Estados Unidos, lembramos que elas nasceram no início da década de sessenta, precedidas da luta e das reivindicações do povo negro e da sociedade civil em geral estadunidense, cuja luta pelos direitos dos negros veio num momento em que o país se viu diante de uma onda de protestos, linchamentos e violência policial, desencadeando atos de violência e rebeldia.

O modelo indiano inspirou o modelo norte-americano, onde em 1958, Martin Luther King a convite de Nehru, visitou a Índia e conheceu a implementação das cotas. Esse ao regressar aos Estados Unidos divulgou a política indiana das ações afirmativas em seu país.

⁸ Lei nº 10.639 – Insere no currículo, a história dos negros e dos africanos, sendo uma demanda do movimento negro e promulgada no Governo de Luis Inácio Lula da Silva.

⁹ Lei nº 12.711 – A Lei de Cotas nas universidades completam cinco anos. Mas há algo mais a comemorar. As metas da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, têm sido atingidas antes mesmo do previsto pelas 128 instituições federais de ensino que participam do sistema. A lei reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição. Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014. Para se ter uma idéia do avanço, a meta de atingir 50% está prevista para 2016. Do percentual de 2013, os negros ficaram com 17,25%. O número subiu para 21,51% em 2014. Até agora, de acordo com projeção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a medida já abriu aproximadamente 150 mil vagas para os negros.

Diante da falta de segurança, das discriminações na educação, nos empregos e nos serviços públicos os estadunidenses (maioria jovens), não se acomodaram diante da situação de segregação formal e informal daquele país. Eles iniciaram um movimento em busca dos direitos políticos, sociais e econômicos, onde os jovens negros foram os principais responsáveis por essas manifestações e, a cada movimento, surgiam novos protestos.

A repressão da polícia pela comunidade branca se deu de forma extremamente violenta. Após muitas perseguições, prisões e espancamentos, surgiram os ícones da luta contra a discriminação racial com diferentes estratégias de sobrevivência e enfrentamento às situações dos negros nesse país, sendo até hoje os mais conhecidos: Malcolm X¹⁰, Martin Luther King¹¹, e as Panteras Negras¹².

Martin Luther King fazia uso de sua influência religiosa e moral, discursando para seus seguidores na qual numa liberdade deveria estar amparada na não violência, porém numa pacífica desobediência civil.

Malcolm X tinha uma ideologia que apelava para o nacionalismo negro, e os Panteras Negras, direcionaram seus diálogos para que os sujeitos negros fizessem a política do enfrentamento e sempre que necessário, defendessem os seus direitos pela luta armada.

Quando esses movimentos e suas rebeldias ganharam visibilidade na mídia gerando forte impacto na sociedade – os negros invadiram os cinemas, passaram a frequentar escolas, cafeterias e áreas reservadas aos brancos, causando um mal estar social – Diante disso, o governo estadunidense se viu obrigado a ceder.

Nesses movimentos as lideranças individuais e coletivas que integravam a luta pela causa negra atuando no norte e no sul, no campo e na cidade, com os homens e as mulheres, tiveram como resultado dessas ações, um mosaico social cuja bandeira se ergueu contra toda e qualquer forma de preconceito e discriminação sofrida pelos negros estadunidenses.

Sabe-se que as ações afirmativas não ficaram restritas aos Estados Unidos e à Índia, pois, experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as

¹⁰ Malcolm X – Hajj Malik A I- Shabazz, mais conhecido como Malcolm X, foi um dos maiores defensores do Nacionalismo Negro nos Estados Unidos. Fundou a Organização para a Unidade Afro-Americana, de inspiração separatista.

¹¹ Martin Luther King - Martin Luther King Jr. foi um pastor protestante e ativista político estadunidense. Ele tornou-se um dos mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e no mundo.

¹² Panteras Negras - Eram integrantes de um polêmico grupo revolucionário norte-americano, surgido na década de 1960 para lutar pelos direitos da população negra. Fundado em outubro de 1966, o grupo nasceu prometendo patrulhar os guetos (bairros negros) para proteger seus moradores contra a violência policial. O movimento se espalhou pelos Estados Unidos e atingiu seu período de maior popularidade no final da década de 1960, quando chegou a ter dois mil integrantes.

primeiras orientações foram elaboradas em 1976, utilizando a freqüente expressão “ação ou discriminação positiva”.

No ano de 1982, a “discriminação positiva” foi inserida no primeiro “Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades” da Comunidade Econômica Européia (Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 1995¹³).

Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se freqüentemente a expressão “ação ou discriminação positiva”. Esses exemplos atravessaram o século e, apesar das dores e das perdas de incontáveis vidas, na atualidade avaliamos esses referenciais de lutas históricas como potente exemplo de resistência para a elevação da autoestima do povo negro na sociedade. Pois foi a partir desses exemplos e terminologias, que os indivíduos negros no mundo cotidianamente vêm galgando espaços de ascensão política/econômica/social na condição de protagonistas e não mais de subalternos.

Frente a essa situação, o movimento negro brasileiro avalia que a política de ação afirmativa implementada na década de 60 nos EUA não resolveu todos os problemas das discriminações, em especial as raciais, porém, as amenizou e muito. Também avaliou como positivo o instrumento das ações afirmativas de enfrentamento, tendo entre muitos resultados, a eleição e reeleição do primeiro presidente negro Barack Obama¹⁴. Partimos desse exemplo positivo para a apresentação de um breve panorama das ações afirmativas, e, em especial, as cotas raciais no Brasil.

¹³ Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) é uma organização não-governamental brasileira, fundada em 1989 e dedicada a estudos de mulheres, sobre feminismo, direitos humanos, democracia e igualdade racial. Cfemea atua nas áreas de política, com plataformas de apoio que permitem campanhas de fortalecimento e ampliação da participação de mulheres nos espaços de decisão e poder, na sociedade civil e no Estado; no enfrentamento da violência contra as mulheres, monitorando a implantação de políticas públicas e aprovações de leis junto ao poder público; nas áreas de afirmação de direitos sexuais e reprodutivos; no campo do trabalho e proteção sexual das mulheres e lutando pela igualdade racial.

¹⁴ Barack Hussein Obama II –Nascido em 4 de agosto de 1961 - advogado e político dos Estados Unidos, o 44º e atual presidente dos Estados Unidos, foi o primeiro afro-americano a ocupar o cargo. Nascido em Honolulu, no Havaí, é graduado em Ciências Políticas pela Universidade Columbia, tendo cursado posteriormente Direito na Universidade de Harvard, onde foi presidente da Harvard Law Review. Atuou como líder comunitário e como advogado na defesa de direitos civis e ensinou Direito Constitucional na Escola de Direito da Universidade de Chicago entre 1992 a 2004. Representou por três mandatos o 13º distrito de Illinois no senado estadual de 1994 a 2004, sendo empossado para o seu segundo mandato em 20 de janeiro de 2013.

2.2 RECORTES DA HISTÓRIA NEGRA BRASILEIRA

2.2.1 As ações afirmativas e as cotas raciais

Para contextualizar a chegada das ações afirmativas no Brasil, toma-se como ponto de partida a diáspora africana. Pois, diante de qualquer conjuntura sabemos que a chegada dos africanos em terras brasileiras não se deu de forma tranqüila e vários foram os grupos étnicos trazidos de diferentes regiões dos países de colônias africanas. Entre muitos, destacamos quatro países de origem portuguesa: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Nossa História pouco conta que diante do processo de arrancada dos africanos de suas terras, muitos ficaram pelo caminho e milhares foram os que se jogaram (ou foram jogados) aos mares [...]. Os que aqui aportaram sequer imaginavam o lugar onde se encontravam.

Os diaspóricos em terras brasileiras foram separados de seus familiares e impedidos de cultuarem as suas religiosidades, culturas ou se comunicarem com seus familiares. Diuturnamente eles eram colocados para trabalhar e apanhar nos canaviais, na colheita do café, nas cozinhas, nos porões dos casarões, sem falar da quantidade dos que não resistiram ao açoite da chibata.

Diante desses fatos, sabe-se que a história do Brasil foi forjada com a contribuição dos antepassados negros, cujos seres hoje carregam em seus corpos, intersubjetivamente as dores sobre a exploração do trabalho forçado, estupros, mutilações, castigos e outras atrocidades impossíveis de mencionar em palavras [...].

Em terras brasileiras, a força e a resistência da cultura africana chegaram atravessadas pela colonização portuguesa, cujas relações complexas entre o colonizado e colonizador¹⁵, foram materializadas em todas as esferas sociais, e dos resultados dessas aproximações culturais, temos de mais próximo nesta identificação, a língua.

Quando dialogamos sobre a importância das políticas instituída através de legislações que objetivam chamar a atenção das perdas históricas dos sujeitos negros explorados e escravizados, os não negros¹⁶ se impõem e atiram sobre o negro, responsabilidades inusitadas

¹⁵ “Colonizado X Colonizador”. Trabalhamos esses conceitos sob a contribuição de Memmi.

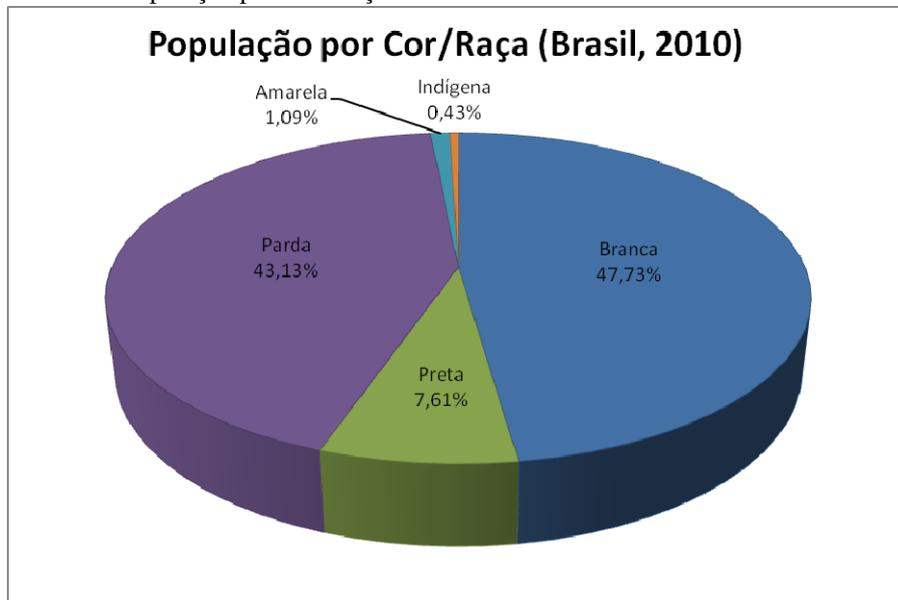
¹⁶ “Não negros”. Como o Brasil é um país miscigenado, e as pessoas alegam dificuldades de se identificarem etnicamente trazem seus antepassados negros, indígenas, ciganos, italianos, e outros bem longe de si e dos seus. Fizemos uso desse termo para nos referirmos aos que se encaixam nesses grupos. Não são negros, indígenas, quilombolas ou pardos.

que se apresentam sempre em forma de preconceitos reafirmando aí a força do mito e da hipocrisia racial presente no Brasil.

Pois de acordo com Caniello (2011, digital), o Censo do IBGE realizado em 2010 teve pouca repercussão nos meios de comunicação. Sua análise nos chama a atenção sobre as rerepresentações dos gráficos referente à omissão da composição étnica do povo brasileiro:

De duas, uma: ou suas enormes equipes de “especialistas” não tiveram a paciência de investigar um pouquinho mais as informações disponibilizadas pelo IBGE, ou a omissão sobre a composição étnica da população brasileira revelada pelo último censo está a denunciar, mais uma vez, a nossa hipócrita ideologia racial.

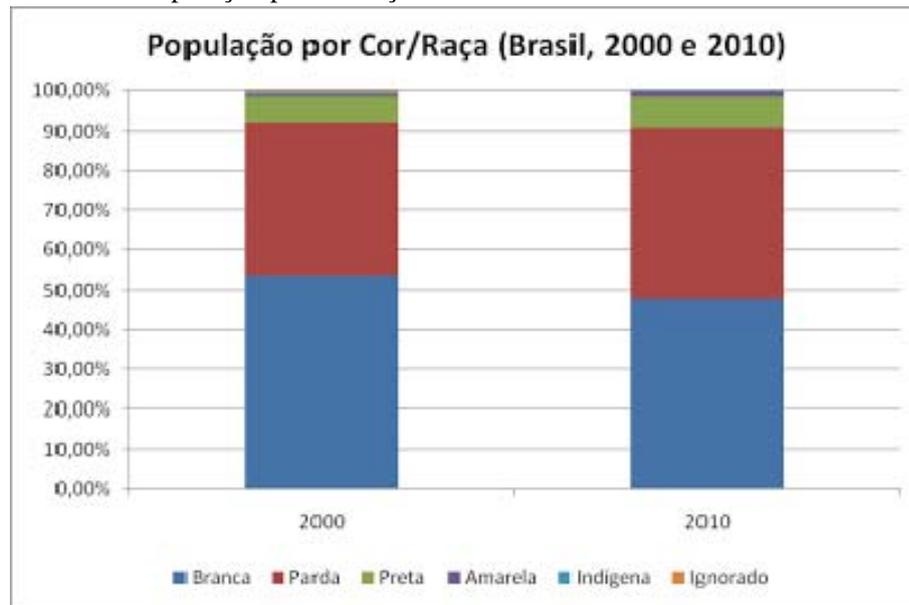
Gráfico 1: População por cor e raça no Brasil em 2010



Fonte: Caniello (2011, digital).

No segundo gráfico, o autor chama a atenção para a redução drástica do quesito cor e raças que foram “ignoradas” cujo total caiu de 1.132.990 em 2000 (0,67%) para 6.608 em 2010 (0,003%), onde ele observou a discreta diminuição da população branca (0,27%), que contrasta com o aumento da população amarela (173,68%), com o aumento da população preta (37,55%), parda (25,96%), e indígena (11,42%), conforme constata-se no gráfico a seguir.

Gráfico 2: População por cor/raça entre 2000 e 2010



Fonte: Caniello (2011, digital).

As análises de Caniello somam com a metodologia desenvolvida nesta pesquisa referente à chegada dos (EX-ACND) cotistas negros diplomados, que ao ingressarem na universidade pública, precisaram vencer as barreiras e/ou obstáculos sociais materializados em preconceitos e/ou discriminações raciais dentro e fora da instituição, onde uma das contradições, é que se sentiram obrigados a assumirem suas pertencas étnicas, ou seja, se declararam negros/as para ocuparem as vagas, sem ao menos saberem suas origens étnicas.

Na qual esses reconhecimentos vieram acompanhados de uma melhor valorização dos saberes tradicionais presentes no Brasil. Para contribuir na leitura do gráfico acima, quem nos auxilia agora é Carvalho (2010, p.214):

Ou seja, nossos cientistas sociais conviveram, ainda que brevemente, com negros e indígenas como colegas e como estudantes. O que deve ser questionado é o silêncio que eles têm guardado até hoje sobre esse convívio multiétnico e multirracial quando regressaram para o nosso mundo acadêmico absurdamente excludente, ou melhor, para o nosso mundo sem negros e sem indígenas. Na medida em que não podem alegar desconhecimento do processo, a explicação para o silenciamento do tema poderá vir de outro lugar. Sucede que foram justamente os cientistas sociais que legitimaram ideologicamente essa exclusão ao longo de décadas: reenergizaram constantemente o mito freyreano da democracia racial e insistiram em defender uma suposta singularidade positiva do convívio interracial no Brasil.

Carvalho (2010) se referiu às desconstituições dos saberes e o silenciamento em relação ao tema da diversidade que os alunos negros da pesquisa e os demais apontam frente às complexas situações de preconceitos e discriminações incorporados num currículo que os invisibilizaram. Pois, após ingressarem na universidade, todos relataram que se sentiram

sozinhos ou impotentes para lutarem contra um sistema que parecia muito bem organizado, porém, contra eles.

Diante dessas situações, destacamos a vergonha e o constrangimento vivido pela ex-aluna cotista negra que será identificada como a personagem de (MM) “Mãe Menininha” que em uma de suas falas relatou que ao ser acusada por uma colega não negra, advogada de seu trabalho, por um furto que não cometeu, a mulher branca tornou sua primeira experiência de estágio num momento infernal. Dessa forma, comprometeu a sua expectativa de ingressar na universidade:

Aí, a advogada que estava cuidando do processo, chegou para mim e disse: - cadê o cheque, será que não está na tua mochila? Assim foi uma situação que não dá nem pra dizer. Eu só chorava, eu não conseguia dizer nada porque nunca esperei uma situação desta. Uma colega disse: Mas porque tu acha que tem que ser ela, se a gente tá aqui, e tu não olhou pra nós, tu olhou ela e pra bolsa dela? (Referindo-se à advogada). E ela comentou porque é ela que recebe sempre! E a colega disse: - mas ela nem estava aqui, e o cheque nem passou pelas mãos dela, ela estava entregando processo! (MM).

O preconceito racial vindo da advogada branca veio com tamanha violência, que a fez (MM) mudar seu percurso educacional sem ao menos ter iniciado sua caminhada acadêmica neste curso. Ou seja, ela passou da área do Direito para Ciências Sociais levando consigo mágoas e dores irreparáveis:

Então o que aconteceu, a única coisa que eu disse pra ela é: eu vou provar que eu sou inocente! Aí, acharam o cheque na mesa da outra secretária no meio de outros processos. Neste período, eu já tinha feito vestibular para o curso de Direito. Aí eu disse, não, o meu lugar não é no Direito. Se um advogado tem este tipo de postura e quebra da ética, eu quero estar em outra área de atuação porque eu não compactuo com isso. Então optei pelas Ciências Sociais. (MM).

Os momentos de hipocrisia social vividos por essa ex-aluna cotista negra geraram angústias, frustrações e abalo psíquico sem possibilidades de ajustes, assim como diversas situações que ocorrem cotidianamente na vida de negras e negros universitários, que desvela

uma sociedade racista, que peca profundamente ao afirmar que a origem dos preconceitos são econômicos e não históricos.

Embora os preconceitos de origem histórica deságüem sem dúvidas no social, ou seja, quando abordamos as questões negras com pressupostos ancorados num processo de negação e invisibilidade da perda de direitos, imediatamente ressurgem a força do mito da democracia racial justificada pelo seguinte: Hoje no Brasil, independentemente da cor, da condição econômica ou social, “todos” são discriminados! Será?

Esse discurso impresso no senso comum e nas subjetividades dos sujeitos negros e não negros escamoteia as especificidades étnicas e quando percebermos que vivemos numa sociedade que não oportuniza uma igualdade de direitos para todos. Em nome da igualdade, essa mesma sociedade desrespeita e deslegitima os grupos originários em detrimento da manutenção dos privilégios de uma classe em relação à outra.

Sabe-se que não é somente o grupo dos negros o único segmento que sofre preconceito e discriminação na contemporaneidade. Porém, o recorte étnico desse grupo nessa pesquisa foi feito, por ser esse o segmento social histórico mais afetado por fortes discriminações perante os demais.

Diante disso, nota-se que os manutentores dos privilégios históricos trocaram de roupa e passaram ao longo da história, a utilizarem conceitos e terminologias diferentes, tais como: “inclusão”, “diversidade”, “culturalismo” etc..

Diante de tamanha complexidade para tratarem essas questões, a maioria informa que não sabe como se reportar aos negros e demais segmentos excluídos historicamente e afirmam não entenderem o porquê das ações afirmativas direcionadas somente para alguns grupos e não para outros, se a sociedade é composta de indivíduos iguais. E em nome dessa falsa igualdade, afirmam que não há dívidas para com o povo negro. Portanto, também não são necessárias as reparações e/ou quaisquer outras políticas específicas. Diante de suas justificativas, alegam serem favoráveis às cotas acompanhados sempre da palavra “mas”.

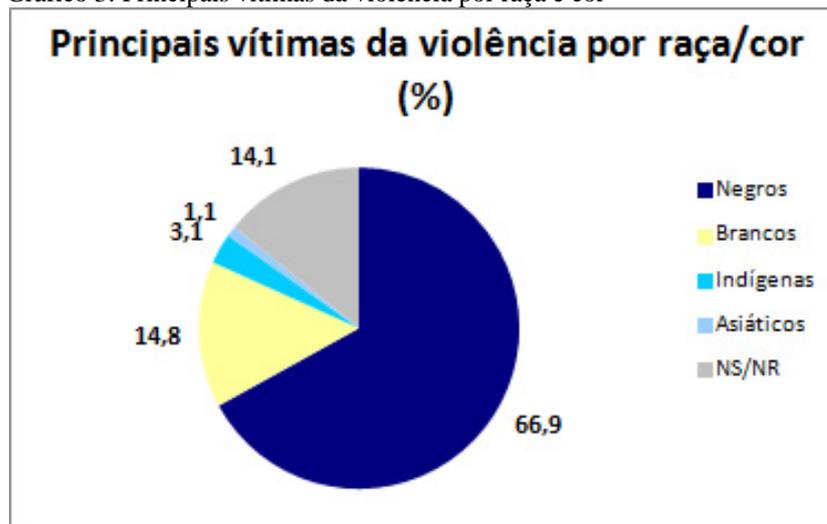
Nesses diálogos dos indivíduos negros, não negros e as cotas, os brancos buscam estabelecer laços e se colocam como sujeitos “quase negros”. Desenham-se com traços e expressões oriundas de seus familiares negros distantes e possuem o máximo de cuidado, tratando esses assuntos de forma sigilosa. Algumas falas do senso comum que resultaram nesse parecer aleatoriamente: - *Você nem imagina, minha mãe me contou que minha tataravó tinha sido escrava e que era uma pessoa assim, assim, assim [...] eu? Saí essa coisa braba aqui sem identidade [...] não posso nem tomar banho de sol, mas você não, você tem a pele muito isso,*

muito aquilo [...]. Eu que sou quase branca amo a raça negra e não entendo porque vocês brigam tanto por quase nada e, ainda por cima, têm vergonha da raça de vocês?

Frente às inúmeras contradições e distorções gravadas nas subjetividades do senso comum, os direitos do povo negro vão sendo violados por uma sociedade capitalista que como vimos, em nome do mito da democracia racial, afirma cotidianamente que não precisam atentar aos direitos individuais porque todos são iguais.

Na prática as estatísticas desvelam um cenário contraditório em relação a esse mito e, no meio destas negações e distorções, encontra-se o indivíduo negro. Para melhor ilustrar a que se refere essa questão, toma-se, por exemplo, uma pesquisa de opinião pública nacional do (Data Senado) que ouviu 1.234 jovens de 123 municípios brasileiros no período de 1º a 11 de outubro de 2012¹⁷. O resultado dessa investigação denunciou que são os negros as principais vítimas das violências em todas as esferas sociais. Veja-se no gráfico.

Gráfico 3: Principais vítimas da violência por raça e cor



Fonte: Data Senado: pesquisa com jovens (2012).

Os resultados dessa pesquisa também ilustraram que houve um grande número de pessoas que não responderam a essa questão. Portanto, diante disso acredita-se que essas negações estão acompanhadas dos deslocamentos étnicos de suas origens e regionalidades. As dificuldades e os questionamentos sobre os lugares dos sujeitos negros e as suas pertencas integram o cenário do senso comum onde as frases mais escutadas ainda tem sido: – *Mas afinal, quem é negro no Brasil? Ou: - Diante de tantas misturas, como identificar uma pessoa negra hoje?*

¹⁷ Esta pesquisa realizou-se com um total de 1.234 entrevistas e conta com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%. A população considerada foi a de pessoas com 16 anos ou mais residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo.

Sobre esses deslocamentos e territorialidades geográficas, Santos (2000, digital) nos ajuda a identificar que a sociedade capitalista avalia o sujeito negro não apenas pela tonalidade de sua pele, mas também de acordo com o lugar em que ele se encontra ou ocupa:

O espaço impõe a cada coisa um determinado feixe de relações, porque cada coisa ocupa um lugar dado. Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes faltam.

As questões geográficas, ou seja, os lugares de onde falam os sujeitos negros brasileiros a partir de seus territórios, sob a ótica de Santos (2000), nos levam a compará-los com os sujeitos dessa pesquisa situados no contexto da universidade. Portanto, esses dados apontam que ainda há muito por fazer no que tange às discriminações raciais no Brasil cuja hipocrisia social que insiste numa falsa democracia e tenta de todas as maneiras possíveis anularem que as raízes de nosso país foram forjadas dentro do sistema escravagista¹⁸.

Contudo, esse sistema foi para o povo negro o pior vilão da História brasileira. Presente na árvore genealógica desse grupo que se manifesta de várias formas, onde na maioria das vezes não admitimos que essas questões tivessem origem num sistema escravocrata. Alguns sinais: timidez, (intimidados), gagueira, fobias, medos, ansiedades, traumas, seqüelas físicas, mentais, doenças específicas, e outras. Pois, o período escravocrata ocupou mais da metade do tempo histórico da criação do mundo, deixando um nefasto legado de racismos, preconceitos e discriminações incidindo diretamente nas relações entre os sujeitos negros e não negros¹⁹ no Brasil e no mundo.

¹⁸ Sistema escravagista – A escravidão, também é conhecida como escravismo ou escravatura, foi a forma de relação social de produção adotada, de uma forma geral, no Brasil desde o período colonial até pouco antes do final do Império. A escravidão no Brasil é marcada principalmente pela exploração da mão de obra de negros trazidos da África e transformados em escravos no Brasil pelos europeus colonizadores do país. A escravidão só foi oficialmente abolida no Brasil com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, então regente do Império, em nome de seu pai, o imperador Dom Pedro II. No entanto, o trabalho compulsório e o tráfico de pessoas permanecem existindo no Brasil atual. Hoje sabemos que a abolição surgiu para alimentar o sistema econômico capitalista iniciado na Revolução Industrial na Europa. Ou seja, o negro era escravo dentro do sistema mercantilista baseado na agricultura e por estas contingências econômicas, no surgimento de um novo mercado, ganha a liberdade para sair da condição de escravo e se tornar um consumidor de produtos industrializados, não mais baseados só na agricultura.

¹⁹ Usamos o termo não negro, para tratarmos dos outros segmentos sociais podendo ser os brancos e outras etnias que tem em suas subjetividades as supremacias.

Precisamos ampliar os horizontes das cotas raciais sob a perspectiva dos pesquisadores, ou seja, dos professores no Brasil, que muitas vezes, se graduam em outros países, conforme Carvalho (2010, p.216) relata que, além de se distanciarem de suas áreas de formação, também se distanciam dos diálogos das cotas presentes na realidade brasileira:

Ou seja, nossos cientistas sociais conviveram, ainda que brevemente, com negros e indígenas como colegas e como estudantes. O que deve ser questionado é o silêncio que eles têm guardado até hoje sobre esse convívio multiétnico e multirracial quando regressaram para o nosso mundo acadêmico absurdamente excludente, ou melhor, para o nosso mundo sem negros e sem indígenas. Na medida em que não podem alegar desconhecimento do processo, a explicação para o silenciamento do tema poderá vir de outro lugar. Sucede que foram justamente os cientistas sociais que legitimaram ideologicamente essa exclusão ao longo de décadas: reenergizaram constantemente o mito freyreano da democracia racial e insistiram em defender uma suposta singularidade positiva do convívio interracial no Brasil.

Carvalho (2010) nos convida a refletir sobre a importância dos cientistas sociais que legitimaram ideologicamente essa exclusão ao longo de décadas. Pois, a seu ver e ao nosso, são esses os principais responsáveis que deveriam contribuir na amenização dessas perdas e dores dos grupos excluídos fazendo uso quiçá dos dispositivos legais²⁰ que primam pela garantia dos direitos amparados em legislações punitivas em forma da lei.

O autor também chama nossa atenção para as resistências dos não negros que se beneficiaram historicamente e ainda continuam se beneficiando dos privilégios históricos, onde justificam essas resistências a partir das distorções dos dispositivos legais referentes às cotas, aceitando de bom tom as cotas sociais, porém, rejeitando as raciais.

Nesses movimentos de vantagens e privilégios quando o assunto são as divisões de direitos nos espaços sociais, esses – os não negros - se esforçam acima de qualquer custo para manterem seus interesses na sociedade onde suas desastradas ações têm gerado desconfortos inimagináveis para os diretamente afetados. Sobre esses desconfortos, Santos (2000, p.2):

O privilégio continua privilegiando o privilegiado. “Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território”. Inclusive do território do pensar para impedir o pensar. Apoderam-se das mentes e dos corações e, por consequência, das vidas no pleno movimento da vivência. Tudo isto no mundo da competitividade. A competitividade revela a essência do território, os lugares apontam para as lutas sociais, trazendo à tona virtudes e fraquezas dos atores da vida política e da sociedade.

Diante dessa competitividade, é ilógico considerar que os que foram violentados historicamente e até os dias de hoje, possam ser considerados fracassados ou que não tenham

²⁰ Usamos o termo dispositivo legais para nos referir a todas as legislações, documentos, regimentos decisões, e informações jurídicas.

conseguido lutar pelos seus direitos. Exemplo esse que “MM” sofreu e de nada adiantou a tentativa de auxílio a seu favor de uma colega não negra:

Na empresa tinha um setor trabalhista, e estas pessoas se juntaram e foram atrás do cheque. E ainda fizeram um movimento contra esta colega pra pressionar o diretor e pra tirar ela porque eles disseram: Nós enquanto advogados não podemos permitir que uma situação desta aconteça! E como ela era filha de uma pessoa influente, de família influente, na empresa e também aqui em Porto Alegre, começaram a dizer: não, era porque ela estava nervosa e aí [...] não deu em nada. (Mãe Menininha).

Só quem esteve diante desta aluna negra na hora dessa fala para sentir o tamanho do estrago que esta injusta discriminação deixou em sua vida [...]. A sala ficou quente de uma hora para outra e, após um longo silêncio, ela direcionou seu olhar para o infinito não conseguindo esconder as lágrimas que lentamente escorriam pelo seu rosto [...]. Juntas, não conseguimos evitar o choro, pois falávamos do mesmo lugar²¹ [...]. Para vermos como operou essa subjetividade colonial na mente de alguns alunos cotistas, conforme Carvalho (2010, p.218) nos esclarece:

Estamos acostumados a pensar a colonização como algo que opera primeiramente na mente dos colonizados e que os seus corpos seriam apenas o suporte desse processo de controle sobre o nosso imaginário. Na verdade, a colonização das nossas universidades foi instalada no Brasil também como um controle (não confesso, mas concreto) sobre o fenótipo dos nossos acadêmicos.

Quiséramos que essa tese fosse um documento acadêmico com mais leveza, ou seja, parecido com o astral do povo negro que em seu cotidiano diante de tanta adversidade, é o único povo que ri, que se organiza, dança, se sacode e se movimenta diante de uma circularidade infinita [...].

Portanto, foram raros os momentos de situações positivas relatadas pelos entrevistados nessa pesquisa onde muitas vezes fomos acometidos por emoções, choros e sensações de impotência diante de suas bravuras quando se depararam com os desafios, injustiças, e as mais variadas formas de preconceitos e discriminações na instituição em pauta.

²¹ Mesmo lugar, porque casualmente eu e esta aluna somos mulheres negras, oriundas da periferia, estudamos em escolas públicas e sofremos diariamente discriminações raciais. Portanto, este lugar é muito caro para quem fala sobre preconceitos e discriminações como política de vida.

Com o passar do tempo, a história brasileira mostrou que as contribuições dos negros se misturaram aos ritmos, cores, sabores, expressões e dialetos e todos esses elementos constituem hoje, um mosaico afro-indígena-brasileiro²².

Sobre as aproximações das africanidades e regionalidades presentes no Brasil, essas experiências as comparamos com o que viveu Freire (1978, p.13-4) em sua primeira viagem ao continente africano:

Ao pisar pela primeira vez em chão africano, senti-me nele como quem voltava e não como quem chegava. Daquele momento em diante, as mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar a mim de mim. A cor do céu, o verde azul do mar, os coqueiros, as mangueiras, os cajueiros, o perfume de suas flores, o cheiro da terra; as bananas, entre elas a minha bem amada banana-maçã; o peixe ao leite de coco; os gafanhotos pulando na grama rasteira; o gíngar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores ecoando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-lo, desenhando o mundo; a presença entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava.

Freire (1978) que não era negro relatou nessa obra, significativos elementos da cultura africana e sua total identificação para com o povo negro, nos ajudando a legitimar que as nossas raízes vieram de África. No Brasil, esses elementos são politicamente negados ou escamoteados por medos e inseguranças. Em todos os espaços sociais e principalmente na escola, tudo que se apresenta com brilho, ou é diferente, passa a ser visto por muitos como algo do mal, do diabo, enfim. As pessoas justificam seus preconceitos escondendo-se atrás de elementos do sincretismo religioso, chegando a misturar elementos da cultura africana com os da religiosidade de matriz africana, tratando-os como se fossem a mesma coisa.

Diante de tamanha violação dos direitos dos negros oriundos do processo diaspórico, para contemplar as determinações das legislações internacionais que até o início do século XXI não haviam sido colocadas em práticas, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da Conferência de Durban que se iniciou efetivamente o processo de implementação nacional do sistema de ações afirmativas e, em especial o das cotas no Brasil.

Lembramos que essas ações foram colocadas em práticas devido às reivindicações históricas e contínuas do movimento negro que impulsionou esta pauta. Esse segmento contribuiu efetivamente na construção dos dispositivos legais, tendo por objetivo central amenizar a segregação racial brasileira. Sobre as segregações que os (EX-ACND) cotistas negros diplomados encontraram na universidade, novamente Carvalho (2006, digital):

²² Usamos aqui a contribuição do indígena na questão cultural e religiosa, devido a um processo de readaptação que estes sofreram ao fazerem uso de um espaço geográfico que lhe foi imposto.

Muitos discursos, antes lidos como inclusivos ao falar de todos os brasileiros na primeira pessoa do plural (uma frase típica de cientistas sociais brancos tem sido: “entre nós” as relações raciais são diferentes de como são nos Estados Unidos ou na África do Sul), não possuem mais o mesmo grau de legitimidade neste momento de revisão epistemológica radical suscitada pelas propostas de cotas porque silenciaram essa mesma condição de exclusão e de segregação racial que marcou a nossa vida universitária até hoje.

Carvalho (2006) reafirma uma exclusão e a segregação racial que se encontram nas universidades brasileiras e, parte do princípio da invisibilidade e da negação étnica dos descendentes de africanos pelos não negros em espaços universitários, cujo acesso epistemológico em relação às cotas, silenciou as condições de exclusão, na qual, são oriundos a maioria dos estudantes universitários.

Diante dessas exclusões, no Brasil temos a resistência dos sujeitos descendentes de africanos que levantaram suas bandeiras e nos deixaram seus legados de lutas contra todas as formas correlatas de discriminações. Entre muitos, destacamos Zumbi dos Palmares²³, Mãe Menininha²⁴, Rute de Souza²⁵, João Cândido²⁶, Dandara²⁷, Oliveira Silveira²⁸, Maria Helena Vargas²⁹,

²³ Zumbi dos Palmares nasceu na Serra da Barriga, Capitania de Pernambuco, atual União dos Palmares, Alagoas, livre, no ano de 1652. Foi capturado e entregue a um missionário português quando tinha aproximadamente seis anos.

²⁴ Mãe Menininha - Maria Escolástica da Conceição Nazaré - Salvador, Bahia, 10 de fevereiro de 1894 - 13 de agosto de 1986, conhecida como Mãe Menininha do Cantóis, foi uma yálorixá (mãe-de-santo) brasileira, filha de Oxum.

²⁵ Rute de Souza - Ruth Pinto de Souza nasceu no Rio de Janeiro em 1921. Em 1945, ingressou no Teatro Experimental do Negro, grupo liderado por Abdias do Nascimento. Abriu caminho para o artista negro no Brasil, tendo sido a primeira atriz negra a subir ao palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro com a peça “O Imperador Jones”, de Eugênio O'Neill.

²⁶ João Cândido - Almirante Negro - Ganhou este título por lutar à frente da Rebelião da Chibata, onde os trabalhadores pediam seu soldo e melhores condições de trabalho. Ele ordenou que toda a marinha parasse e virou os canhões para o lado dos quartéis, tornando-se assim, o Líder da Revolta da Chibata

²⁷ Dandara - Foi uma guerreira negra do período colonial do Brasil, esposa de Zumbi dos Palmares e mãe de seus três filhos. Suicidou-se (jogou-se de uma pedreira ao abismo) depois de presa em 6 de fevereiro de 1694, para não retornar à condição de escrava. Sua figura é envolta em grande mistério, pois, quase não existem dados sobre sua vida e/ou atos.

²⁸ Oliveira Silveira - (Rosário do Sul, 1941- 1 de janeiro de 2009) foi um poeta brasileiro. Formou-se em Letras (Português e Francês) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Militante do Movimento Negro em Porto Alegre, foi um dos fundadores do Grupo Palmares. Ele foi o idealizador e o líder da campanha pelo reconhecimento do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro Oliveira Silveira

²⁹ Maria Helena Vargas da Silveira – Nasceu em Pelotas, escritora negra, ativista do movimento negro, escreveu vários livros, entre eles: Odara, Typuana, É Fogo, filhas das lavadeiras e outros. Trabalhou na SECADI/MEC, e ficou conhecida por suas obras, sendo a Heleninha do Sul

Lélia Gonzáles³⁰, entre outros.

Na condição de pesquisadores, alunos e ativistas negros/as acompanhamos os silêncios e as invisibilidades desses indivíduos na história brasileira e principalmente a sua não inserção nos currículos escolares, onde observa-se na maior parte do tempo em silêncio que uma das faces mais perversa do racismo tem sido a negação de direitos aos descendentes daqueles que contraditoriamente, construíram a nação brasileira. Portanto, as suas lutas, os seus nomes e as suas histórias ainda não foram integradas ao currículo nacional e, quando as são, na maioria das vezes aparecem de maneira desastrosa, omitindo as suas contribuições culturais e sociais e/ou distorcendo as suas origens étnicas.

Sabemos que no mundo midiático, muitos sujeitos negros para serem aceitos na sociedade, se metamorfoseiam e negam suas etnias. Ações essas que os tornam reféns dos preconceitos sociais. Ou seja, a etnia que detém o poder e a tecnologia usa de subterfúgios e transmite para o imaginário social do povo negro a idéia que eles são indivíduos “quase brancos” e, portanto, são melhores e aceitos na sociedade. Sobre esses branqueamentos e branquitudes no Brasil, Bento (2002, p.25-6) esclarece:

Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por esta mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado da moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estimar, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.

Presenciamos parte dessas branquitudes nas distorções vividas na pele da ex-aluna cotista negra, “MM” que ao ser acusada injustamente, também não conseguiu levar adiante a sua pretensão de processar a outra parte. Diante do seu contexto profissional, subjetivamente identificou a branquitude na outra pessoa de par com a supremacia econômica, política e social. Naquele momento de fragilidade, com exceção de uma, todos os colegas foram unânimes em lhe informar que mesmo sabendo da sua inocência, que não fizesse nada porque a pessoa que a acusou, é de uma família da alta sociedade porto-alegrense.

³⁰ Lélia Gonzáles - (Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 1935 - Rio de Janeiro, 10 de julho de 1994) foi uma intelectual, política, professora, antropóloga e política brasileira. Graduiu-se em História e Filosofia e trabalhou como professora da rede pública de ensino. Fez o Mestrado em Comunicação Social e o doutorado em antropologia política. Dedicou-se às pesquisas sobre relações de gênero e etnia. Foi professora de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde chefiou o departamento de Sociologia e Política e ajudou a fundar instituições como o Movimento Negro Unificado (MNU).

Um pouco mais dessas “branquidades” e supremacias a que se refere Bento (2002), é um assunto que nos convida a estar atentos principalmente quando se trata da imagem do negro e a reserva de cotas apresentadas na mídia. Por conta dessa invisibilidade e dos preconceitos sofridos pelos atores³¹ e modelos negros, o atual Senador da República, em 2004, naquele tempo, então exercendo o cargo de Deputado Federal integrante da Comissão de Defesa do Consumidor do Meio Ambiente e Minorias, aprovou o Projeto de Lei nº 4370/98 que instituiu cotas para representação da etnia negra nos filmes, anúncios publicitários, peças e programas veiculados pelas emissoras de televisão ou apresentados em cinemas. Veja-se:

Institui cotas para representação da etnia negra nos filmes, anúncios publicitários, peças e programas veiculados pelas emissoras de televisão ou apresentados em cinemas. O texto obriga a presença mínima de 25% de afrodescendentes entre os atores e figurantes dos programas de televisão – extensiva aos elencos de peças de teatro – e de 40% nas peças publicitárias apresentadas nas tevês e nos cinemas. As determinações atingem também o Poder Público. Os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista ficam obrigadas a incluir cláusula de participação mínima de 40% de afrodescendentes nos contratos de realização de filmes, programas, peças teatrais e peças publicitárias. (BRASIL, PL 4370/98).

Vale lembrar que nesse Projeto, os critérios utilizados para definir os afrodescendentes são o mesmo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza para denominar os “pretos e pardos” onde na classificação do censo, o descumprimento dessa lei implica em multa e prestação de serviços à comunidade.

No cotidiano, observa-se que essas cotas vêm sendo descumpridas em relação ao percentual apresentados pelos meios de comunicações e, também, no uso das imagens apresentadas de maneira distorcida nos filmes, novelas, comerciais [...]. Diante dessas situações, sempre que o movimento negro é acionado e chama a atenção, a primeira coisa a ser feita é a desconstituição da imagem do sujeito negro/a, afirmando que jamais pensaram que poderiam ser vistos como racistas ou preconceituosos, pois, não era essa a intenção.

É necessário se ter cautela para com as subjetividades dos comerciais e da utilização dos materiais nos veículos de comunicação que apresentaram e intersubjetivamente

³¹ O texto obriga a presença mínima de 25% de afrodescendentes entre os atores e figurantes dos programas de televisão – extensiva aos elencos de peças de teatro – e de 40% nas peças publicitárias apresentadas nas tevês e nos cinemas. As determinações atingem também o Poder Público. Os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista ficam obrigadas a incluir cláusula de participação mínima de 40% de afrodescendentes nos contratos de realização de filmes, programas, peças teatrais e peças publicitárias.

apresentam imagens estereotipadas comparando os negros em formas de animais, objetos de consumo, seres indomáveis, etc..

Sobre isso, um exemplo ocorrido na década de 80 da empresa Benetton que veiculou um comercial mundo todo, com a imagem de duas crianças. Sem muitos aprofundamentos, observa-se que a criança branca aparenta ser feliz, cheia de vida e os cachos de seus cabelos podem ser (se desejar) comparados à um ser angelical. Ao seu lado está a criança negra com uma expressão facial séria, um olhar de insegurança e seus cabelos foram arrumados para essa foto de tal maneira que pode ser visto como duas guampinhas.

Figura 1: Comercial da Benetton com uma menina branca e negra



Fonte: *Google* (2015, digital).

Pesquisando um pouco mais, descobre-se que essa empresa de origem italiana criada em 1965, é conhecida por causar polêmica referente ao uso indevido de imagens das mais variadas etnias, povos e religiões dentro de sua rede de 7000 lojas espalhadas pelo mundo. Mais preocupante foi que ao acessar a sua filosofia, identificou-se que essa empresa é envolvida com ações sociais e realiza diversas campanhas contra o racismo, AIDS, homossexualismo, guerra e pobreza justificando o social. Ela informou que faz essa exposição de imagens para gerar impacto cujo objetivo é o de chamar a atenção dos preconceitos e das discriminações que não devem ocorrer no mundo.

Contraditoriamente ao seu objetivo, avalia-se que essas polêmicas “campanhas” ajudam a destruir a imagem, a autoestima e o pertencimento etnicorracial do povo negro, da mulher, da criança e dos outros segmentos sociais. Portanto, essa atitude empresarial foi avaliada pelo movimento negro brasileiro como racistas, preconceituosos, xenofóbicos, diante

da branquidade presente no mundo e das conseqüências que pode aferir principalmente nas crianças e adolescentes negros que buscam um espelhamento positivo de suas imagens.

Sabe-se, portanto, que essa não é a única empresa que faz uso indevido das imagens dos negros e os apresenta sem problema algum à sociedade de maneira preconceituosa, racista e distorcida. Vejamos outro exemplo, a de uma loja de roupas acusada de racismo porque colocou o rosto de uma criança negra numa camisa com estampa de macaco, conforme demonstra a figura.

Figura 2: Comercial de loja acusada de racismo



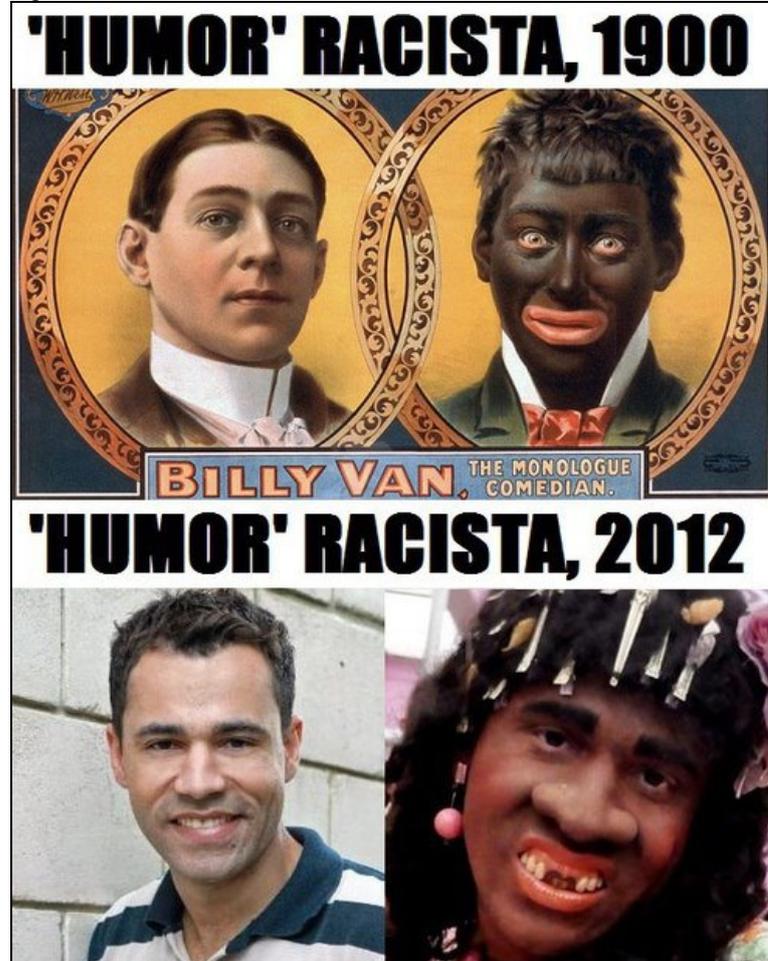
Fonte: Google (2015, digital).

Os responsáveis pela divulgação foram contatados para concederem uma entrevista a respeito e o porta voz da loja estadunidense, David Oates em 2015, ao ser questionado sobre essas imagens comentou:

A imagem inapropriada e amplamente distribuída de um de nossos cabides de campanha com uma camisa não correspondente não foi autorizada ou será tolerada. Sinceramente, lamentamos esta ocorrência com um “mal entendido” e afirmou que situação semelhante não voltará a ocorrer. Ainda segundo a companhia, as camisas e seus cabides são vendidos separadamente e cabe a cada loja montar a combinação que desejar.

Em relação aos jovens e homens negros, geralmente esses são desconstruídos de forma humorística. Veja-se a ilustração:

Figura 3: Humor racista em 1900 e em 2012



Fonte: Google (2015, digital).

Quando o assunto é gênero, a mulher negra é a mais afetada. Pois além do estereótipo, o preconceito vem colado com a exposição de seu corpo e também com outros elementos que promovam a desconstrução do seu valor [...].

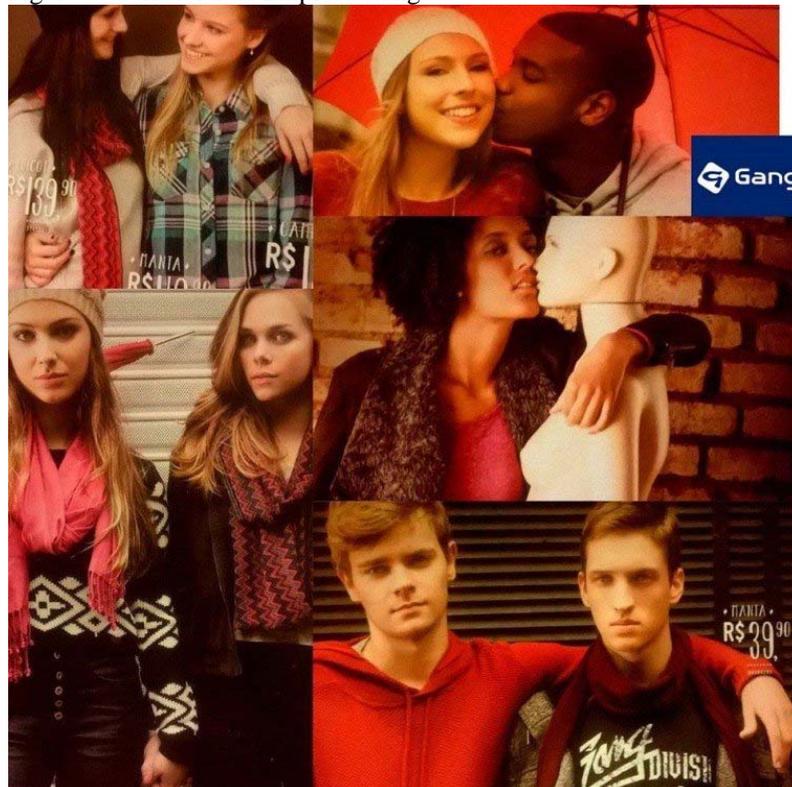
Figura 4: A representação social da mulher negra nos programas de TV: do estereótipo à sexualização



Fonte: Libence (2015).

Diante da lógica da invisibilidade do povo negro e das subjetividades que esses sofrem historicamente, outro exemplo foi a polemica do movimento negro com a Empresa Gang em 2015. Pois essa tentando dar conta das diferenças étnicas e de gênero, fez um comercial alusivo ao “dia dos namorados” que não agradou à muitos, principalmente a população negra e não negra, causando polêmica nacional e um levante do movimento negro nacional. Confira a imagem desse comercial televisivo.

Figura 5: Comercial da Empresa Gang



Fonte: Portal Gelédes (2015, digital).

Após a polêmica, a empresa rapidamente tratou de tirar do ar essa propaganda antes do término de seu tempo.

Embora, não seja esse o foco desta pesquisa, não foi possível deixar de fora essas imagens por ilustrarem uma pequena parte das falácias e as subjetividades que escamoteiam as mais variadas formas de racismo e principalmente as dificuldades que a sociedade brasileira ainda tem em dialogar com essas questões. Conheça-se um recorte da moção de repúdio feita por organizações e integrantes do movimento negro:

A propaganda da Gang tentou passar a mensagem de que no dia dos namorados, o amor pode ser de qualquer etnia, gênero. Mas foi criticada porque o manequim passa a idéia subjetivada de coisificação da mulher negra, e também essa como não portadora de emoções ou sentimentos. Vejam o manequim sem roupa e com os seios à mostra. Seria ela uma mulher lésbica? Não importa. O que importa é que na origem da história, a mulher negra sempre fora vista como “objeto de uso do senhor e, em muitos casos, como prestadora de serviços sexuais ao seu dono”. Então qualquer espaço para essa atriz garantir a sua “cota” na mídia, para nós não está valendo. Ou seja, repudiamos esse tipo de mensagens que se referem aos negros e as negras como sujeitos invisíveis e sem sentimentos, que não podem ser comparados com os demais integrantes nesse comercial, sobrando para esta, apenas um objeto. (INTEGRANTES..., 2015).

Essa imagem denuncia a dificuldade da mídia em respeitar as legislações específicas que tratam das cotas, na qual, previu a reserva de vagas para os negros na mídia, porém não previu a forma de duas representações.

Ainda sobre essa imagem, nota-se que todos os segmentos ali expostos possuem legislações específicas, cujas representações violam as seguintes legislações: Lei Maria da Penha, o Estatuto da Igualdade Racial, o Capítulo II, art. 15, do ECA³², a Constituição Federal de 1988, entre outras específicas não desconectadas das políticas de ações afirmativas.

No cotidiano, esses equívocos vêm se multiplicando cada vez mais, de diferentes formas e em diferentes espaços presente em todas as esferas sociais cujas áreas mais afetadas são a mídia, a saúde, a educação, a segurança, e a habitação. Diante desses equívocos as supérfluas justificativas e silêncios sobre essas violações podem ser mais bem compreendidas a partir da contribuição de Bento (2002, p.30):

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de auto-preservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência na condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiro usam quase que exclusivamente o modelo branco.

³² ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente é a norma que estabelece condições de exigibilidade para os direitos das crianças e dos adolescentes, benesses estas refletidas da Convenção sobre os direitos da criança e do adolescente.

Pois na desconstituição dessas branquidades, faz-se necessário a vigilância e o posicionamento político dos representantes legislativos para investigarem como tem ocorrido a elaboração, aprovação e acompanhamento dessas políticas específicas para os grupos específicos. Na seqüência, parte da entrevista realizada pelo G1 com o Ex-Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro que ao ser perguntado sobre a importância das políticas de ações afirmativas, não teve problema algum em reconhecer que vivemos em uma desigualdade na condição de resultado da discriminação de negros e indígenas:

Políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais e sociais, serão necessárias “enquanto houver racismo” é uma realidade empírica e isso requer medidas. E a medida mais adequada se chama ação afirmativa, que pode incluir ou não cotas, mas que é muito importante.

Ribeiro ao afirmar a política de ação afirmativa como uma realidade empírica, desconhece ou ignora inúmeros dados e pesquisas existentes sobre a falta de acesso à educação e aos bens públicos. Sua fala nos leva a estabelecer um melhor contraponto fundamentado pelo autor Zitkoski (2013, p.13-4):

Se olharmos, numa retrospectiva histórica para o nosso passado, veremos que a existência humana e social dos povos da América Latina é fortemente marcada pela exclusão social e falta de acesso à educação e aos demais bens públicos, tais como: saúde, cultura elaborada, trabalho e segurança social. Diante desse contexto, as camadas populares historicamente resistem e se organizam de diferentes formas para conquistar seus direitos de terem acesso aos “bens públicos universais” acima mencionados.

Diferentemente do Ex-Ministro, o autor Zitkoski (2013) fundamenta as políticas de ações afirmativas como um bem público universal, que foram criadas para retratar as disparidades sociais que sofre o povo oprimido no Brasil historicamente. Portanto, diante de seu pensamento, contata-se também sob a ótica de Santos (2010) que para os grupos específicos, são necessárias políticas específicas.

Diante dessas especificidades, as cotas raciais entram em cena, como resultado da luta e mobilização do movimento negro na qual se precisa muito estreitar os diálogos entre esse segmento social e os ex-alunos que concederam suas entrevistas para essa tese. Questões que serão tratadas a seguir.

2.3 O DIÁLOGO DO MOVIMENTO NEGRO COM OS (EX-ACND) CONTEMPLADOS PELAS COTAS RACIAIS

O Estado brasileiro pressionado por militantes, ativistas sociais e representantes do movimento negro foi obrigado a direcionar seu foco para implementar as políticas de ações afirmativas, com vistas a garantir a oportunidade de igualdade de tratamento das questões negras. De acordo com Santos (2001, p.42):

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam a combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado.

Ainda sobre essas questões, a Constituição de 1988 garantiu a punição contra os crimes de racismo. A Carta aponta duas vertentes: a primeira é a criminalização do racismo e a segunda, a revitalização do movimento negro, colocando em pauta no currículo, legislações específicas referentes às temáticas negras.

Nessas revitalizações, o movimento negro criou, junto aos seus pares, estratégias para identificar as principais dificuldades e desafios que os (EX-ACND) enfrentam ao ingressarem por essa política nas universidades.

Diante dessas questões, ativistas e militantes do movimento negro passaram a utilizar espaços políticos e sociais para fazerem formações e denúncias de preconceitos e discriminações, principalmente frente às situações inusitadas enfrentadas pelos alunos em um ambiente que ainda lhes é estranho e distante de suas origens, como foi o caso da personagem “Mãe Menininha”:

Então eu fui aprender a estudar. Então, aprender a linguagem da universidade. Que é uma linguagem que eu não conhecia. Uma linguagem muito mais que formal. Uma linguagem que trabalha com o contexto de vida da pessoa, pra onde a pessoa viaja, quem a pessoa conhece, se é influente se não é influente. Onde a pessoa mora.

Essa ex-aluna viveu na maior parte do tempo nessa instituição, situações inusitadas de discriminações e invisibilidades. Houve momentos que teve vontade de desistir ao se dar conta do tamanho do abismo social que a separava dos demais colegas, sem falar dos

inúmeros olhares que vinha recebendo e dessa forma, comparou-os como seres insensíveis à dor e ao sentimento alheio. Sobre estas dificuldades entre colonizador e colonizado, Munanga (1986, p.24) propõe:

Quando pode fugir do analfabetismo, o negro aprende a língua do colonizador, porque a materna, considerada inferior, não lhe permite interferir na vida social, nos guichês da administração, na burocracia, na magistratura, na tecnologia, etc. Na estrutura colonial, o bilingüismo é necessário, pois munido apenas de sua língua, o negro torna-se estrangeiro dentro de sua própria terra.

A partir das falas de todos os (EX-ACND) entrevistados, constatamos serem os alunos negros aqueles que mais sofreram discriminações. Portanto, foram esses também os que mais imprimiram resistências na universidade. Quando colocado em pauta as questões de preconceitos e a necessidade das cotas, a maioria da comunidade acadêmica tem afirmado que as cotas sociais “até” são necessárias, mas as cotas raciais, não. Porém essa realidade na prática, tem se apresentado de forma diferente. Vejamos o que disse o personagem “Zumbi”:

Como professor de história formado que sou, vamos usar o discurso de reparação histórico-social para provar pra essa elite que domina a UFRGS, a elite branca, dita elite intelectual que dominam a universidade, que os negros, indígenas, pobres, podem sim ser tão intelectuais quanto eles, ou até melhores. Até porque a gente tem um sentimento humanista maior do que esta elite né?

Sua fala trás a tona as dores de um estudante negro que viveu inúmeras resistências sociais dentro dessa instituição, onde ele subjetivamente precisou se camuflar entre os alunos não negros, (alisando os cabelos e vestindo-se com roupas de grifes), assim como os demais entrevistados que em alguns momentos traziam no olhar o medo de serem descobertos “cotistas” por outros colegas e professores na universidade.

Diante disso, vêem-se que os alunos cotistas negros para ingressarem na universidade brasileira passaram – e passam – por situações inusitadas, cuja maioria, demorou a se dar conta do tamanho do abismo social existente entre os cotistas e não cotistas. Diante disso, vimos que os alunos cotistas negros em sua constituição genética são portadores de traços específicos étnicos que os diferem dos demais, tais como – cabelo, nariz, boca, quadris,

timbre de voz, diferentes tonalidades de peles (uns mais claros, outros mais escuros, etc.) – na qual, muitas vezes, optam por se colocarem num “não lugar³³”:

Sobre as adaptações sociais que entram em choque com as étnicas, conforme “Rute de Souza”:

Eu creio que a UFRGS precisa se adaptar às classes menos favorecidas no sentido de colocar mais horários alternativos e noturnos. Pois estes alunos são trabalhadores e muitas vezes pais ou mães de família, e não apenas estudantes convencionais. Até a questão do mérito acadêmico poderia ser visto um meio alternativo, não apenas de glorificar os alunos que têm as melhores notas. Pois na grande maioria, este mérito é fornecido para a elite. O mérito acadêmico deveria abranger também o esforço individual apesar de todas as dificuldades, contrariando todas as expectativas eu consegui chegar ao final.

Frente às essas impressões, essa ex-aluna negra na UFRGS trouxe a falta de valorização dos alunos que trabalham e os que lutam para permanecer e concluir suas graduações num espaço educacional que tem se apresentado de maneira desigual por parte dos professores onde laureiam os que pouco fazem para estarem naquele lugar. Segundo Pereira (2010, p.567):

Em vista do contexto atual, que preconiza a inclusão através de ações afirmativas para a população negra, é necessário introduzir questões de aspecto histórico como sugestão para lançar novos olhares sobre o tema e construir outros que embasarão novas pesquisas e assim contribuir para a efetiva inclusão da história afro-brasileira nos currículos, tendo sempre por meta o fim das desigualdades educacionais que acompanham a trajetória da população negra ao longo da história brasileira. É importante relembrarmos que há muito o povo negro trabalha para mudar a educação escolarizada, no início com ações mediadas pelas próprias organizações negras, e tanto foi realizado, ao longo desse processo, que conseguimos, hoje, a instituição da Lei 10.639. Portanto, vale repetir: essa lei é a corporificação de muita luta engendrada pelas organizações negras, pelo Movimento Social Negro.

Por serem todos (EX-ACND) originários de bairros periféricos de Porto Alegre ou dos bairros distantes da capital, sentiram-se muitas vezes dentro dessa instituição, em um “não lugar”. Veja-se isso a partir da fala do personagem “Oliveira Silveira”:

³³ Não Lugar – Usamos este conceito a partir do etnólogo e antropólogo francês. Marc Augé (2 de setembro de 1935, França) que em seu livro Não-lugares de 1995, Marc Augé cunhou o termo “não-lugar” para se referir a lugares de transitórios que não possuem significado suficiente para serem definidos como “um lugar”, por exemplo, um quarto de hotel, um aeroporto ou supermercado etc. Transfiro estes lugares para a realidade negra que sem a sua identidade, fica deslocada em qualquer lugar que transite que saia da sua comunidade, família, chegando-se a acreditar que em alguns lugares não poderia transitar.

Eliane, (em lágrimas [...]) quando eu paro pra me lembrar, é tipo uma imagem de televisão sabe? eu coloco de um lado o antes e do outro lado o depois entendeu? Já começa aí, sabe? Têm negros na universidade hoje, têm negros, têm negras, sabe? Com as suas roupas, com os seus cabelos, entende? Eu acho que os professores estão mudando os seus discursos, estão reconhecendo a presença desse pessoal em seus Programas, na maneira como lidam com os alunos. Eu nunca parei pra pensar como que a minha orientadora me selecionou? Se ela queria um cotista pra experimentar, sabe, ou se ela acreditou em mim? Eu prefiro pensar na segunda alternativa [...].

Seu choro nos reporta a década de 80, onde o Movimento Negro direcionou forças e criou estratégias de denúncias raciais a partir de moções, cartas, pareceres, etc.. Junto a essas ações, houve cobranças por parte do Movimento para que fossem eleitos representantes governamentais, em especial no Legislativo garantindo através de dispositivos legais os direitos dos povos originários. Após décadas, vê-se que esses representantes ainda são exceções. Toma-se como exemplo, o caso de um político que circula em todos os campos sociais, trabalhando em prol de todos os segmentos sociais, o Senador Paulo Renato Paim³⁴.

Esse político é o único Senador negro na sociedade brasileira comprometido com as questões sociais e raciais onde em seu primeiro mandato para Senador, foi eleito pelo Estado do Rio Grande do Sul com mais de um milhão de votos. Até os dias de hoje seus diálogos tem sido com os: – deficientes, idosos, trabalhadores, mulheres e juventude-negros, indígenas, trabalhadores, quilombolas, refugiados, artistas, aposentados – Esse Senador fala em nome

³⁴ Paulo Renato Paim - Homem negro, Metalúrgico, formado pelo SENAI. Trabalhou na Metalúrgica Abramo Eberle e Forjasul antes de tornar-se, em 1981, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Entre 1983 a 1986 galgou os cargos de secretário-geral e vice-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores. Em 1985 filia-se ao PT e no ano seguinte elege-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Foi vice-líder do partido entre 1989/91. Reelegeu-se deputado sucessivamente em 1990, 1994 e 1998. Notabilizou-se nacionalmente pela adoção de salário mínimo de cem dólares. Provocou polêmica em 2001 quando, ao protestar contra projeto que alterava a CLT, rasgou um exemplar da Constituição Federal, e posteriormente o documento que pedia a cassação de seu mandato por este ato Nas eleições de 2002 disputa o cargo de senador. Participou na mesa diretora do Senado como primeiro vice-presidente no biênio 2003/2005 e entre 2007/2009 foi presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É autor do projeto de lei, apresentado em 1997 quando ainda era deputado federal, que criou o Estatuto do idoso, apresentou o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial e luta pelo fim do fator previdenciário.

dos Direitos Humanos. Lembrando que ele também foi o idealizador do Estatuto da Igualdade Racial³⁵, (EIR) que em seu parágrafo único prescreve:

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica [...]. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas em esferas públicas e privadas, durante o processo de formação social do País. (EIR, 2010, digital).

Atualmente, nosso país sofre transformações de diferentes formas onde as mudanças estão dentro do campo da representatividade negra oriunda de um passado permeado por desafios, cujas complexidades (adaptações e/ou inserções), colocam em relevo as resistências presentes no sistema educacional. Conforme relata “Mãe Menininha”:

Aí a minha prima entrou em cena e disse: Não Fulana, tu tem que entrar na UFRGS, porque, vê a minha situação: Eu estudo lá e dentro da universidade é sou só eu negra, mulher negra dentro de uma engenharia. Te coloques no teu lugar e te pense dentro da tua condição enquanto mulher negra vinda de um bairro de periferia, [...] Tu não pensa que é um lugar que a gente também tem que ocupar?

Sua contribuição confirma que o ingresso na Universidade a partir da política de cotas raciais, apresentou-se para os (Ex-ADND), um campo permeado por conflitos. Justamente por isso, revelou-se ideal para formação política e o amadurecimento identitário desses sujeitos negros, cujas falas não viriam antes de seus acessos à essa Universidade.

Foi tão importante o despertar étnico para essa aluna negra que passou a se dar conta da importância do papel político que exerceu dentro desta instituição representando um segmento social, assim como o despertar de seu colega, “Oliveira Silveira” no mesmo curso:

³⁵ Estatuto da Igualdade Racial - No Brasil, a Lei nº 12.288/10, de autoria do Senador Paulo Paim, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Segundo o artigo 1º, o Estatuto tem por objetivo “combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado”. Discriminação racial é definida pelo texto legal como “toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo, ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais” (art. 1º, § 1º). Já desigualdades raciais, por sua vez, como sendo “situações injustificadas de diferenciação de acesso e gozo de bens, serviços e oportunidades, na esfera pública e privada.

Na verdade, eu fui adquirir esta consciência da minha situação de classe, né, dos preconceitos que eu passava e tudo mais depois, conforme eu fui militando. O interessante é que eu estava conversando uma vez com uma funcionária lá da CONGRAD na Ciências Sociais, e ela disse que queria fazer uma entrevista comigo e tudo mais, porque achava a minha experiência muito interessante [...].

Secularmente, um dos principais objetivos do Movimento Negro tem sido focar nas ações e no acompanhamento das diretrizes curriculares dos alunos negros nos espaços educativos na qual essas políticas passaram a caminhar juntas. Porém, em momento algum de forma igualitária. Preocupação essa do movimento que auxilia no entendimento sobre as questões de adaptações e/ou inserções que vivem os alunos negros e cotistas nas instituições de ensino, a partir de Freire (2015, digital):

A adaptação no ser humano é um momento apenas para o que eu chamo “a sua” ou “da sua” inserção. Qual é a distinção que eu faço entre adaptação no mundo e inserção no mundo? Na adaptação há uma adequação, há um ajuste do corpo às condições materiais, históricas, sociais, geográficas climáticas, etc. E na inserção o que há é a tomada de decisão no sentido da sua intervenção no mundo.

De posse dessa contribuição de Freire, um pouco mais de como se concretizou essa inserção/adaptação na vida da personagem “Mãe Menininha”:

Aí eu acreditei nisso, eu vou ver uma UFRGS mais colorida. E eu pensei, poxa, imagina num curso como o meu de Ciências Sociais que se julga que as pessoas são mais abertas a discutir este tipo de assunto e aí eu vi que não, que ali são muito conservadores.

E, na seqüência a ex-aluna fala sobre sua adaptação/inserção:

Foi a minha adaptação dentro da estrutura da universidade, pra entender um pouco do trabalho que era exigido, quer dizer, depois eles aproveitaram a minha força de vontade e eu também me ofereci pra fazer mais coisas pra aprender. (MM).

Finalmente comenta sobre a sua experiência entre inserção/adaptação:

Eu dizia: “mas eu não quero falar do centro de Porto Alegre, eu quero falar do bairro Rubem Berta, do bairro Bom Jesus, eu quero falar do que tem este contraste sobre isso. E aí ficava aquele silêncio na aula. Não sabiam me responder. (MM).

Nessa dialética, ela foi vivendo suas adaptações/inserções diante de um processo de caminhada, compromisso, avaliações e ações efetivas:

E aí depois a gente estava num momento de reavaliação do programa e o pessoal tinha que se rearticular, e aí eu disse: não, precisamos estar lá porque a gente foi um dos grupos se não foi o grupo que ajudou na implementação. Então a gente tem que falar pra estar dando a nossa contribuição na reavaliação porque existiu o risco de o programa deixar de existir.

As contribuições de “MM” colada com a potente distinção de Freire (2015) em seu comentário nos fez perceber como ela utilizou a sua categoria na vida e da vida dos demais (EX-ACND) após suas chegadas nesse espaço universitário. Eles não tinham acúmulo de conhecimento do conteúdo e do significado das palavras “aprender o que é estar na UFRGS” ocupando um lugar dentro da política de ações afirmativas. Veja-se como exemplo, o caso de “Antonietta de Barros”:

Estávamos numa aula e falando de acessibilidade, deficientes físicos, aí a professora começou a falar dos termos que deveriam ser usados, dizendo que não existiam negros no Brasil. Daí ela disse, aí, por exemplo o negro, - negro é daquela cor ali e apontou para um colega que estava de camiseta preta. E disse que não existia negros no Brasil. Daí, eu e outra colega negra, levantamos a mão e perguntamos: Tá professora, e nós somos o que então? E ela disse: - Vocês são pardas! Vai dizer que vocês se consideram negras? E nós afirmamos que sim, com certeza. E ela disse: Não, vocês não são negras, são pardas. No final da aula, fomos lá e a minha colega falou com ela e disse que ela não era ninguém pra falar que a gente não era negra. Daí, a gente decidiu levar adiante, e fomos para a Secretaria enfim, levamos o assunto, mas não deu em nada, Nos mandaram conversar com uma psicóloga lá da escola e ela nos disse – Que bom que vocês vêm nos trazer isso, porque nós como brancos não sabemos nada, não sabemos deste tipo de coisa, enfim [...].

Aí, nossos colegas ficaram do nosso lado. Disseram-nos que a professora foi se retratar outro dia, e eu não estava na aula, e disseram que foi pior do que ela falou, ou seja, piorou a situação. E só uma colega nos questionou: - Tá o que vocês querem mais se ela já pediu desculpas?

Para que possamos entender melhor essas complexidades, faz-se necessário acessar as legislações que foram criadas para garantir esses direitos, nas quais, a maioria dos (EX-ACND) depois de tomarem conhecimento desses dispositivos, passaram a utilizá-las com o objetivo de estabelecerem melhores diálogos dentro da UFRGS.

2.4 UMA ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE COTAS

No início do ano 2000, o Governo Federal começou a investir em projetos de caráter afirmativo divulgando editais, projetos e propostas direcionadas para os ativistas do movimento negro e sociedade civil para participarem das políticas de ações afirmativas referentes ao povo negro.

Este ano foi um importante marco para a causa negra brasileira, lembrando que na a I Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância³⁶ ocorrida em Durban na África do Sul, onde o Brasil foi signatário frente aos diversos países que apresentaram um tratado contendo com mais de duzentas reivindicações.

Após a realização dessa Convenção em Durban, os representantes do movimento negro de todos os países apresentaram suas reivindicações para o Movimento Negro e para a sociedade civil estabelecendo a partir daí, um compromisso político do Itamaraty, de promover ações afirmativas referentes às questões negras brasileiras.

Essa ação internacional atendeu a maior demanda histórica do movimento negro brasileiro e colocou no alto escalão governamental, pessoas estratégicas para levarem as reivindicações deste movimento. Neste tempo, duas pessoas foram responsáveis por encaminhamentos e retornos sobre as políticas fazendo a interlocução com o movimento negro e o alto escalão presidencial.

³⁶ O ano de 2001 foi proclamado o Ano Internacional da Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Todas as Formas de Intolerância, pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A decisão de consagrar o ano de 2001 para a mobilização contra o racismo e a xenofobia, foi tomada pela Assembléia Geral da ONU, em 9 de Dezembro de 1998 e foi ligada à decisão de organizar uma conferência (a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e todas as de Intolerância), no mesmo ano. Na sua resolução (A/RES/53/132), a Assembléia Geral indicou que esta observância “apontava para dirigir a atenção mundial para os objetivos da Conferência Mundial e dar novo estatuto ao comprometimento político para a eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e todas as formas de intolerância. A Conferência ocorreu em Durban, na África do Sul, de 28-31 de Agosto de 2001. O encontro governamental foi de 31 de Agosto a 7 de Setembro de 2001. Dia 8 de Setembro foram adotados uma declaração e um programa de ação.

As pessoas indicadas pelo movimento negro para representarem o Brasil nessa pauta foram a professora gaúcha Vera Triumpho³⁷ e o pedagogo carioca Carlos Alberto Ivanir dos Santos³⁸. Seus movimentos também resultaram na criação da Seppir³⁹ (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial).

Com o passar dos anos, outros sujeitos comprometidos com as questões negras foram inseridos na pauta racial criando grupos e organizações para tratarem dessas questões. Para ter-se uma noção do tamanho deste movimento no Estado do Rio Grande do Sul, são mais de uma centena de organizações que trabalham com as questões negras e, algumas em outros países.

Nas associações, institutos, grupos, entidades que compõe o cenário gaúcho, cada um utiliza a sua bandeira de luta contra os mais variados tipos de preconceitos e discriminações raciais. Pois, diante dos fatos históricos sabemos que a colonização no Sul foi bem diferente das demais regiões brasileiras devido a influência européia. Portanto, estas organizações não poderiam ser diferentes correlacionadas com a densidade populacional negra onde Porto Alegre ocupa o terceiro lugar que menos concentra a população negra⁴⁰ frente as demais capitais. Sobre esse assunto, o gráfico a seguir.

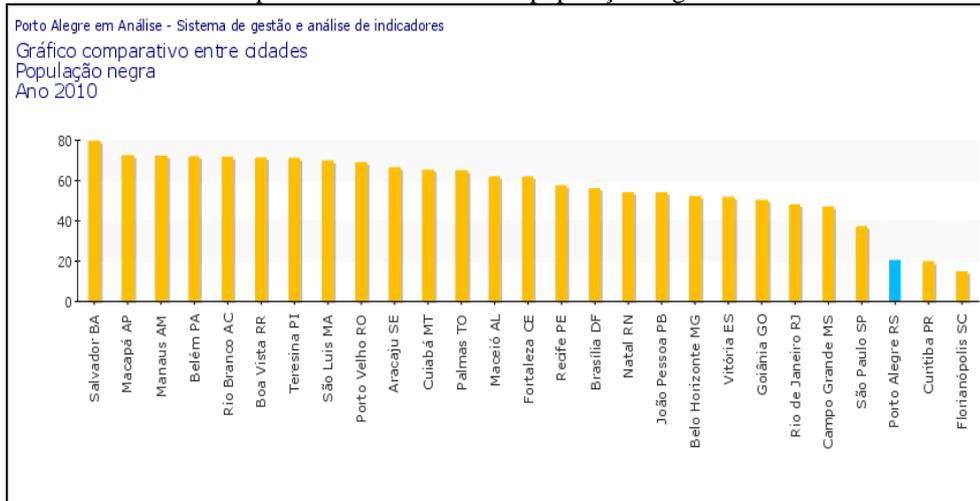
³⁷ Vera Triumpho - Coordenadora do Coletivo de Educadores Negros e da Regional Sul dos Agentes de Pastoral Negros. Pedagoga, gaúcha e articuladora do movimento negro gaúcho. Ativa Agente Pastoral Negra, que foi uma das pioneiras a inserir o debate sobre a religiosidade de matriz africana na igreja católica. E uma das que me ajudou a ingressar no movimento negro gaúcho a partir da motivação e provocação para que na condição de negra e Pedagoga, buscasse um pouco de minhas raízes para ajudar os professores em suas caminhadas.

³⁸ Carlos Alberto Ivanir dos Santos - Pedagogo, Babalorixá, Carioca, homem negro e ativista dos Direitos Humanos e do movimento negro. Faz parte da Executiva Nacional do CEAP- Centro de Articulação das Populações Marginalizada localizada no Bairro Lapa, no Rio de Janeiro. Esta ONG também trabalha com a denúncia de exploração e extermínio de meninos e meninas de rua.

³⁹ Seppir - Secretaria Especial de Políticas Para a Igualdade Racial. Esta Secretaria foi criada no ano de 2003 para atender as demandas referentes às questões negras no Brasil, sendo diluída em outros Ministérios com a troca do Governo Federal.

⁴⁰ População negra - Percentual da população negra em relação ao total da população residente. O total da população de cor negra da cidade é superior ao somatório dos valores apresentados pelas Regiões. A diferença deve-se a restrição de dados feita pelo IBGE para proteção dos dados dos informantes da pesquisa. Unidade do indicador: Percentual. (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Gráfico 4: Gráfico comparativo entre cidades da população negra no ano de 2010



Fonte: Observapoa (2015, digital).

Referente a essas disparidades étnicas no Rio Grande do Sul, Marcelo Paixão (2013), apresentou dados de uma de suas publicações: “Mapa das Desigualdades 2009-2011” num Seminário⁴¹ em Porto Alegre. Ele apresentou uma análise dos dados e avaliação sobre essas políticas nas quais as identificou como reparações históricas e falou das resistências e das complexidades que enfrentam para serem implementadas, que não fugiu da realidade presente na UFRGS.

Nesse seminário, Paixão (2013) resumiu sua intervenção neste evento com a seguinte frase: “*O grande impacto das medidas de ação afirmativas foi colocar o tema das desigualdades raciais, colado com as questões das desigualdades sociais no Brasil, mudando a lógica*”.

Lembra-se que esse relatório antecedeu a promulgação da Lei nº 711/12, Lei essa que trata da política de cotas nas universidades. Pois antes desta lei, cada universidade realizava a implementação de seu sistema das cotas raciais e sociais de acordo com as suas especificidades. Algumas possuíam suas ações afirmativas em forma de bônus, outras optaram por mantê-las, ampliando o percentual ou inserindo outros segmentos tais como: os indígenas, deficientes, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outros.

Essas políticas e as demais ações sobre as questões negras gradativamente aprovadas, ainda contribuem de maneira muito tímida na democratização da universidade pública. Pois, elas resistem em legitimar essas legislações como conquistas históricas do povo negro, portanto, libertadora de indivíduos, para que as amarras da alienação sejam rompidas

⁴¹ Seminário na qual o carioca, homem negro, professor da UERJ, Dr. Marcelo Paixão apresentou seu livro: “Relatório das Desigualdades Sociais”. Foi apresentada no auditório da Faculdade de Direito da UFRGS cuja proposta á apresentação desta publicação em todos os estados (2013).

coletivamente não enfraquecendo os objetivos da luta negra. Sobre esses cuidados no campo de luta do movimento negro, Santos (2011, p.59) define que:

Uma coisa é a conquista de uma personalidade forte, capaz de romper com os preconceitos. Outra coisa é adquirir os instrumentos de realização eficaz dessa liberdade. Sozinhos, ficamos livres, mas não podemos exercitar a nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização. É assim que nosso campo de luta se alarga e que um maior número de pessoas se avizinha da consciência possível, rompendo as amarras da alienação. É também pela organização que pessoas inconformadas se reúnem, ampliando, sua força e arrastando, pela convicção e o exemplo, gente predisposta, mas ainda não solidamente instalada nesses princípios redentores.

A maioria dos alunos cotistas legitimados pelo sistema de cotas raciais no Brasil luta diuturnamente por suas permanências nas universidades. São inusitadas e inimagináveis as situações que enfrentam, sem falar da demora que leva para entender o tamanho do abismo e das complexidades presentes no campus universitário, no qual, muitos optam por ficar no anonimato.

A força que os (EX-ACND) fizeram para não caírem na reprodução das desigualdades históricas e sociais dentro desse espaço institucional é inimaginável. Vejamos o que fez “Mãe Menininha” frente às tarefas que precisou realizar para adquirir experiência no mercado de trabalho enquanto se preparava para ingressar na universidade:

Daí como eu trabalhava como Office girl era uma empresa de menção internacional eu fazia todo o serviço de banco e comecei a me destacar porque muitas vezes o trabalho que eu fazia era feito por dois ou três pela minha organização e tal. E fora aí tinha toda a surpresa de eu ser mulher, porque normalmente são homens que fazem este tipo de trabalho. E aí eu acabei dentro de uns três meses que eu entrei e fui promovida e trabalhei nos serviços gerais. Os serviços gerais da empresa era fazer cópias, terminar de arrumar processo, receber as pessoas pra depois encaminhar para os outros departamentos. Aí eu comecei a trabalhar nisso. (MM).

Após esse período, vimos que seu ingresso na universidade não difere muito destes malabarismos, pois, todos os (EX-ACND) passaram muito tempo se preparando para alcançar o conteúdo, estudaram para as provas com poucos recursos e, ficaram atentos às bolsas que a UFRGS oferecia para manterem-se dentro deste espaço na educação. Fato esse, que retrata seus contextos de chegada nessa instituição. Questões essa que veremos no próximo capítulo.

3 O CONTEXTO DA CHEGADA DOS COTISTAS NEGROS NA UFRGS

Na UFRGS, o debate sobre as políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais iniciaram-se no primeiro semestre de 2007. Estas reivindicações ocorreram por pressão de alunos, servidores, técnicos e com pessoas identificadas para com essa pauta do segmento social “movimento negro”, uniram-se com os alunos da graduação, da pós-graduação e instituíram o Fórum de Ações Afirmativas.

Naquele tempo, para a instituírem as cotas, os componentes do Fórum iniciaram um movimento pedagógico de articulação com outros segmentos sociais. Os DCEs. (Diretórios Acadêmicos dos Estudantes) abriram espaço para os integrantes de o Fórum apresentar a proposta dessa pauta a ser entregue na reunião do Consun (Conselho Universitário) para apreciação.

Rememorando uma política aprovada na década passada, que coincidiu com a defesa dessa tese, naquele tempo, se deu em dois momentos. Nos dois dias de votação contou com a participação e a presença de diversos segmentos sociais, tais como: Movimento Negro; Indígena; GLBT (*gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais); MST (Movimento Sem Terra); MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados); Juventude Negra; Religiosos de Matriz Africana; Acadêmicos e Técnicos da UFRGS; estudantes de outras instituições; Senador Paulo Renato Paim; etc..

No primeiro dia da votação, foi solicitada a retirada do processo pela aluna representante dos discentes no Consun que justificou seu pedido, em nome dos contrários à implementação dessa política, cuja justificativa girava em torno da necessidade de se ter cotas sociais, mas raciais não, porque acirrarariam os preconceitos devido à falta de aprofundamento nas leituras do processo em pauta.

O prazo para a retomada deste processo no Consun foi de aproximadamente um mês. Nesse meio tempo, os integrantes do Fórum de Ações Afirmativas, representantes dos DCEs (Diretórios Centrais de Ensino) e, pessoas identificadas com a causa saíram às ruas para mobilizarem a sociedade gaúcha. Neste intervalo, viu-se a sociedade gaúcha e os espaços dessa universidade dividir-se em diferentes opiniões.

Paralelo a esse movimento, o Fórum de Ações Afirmativas entre outras organizações realizaram atividades, tais como: a) reuniões; b) construção de materiais específicos; c) entrevistas em veículos de comunicações; c) encontros com os professores e alunos de outros cursos; d) debates; e) oficinas; f) seminários, etc..

Todos os dias ocorreram manifestações públicas. Um grande grupo de alunos e representantes desse Fórum dirigiu-se ao centro da cidade e distribuíram materiais informativos. Dialogaram com as pessoas explicando a importância dessa política na universidade pública de referência internacional no Estado do Rio Grande do Sul.

Neste ínterim, certo dia os muros em frente ao (RU) Restaurante Universitário amanheceram pichados da noite para o dia. Uma das frases que explicitou o racismo da sociedade e, especialmente das pessoas que eram contrárias a esta política e não sabiam como expressar foi: “Negro só se for na cozinha do RU⁴², cotas não!”. Confira essa ousadia na figura a seguir.

Figura 6: Opiniões de pessoas contrárias ao movimento



Fonte: Jornal Diário do Centro do Mundo (2016).

Diante dessa situação, esse muro foi fotografado e paralelo a isso, realizamos várias ações. O GT foi ao Ministério Público encaminhar a denúncia. E, quanto mais denunciávamos, mais situações de preconceitos nos chegavam. Entre muitos casos, destaca-se mais um que veio pela rede social, naquele tempo chamada “Orkut (2007)” onde algumas pessoas usaram a rede sem nenhum escrúpulo, e sem se preocuparem em expor seus racismos e preconceitos sobre os negros e indígenas. Entre muitas ofensas absurdas, lemos expressões de ódios e indignações tais como: “Os negros e os índios estão chegando e nós vamos “c” [...] eles a pau!”.

Foram tantas as ações realizadas com a juventude e com os estudantes, que em muitos momentos parecia que aquele grupo se multiplicava estando simultaneamente em vários espaços ao mesmo tempo.

⁴² RU – Restaurante Universitário - Nome dado aos restaurantes existentes da UFRGS em vários cursos. Este que fora pichado localiza-se na Avenida. João Pessoa, ou seja, no Campus Central.

Na segunda reunião do Consun, o projeto foi aprovado após mais de treze horas de discussão, porém, com algumas ressalvas. A mais pesada nos foi a flexibilização da permanência pelo acesso. Ação essa, que só foi corrigida após 5 anos com a participação da autora e de uma das entrevistadas dessa pesquisa na reformulação da nova diretriz, onde mais uma vez se denunciou que entre os alunos de escolas públicas, foram os alunos negros e os indígenas que se mantiveram em desvantagem.

Devido à articulação desse Fórum, a participação dos movimentos sociais, a organização de alguns alunos e servidores dessa instituição foram os principais protagonistas na aprovação dessa Resolução no Consun.

Diante das políticas de ações afirmativas, o país confrontou-se dentro de um momento de efervescência das cotas e da necessidade de democratização nas universidades. O Rio Grande do Sul, mais especificamente a UFRGS, entrou na vitrine e muitas universidades esperavam pela decisão para implementarem as suas cotas. Foi um tempo em que muitos sem entenderem especificamente do que tratavam essas políticas, se posicionaram contrários às cotas raciais, porém, favoráveis às cotas sociais. Entretanto, seus posicionamentos seguiam uma lógica hegemonicamente branca, que após o sistema da abolição no Brasil, ajuda-nos compreender melhor de onde partem essas tentativas de branqueamentos que os (EX-ACND) encontram nas universidades. Essa lógica nos bem explicitada a partir de Bento (2002, p.14):

O branqueamento, toda vida não poderia deixar de ser entendido também como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social.

Fora da universidade, em seu interior, em seus corredores, o assunto das cotas gerou um clima de insegurança e instabilidade. Foi um tempo de invasão nas salas de aula e na vida de muitos alunos e professores que receosos sobre essa política, optaram por ficarem ao lado dos que já tinham privilégios caso houvesse a aprovação da cotas (e houve). Nesse clima de insegurança, deixaram transparecer por detrás das suas preocupações, a divisão de poder e principalmente das vantagens que uns poderiam ter sobre os outros. Assim, aqueles que se mostraram, ou seja, os que se arriscaram a dialogar sobre o assunto, pois a maioria se posicionou contrária à política de cotas.

Vários foram os subterfúgios de muitos indos desde a identificação para com a luta dos negros, até justificativas de que tinham amigos ou familiares negros distantes em suas famílias [...]. Os que defendiam as cotas não tiveram problema em afirmar que elas deveriam ser

destinadas aos pobres, pois, quando se referiam aos negros ou indígenas, expressavam preocupações pessoais, entre elas, o acirramento do racismo e das discriminações.

As justificativas também vieram escamoteadas sobre as preocupações que os negros deveriam se proteger desse mal social, não aceitando migalhas, ou entrando pela porta dos fundos porque tinham capacidades “iguais” aos brancos.

Informavam que independentemente de etnia, condição social, sexual, ou de deficiência, todos possuem a mesma “capacidade”. Acreditamos que sim, todos têm capacidades, sendo que o que lhes falta é a “oportunidade”, pois se todos podem, mas nem todos recebem a oportunidade de mostrarem as suas capacidades, então como incluí-los se não pelas cotas?

Diante dessas justificativas que escamoteiam o mito da democracia racial, apresenta-se uma práxis que anteviu a chegada das cotas nesta instituição e os embates que travados dentro da universidade com os alunos e professores, que só foi possível devido à oportunidade que uma professora (não negra), deu à autora negra dessa tese.

3.1 OS EMBATES QUE ANTECEDERAM A APROVAÇÃO DAS COTAS NA UFRGS

Diante da justificativa de branqueamento presente nas aulas referente às cotas, num clima eufórico de expectativa por poucos e o silêncio de muitos, a UFRGS diante dessa encruzilhada chegou ao momento que: ou implementava as políticas de ações afirmativas; ou pagaria o preço de sua inoperância Institucional devido ao seu contexto historicamente marcado pelas desigualdades étnicas e sua exclusão social. Diante dessa exclusão, Zitkoski (2013, p.14) pontua:

Há, portanto, uma trajetória histórica dos movimentos de Educação Popular em cada país latino-americano. Ou seja, as classes populares da América Latina, em cada contexto específico, foram trilhando um caminho concreto nas lutas emancipatórias que se travaram face aos imperialismos primeiro-mundistas (europeu e norte americano). É nesse contexto histórico de um continente espoliado e submetido aos domínios da lógica do capital, desde o século XVI, que precisamos buscar o sentido das lutas sociais e entender os modelos de sociedade transplantados para nosso continente e, a partir dessa história concreta, projetar as possibilidades futuras.

De acordo com esse autor, vimos que as classes populares em cada contexto específico na história trilharam caminhos concretos de lutas emancipatórias que entre muitas tentativas, está o acerto em implementar as ações afirmativas, em especial, as cotas raciais como uma política necessária na reparação das desigualdades étnicas e sociais ainda presentes fortemente no universo da UFRGS.

Semanas que antecederam a aprovação das ações afirmativas nessa instituição, num seminário denominado “Relendo os Clássicos” a professora, entrou em aula e lançou ao grupo o seguinte desafio: *“Cotas, você é contra ou a favor? E aí? Hoje eu quero ouvir vocês!”* (maio/2007).

O clima ficou pesado, as expressões faciais foram se modificando, os sorrisos desaparecendo aos poucos e, a única aluna negra na sala, sentiu seu sangue ferver. A pergunta foi inesperada e ela que foi para ela. Timidamente, esperou seus colegas exporem suas ideias, preocupada com suas falas, observou que as opiniões eram contrárias às cotas raciais em detrimento dos privilégios.

Um colega além de opinião contrária às cotas sociais ou raciais apresentou uma opinião carregada de subjetividades: *“Eu não sou contra, mas acho que a situação no país é econômica. Então, cotas sociais, tudo bem, mas as raciais não. Por isso eu acho que tem que ser outra coisa, para resolver esse problema e não cotas!”* (FLM, 2007).

Essa aluna não se conteve, e pediu que ele apresentasse essa “outra coisa”, ou se tinha ideia onde ela estava [...]. Ele ficou bravo, descontrolado, tentou impor sua opinião aos demais colegas e houve um momento em que a sala fora invadida por um longo silêncio [...].

A maioria dos alunos atentou à discussão sem entenderem o que estava acontecendo. Alguns preferiram não manifestar-se para não se expor e diante da voz do homem branco, a única mulher negra na sala propôs a professora uma aula que pudesse levar alguns convidados para falarem de seus lugares.

Após o consentimento da professora para a próxima aula ela pensou: – *“Meu Pai Oxalá, e agora? Olha onde fui mexer! Como é que vou dialogar com a maioria desses colegas sendo contra as cotas raciais, e eu a única negra na sala?”*. (EAS)

Terminada a aula, outra colega prestou solidariedade dizendo que não havia se manifestado em aula para não se expor, mas estava do seu lado por também era aluna pobre, e na condição de branca recebia muitos preconceitos por conta disso nessa universidade. Após essa, de longe, mais uma colega se prontificou para ajudar no que necessário fosse

Novamente o “Bar do Antônio⁴³” foi o local de seus encontros para planejar essa ação onde tiveram como referências os seus colegas de turma que atuavam em algumas frentes tais como o movimento de mulheres e o movimento dos trabalhadores desempregados (MTD).

⁴³ Bar do Antonio - Quase todos os cursos possuem um bar e todos levam o mesmo nome: Antônio. Por ser esta a pessoa que faz franquia com todos os bares, fica difícil saber qual o bar do Antônio se as pessoas não os identificarem por cores ou ao lado de qual faculdade se localiza, por exemplo.

Externo à universidade, convidaram um representante do movimento negro, um representante dos deficientes e um do grupo LGBT.

No dia do debate elas oportunizaram a cada convidado aproximadamente vinte minutos. Elas tiveram por objetivo, não convencerem os que se manifestaram contrários às cotas, e sim, que seus colegas tivessem a oportunidade de decidirem por si próprios suas opiniões sobre o real significado das cotas sociais e raciais e também, a não prevalência das cotas sociais sobre as raciais.

Tudo pronto. A primeira convidada falou representando a luta das mulheres e após sua explanação, terminou com a seguinte conclusão: “- *Vimos que a maioria das mulheres que mais sofrem preconceitos e discriminações relacionados aos seus salários, exclusão e as diversas formas de violência, são as mulheres negras*”.⁴⁴

O segundo convidado falou em nome do movimento negro brasileiro. Sendo ele um dos fundadores do Movimento Negro Unificado apresentou uma análise da conjuntura:

Quem é contra, é contra, tem que ser respeitado. Mas quem é favorável e diz: – sou favorável, mas [...]. Não acreditem nele porque também é contra. Então, com esses não adianta perder tempo, pois seus argumentinhos serão fajutos. Temos que contar com os que são a favor desta política e possuem o entendimento que é uma dívida histórica que a sociedade tem para com o povo negro, portanto, a partir destas políticas de cotas, precisa-se reparar. (Depoimento do líder do Movimento Negro que reside em Porto Alegre e representa o MNU no Estado do Rio Grande do Sul. (AMS)

O terceiro foi o colega representante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados⁴⁵. Encerrou sua fala com a seguinte contribuição: “- *Pra vocês verem, que os primeiros a serem demitidos e ficarem desempregados nesta sociedade preconceituosa e discriminadora, são as mulheres negras e os jovens negros*”.

O quarto representante falou em nome dos gays e lésbicas e travestis, terminando com a seguinte constatação:

⁴⁴ Essa foi a fala da colega “Cora”, na qual optamos por não inserir seu nome completo nesta tese.

⁴⁵ MTD- O Movimento dos Trabalhadores Desempregados “Pela Base” é um movimento social que busca, a partir da mobilização do povo organizado, lutar na reivindicação dos direitos e das necessidades mais imediatas do nosso povo, seja na educação, saúde, cultura, trabalho, etc. Para isso, de forma coletiva e horizontal também buscamos construir ferramentas de luta que ajudem na caminhada cotidiana em direção a estes objetivos, como centros de cultura, bibliotecas, oficinas, atividades culturais, trabalhos de produção e geração coletiva de renda, espaços de educação e outros.

- Eu que sou um homem branco e gay, vejo que os travestis, e os gays que tem pouco estudo, também são os que mais apanham da polícia, sem falarmos que esses diante da sociedade são os que possuem menos oportunidades de emprego. Preciso também falar aqui das diversas violências sofridas no corpo e na alma, principalmente das bichas, transexuais, lésbicas e homossexuais negros⁴⁶.

O ultimo a falar, foi o representante do segmento dos deficientes. Todos foram importantes, mas esse foi o que mais nos tocou ajudando a fortalecer a importância das cotas raciais encerrando com a seguinte afirmativa:

- Vejam vocês, vejam vocês que podem ver, porque eu sou cego. Portanto, eu homem branco e cego, enxergo que os deficientes mais discriminados por esta sociedade, ou seja, aqueles que não conseguem vagas de emprego e se expõem na chuva, no sol, nas esquinas de lojas vendendo produtos tais como pentes, espelhos e alho, outros, são os deficientes pobres e principalmente os deficientes negros.

Após essas significativas contribuições, a professora encerrou essa práxis na qual vimos muitos emudecerem e ela com os olhos emaranhados d'água assumiu ter sido essa a melhor aula de sua vida, justificando que diante de toda a representação social que não adentra os bancos universitários com a chegada das cotas, quiçá poderiam esses também serem os sujeitos desses direitos?

Nós? Ganhamos fôlego e confirmou-se estarmos no caminho certo e a partir dessa práxis, dialogamos com outros cursos e fomos para as ruas da cidade levando para a população portoalegrense a informação da chegada das cotas na UFRGS.

Após uma longa e complexa caminhada dentro e fora dos portões da universidade em questão, finalmente houve a aprovação desse projeto coletivo referente às ações afirmativas na UFRGS numa segunda tentativa. Depois da aprovação dessa política no Sul, outros municípios e Estados adotaram as ações afirmativas em outras universidades brasileiras.

No final do dia da aprovação das políticas de ações afirmativas na UFRGS, após mais de 13 horas, foi difícil conter o choro, pois, sabíamos que essa conquista era o marco da chegada das classes populares nessa universidade. Saímos cantando e tocando os tambores por todos os cantos da instituição.

Também foi impossível evitar as lágrimas quando a professora que oportunizou a práxis em sala de aula telefonou dizendo: “- *Parabéns conseguiram, mas esta luta está apenas começando. Portanto, força e coragem porque vocês são os merecedores. Agora nunca mais a nossa universidade será a mesma!*” (C.M)

⁴⁶ Célio Golin-Representante do Grupo Nuances. Portoalegrense que realiza formações sobre essa temática no Brasil.

No primeiro ano das cotas preparou-se a chegada dos alunos cotistas com a presença dos representantes do Fórum e do movimento negro dirigindo-se ao Ministério Público apresentando a preocupação de como cada curso iria se organizar com a chegada dos cotistas sociais e raciais após o vestibular.

Representantes de todos os cursos compareceram nessa audiência pública para relatarem os seus “trotos”, e cada representante de diretório acadêmico apresentou a sua proposta. Impossível esquecer o momento que o representante do Curso de Medicina levantou, estufou o peito e disse orgulhosamente em alto e bom tom para as promotoras: “- *Lá na Medicina vocês não precisam se preocupar porque graças à Deus, não entrou nenhum negro!*”

Não foi preciso dizer, o quanto sua fala foi instigante para que as promotoras chamassem sua atenção sobre o assunto, colocando todos os pingos nos “is”.

As falas do senso comum presente na expressão desse aluno de medicina em audiência no Ministério Público, corroboram com a prática discriminatória que viveu a personagem “Mãe Menininha” na mesma universidade após sua chegada, porém, em outro curso:

O racismo é como se ele anesthesiasse a gente e fizesse a gente ter medo de botar a cara na rua porque, na verdade, a situação que eu passei no meu emprego justamente me incomodou para eu estar prestando atenção nestas questões.

A situação de preconceito à qual se refere essa ex-cotista está relacionada ao fato de ter sido acusada injustamente pelo sumiço de um cheque de alta quantia no local em que realizou seu primeiro estágio. Essa situação a chocou tanto, que no momento dessa acusação, não conseguiu falar nada e limitou-se a chorar.

Estas e outras situações vividas por (EX-ACND) cotistas negros no mundo acadêmico levaram esses indivíduos negros a criarem subterfúgios de resistências e sobrevivências no mundo da academia, porque esta, sempre que pode, apresenta em seu currículo somente os saberes científicos e muitos choques têm se dado quando os saberes tradicionais adentraram essa instituição pelos grupos que sofreram e sofrem as injustiças sociais. Vejamos o que passou o personagem “Zumbi” frente a essas adversidades:

Também tive problemas em relação aos pensamentos, bater de frente, dizer exatamente isso que eu estou te dizendo agora foi o que eu disse para ele: - Eu faço tudo professor, eu vivo, eu não faço só a sua cadeira!. Aí, ele me prova que é o exemplo da elitização desta universidade, independente do curso. O mérito é todo dele. Ele se tornou doutor, mas o seu título de doutor leva à arrogância, prepotência porque ele conseguiu se graduar em três anos, emendar o mestrado e doutorado. Como eu disse, eu levei 10 anos para entrar na universidade, que eu escolhi, no curso que eu queria. E eu batalhei todos os dias pra conseguir me formar em cinco anos, trabalhando, estudando, enfrentando problemas familiares, às vezes não tendo um real pra almoçar e jantar, que era cinquenta centavos na época o RU naquela época, mas [...] (observo que algumas lágrimas são impedidas de escorrerem pelos seus olhos) [...] os problemas eram esses, foram superados. Agora, é seguir adiante!

Os alunos descendentes dos povos originários foram os que mais resistiram às diferenças cognitivas e sociais que encontraram num espaço diferenciado de suas realidades, ou seja, no universo acadêmico. Sobre esses conhecimentos, Santos (2010, p. 76):

Ou seja, a injustiça social contém no seu âmago uma injustiça cognitiva. Isto é particularmente óbvio à escala global já que os países periféricos, ricos em saberes não científicos, mas pobres em conhecimento científico, viram este último, sob a forma da ciência econômica, destruir as suas formas de sociabilidade, as suas economias, as suas comunidades indígenas e camponesas, o seu meio ambiente.

Hoje o cenário acadêmico da UFRGS é composto também pelos cotistas negros, indígenas e oriundos das escolas públicas, formando um mosaico de diversidades que ajudou a tornar o acesso ao conhecimento um pouco mais universal, porque as diferentes formas de ingresso – através das cotas raciais e sociais, tem levado os alunos a conviverem num universo de conhecimentos e, trocas culturais tornando a universidade um pouco “mais colorida”. Observamos a expectativa da personagem “Mãe Menininha” sobre esse acesso:

Quando eu entrei na universidade a minha prima me dizia: Olha, tu vai ter que te acostumar, tu vai tá ocupando espaços que é só tu de negra. Porque a gente vem de um bairro que a maioria é negra, então, tu te sente aquela coisa destacada. “Aí eu pensei: Tudo bem”. E ela: Mas tu vais ser um diferencial porque tu estás entrando no primeiro ano de cotas, tu vai ver uma UFRGS um pouco mais colorida.

Esse colorido iniciou a partir do primeiro semestre de 2008 nessa instituição pública. Como já foi visto anteriormente, de acordo com a Decisão 134/2007 do Consun, a UFRGS ficou mais plural, pois, passou a reservar do seu total de vagas nos cursos de graduação, 30% (trinta por cento) para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio. Esse percentual foi distribuído entre 15% das vagas para alunos autodeclarados negros e 15% das vagas para os alunos oriundos de escolas públicas. Lembrando que dez vagas eram reservadas para as comunidades indígenas, na qual, os alunos são indicados por seus caciques, cabendo-lhes o direito de escolher os cursos que desejavam ingressar.

Lembra-se que após cinco anos dessa política em vigor, em 2012 houve uma nova reformulação das ações afirmativas das cotas sociais e, especialmente as raciais passaram a ter outro desenho, porque se chegou ao entendimento que os alunos autodeclarados negros eram os mais prejudicados nos acessos, permanências, migrações, evasões e/ou outras dificuldades e por conta disso, sofreram preconceitos por parte de colegas e professores.

Os caminhos que trilharam até aqui estão relacionados com as inquietudes pessoais particulares, referentes às desigualdades étnicas constatadas em todas as esferas na sociedade brasileira, cujas dificuldades do povo negro se iniciam na base, ou seja, na família e se direcionam com o passar do tempo para outros espaços, tais como, a educação, trabalho, segurança, saúde, mídia, etc..

No campo da educação, no interior da UFRGS, os alunos cotistas sofrem variados tipos de preconceitos. Os entrevistados informaram que na maior parte optaram por não se manifestarem, acreditando não terem elementos de argumentação diante da pressão sofrida. Portanto, a maioria se calou evitando dessa forma, desgastes políticos físicos, psicológicos, etc.. O depoimento da personagem “Maria Helena Vargas da Silveira” relata o seguinte:

Na secretaria você assina um documento que tu diz que o teu trabalho vai ser levado para a biblioteca ou não, tu assina um documento. Entreguei e no outro dia tinha uma prova com ele. Então, na aula eu perguntei: - (24:25) Professor, porque o Senhor me deu um C se nem leu a minha última versão? Ele disse: - Há é porque eu acho que o teu trabalho não ficou muito bom. E eu disse: Sim, mas foi o senhor que me orientou [...] ele havia escrito um e-mail para mim, para assinar onde dizia: - “Não publique o teu trabalho porque ele não ficou muito bom”.

As sensações de impotência e os choques das diferenças sociais, culturais e étnicas, vividas pelos (Ex-ADND), nos leva a recorrer a uma das frases mais conhecidas de Santos

(2013) que nos disse numa de suas aulas do Projeto da UPMS - Universidade Popular dos Movimentos Sociais em Porto Alegre:

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Esse pensamento tem sido fundamental para expressar a realidade das cotas na sociedade brasileira, na qual a experiência com a Universidade Popular dos Movimentos Sociais foi um ganho para celebrar os diálogos com a academia e os movimentos sociais, pois conforme Santos (2005, p.169):

A UPMS não é uma escola para quadros ou dirigentes de e movimentos sociais. Embora a UPMS esteja claramente orientada para a acção de transformação social, seu objectivo não é proporcionar os tipos de competição e de instrução habitualmente fornecidos por essas escolas. A UPMS também não é um *think tank* das organizações e dos movimentos sociais [...] O objetivo principal da UPMS é contribuir para aprofundar o inter-conhecimento no interior da globalização de uma rede de interações orientadas para promover o conhecimento e a valorização crítica da enorme diversidade dos saberes e práticas protagonizadas pelos diferentes movimentos e organizações.

As experiências da UPMS auxiliam nos espaços educativos formais e não formais no respeito e valorização das diversidades que integram a UFRGS, após a aprovação das políticas de ações afirmativas. Foi a partir da soma desses saberes e práticas, na qual se refere o autor, originaram a maioria dos alunos cotistas, trazendo consigo as realidades dos mais variados tipos de competição e culturas presentes fortemente nas escolas públicas. Os (EX-ACND) quando ingressaram nesta instituição viveram momentos de anulação, negação ou invisibilidade, (salvo as exceções) na qual os choques de deslocamentos o levaram a necessidade de dialogarem sobre os mitos, tabus e preconceitos a partir de uma visão crítica.

Diferente do objetivo da UPMS, a UFRGS apresentou para os (EX-ACND), um ambiente permeado por complexidades que saltaram de um “não lugar” em defesa da ordem institucional, sempre que preciso, chegando a imprimir em alguns momentos, agressões físicas por parte de outros alunos que não usufruíam das cotas, na qual, relataram que muitas vezes, sentiram-se desmotivados ou incomodados para continuarem seus estudos. Sobre estas invisibilidades a personagem “Mãe Menininha” relatou:

Como é que eu vou ser vista? Parecia assim que as pessoas não me viam. Eu estava na fila do RU (restaurante universitário) e as pessoas muitas vezes me batiam porque parecia que não estavam me vendo. Aí eu me incomodava com isso. Que invisibilidade é essa? Essa foi uma questão. Depois em sala de aula, discutiam tema que não me era próximo, não dialogavam com a minha realidade.

As conversas estabelecidas entre os colegas, professores e instituição universitária sobre os assuntos referente à pauta negra, deram-se de frente a um abismo curricular num ambiente permeado por resistências e complexidades acompanhadas de hostilidade, porque a instituição na maior parte do tempo, não conseguiu (e ainda não consegue) lidar com as pessoas de origens étnicas diferentes das habituais.

Para dialogar com esses desafios, Santos (2005, p.169) insere na pauta:

A novidade da UPMS reside no seu carácter inter-temático, na promoção de reflexões/articulações entre movimentos feministas, operários, indígenas, ecológicos, etc. Trata-se de criar no mundo do activismo progressista uma consciência internacionalista de tipo novo: inter-temática, intercultural, radicalmente democrática.

Diante da contribuição do autor, conclui-se que as questões internacionalistas não foram respeitadas pelos professores ao dialogarem com os cotistas negros. Ouçamos o que passou o personagem “Zumbi”, nessa instituição:

Eu não sei se posso caracterizar como preconceito racial, mas foi um preconceito. Eu interpretei como um preconceito por eu ser um aluno declarado cotista, ser negro veio de uma professora do departamento onde era meu interesse de pesquisa, ou seja, na área de história moderna. Ela não é professora da história moderna, porque não existe história moderna dentro da universidade, mas ela dá uma cadeira de história moderna.

Ao procurá-la, ela me disse pra escolher outra área porque tudo já havia sido pesquisado sobre história moderna e não tinha nada de novo, me desanimando. Não satisfeita com isso, ela me chamou na sala dela, fora do horário de aula, pra saber como estava minha vida e tentar me entender, porque eu ia rodar na cadeira dela. Uma vez que eu não sabia escrever, não sabia ler, interpretar, e o ideal para pessoas como eu era se formar em seis a sete anos, mais ou menos. O meu curso leva cinco anos normalmente. No período que ela falou isso, eu estava fazendo oito cadeiras e estava passado em sete com A e só na dela que eu iria rodar. E quando eu expressei isso para ela então ela me olhou e disse: Então eu não sei o que está acontecendo contigo, de repente deu uma pane no teu cérebro.

As dificuldades que “Zumbi” teve em relação ao tratamento recebido por parte de seus professores, colegas e gestores, desembocaram no currículo, pois esse na maior parte do tempo ainda encontra-se permeado pelos conceitos do “colonizador”. Portanto, os movimentos que a UPMS realiza são de caráter inter-temático ainda precisa ser colocado em prática nas universidades brasileiras, quando o assunto são as cotas raciais.

Tanto na África como no Brasil o currículo universitário tenta refletir uma busca do “ser mais” nas relações sobre inter-conhecimento. Pois de acordo com Santos (2013), esses conhecimentos precisam dialogar com o processo histórico, no qual, descende a maioria de (EX-ACND) cotistas nas universidades brasileiras.

Aprendizado esse, que de acordo com Munanga (1986), a partir da herança social deveria ser um legado para as futuras gerações. Porém, a memória, a história e a ancestralidade dos (EX-ACND) não tem sido fidedigna com os descendentes de África, na qual ela (Mãe África) e seus filhos choram por não se reconhecerem positivados em lugar nenhum na sociedade/universidade brasileira, (Munanga, 1986, p.23):

É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história. Privados da escola tradicional, proibida e combatida, para os filhos negros, a única possibilidade é o aprendizado do colonizador a memória que lhe inculta não é a de seu povo; a história que lhe ensinam é outra; os ancestrais africanos são substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis; os livros estudados lhe falam de um mundo totalmente estranho, da neve e do inverno, da história e da geografia das metrópoles; o mestre e a escola representam um universo muito diferente daquele que sempre a circundou.

Nessas contribuições do autor, no Brasil as universidades precisam romper com o processo de colonizador e se redemocratizarem de dentro para fora. Ou seja, os professores, alunos e gestores precisam estar disponíveis para entenderem que os dispositivos legais são necessários, independentemente do desejo e da vontade de cumpri-los porque eles são obrigatórios. O exemplo de rede da UPMS oportuniza a promoção do conhecimento e a valorização crítica da diversidade dos saberes que trazem os alunos negros, indígenas, quilombolas, na qual a instituição só tem a ganhar.

Pois a diversidade que chegou à universidade é de fato e de direito. Porém, muito ainda precisa ser feito como a priorização da formação dos professores onde os diálogos referentes à historicidade deve ser feita com os demais povos que fazem parte deste Brasil gigante, somando na vida de todos nessa sociedade perante a autonomia universitária. Ainda de acordo com Santos (2010, digital):

A autonomia universitária e a liberdade acadêmica – que, no passado, foram esgrimidas para desresponsabilizar socialmente a universidade – assumem agora uma nova premência, uma vez que só elas podem garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social. Porque a sociedade não é uma abstracção, esses desafios são contextuais em função da região, ou do local e, portanto, não podem ser enfrentados com medidas gerais e rígidas.

Diante dessa flexibilidade curricular, a UPMS e seu projeto político pedagógico serve bem como modelo para a democratização da universidade. Em relação aos diálogos com o movimento negro, este processo de democratização corrobora com o pensamento de Oliven (2007) ao afirmar que as políticas de cotas são necessárias, porém, provisoriamente.

Diante de sua constatação, acredita-se que esse segmento social entende que as igualdades de oportunidades presente nas universidades e na vida dos sujeitos ao serem amenizadas com as cotas, dependem de um determinado tempo, mas que não seja para sempre na história brasileira.

Como é do conhecimento de muitos, as políticas de ações afirmativas surgiram pela demanda do movimento negro, porque além das severas discriminações presentes na sociedade, no ensino e em sala de aula, o currículo de modo geral não tratava de maneira positiva (e ainda tem dificuldades de reconhecer) a história, a luta e a cultura do povo negro.

E um currículo que não oportuniza aos alunos negros um mergulho em sua cultura, os torna reféns de uma história inserida no sistema educacional a partir do olhar e da língua do colonizador. Por isso entende-se que os exemplos presentes na metodologia da UPMS somada com outras linguagens poderiam quiçá se materializarem nas universidades brasileiras, na qual sua temática vai na direção de um projeto contra-hegemônico de uma instituição que ainda insiste na transmissão de conhecimentos tradicionais e não abrem espaços para a participação democrática em sala de aula, cuja prática se fez presente com o que “Zumbi” relatou referente a pressão que sofreu em sala de aula:

Problemas? De horários, de conciliar trabalho com estudos, situação familiar com estudos. No final de 2013 eu perdi o meu pai, que descobriu um câncer. Então, tive que conciliar trabalho, universidade e hospital.

Alguns professores eu tive apoio total, mas um professor em especial, por que eu só consigo pensar que é uma pessoa que não tem vida, porque uma pessoa que te manda um e-mail às quatro da manhã de um sábado dizendo que você tem cinco textos pra ler para a aula de segunda, é uma pessoa que não tem vida social.

As turbulências vividas pelo ex-aluno em relação às novas linguagens e às possibilidades de diálogos com sua ancestralidade e o respeito por parte dos professores apontou uma terceira dimensão: a injustiça global que foi conceituada por Santos (2013, p.99) como injustiça histórica:

O resultado da injustiça histórica foi atribuído ou imposto a muitos povos, culturas e sociabilidades um passado sem futuro por parte de outros povos, culturas e sociabilidades que reivindicaram para si um futuro sem o constrangimento do passado. Os primeiros foram obrigados a se esquecer do passado e o futuro para poder viver o presente, os segundos transformaram o presente na instantânea ratificação do passado e no momento fugaz da ignição do pathos da transformação social futura.

Diante dessas dificuldades, mas especialmente das injustiças históricas, a UFRGS após a aprovação das ações afirmativas, instituiu a Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Afirmativas (CAAF).

Esse departamento localiza-se na Pró-Reitoria de Extensão, e tem por objetivo acompanhar a chegada e a permanência dos alunos negros, indígenas e oriundos de escolas públicas que ingressam na UFRGS pelo sistema de cotas. Um dos representantes desse programa informou-nos que tem sido os cotistas negros que mais reconhecem e aproveitam as oportunidades de estudo. Também são eles que planejam e concluem seus cursos num curto espaço de tempo, porque a maioria são filhos da classe trabalhadora e objetivam ingressar logo no mercado de trabalho.

Sobre estas relações, Santos (2013) num Seminário realizado em Porto Alegre sobre a UPMS disse: *“Corrigir a injustiça histórica significa, portanto, reparação, alternativas ao desenvolvimento capitalista, descolonização das relações entre Estados, bem como das relações entre povos e das relações interpessoais”*.

Por sofrerem as mais variadas formas de preconceitos, os (EX-ACND) fizeram das suas dificuldades um trampolim e venceram muitos obstáculos. A prática da personagem “Mãe Menininha” mostrou que antes de ingressar na universidade não vislumbrava maiores perspectivas, porém, durante a sua caminhada acadêmica, passou a projetar outras possibilidades, ou seja, novos caminhos, conforme relatou:

De ter a noção de que tinha coisas que eu comecei a aprender, a discutir e a conhecer que nunca me passou pela cabeça, que um dia eu ia ter contato, e, sobretudo que existiam. Pra mim era uma coisa assim, muito fora da realidade pensar que eu iria apresentar um trabalho em outra universidade ou até mesmo, já trazendo para o meu momento atual, projetar uma Pós-Graduação.

Informou ela que sua projeção para uma possível pós-graduação veio acompanhada de seu despertar étnico porque em vários momentos na entrevista, ela se referiu a indiferença dessa instituição em lidar com os questionamentos levantados por seus colegas brancos em sala de aula, tais como:

Aí se eu fosse fazer alguma pergunta eles olhavam como se fosse um alienígena como era estranho ela estar aqui. Eles ouviam a pergunta que eu fazia e se era uma pergunta que julgava pertinente, gerava discussão, e aí questionavam entre eles: como ela perguntou isso? Foi ela que perguntou? “E aí eu comecei a me dar conta, porque muitas vezes eu não me dava por conta [...].

O termo “não se dar por conta” pode estar associado às subjetividades e resistência étnica, onde ela disse que se sentia uma alienígena, ou seja, diferente por ser a única aluna negra em sala de aula. Pois, ao não questionar seus colegas, criou para si estratégias de sobrevivências neste ambiente e prosseguiu o seu curso observando atentamente os movimentos que ocorriam ao seu redor, pois, sua fala sobre o mal estar e seus deslocamentos vieram à tona:

Acho que a universidade já começa pelo princípio que institucionalmente a universidade não se organizou pra isso. Então, a gente entra aqui como se estivesse num tiroteio. Sabe, tu tentas dar conta das balas, tu tentas dar conta de várias coisas e nunca consegues te pensar dentro da instituição.

A ex-aluna apresentou-se dentro de um “tiroteio” ao ingressar na universidade, associado a esse termo aos medos das suas responsabilidades e do curto espaço de tempo que levaria para acessar as informações necessárias para ter um estudo de qualidade. Quando disse que a universidade não se organizou para isso, referiu-se para a chegada acolhedora dos alunos cotistas.

Ela também sentiu na pele a falta de equidade social na distribuição das bolsas pelo núcleo da instituição. Em sala de aula, recebeu um choque quando se viu dentro das questões metodológicas que não conseguia dar conta. Mas as marcas lhe chegaram principalmente ao perceber diferentes tipos de tratamentos dos professores e dos colegas para consigo.

Sobre essa falta de equilíbrio e/ou equidade, Santos (2013, p.83) responde:

Por outro lado, não existe equilíbrio ou equidade na distribuição social das opções. Pelo contrário, as raízes não são mais que constelações de determinações que, ao definir o campo das opções, definem também os grupos sociais que têm acesso e os que delas estão excluídos.

Sobre essas disparidades, observou-se a partir das falas dos indivíduos entrevistados que um dos maiores desafios dessa instituição pública deveria ser o de preparar a chegada dos alunos cotistas negros nesse complexo sistema, apresentando à eles os caminhos e o funcionamento das normas institucionais, sistema, prazos, etc..

3.2 A CHEGADA DAS COTAS RACIAIS NA UFRGS

Após os recortes da aprovação da política de cotas na UFRGS e, em que contexto chegaram os (EX-ACND) nessa instituição, precisa-se entender o racismo como um fenômeno multidimensional, ou seja, vem acompanhado da segregação e assimilação histórica. Sobre esses, Brandão (2007, p.137):

Para além das divergências existentes entre os defensores e os opositores da criação da reserva de vagas para negros no Brasil, é preciso levar em conta que o racismo é um fenômeno multidimensional, que, na maioria das vezes, combina segregação e assimilação, e que, portanto, o melhor caminho para o enfrentamento do racismo é a combinação entre políticas universalistas e políticas de ação afirmativa, que incluem ações distintas visando à igualdade de oportunidades e à igualdade de resultados.

Os alunos negros que ingressaram na UFRGS pela política de cotas encontraram colegas brancos sem nenhum constrangimento de serem descendentes de seus antepassados/presentes encobertos pelas explorações da força de mão de obra barata dos grupos excluídos historicamente. Esses vestidos com suas branquidades se postaram diante desses cotistas com ares e atitudes de superioridade e nem sequer imaginaram – maioria –, o quão dolorido e prejudicial tem sido para os alunos descendentes dos povos originários de África permanecerem na universidade pública no Brasil.

Sobre suas dificuldades de permanência, abordaremos mais adiante. Agora, o depoimento de “Rute de Souza”:

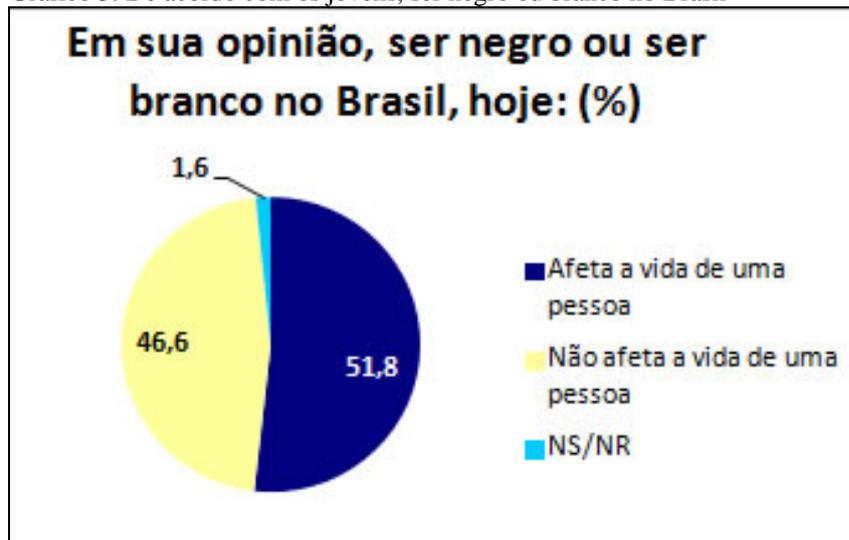
No final da graduação, foi uma questão bem traumatizante. Como eu estava no final, e na UFRGS tem aquela política do ordenamento né? E aí o meu ordenamento não me dava o direito de escolher um orientador. Eu queria escolher aquela orientadora que os recebeu muito bem, e porque ela era negra também![...] Tive que ser aceita por outro orientador. Eu tinha um projeto que envolvia o meu trabalho, queria desenvolver num projeto de conclusão, depois quem sabe, levar para o Mestrado e quiçá o Doutorado. E o professor achou que não porque que era muito complexo. De cara começam a te cortar dizendo, há eu acho que não dá, isso é muito complexo. Ele negou me orientar. Aí meu trabalho de conclusão ficou sendo uma coisa inútil, pois toda vez que eu mostrava pra ele, ele mandava tirar várias coisas, dizendo que não tinha importância, e eu dizia: - Mas eu quero mostrar tal coisa. Eu queria enriquecer e cada vez ele tirava mais coisas. Meu trabalho realmente ficou muito pobre. No final, eu trocava os e-mails já com as correções e ele sempre me mandava trocar algo novamente [...]. Ele retirava e depois me mandava recolocar as mesmas coisas, e como ele era o orientador, não se entra em discussão, vai fazendo [...].

Numa tentativa de intervir neste ambiente acadêmico hostil, a aluna ajustou o seu corpo às condições necessárias. Atuou de forma aguerrida dentro e fora do ambiente universitário e quando o assunto em pauta era o pertencimento étnico, de todos os lados e em alguns momentos, os sujeitos não negros, afirmam que também sofrem os mais variados tipos de preconceitos. Vejamos a fala de “Mãe Menininha”:

Olhavam para mim: tu és cabo-verdiana? E eu dizia: “Não, sou gaúcha. Porque tu tá perguntando isso?” Respondiam: A maioria é do Nordeste, ou são baianas ou são cariocas. “Eu me espantava: Porque não gaúcha?” E eles diziam: No Rio Grande do Sul não tem negro. “E muitas vezes eram pessoas que vizinhavam no meu bairro, que falavam isso. Se não tem negro, bom [...]. E eles: Negro é aquele bem preto, tu não, tu és clarinha!

Diante das negações, que viveram os ex-cotistas, veja-se os dados de uma pesquisa apresentada pelo “Data Senado” quando a juventude ao ser perguntada, “se a condição de ser negro ou branco afeta a vida de uma pessoa no Brasil”, conforme se constata no gráfico a seguir.

Gráfico 5: De acordo com os jovens, ser negro ou branco no Brasil



Fonte: Data Senado (2015, digital).

O gráfico retrata uma realidade em que mais da metade da população entende que a condição étnica do indivíduo está atrelada à condição pessoal, ou seja, ao tom da pele negra onde novamente, o sujeito negro é sempre mais afetado que o branco. Se olharmos mais um pouco, verifica-se que este gráfico corresponde (quase) a mesma diferença numérica de negros e brancos existentes no Brasil.

Freire (1989, p.17) relata que: “[...] havia uma relação muito estreita entre educação e transformação da sociedade. Portanto, haveria um tipo de educação não apenas para transformar as pessoas [...] mas haveria educação que refletisse com as pessoas a transformação do país inteiro”.

Sob o olhar ainda desse autor, percebe-se que o processo de transformação da universidade pública pela política de cotas raciais deve caminhar em dialogicidade com as ferramentas corretas para que a universidade se democratize de fato e de direito. Novamente Freire (1994, p.192) chama atenção sobre as relações da universidade com as classes populares:

A decisão política, de caráter progressista, mas que jamais deveria se alongar em populismo, de pôr-se a Universidade a serviço também dos interesses populares e a necessária implicação, na prática, de uma compreensão crítica em torno de como se deve relacionar a ciências universitárias com a consciência de classe populares. No fundo a relação entre saber popular, senso comum e conhecimento científico.

Diante dessas relações apontadas por Freire (1994), os diálogos referentes aos saberes populares na vida dos ex-alunos cotistas negros, o senso comum sobre a temática das cotas e seus choques em relação aos conhecimentos científicos presentes no currículo tradicional da

UFRGS, apontaram dificuldades de se constituírem os usuários das políticas de ações afirmativas, enquanto sujeitos críticos na qual o autor reafirma que o papel da universidade, seja ele, progressista ou conservador, deve ser o de viver com seriedade os momentos deste ciclo.

Frente a esse processo de democratização, muitos ainda são os desafios no que tange à remoção das barreiras da política de cotas nas universidades e, em especial, na UFRGS. Nesse sentido Oliven (2006, p.2) complementa:

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa a remover barreiras formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança.

Lembrando que Oliven (2006) foi a pessoa que trouxe o modelo das políticas de ações afirmativas dos Estados Unidos para o Brasil, mais especificamente para a UFRGS, onde atualmente constata-se que as políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais compõem as demais políticas (sociais e universais), presentes na maioria das universidades brasileiras.

Entender o Brasil a partir de um histórico de perdas materializou-se para um grupo de dominação, cujo recorte étnico desembocou numa miscigenação e ao mesmo tempo na negação dos sujeitos negros, são alguns dos elementos que tensionam a necessidade dos dispositivos legais.

Dessa forma, entende-se que, quem é contra as cotas, deve ser respeitada a sua opinião, salvaguardando que independentemente de sua vontade, precisam contribuir soberanamente no cumprimento dessas legislações curriculares da melhor forma possível. Ou seja, aquilo que as pessoas não conhecem dificilmente aceitam mas se elas conseguirem permitir olharem um pouco ao seu redor, talvez entendam suas branquidades como um grupo, que há séculos vem sendo priorizado em detrimento de outros. Talvez assim, entendam que as cotas são reparações históricas e políticas emergentes que precisam ter continuidade.

Nesse trabalho, não se tem por objetivo aprofundar as inúmeras resistências (vistas na maioria das vezes como naturais) referentes à implementação das cotas raciais e, sim, apresentar algumas legislações específicas para a comunidade negra, ancoradas na historicidade brasileira. Ou seja, explicar-se um pouco sobre os por quês, para quê e para quem serve a política de cotas raciais.

Após conhecer um pouco mais o objetivo destas políticas, algumas pessoas vem mudando de opinião (negros e brancos). O exemplo de um Juiz Federal do Rio de Janeiro, um

homem branco, empresário que ao comparar os privilégios de sua filha diante dos não privilégios da filha de sua empregada e, também outros fatores como passar um dia numa prisão, modificou sua opinião de ser contra as cotas. Outra frase que muito o ajudou a modificar sua opinião foi ter escutado da menina negra a seguinte frase: – *“eu vou pedir para Deus me dar um quarto só pra mim quando eu crescer”*.

Destacam-se partes do relato desse Juiz Federal, William Douglas, do Rio de Janeiro, e os por quês, que mudou a sua opinião:

Se você é contra as cotas para negros, eu o respeito. Aliás, também fui contra por muito tempo. Mas peço uma reflexão nessa semana: na escola, no bairro, no restaurante, nos lugares que frequenta, repare quantos negros existem ao seu lado, em condições de igualdade (não vale porteiro, motorista, servente ou coisa parecida). Se há poucos negros ao seu redor, me perdoe, mas você precisa “passar um dia na cadeia” antes de firmar uma posição coerente não com as teorias (elas servem pra tudo), mas com a realidade desse país. Com nossa realidade urgente. Nada me convenceu amigos, senão a realidade, senão os meninos e meninas querendo estudar ao invés de qualquer outra coisa, querendo vencer, querendo uma chance. Precisamos confirmar as cotas para negros e para os oriundos da escola pública. Temos que podemos considerar não apenas os deficientes físicos (o que todo mundo aceita), mas também os econômicos, e dar a eles uma oportunidade de uma contrapartida para caminharem com seus co-irmãos de raça (humana) e seus concidadãos, de um país que se quer solidário, igualitário, plural e democrático. Não podemos ter tanta paciência para resolver a discriminação racial que existe na prática: vamos dar saltos ao invés de rastejar em direção a políticas afirmativas de uma nova realidade (DOUGLAS, 06.12.2011).

A opinião desse juiz vai ao encontro da contribuição de Zitkoski (2013), ao reconhecer as políticas de ações afirmativas nas universidades dentro de um contexto latino-americano marcado por profundas desigualdades sociais, sendo a cultura da naturalização, o fruto de uma exclusão social histórica. Por essa razão, o mundo precisa despertar:

Se olharmos, numa retrospectiva histórica, para o nosso passado, veremos que a existência humana e social dos povos da América Latina é fortemente marcada pela exclusão social e a falta de acesso à educação e aos bens públicos, tais como: saúde, cultura elaborada, trabalho e segurança social. Diante desse contexto, as camadas populares historicamente resistiram e se organizaram de diferentes formas para conquistar seus direitos de terem acesso aos “bens públicos universais” acima mencionados. (ZITKOSKI, 2013, p.13-4)

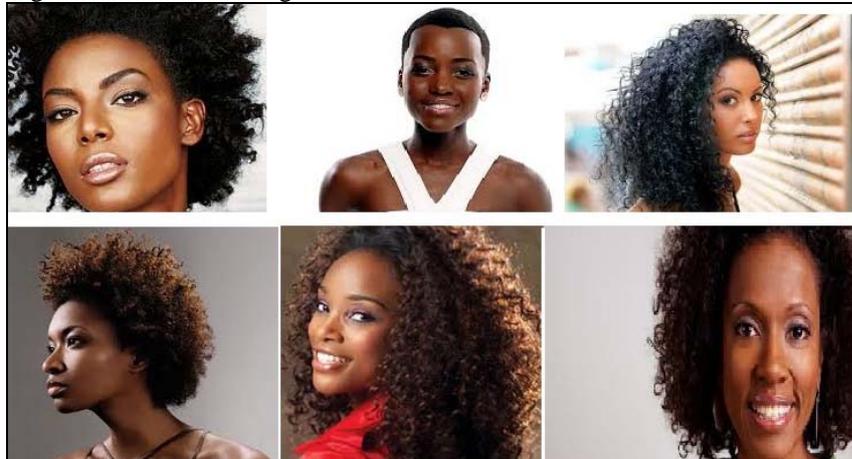
Portanto, as políticas de ações afirmativas implementadas sob a ótica de reparação histórica, ao reconhecer a trajetória dos movimentos social atrelado as suas especificidades conforme o autor.

Com o passar dos anos, a conjuntura mostrou que as cotas não resolveram um dos problemas mais crônicos na sociedade brasileira que é o racismo, porém, os amenizou. Assim, as políticas de ações afirmativas vêm sendo usadas como um antídoto, enquanto outras

propostas não se apresentam em forma de dispositivos legais para amenizar tamanhas desigualdades entre os negros e os brancos no Brasil.

Após o período de aprovação da política de cotas na educação e na mídia, os meios de comunicação reformularam, ou seja, (re) significaram a forma de apresentação das imagens negras perante os meios de comunicações, ou seja, passando de seres estereotipados a sujeitos reais, lembrando que esses sujeitos possuem seus traços, cabelos e tons de pele negra, diferentes uns dos outros. Vejamos como aparecem essas imagens ao serem pesquisadas no *Google* pelas palavras: “mulheres negras”, “crianças negras” e “homens negros”:

Figura 7: As mulheres negras



Fonte: *Google* (2015, digital).

Figura 8: As crianças negras



Fonte: *Google* (2015, digital).

Figura 9: Os homens negros



Fonte: *Google* (2015, digital).

Em busca dessas imagens, um fato chamou a atenção, os homens negros passaram a se apresentarem de forma mais exposta e vaidosa que as mulheres, com os cabelos descoloridos, pintados ou cortados bem curtos, estando esses jovens negros mergulhados num campo de vaidades pessoais e posturas comportamentais diferentes de outras épocas.

Distantes de sua negritude, eles passaram a usar lentes de contato coloridas, olhos, sobrancelhas e unhas pintadas, reforçando com isso, o desejo próprio de serem vistos pela sociedade como seres “sensuais” cujos deslocamentos os colocam num “não lugar”. Devido a essa massificação midiática, jornalística, televisiva e radiofônica, somada às mídias eletrônicas, os evidenciamos expostos diuturnamente na contramão das ditas “regras sociais”.

Esses negros homens encontram-se na maioria das vezes, subservientes às regras de uma classe dominadora assumindo posturas e comportamentos que destoam das demais classes e etnias. No entanto, este processo de branqueamento forjado socialmente, impõe aspectos como os antigos chavões que agora não mais podem ser expressos nas chamadas de empregos, mas subjetivamente presentes nas áreas dos recursos humanos de nosso país como: Precisa-se de pessoas com “boa aparência”. Portanto, as legislações ajudam a inibir esse discurso, mas não a sua prática.

Diante dessas assimilações, os dados são alarmantes comprovando serem os jovens negros alvos fáceis do tráfico e da violência policial. Nesse sentido, Munanga (1986, p.30-1) complementa:

Historicamente, todas as condições foram reunidas para que se chegasse a um impasse de assimilação. Na realidade, pensar que o colonizador pudesse ou devesse aceitar de bom grado a assimilação, ou seja, a emancipação do negro, seria escamotear a relação colonial. Admitira a transformação total do seu Estado, isto é, condenasse os privilégios coloniais e os direitos exorbitantes dos colonos e dos industriais, pagasse humanamente a mão-de-obra negra, promovesse jurídica, administrativa e politicamente os negros industrializassem a colônia etc., seria simplesmente convidar o colonizador a acabar consigo mesmo. Nas condições contemporâneas da colonização, esta é incompatível com a assimilação. Tudo leva a crer que ela foi apenas um mito, pois o caminho da desumanização do negro escolhido pelo colonizador não poderia integrá-lo. Pelo contrário, criou sua desestabilidade cultural, moral e psíquica, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo.

Diante das contribuições do autor citado, entre as relações de colonizador e colonizados, os traços de assimilações de outras culturas nos indivíduos negros, foram sendo forjadas ao longo do tempo. Atualmente, diante de tanta diversidade temos os indivíduos negros vestidos à européia, e, em conflito com suas culturas e identidades.

Portanto, fugimos da forma de apresentação estereotipada dos indivíduos negros, mas não de suas assimilações. Processo esse, que por ser interno será mais demorado e por isso, as lindas imagens apresentadas no *site*, esconderam em suas essências dores. Ou seja, as dores do racismo frente a uma sociedade que mata mais jovens negros (tráfico e a polícia), do que os países em guerra.

Contraditoriamente, é vergonhoso precisarmos de legislações para garantir as ações afirmativas no Brasil. Mas, diante de tanta indiferença, invisibilidade, preconceito, não há outro caminho, senão os dispositivos legais. Lembramos que essas imagens foram acessadas num novo tempo, após a aprovação das Leis nº 10.639/03; da lei de cotas na mídia do Senador Paim e, da lei da política de cotas raciais nas universidades em 2012, sendo essas legislações específicas e oriundas dos representantes e ativistas do movimento negro brasileiro e de outros segmentos sociais.

Frente às injustiças históricas e as mais variadas formas de racismo e discriminações que ocorrem cotidianamente, é necessário vigiar e denunciar sempre que estas situações se apresentarem, lembrando que a maior parte da população brasileira descende de uma nação que lutou e deu o seu suor para construir os alicerces desta sociedade. Portanto, as políticas de ações afirmativas existem e colocam em pauta políticas específicas para os grupos que necessitam destas legislações. Sob essa ótica, Santos (2013, p.98) define:

Vista de uma perspectiva ético-política, ou seja: as diferentes turbulências refletem diferentes dimensões de injustiça global constitutiva da ordem imperial na sua fase mais recente: injustiça socioeconômica, injustiça cognitiva (incluindo a injustiça epistêmica, sexual, racial e religiosa) e a injustiça histórica. Isto significa que as diferentes formas de injustiça social global não têm existência independente e que, em cada uma delas, todas as outras estão presentes.

Partindo do pressuposto, Santos (2013) salienta que dentro dessa perspectiva ético-política, as injustiças vão sendo amenizadas com os indivíduos negros e não negros comprometidos com a violação de normas institucionais. Por isso, a necessidade da criação ou fomentação de espaços dentro da universidade que possam dialogar com as políticas das cotas e as legislações vigentes.

3.3 NORMAS INSTITUCIONAIS DAS POLÍTICAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS: (O CONSUN, O DEDS E O PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS)

Para acompanhar as políticas específicas das cotas na UFRGS, alguns setores e departamentos passaram a realizar levantamento de dados e acompanharam as ações afirmativas nessa instituição, sendo eles o Consun, o DEDS e o Programa de Acompanhamento das Ações Afirmativas, espaço esse, que nos deteremos mais detalhadamente por ser a instância que possuem mais dados e informações dos alunos cotistas negros, indígenas, oriundos de escolas públicas, etc..

3.3.1 Conselho Universitário

O Consun é a máxima instância de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral da UFRGS. É nessa instância que são decididas todas as legislações regentes e vigentes na universidade.

3.3.2 Departamento de Educação e desenvolvimento social da Pró-Reitoria de Extensão

O DEDS (Departamento de Educação e Desenvolvimento Social) da Pró-Reitoria de Extensão iniciou sua história na UFRGS no ano de 1992. Esse departamento realiza ações que

visem promover e garantir os valores democráticos de igualdade de direitos, de educação na cidadania e na diversidade sócio-cultural na universidade em questão. É um departamento da extensão universitária que direciona os interesses da universidade no que tange ao diálogo com a comunidade em busca de subsídios que lhe permitam encontrar soluções e intervir na realidade respondendo aos anseios da sociedade.

A extensão universitária praticada pelo DEDES (Departamento de Educação e desenvolvimento social da Pró-Reitoria de Extensão) aponta para uma concepção de universidade em que a relação com os demais setores da sociedade representa parte importante e necessária à vida acadêmica. Diante disso, a produção do conhecimento se faz via extensão através da sistematização de diferentes saberes. De acordo com o Programa:

Através de seus programas e projetos o Departamento demonstra que a Extensão atualiza a pesquisa, fortalece o ensino e possibilita que a recíproca desta relação indissociável se realize. A institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, implica na adoção de medidas e procedimentos que integrem docentes, estudantes e técnico-administrativos da Universidade com as organizações comunitárias, movimentos sociais e instituições governamentais. (DEDES, digital).

3.3.3 Programa de acompanhamento das ações afirmativas

O Programa de Acompanhamento das Ações Afirmativas foi criado no ano de 2012, a partir do contexto de avaliação dos primeiros anos na UFRGS. Para se ter uma ideia do tamanho dos dados e elementos referentes à reserva das cotas raciais, faz-se necessário identificarmos um pouco mais os percentuais e, após, os diálogos com os alunos cotistas, a partir do processo da ocupação das vagas dos alunos cotistas negros.

Foi em busca desses percentuais mais fidedignos que até o presente momento ficou imprescindível sabermos exatamente quantos alunos negros ingressaram e/ou se diplomaram nessa instituição, porque no início, os dados dos cotistas negros foram computados juntamente com os dos indígenas.

Esse programa integra um dos principais caminhos para que os alunos cotistas adentrem o mundo acadêmico. Com a finalidade de explicarmos como os (EX-ACND) se saíram nesse percurso, faz-se necessário maior acesso as regras e aos percentuais que antecederam suas chegadas nessa instituição, juntamente com uma melhor avaliação de como ficaram esses percentuais dentro da totalidade das políticas de ações afirmativas na UFRGS.

Lembrando que referente à essa questão, o caminho foi árduo e complexo, cuja escassez dos dados necessários nos foram disponibilizados timidamente após um longo

caminho de insistência. Portanto avaliamos com dificuldade a colheita dessas informações devido à burocracia interna que recebemos dos representantes institucionais, dificultou-nos algumas análises sobre essas novas políticas que eram imprescindíveis para essa tese.

Sobre essas novas políticas, Santos (2010) afirma que é preciso enfrentar o novo com o novo. Ou seja, as políticas que adentram o currículo das universidades brasileiras ainda são políticas em experimentação e podem ser vistas como novas possibilidades de reparação histórica, indo na contramão do sistema de mercantilização do ensino superior:

As transformações da última década foram muito profundas e, apesar de terem sido dominados pela mercadorização da educação superior, não se reduziram a isso. Envolveram transformações nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento. Em face disso, não se pode enfrentar o novo contrapondo-lhe o que existiu antes. Em segundo lugar, porque o que existiu antes não foi uma idade de ouro ou, se o foi, foi-o para a universidade sem o ter sido para o resto da sociedade, e, no seio da própria universidade, foi-o para alguns e não para outros. (SANTOS, 2010, p.62).

De acordo com o Programa de Ações Afirmativas, o desenho das políticas das cotas na UFRGS de acordo com seus percentuais anteriores e posteriores ao processo de implementação no ano de 2007, foi o realizado a partir do percentual de candidatos classificados que estudaram integralmente em escolas públicas era de 31,7%, e os oriundos de escola privada eram 54,9%. No ano de 2011, esses percentuais foram de 49,7% e 37,3%, respectivamente. Portanto, os autodeclarados negros de escola pública que representavam apenas 2,8% do total de aprovados/as em 2007 e passaram para 8,0% em 2011. Em relação a essa questão, numa entrevista esse Programa da UFRGS esclareceu:

O programa também informou que apesar da política de cotas reservou 15% das vagas para este segmento elas não foram totalmente ocupadas porque o ponto de corte foi o mesmo que para os(as) que concorrem por acesso universal. Podemos ainda assinalar que os (as) estudantes de escola pública que tem uma renda familiar de até cinco salários mínimos compunham 31% dos(as) classificados(as) em 2007 e 50,6% em 2011. Estes números se alteram ao observarmos cursos em particular, entretanto ainda conferem alterações significativas em relação ao ingresso de estudantes cotistas. As mudanças mais insígnies que pudemos verificar referem-se ao aumento geral na classificação de estudantes oriundos(as) de escola pública, autodeclarados(as) negros(as) de escola pública, estudantes de baixa renda familiar e estudantes em que os pais têm baixa escolaridade. (UFRGS, 2011, digital).

Assim, algumas nomenclaturas de acordo com o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS:

- U** – ingressante por acesso universal;
- EP** – ingressante pela reserva para escola pública;

- N** – ingressante pela reserva para escola pública, autodeclarado negro ou PPI – ingressante pela reserva de vagas para escola pública, autodeclarados preto, pardo ou indígena;
- Ra** – ingressante pela reserva para escola pública, com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo;
- Rb** – ingressante pela reserva para escola pública, autodeclarado preto, pardo ou indígena, com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo;
- Rc** – ingressante pela categoria escola pública, com renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo;
- Rd** – ingressante pela categoria escola pública, autodeclarado preto, pardo ou indígena, com renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo.

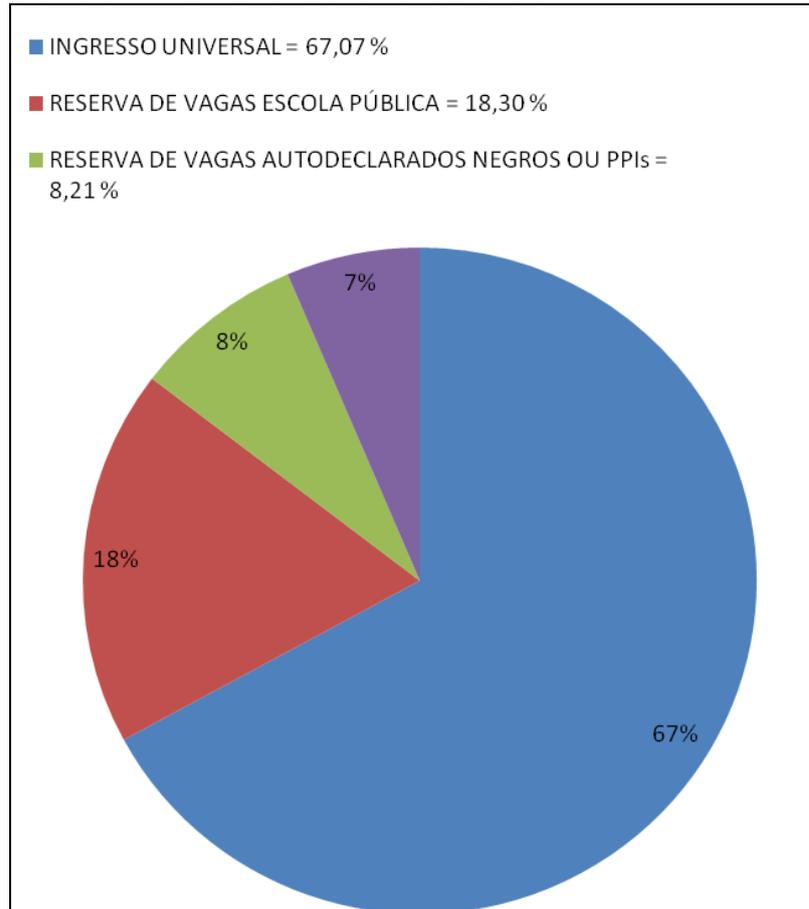
Lembrando que essa tese parte de um estudo investigativo dos alunos inscritos que ingressaram na UFRGS entre o primeiro semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2015, refere-se aos dados parciais e aos dados dos cotistas raciais. Diante disso, seria importante olharmos os números em sua totalidade para ter-se uma ideia do tamanho do desenho das políticas de ações afirmativas. Detalha-se aqui, partes do resultado desses percentuais, apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1: Alunos matriculados na UFRGS entre 2008 e 2015

Alunos ingressantes na UFRGS de 2008 a 2015	%	Total
Ingresso Universal	67,07	27.891
Reserva de vagas Escola Pública	18,30	7.611
Reserva de vagas autodeclarados negros ou PPIs	8,21	3.412
Reserva de vagas para estudantes de baixa renda	6,42	2.668
Reserva de vagas totais e percentuais	32,93	13.691
Total de alunos matriculados na UFRGS - universal e reserva	100,00	41.582

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Gráfico 6: Alunos matriculados entre 2008 e 2015



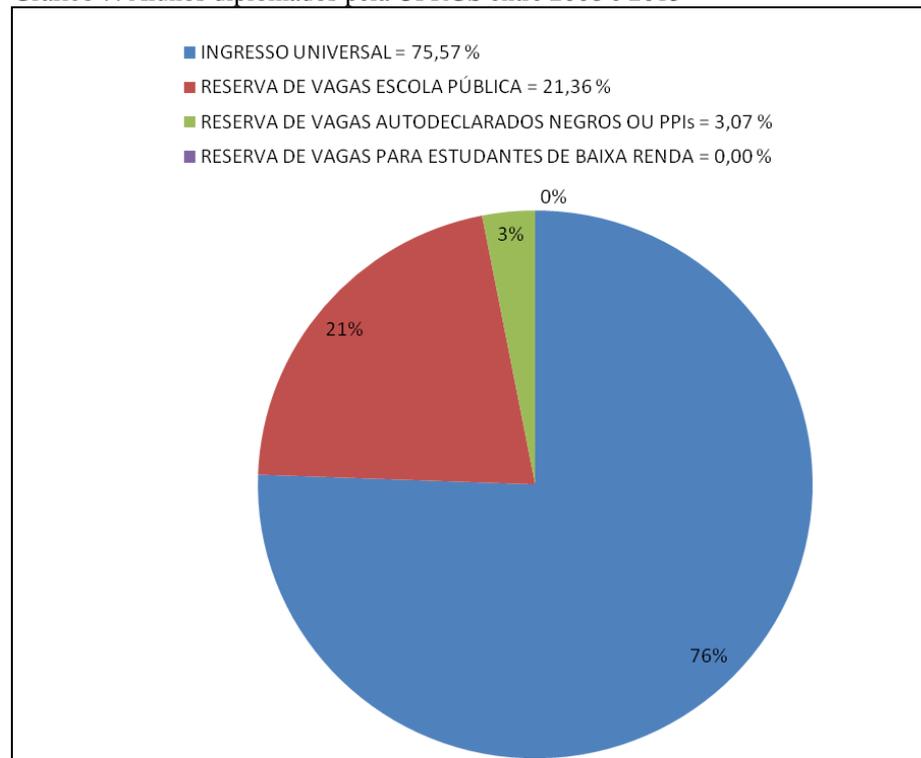
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Tabela 2: Alunos diplomados entre 2008 e 2015

Alunos diplomados na UFRGS de 2008 a 2015	%	Total
Ingresso universal	75,57	4.478
Reserva de vagas Escola Pública	21,36	1.266
Reserva de vagas autodeclarados negros ou PPIS	3,07	182
Reserva de vagas para estudantes de baixa renda	0,00	0
Reserva de vagas totais e percentuais	24,43	1.448
Total de alunos matriculados/diplomados na UFRGS - universal e reserva	100,00	5.926

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Gráfico 7: Alunos diplomados pela UFRGS entre 2008 e 2015



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

OS gráficos mostram que a política de ações afirmativas dentro de uma perspectiva futura, tem se dado de forma próspera, inclusiva e exitosa. Portanto, ainda necessária dentro de seu processo avaliativo sobre a continuidade dessa política pela instituição em questão e, pela sociedade gaúcha em especial, os negros na amenização das desigualdades sociais, cujos ajustes serão apontados mais adiante pelos (EX-ACND).

Por outro lado, nos chamou a atenção, os dados apresentados dentro da terminologia: (PPI – ingressantes pela reserva de vagas para escola pública, autodeclarados preto, pardo ou indígena), que também prejudicaram uma leitura fidedigna dos percentuais nos gráficos e nas tabelas, onde o recorte foi apenas com os alunos/as negros/as.

Observa-se que o Programa de ações afirmativas ao avaliar essas duas etnias juntas não contribuiu de forma eficaz com todos os elementos, deixando a comunidade negra e indígena inseguros dos números, ou seja, como se reconhecerem em suas especificidades dentro de uma política com recorte étnico, se foram unidos com a outra etnia?

Avaliou-se, no entanto, que a Coordenadoria das ações afirmativas deveria trabalhar com os dados separados de cada etnia, fator esse, que dificultou o acesso ao banco de dados e como vimos, tem dificultado também o acesso dos pesquisadores aos dados necessários para o desenvolvimento de seus trabalhos.

Em relação aos cotistas negros autodeclarados e os oriundos de escolas públicas que ingressaram pelas cotas universais, também chamou a atenção que ao cessarmos esses dados e realizarmos contato com os alunos, notamos que eles foram colocados como cotistas autodeclarados negros. Porém, ingressaram pelas vagas universais por terem tido pontuação maior na prova do Concurso Vestibular.

Diante desses desafios, acredita-se que a política de ações afirmativas tem sido um projeto de sociedade que tem em seu bojo, a inclusão (que trabalhamos como acesso) e o empoderamento dos alunos negros de outras etnias e grupos sociais, lembrando que o recorte dessa tese é somente a cota racial negra.

Um dos exemplos comprovando de que estas políticas estão no caminho certo, foi o caso de “Mãe Menininha” com significativos resultados de “empoderamento” onde essa ex-aluna cotista mostrou um crescimento pessoal, político e motivacional. Pois além de fortalecer o seu pertencimento etnicorracial, elevou a sua autoestima.

O empoderamento dessa ex-cotista fecha com as categorias de adaptação e/ou inserção, onde com garra e determinação ela desempenhou quase que sozinha, um papel político ao intervir dentro e fora da sala de aula na avaliação e na continuidade da política de ações afirmativas que iniciaram em 2008 na UFRGS.

Esta tarefa só lhe foi possível, porque acessou grupos e redes que já haviam iniciado antes este trabalho. Entre os outros espaços que atuou destacou principalmente, o Fórum de Ações Afirmativas. E atualmente esse Fórum se mantém como uma das principais referências de debate, articulação e estratégias da continuidade para o Programa de Ações Afirmativas na UFRGS agora, porém com novos integrantes.

Após um complexo caminho para se graduar em Ciências Sociais, “Mãe Menininha” que ao ser perguntada sobre o que gostaria de dizer aos alunos que adentram a UFRGS pela política de cotas raciais, disse:

Então eu digo: afirmem-se. Não tenham vergonha de serem cotistas, e vão atrás. Vão atrás para que a política permaneça e melhore porque a gente não pode pensar só: há eu entrei agora o resto que se dane, que se vire. Não, eu estou pensando, projetando isso pro meu irmão, sobrinho, filho [...] e que isso vai ser uma repercussão social. Ela está tendo. Pode ser ainda pequena perto da proposta que o programa tem, mas já existe.

Frente aos desafios das políticas de cotas nas universidades públicas e as afirmações étnicas que libertam os sujeitos e os tornam protagonistas de suas vidas, os familiares, amigos, professores e principalmente os autores são fundamentais para nos conduzir além dos conhecimentos tradicionais, além das fronteiras dos pensamentos [...] que frente a esses desafios, sigamos com todos e também com Freire (1994, p. 8) que disse: “Ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo”. Por isso, no próximo capítulo aprofundamos o referencial teórico dessa tese, ampliando os diálogos com os conceitos e as categorias sobre a luz dos autores da pesquisa.

4 APORTES TEÓRICOS METOLÓGICOS DA TESE

Nesse capítulo, dialoga-se com a temática explicitada nos capítulos anteriores, tendo em vista, aprofundar conceitualmente a discussão dos desafios da universidade rumo ao processo de democratização do acesso, bem como as políticas de permanência e empoderamento dos sujeitos cotistas negros. Nessa perspectiva, serão trabalhadas as contribuições teóricas de Boaventura de Souza Santos, Paulo Freire, Arabela Oliven, Jaime Zikoski, Angela Davis, Teresa Cunha, Kabengele Munanga, entre outros.

4.1 DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

A universidade contemporânea frente aos desafios que se apresentam diariamente exige que se (re) pense sobre as crises por ela vivenciadas ao longo de sua existência. Para que isso ocorra, faz-se necessário identificarmos a existência dessas crises internas e externas.

Sendo a universidade uma organização social, as crises vêm acompanhadas de reações frente às mudanças ocorridas para além dos seus muros. Pois, sempre que a sociedade passa por mudanças profundas, a universidade se sente desafiada a se (re) adequar frente a uma re-conformação social.

Para exemplificarmos a complexidade dos desafios na democratização nas universidades, utilizou-se o conceito de democracia e democratização. Pois esses dialogam com a responsabilidade social e com a luta pela legitimidade da universidade que conforme Santos (2008, p.82) descreve:

Reconheço que o que acabo de propor é um vasto programa de responsabilização social da universidade. Julgo, no entanto, que só através dele a universidade pública pode lutar eficazmente pela sua legitimidade. A universidade tem de entender que a produção de conhecimento epistemológica e socialmente privilegiado e a formação de elites deixaram de poder assegurar por si só a legitimidade da universidade a partir do momento em que perdeu a hegemonia mesmo no desempenho destas funções e teve de passá-las a desempenhar num contexto competitivo. A luta pela legitimidade permite ampliar o potencial destas funções, complementando-as com outras onde o vínculo social seja mais transparente. Mas para que isso ocorra, a universidade tem de ser dotada das condições adequadas tanto financeiras como institucionais. Ao contrário do que o capitalismo educacional faz crer, as deficiências no desempenho da responsabilidade social da universidade não decorrem do excesso de autonomia, mas, pelo contrário, da falta dela e dos meios financeiros adequados.

O autor chama a atenção dessa responsabilidade social, onde a partir do século XX, a universidade tem sido cada vez mais convocada a participar do desenvolvimento tecnológico e da dinâmica de produção e do conhecimento e, de como funciona esse sistema produtivo. Diante disso, ela também tem estado na linha de um redimensionamento das suas capacidades, sendo direcionada para suprir suas necessidades e, de se assegurar dentro de uma competição mercadológica, uma atenção especial às demandas oriundas dos movimentos sociais. Diante dessa posição, Santos (2008, p.82) exemplifica:

O Estado e a sociedade não podem reclamar da universidade novas funções quando a asfixia financeira não lhe permite sequer desempenhar as funções mais tradicionais. Uma vez criadas às condições, a universidade deve ser incentivada a assumir formas mais densas de responsabilidade social, mas não deve ser funcionalizada nesse sentido. A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para impô-las.

Muitos estudiosos afirmam que a universidade brasileira paulatinamente tem assumido o papel de produtora de pesquisa e são unânimes em afirmarem que esse papel ainda é incipiente na maioria das instituições. Pois, quando o assunto são as suas responsabilidades sociais, acreditam que o fortalecimento dos centros existentes há décadas e as correlações de forças tem se dado a partir da autonomia universitária. Situação essa presente na universidade que elegemos para desenvolvermos essa pesquisa. Sobre essas correlações, novamente, Santos (2008, p. 82) complementa:

A autonomia universitária e a liberdade acadêmica – que, no passado, foram esgrimidas para desresponsabilizar socialmente a universidade – assumem agora uma nova premência, uma vez que só elas podem garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social. Porque a sociedade não é uma abstracção, esses desafios são contextuais em função da região, ou do local e, portanto, não podem ser enfrentados com medidas gerais e rígidas

Por ser a sociedade não ser uma abstracção, conforme esse autor, a universidade deve ser flexível ao dialogar com os desafios contextuais, e dentre eles, destaca-se dois: O Fórum Social Mundial⁴⁷ que ocorreu primeiramente no Brasil – Porto Alegre – após na Índia e depois na África, que diante de um governo neoliberal elaborou alternativas de transformação social

⁴⁷ Fórum Social Mundial (FSM) é um evento altermundialista organizado por movimentos sociais de muitos continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Seu *slogan*: *Um Outro Mundo é Possível*. O número de participantes tem crescido nas sucessivas edições do Fórum: de 10.000 a 15.000 no primeiro fórum, em 2001, a cerca de 120.000 em 2009, com predominância de europeus, norte-americanos e latino-americanos, exceto em 2004, quando o evento foi realizado na Índia.

cujo *slogan* é: “Um Outro Mundo é Possível”; e o outro exemplo é a UPMS (Universidade Popular dos Movimentos Sociais).

Essas duas ações possuem propostas globalizadas hegemonicamente com aspectos de uma nova alternativa ao sistema capitalista. Para que essas iniciativas continuem, a universidade precisa ancorar em ideais que dialoguem com os movimentos sociais e, também com o fortalecimento de sua legitimidade. As áreas que integram o FSM e a UPMS são: a) rede; b) democratização interna e externa; e c) avaliação participativa. Sobre essa ótica, Santos (2008, p.83) complementa:

A reforma institucional que aqui proponho visa fortalecer a legitimidade da universidade pública num contexto da globalização neoliberal da educação e com vista a fortalecer a possibilidade de uma globalização alternativa. As suas áreas principais podem resumir-se nas seguintes idéias: rede, democratização interna e externa, avaliação participativa.

Dentro dessas possibilidades apontadas pelo autor, identifica-se a universidade numa rede interligada com outras universidades, logo, em conexão com um projeto de país. Essas áreas foram fundamentais para que pudéssemos a partir das entrevistas, identificar regionalmente a localidade dos (EX-ACND) e como esses perceberam as ações de democratização nessa universidade dentro de um contexto de transnacionalização. Sobre esses aspectos, Santos (2008, p.103) declarou:

A universidade é um bem público intimamente ligado ao projecto de país. O sentido político e cultural deste projecto e a sua viabilidade dependem da capacidade nacional para negociar de forma qualificada a inserção da universidade nos contextos de transnacionalização.

A partir das entrevistas concedidas para esse trabalho, a transnacionalização das cotas dentro de uma instituição pública que gradativamente passou a constituir o projeto das políticas de ações afirmativas no Brasil.

Frente aos inúmeros desafios – econômicos, políticos e culturais – cada universidade implementou a sua política de acordo com sua regionalidade em dialogicidade com as referências dos movimentos sociais em questão. Algumas optaram por não estabelecer estes diálogos, ficando amparadas somente nas questões legislativas. Vislumbra-se essas ações como um trabalho que deve ser feito em rede, sobre essa rede, Santos (2008, p. 84):

A Universidade em Rede [...]. A primeira idéia é a de rede nacional de universidades públicas. Em quase todos os países há associações de universidades, mas tais associações. Daí a importância da luta pela definição da universidade que referi acima estão longe de constituir uma rede. Na maior parte dos casos, são meros grupos de pressão que reivindicam colectivamente benefícios de que só individualmente se apropriam. Muito para além disso, proponho que o bem público da universidade passe a ser produzido em rede, o que significa que nenhum dos nós da rede pode assegurar por si qualquer das funções em que se traduz esse bem, seja ele a produção de conhecimento, a formação graduada e pós- graduada ou a extensão. Isto implica uma revolução institucional e uma revolução nas mentalidades.

Devido ao tamanho do desenho da política de ações afirmativas, identificou-se que essa política pública para ser aprovada, dependeu mais de um trabalho em rede do que de uma decisão institucional. Talvez tenha sido esse um dos motivos pelos quais a UFRGS enfrentou dificuldades para aprovar a política de cotas nessa instituição, pois essa decisão não coube somente a ela decidir.

Acompanhamos algumas fragilidades, essa instituição frente aos desafios de sua flexibilização e democratização numa sociedade que insiste em priorizar e/ou manter os privilégios, mais uma vez, é bom lembrar que as políticas de ações afirmativas foram construídas historicamente pela mão do movimento negro. E, isso possibilitou acompanhar de perto e que essa instituição foi tímida na articulação e/ou nos diálogos com esse segmento social, cujas justificativas referiam-se à quantidade de instituições e, estabelecer diálogos com todas, seria complexo.

Diante dessa falta de diálogo e frente aos imprevistos que se materializaram, a política das cotas correu o risco de não ser aprovada. Em última instância, o GT de ações afirmativas da UFRGS convocou o movimento negro e este trouxe outros segmentos sociais que se colocaram à frente, fizeram pressão política e social resultando na aprovação das cotas.

Diante das tensões e das dificuldades de dialogar o segmento social denominado movimento negro, um dos desafios da UFRGS e de outras universidades, tem sido a apresentação dos dispositivos legais sem ouvir os reclames desse segmento. Ação essa que contribuiu no agravamento das crises, que conforme Santos (2008, p.102) , a universidade pública é um bem público ameaçado interna e externamente.

Talvez tenha sido esse um dos motivos que fez a UFRGS cometer um deslize ao tentar antes do prazo, realizar a avaliação da política de cotas nessa instituição, – sem dialogar em instância alguma – cuja antecipação foi revogada devido a organização de muitos alunos e de alguns professores, que num momento de muita tensão, essa universidade foi exposta e denunciada para a sociedade.

Sendo a história dialética, diante de uma cultura de resistência, após a aprovação das ações afirmativas (2007-8), a UFRGS viu-se obrigada a retroceder, frente às ameaças dos que desejavam ingressar diante dos que insistiam em garantir os seus privilégios. Sobre essas resistências, novamente Zitkoski (2013, p.15-6) auxilia:

Considerando o panorama histórico mais geral, pode-se afirmar que a história das lutas populares emancipatórias na América Latina tem, aproximadamente cinco séculos de existência. Ou seja, desde a conquista do continente pelos europeus, levada a cabo, principalmente por espanhóis e portugueses, há mais de 500 anos, organizaram-se aqui, movimentos de luta do povo oprimido por mais liberdade, justiça, preservação de seus valores culturais, defesa de suas terras, além de tantas outras bandeiras de lutas de resistência. Tais movimentos produziram, ao longo dos séculos, uma cultura distinta – de resistência – que conserva a identidade das raízes do povo nativo, mescladas com a história de organização e luta pela libertação dos oprimidos.

Sendo as ações afirmativas resultados de luta do povo oprimido, a partir de Zitkoski, dialoga-se com Santos sobre as três crises da universidade, e os necessários entendimentos sobre as complexas resistências vividas pelos (EX-ACND) quando chegaram à UFRGS.

4.2 AS TRÊS CRISES DA UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA

Toma-se como referencia a UFRGS, para se tratar dos três tipos de crises a partir de Santos, tendo por referência suas obras na quais muitas estão interligadas e só podem ser enfrentadas conjuntamente através dos programas e ações geradas dentro e fora da universidade. Esse conceito abriu caminhos para melhor analisarem-se as experiências vividas pelos (EX-ACND) durante a graduação na UFRGS. Santos (2008) também previu (e temia) que a crise institucional viesse monopolizar as atenções e os propósitos reformistas. Situação essa que infelizmente, também foi confirmada no Brasil.

Essas crises têm se aprofundado nas universidades públicas e privadas, sendo que as públicas tem sido as mais afetadas dentro da crise de hegemonia; de legitimidade e a crise institucional

4.2.1 Crise da hegemonia

De acordo com Zitkoski (2013, p.17-8), a universidade latino-americana encontrar-se numa encruzilhada:

A universidade latino-americana esteve defrontada diante de várias encruzilhadas, pois as classes populares colocaram em pauta, de forma mais clara e politicamente articuladas, um projeto de sociedade diferente do projeto das elites dominantes.

Nessa encruzilhada apontada pelo autor que se encontram algumas das vivências dos (EX-ACND). Pois os mesmos sentiram o peso de uma instituição tradicional e burocrática, principalmente nos processos curriculares e de avaliação, onde a cultura popular ainda tem sido excluída.

É nesse sentido que Santos (2008) analisa e conceitua a crise da hegemonia da Universidade, pois a mesma apresenta contradições nas funções tradicionais e seus papéis definidos desde a idade média e, posteriormente, com o conhecimento pautado por uma sociedade capitalista. Conforme Santos (2008, p.13) pontua que:

A crise de hegemonia resultava das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham vindo a ser atribuídas. De um lado, a produção de alta cultura, o pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade, se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia. Do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada e exigida pelo desenvolvimento capitalista.

Talvez tenha sido esse um ponto crucial, ou seja, as formações das elites e dos filhos da classe operária apresentada dentro da enorme lacuna entre os (EX-ACND) e os não-cotistas, pois diante dessa dura realidade, os (EX-ACND) precisaram se adaptar às novas situações permeadas por conflitos, atritos, inseguranças e até mesmo o medo de identificarem-se como cotistas. Pois, esses refletiram um pouco da rejeição das políticas de ações afirmativas por parte da instituição e da sociedade gaúcha.

A crise hegemônica colocou em desvelamento para esses ex-alunos negros, diversas possibilidades e fato e de direito ao

uso das legislações e dos direitos que passaram a fazer parte de seu cotidiano, de acordo com Santos (2008), estavam dentro de uma onda prevista de mais de uma década de crise hegemônica no Brasil. E, após o término de suas graduações, essa crise agravou-se mais ainda.

Diante da crise da hegemonia acompanhamos atônitos o aumento da responsabilidade das universidades brasileiras, onde essas políticas correm o risco de um desmonte, devido a crise política e econômica que se instaurou no Brasil após o golpe presidencial e caso esse desmonte ocorra, sabe-se que serão os negros e os indígenas novamente os mais afetados.

Sobre essa crise de hegemonia e o acesso a universidade, a Presidente do Inep, Maria Inês Fini (2017) numa entrevista para o portal do MEC declarou:

O desempenho em todas as áreas está absolutamente estagnado. Não estamos conseguindo que nossos alunos do ensino médio aprendam mais desde 2008. O Enem não foi criado para certificar o ensino médio e usava o Encceja como matriz para uma dupla função, que incluía o acesso às universidades. O fim dessa duplicidade pode ajudar nos próximos resultados.

A Presidente do Inep afirmou que os alunos não aprendem mais desde o ano de 2008. Por coincidência, esse também foi o ano em que a UFRGS e muitas outras universidades públicas aprovaram as cotas sociais e raciais, e nesse mesmo ano, tinha-se na gestão nacional, um governo ancorado numa proposta democrática e popular no Brasil. Portanto, as pretensões do Inep em cancelar duas funções nas quais os alunos oriundos das classes populares e escolas públicas acessam as universidades onde informaram que o fim desse sistema poderá ajudar nos próximos resultados. Aqui se questiona: - ajudar nos resultados de quem?

Essa é apenas uma entre as muitas contradições de um governo impopular que têm nos surpreendido a todo o momento quando acessamos as redes sociais e principalmente os jornais, (a maioria do povo brasileiro) sendo vítimas de um golpe que se instaurou no Brasil, e vem mantendo uma forçada centralidade de gestão, posicionando-se na contramão – maioria - das conquistas históricas das políticas educacionais elaboradas no governo anterior.

Acometidos por essa incapacidade de governança, a universidade entrou na onda para desempenhar algumas funções que são contraditórias, cujas ações têm levado o Estado e outros agentes a buscarem alternativas fora da instituição, permitindo com dificuldades a sua legitimação diante do processo histórico/hegemônico de produção no campo da pesquisa e também no ensino superior. Sobre essas centralidades de governança refletida nas universidades, Santos (2013, p.315):

A centralidade da universidade enquanto lugar privilegiado da produção de alta cultura e conhecimento científico avançado é um fenômeno do século XIX, do período do capitalismo liberal, e o modelo de universidade que melhor o traduz é o modelo alemão, a universidade de Humboldt.

Santos (2013) chamou a atenção para um modelo alemão centrado no Século XIX que não condiz com as realidades dos (EX-ACND) na UFRGS e em nome desse modelo, enfrentaram os choques culturais diante dos seus colegas, professores e principalmente diante dos conteúdos contido no currículo de seus cursos, que em nenhum momento incluíram as questões negras. Conforme prescreve a Lei nº 10.639/03, assunto esse que retomaremos

detalhadamente quando tratarmos dos diálogos com as categorias de acesso, permanência e empoderamento desses frente a essa política na UFRGS.

4.2.2 Crise da legitimidade

A segunda crise apontada por Santos (2013) é a crise da legitimidade. A nosso ver, essa recai diretamente sobre a vida dos (EX-ACND) na qual a universidade ancorada no modelo alemão, e ainda não abriu mão das hierarquizações dos saberes em nome das competências, não ouvindo, na maior parte do tempo, o clamor dos alunos oriundos das classes trabalhadoras. Sobre essa questão, novamente Santos (2008, p.14):

A crise de legitimidade provocada pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro.

Percebe-se que essa crise os marcou de forma negativa e após o choque de realidade os (EX-ACND) passaram a perceber o mundo acadêmico de forma hierárquica e os saberes especializados nela, contraditórios com suas realidades, e somente após graduados conseguiram falar sobre esse choque cultural. Disseram que para se defenderem dessas desigualdades de oportunidades, se esconderam e/ou não se posicionaram em sala de aula, porque as resistências às cotas - estendidas à eles -, era de todos os lados. Diante disso, disseram que tinham todos os elementos para desistirem e como se percebe, a maioria que permaneceu, fez dessas dificuldades uma barreira que os tornou invisível em seu curso.

A crise hegemônica afetou todos os (EX-ACND) de tal forma, que alguns relataram que frente às encruzilhadas que viveram nessa instituição e diante das dificuldades, desanimados para continuarem seus estudos. Pois, além da crise da legitimidade e da hegemonia, enfrentaram também uma crise institucional.

4.2.3 Crise institucional

Santos (2008) temia que a terceira crise viesse a monopolizar as atenções e os propósitos reformistas. Situação essa, que se agravou além da conta no governo brasileiro, sem falar do estrago imensurável que esse governo vem fazendo de forma desmedida em

todas as esferas sociais onde as violências e as intolerâncias sociais e raciais, infelizmente a cada dia têm se agravado.

Um dos exemplos dessa crise institucional comprovada na universidade em questão, é a constatação de que muitos cursos e programas que implantaram as suas políticas de ações afirmativas e dentre essas algum tipo de reserva de cota onde toma-se como exemplo, o caso do sistema de ações afirmativas na UFRGS a partir do ano de 2008.

Essa política pública lançou desafios e nos fez partir em busca dos (EX-ACND) para concederem suas entrevistas, onde conseguimos identificarmos a partir da contribuição de Santos (2010), que crise política incidiu na vida acadêmica por quatro anos ou mais na vida desses alunos inseridos nessa universidade pública. Resultados esses constatados pela pesquisadora, que suas expectativas não corresponderam aos seus desejos no que tange às suas chegadas, permanências e/ou empoderamentos. Pois devido à severa cobrança de produtividade de maneira empresarial, que em momento algum os cotistas foram respeitados diante das suas especificidades culturais, econômicas e sociais. Sobre essa terceira crise, Santos (2010, p. 10):

A crise institucional resulta da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Portanto, em nome de uma eficácia, a universidade em questão apresentou aos (EX-ACND) um ranqueamento desleal, lembrando a esses originários das classes populares e cotistas, que era normal que esses (EX-ACND) enfrentassem mais desafios que os não cotistas. Por isso, foram várias as vezes que entraram em conflito interno sobre as principais razões que os levaram a dar continuidade em seus estudos frente às adversidades.

Todos os (EX-ACND) informaram que na maior parte do tempo, a linguagem utilizada pela academia ficou distante de suas realidades. A partir de suas falas, declaram que a universidade precisa estar mais atenta a uma democratização de fato e de direito.

Por isso, nesse processo de democratização da universidade pública, a partir das políticas de ações afirmativas, as instituições precisam ouvir o clamor daqueles que são oriundos das classes populares quiçá como uma confirmação de que ela só tem a ganhar com as diversidades em seu universo.

4.3 A UNIVERSIDADE NUMA PERSPECTIVA FREIREANA: DESAFIOS PARA A INSERÇÃO CRÍTICA DAS CLASSES POPULARES NA LUTA POR LIBERTAÇÃO

Trabalha-se o processo de democratização da universidade, a partir da análise das três crises apontadas por Santos (2010), na qual os desafios sobre a inserção crítica das classes populares, mais especificamente dos cotistas negros na instituição, denunciam os problemas estruturais vigentes na sociedade brasileira como reflexo histórico da exclusão social das classes populares do processo de educação.

Lembrando que essa exclusão não é algo pontual que segue uma lógica estrutural fundamenta na origem histórica do Brasil denunciando que a sociedade escravocrata que reproduz opressão em seus diferentes níveis – desde o setor econômico, político e cultural – até o próprio lazer. Pois conforme Freire (1994, p. 92), é preciso denunciar e propor as rupturas necessárias no modo de organizar e oferecer os serviços da Universidade em relação à sociedade brasileira:

A decisão políticas de caráter progressista, mas que jamais deveria se alongar em populismo, de pôr-se a Universidade a serviço também dos interesses populares e a necessária implicação na prática de uma compreensão crítica em torno de como se deve relacionar a ciência universitária com a consciência das classes populares. No fundo, a relação entre saber popular senso comum e conhecimento científico.

Contudo, o maior desafio na perspectiva freiriana é fazer com que nossas universidades, principalmente as IES públicas, estejam abertas às mudanças sobre a forma de atenderem as camadas populares, que hoje cada vez mais adentram os espaços institucionais fortemente marcados pelos privilégios das elites. Assim, um dos maiores desafios das universidades deve ser a sua abertura para as demandas sociais novas, colocadas pelos alunos que acessam por cotas e pelas. Portanto, a demanda o funcionamento de novas lógicas nas estruturas acadêmicas ainda burocráticas e elitizadas denunciam que essas se encontram beneficiando os públicos tradicionalmente freqüentadores desses espaços.

Nas correlações entre saber popular do senso comum, e o conhecimento científico, os (EX-ACND) ao se depararem com um currículo tradicional, receberam por diversas vezes, discriminações tão fortes e violentas, que alguns passaram a olhar criticamente a instituição diante desses problemas.

Freire (1994) comenta sobre os novos desafios que deve-se atentar para desenvolvermos uma educação libertadora e da responsabilidade em construirmos uma universidade democrática e de fato democratizadora. Para esse fim, é fundamental que nossa

prática pedagógica, política e de pesquisa acadêmica esteja comprometida com uma educação libertadora, lembrando que esse processo libertador requer a formação política coerente e sensível para com os processos histórico-sociais colocados para nós hoje frente às lutas de resistência à opressão por um lado, e, igualmente, a construção de alternativas no embate político que possibilite construir democraticamente novas formas de organização em nossas instituições, principalmente nos espaços educativo-formativos.

Outro grande esforço de Freire (1994) refere-se a sua colaboração diante do desafio histórico na construção de uma *Pedagogia da libertação*, enquanto elaboradora de estratégias políticas cujos saberes são legitimados na luta política dos oprimidos onde tal pedagogia só é possível a partir dos próprios oprimidos que, ao assumirem-se enquanto construtores de uma nova sociedade engajam-se na luta de humanização do mundo e vão libertando a si e aos opressores. Essa libertação será verdadeira se for integral e partir dos oprimidos, pois estes, proibindo que os opressores continuem praticando a opressão, estarão libertando a si próprios e, também, aos opressores.

Nesse sentido, vemos que é a partir dos ex- alunos cotistas que foram se assumindo subjetivamente como protagonistas de seus processos acadêmicos, que a universidade poderá ser reinventada juntamente com os professores, técnicos e demais alunos articulados com os movimentos populares, na qual o ponto de partida de para Freire (1995) deve se dar de forma radical para não cairmos novamente nas históricas “traições” do processo de libertação que acabam em *posturas reformistas* e não alteram a lógica da dominação.

Nesse sentido, não são os intelectuais, as academias, ou os líderes políticos que deverão elaborar para os oprimidos a *pedagogia de sua luta política*. Ao contrário, o ponto de partida são as próprias classes populares que devem encontrar em si mesmas, as forças necessárias para reconstruir a história humana a partir de novas práticas capazes de modificar a produção da cultura, das relações sociais e da vida política existente na sociedade. Contudo, o desafio segundo Freire, é democratizar as instituições de ensino superior para termos uma sociedade mais democrática.

É por tais razões que a luta política de libertação exige que os oprimidos exerçam o centro do processo de luta a partir de seus próprios objetivos políticos e, não apenas sirvam de espectadores na promoção de líderes interesseiros. Nesse sentido, novamente Freire (1993, p.41) conceitua:

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um ‘tratamento humanitarista’, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, obter modelos para a sua promoção. Os oprimidos não de ser os exemplos para si mesmos, na luta por sua redenção.

Sob a contribuição desse autor, sabe-se que não há modelos a seguir nesse processo de elaboração de uma “Pedagogia dos Oprimidos” lutando por sua libertação. A violência que os oprimidos sofrem, mas que não foi provocada por eles, também não será superada, se ocorrer a reprodução da cultura de opressão que dão origem às práticas violadoras da liberdade humana. Avalia-se que o círculo-vicioso da violência inaugurado pelos opressores, somente poderá ser superado pelos oprimidos que resistindo à violência que sofrem devem impedir que a opressão se reproduza em novos processos sociais. Somente a partir desse ponto, as transformações podem efetivar-se na história e na vida das pessoas em sociedade para que cultivem a solidariedade, a esperança, o amor à vida, o diálogo, e a utopia de um mundo mais justo, que de acordo com Freire (1993, p.43):

Por isso é que somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores [...]. O importante por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo - não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se.

Entretanto, torna-se necessário o questionamento sobre as reais condições que o autor visualiza para os oprimidos desencadarem o processo de reconstrução de sua humanidade na história. Ou seja, a partir de processo cultural efetivo que os seres humanos historicamente sofreram durante o período de dominação, possam tornar-se capazes de lutar por sua libertação sem oprimir, ou sem reproduzir a dominação (via ressentimento), contra seus próprios opressores.

Ou ainda, como nos diz Freire (1993, p.32) “como poderão os oprimidos, que ‘hospedam’ o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação”?

Assim, a visão do autor sobre essa libertação tem sido clara. Pois é a partir da resposta à essas questões que se torna necessária uma reflexão política comprometida com os desafios da libertação na qual o autor sustenta sua teoria. Para ele, a verdadeira revolução libertadora não é a “conquista do poder político”, nem a revolução armada concebida à luz da teoria marxista, mas sim a revolução cultural.

Portanto, a Pedagogia do Oprimido, é um processo que implica dois momentos distintos da autêntica revolução, que é, por essência, a revolução da cultura, conforme nos expõe Freire (1993, p.32):

A pedagogia do oprimido, como Pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Diante disso, constata-se que o primeiro momento consiste em um “parto doloroso” dos oprimidos, que vivendo em uma situação concreta de opressão e sendo formados culturalmente por essa situação, são desafiados a desinstalar-se dessa situação para germinar o *homem novo* - nem opressor, nem oprimido, mas ser humano em constante busca de liberdade.

Essa germinação segundo Freire (1993), está relacionada com o processo de conscientização enquanto exigência fundante da luta política dos oprimidos, sendo a própria ação cultural libertadora onde essa conscientização consiste no movimento permanente da dialética entre ação-reflexão-ação; que à luz das exigências do processo de conscientização impulsiona uma prática política transformadora da realidade. Portanto, o autor analisa a condição social dos oprimidos enquanto seres da dualidade, divididos e contraditórios porque se formam a partir de uma realidade da opressão.

A dualidade dos oprimidos tem origem na própria situação de opressão em que se encontram existencialmente situados. Essa dualidade se forma na constituição do mundo da consciência do oprimido que está no seu modo de vida, o sujeito proibido de ser mais porque se encontra na maioria das vezes, numa condição de desumanizado e alienado por terem seus antepassados vividos historicamente num processo de desumanização.

Constatado isso, o medo da liberdade faz dos oprimidos seres divididos que se debatem consigo mesmo sobre o dilema existencial de continuar hospedando o opressor dentro de si, ou expulsar esta sombra que os constitui enquanto seres contraditórios e inautênticos. Pois de acordo com Freire (1993), os oprimidos temem a liberdade porque não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la por estarem ainda imersos em suas realidades opressoras.

Portanto, o processo político libertador implica a formação da consciência dos oprimidos (conscientização) na coerente elaboração pedagógica que faça brotar das velhas estruturas sócio-culturais, um novo homem em constante processo de humanização do mundo. Dessa forma, o processo de elaboração dessa autêntica pedagogia da luta de libertação jamais poderá ser bancário, ou anti-dialógico. Esse processo precisa ser radicalmente solidário, democrático, problematizador e dialógico – que respeite os diferentes saberes de cada ser humano em sua experiência de vida. De acordo com Freire (1993, p. 53):

A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, 'ação cultural' para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles [...]. A ação libertadora [...], reconhecendo a dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da ação e da reflexão, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação [...]. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de 'coisas'. Por isto, se não é a auto-libertação - ninguém se liberta sozinho - também não é a libertação de uns feita por outros.

Eis aí, a radical exigência desse primeiro momento de elaboração da Pedagogia do Oprimido enquanto obra coletiva que envolve a relação dialógica entre educadores-educandos e pedagogos esperançosos diante de um futuro mais humanizado para todos. A dialogicidade vem a ser o fundamento desencadeador do processo político-cultural desde a sua origem. Contudo, sem a prática dialógica e a esperança que lhe é fundante, não há como recuperar a humanidade dos oprimidos. Estes no processo dialógico-problematizador certamente vão aprender a lutar como seres humanos respeitados, ou seja, sujeitos de sua luta e com coragem diante das situações opressoras que buscam superar.

Talvez tenha sido esse um dos motivos que Freire (2000, p.19), quando expressou as duas principais preocupações como momentos cruciais que envolveram o ciclo do conhecimento, ressaltou que estes deveriam estar permanentemente relacionados:

O que me interessa não é que meus filhos e minhas filhas nos imitem tem como pai e mãe, mas, refletindo sobre nossas marcas, dêem sentido à sua presença no mundo. Testemunhar-lhes a coerência entre o que prego e o que faço, entre o sonho de que falo e a minha prática, entre a fé que processo e as ações em que me envolvo é a maneira autêntica de, educando-me com eles e com elas, educá-los numa perspectiva ética e democrática. Na verdade, como posso "convidar" meus filhos e filhas a respeitar meu testemunho religioso se, dizendo-me cristão e seguindo os rituais da igreja, discrimino os negros, pago mal à cozinheira e a trato com distância? Como posso, por outro lado, conciliar a minha fala em favor da democracia com os procedimentos anteriores referidos?

O autor retrata sobre os novos desafios na área da ciência, da pesquisa e da ética na vida e na docência. Foi a partir dessa contribuição que mergulhamos um pouco mais no mundo dos (EX-ACND) para analisarmos como perceberam seus processos de empoderamentos diante dos conteúdos que acessavam, notou-se que o papel dos professores foi fundamental em suas trajetórias para impulsioná-los ou retrá-los nessa universidade.

4.4 QUESTÕES PARA PENSAR UMA UNIVERSIDADE MAIS INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS, QUESTÕES DE GÊNERO, ETNIAS E SEXUALIDADE

No processo de realização das entrevistas com os (EX-ACND), identificou-se que os privilégios mantidos secularmente dentro da universidade pública com a chegada das cotas foram abalados, especialmente com a presença dos cotistas, pois, esses enfrentaram resistências, referente ao gênero, sexualidade, mas principalmente em relação às suas etnias. Em momento algum conseguiram ocupar seu espaço na condição de aluno cotista nessa instituição.

Os (EX-ACND) que conseguiram concluir a graduação, informaram o quanto foi difícil verem seus colegas negros desaparecendo gradativamente. Teve uma turma na qual um ex-aluno faleceu num acidente de carro, situação essa, que traumatizou alguns alunos, afetando mais os cotistas. Ouviram nos bares, corredores ou em sala de aula na universidade, as seguintes perguntas que se mostram tendenciosas:

- Você é? [...] A tua vaga foi pela autodeclaração? Como você conseguiu essa vaga aqui na universidade? Você é contra ou a favor dessas cotas aí? O que significa para você precisar usar essas cotas, já que também têm condições como eu? E por aí vai [...].

Sobre essas questões, identificou-se que os desafios das políticas de ações afirmativas não devem ser ancorados somente em legislações, mas no respeito a essa política e principalmente pelo respeito à luta dos povos excluídos historicamente. Sobre esse assunto, Munanga (2016, digital) salienta:

Preconceitos são muitos, por isso você não pode ter uma fórmula geral para combater dos os preconceitos. Em primeiro lugar, você não se combate com a lei, que combate os comportamentos concretos que podem ser observados, flagrados e punidos. Os preconceitos são em um terreno em que você não combate com as leis, por isso a educação é importante. A educação é um dos caminhos para combater os preconceitos, não as leis.

É importante explicar a abordagem das políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira como algo que não representa o todo. Ou seja, dentro dessa política há uma reserva – parcela – dividida entre cotas sociais e raciais. E dentro das sociais, encontram-se a maioria dos alunos não negros. Então, as cotas raciais são apenas uma pequena e tímida parcela do geral reservada para grupos e segmentos específicos da sociedade que não corresponde a totalidade das vagas nas quais muitos temem. Para explicar esses temores sociais, Kosik (2002, p.44) auxilia com a categoria de totalidade: “Totalidade é uma pequena parte que você

abstrai do todo, ressignifica e depois devolve para o todo. Assim, as duas partes contêm o todo, mas nenhuma delas é esse todo, e ao mesmo tempo, as duas o são”.

A nosso ver, Kosik (2002) constata que as políticas das cotas não resolvem um problema de reparação social que é histórica, porém, auxilia nas amenizações das dores, discriminações e dos preconceitos, oportunizando maior acesso dos alunos oriundos das escolas públicas e, as especificidades, incluindo aí os negros, os pobres, os indígenas, os quilombolas [...].

Diante dessa totalidade observada pelo autor, até aqui, as cotas cabem em todas as categorias. Porém, foi a partir das categorias de inserção/adaptação de Freire (1994) que abrimos nossos diálogos com os sujeitos dessa pesquisa sobre as questões de gênero, sexualidade e etnia entre outras. Suas análises nos trouxeram a necessidade de melhor conceituar etnia e gênero, a partir das contribuições desse e de outros autores, por constatarmos que essa tese foi constituída por mais sujeitos femininos do que masculinos.

Embora não seja gênero o foco principal dessa pesquisa, recorremos a alguns autores que trabalham com estas especificidades porque a maioria dos que ingressam pela política de cotas nas universidades brasileiras são do sexo feminino. Também se constata essa questão, a partir de Paixão (2009, p.180):

Finalmente, no ano de 2008, os pretos & pardos do sexo masculino foram ultrapassados, em termos das médias de anos de estudos, pelas mulheres do mesmo grupo de cor ou raça nas faixas de idades dos 15 anos ou mais, 25 anos ou mais e dos 40 anos ou mais, todavia ainda ficando em vantagem na faixa dos 65 anos de idade ou mais.

Diante dessa realidade brasileira e a partir da contribuição de Paixão, expandimos nossos diálogos com Cunha (2011), que nos proporcionou localizar nossas (EX-ACND) e as alunas não cotistas – numa realidade de silêncio e invisibilidades – num pensamento *abissal* apresentado por essa autora, que no campo dos direitos humanos, vêm dialogando com as mulheres – do sul e do norte – e suas emancipações sociais, sexuais, reprodutivas, abortos, solidariedade feminista, desenvolvimentos comunitários, migrações, paz, etc. na qual autora faz o chamamento para que as mulheres do mundo saiam de seus papéis de oprimidas para os lugares de pluri-emancipações, por possuírem capacidades de drenarem as suas lógicas de resistências, contraposições e revoltas dentro do sistema.

Para dialogarmos com as dores contidas nas falas das (EX-ACND), Angela Davis foi significativa, pois nos permitiu a partir das suas posições, presta a atenção sobre as vozes das (EX-ACND) que vieram de longe, atravessaram a diáspora africana e, trouxeram junto suas invisibilidades sociais africanas que, essas mulheres negras ao aportarem no Brasil, não se viram em momento algum contempladas com a mesma estrutura que as mulheres brancas possuíam em

todas as esferas sociais. Davis (2013, p.59-60) referendou esses antigos privilégios em detrimento de ganhos políticos:

Admitindo, as duas Emendas excluíram as mulheres do novo processo de aquisição de direitos e tal foi interpretado por elas como um detrimento dos seus ganhos políticos. Concedido, elas sentiram que tinham um caso poderoso pelo sufrágio tal como os homens negros. No entanto na articulação da sua oposição alimentando os privilégios da supremacia branca, elas revelaram quão indefesas elas permaneciam - mesmo depois de anos de envolvimento em causas progressivas- à pernicioso influência ideológica do racismo.

Diante dos privilégios identificados pela autora, vislumbram-se as cotas raciais como um marco de libertação em suas vidas e na vida dos familiares dos (EX-ACND), que pode ser conferida no exemplo de uma das ex-alunas entrevistadas nessa tese, expressa numa carta na íntegra no (vide Anexo B), que vislumbrou o seu acesso à universidade conforme Cunha (2011), como um campo fértil de emancipação frente ao sistema capitalista de opressão e de dominação.

Ainda Cunha (2011) referencia que as opressões feministas ocorridas no mundo todo, são perpassadas pelas realidades históricas lutas resistências das mulheres negras vindas do continente africano. Portanto, não foi a toa que as políticas de ações afirmativas perduraram por quase cinquenta anos no EUA, e o Brasil, ainda tem muito que aprender com esse exemplo, onde constata-se que aqui, muitas autoras trabalham as questões de gênero descoladas da luta das mulheres negras e dos seus legados históricos.

As diferenças curriculares previstas em lei que não integraram o universo acadêmico dos (EX-ACND) geraram neles, um sentimento de impotência diante do currículo que expôs a questão de um branqueamento cultural, não pautando o indivíduo negro, nem especificamente a mulher negra. Essas (EX-ACND) se viram diante um passado carregado de dor, que as jogou para um tempo presente na condição de mulheres negras, sem história, memória e cultura, onde nessa instituição, uma só aluna negra, pode acumular diferentes tipos de discriminações⁴⁸.

Como resultado dessa negação curricular, temos a história feminina negra no campo da invisibilidade onde muitas faleceram e uma multidão delas ainda se encontram entre nós lutando diariamente contra os preconceitos. Confira o resumo de algumas dessas mulheres negras que aguardam para adentrarem o currículo da educação brasileira no *post Mamilus de Vênus*.

⁴⁸ Em muitos casos, a mulher negra pode chegar a acumular vários tipos de discriminações e preconceitos. Pois os adjetivos se tornam expressões negativas quando alguém deseja agredi-la. Se observarmos, uma única mulher negra pode acumular várias qualidades que ainda são usadas para discriminá-las, tais como: mulher, negra, pobre, lésbica, deficiente, gorda, cotista, religiosa de matriz africana, etc.

Diante das especificidades de gênero, ou seja, além da violência contra as mulheres que a cada dia tem matado muitas no mundo, ainda temos o problema de uma linguagem utilizada no cotidiano que fere os nossos ouvidos, quando se coloca em primeiro lugar na história, o indivíduo masculino.

Sobre essas questões de gênero, Freire (1994, p.6-7) após receber muitas cartas de mulheres feministas de muitos países criticando a linguagem que utilizou em sua obra a “Pedagogia do Oprimido”, refez sua linguagem de forma elegante na obra “Pedagogia da Esperança”, contribuindo significativamente com a luta das mulheres no mundo:

De modo geral, comentando o livro, o que lhes parecia positivo nele e a contribuição que ele trazia à sua luta, falavam, invariavelmente, do que considerava em mim uma grande contradição. É que, diziam elas, com suas palavras, discutindo a opressão, a libertação, criticando, com justa indignação, as estruturas opressoras, eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres. Quase todas me escreveram citavam um trecho ou outro do livro, como o que agora, como exemplo, escolho eu mesmo: “Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se ‘apropriam’ dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles”. E me perguntavam: “Por que não, também, as mulheres?”

Foi a partir dessa contribuição do autor, que optamos pelo uso da sigla (EX-ACND) para nos referirmos aos alunos/as) cotistas negros/as) diplomados/as), que a nosso ver, dá conta das diferentes formas de linguagens de gênero e etnia dos indivíduos que concederam suas entrevistas. Pois diante das complexidades, todas as (EX-ACND) se invisibilizaram na condição de mulheres negras, mas não na condição de mulheres. Situações essas que serão apresentadas no próximo capítulo

Cunha (2011, p.22) nos chama a atenção sobre as situações vividas pelas (EX-ACND) que diante de seus relatos, compuseram um retrato social das relações de mulheres e homens frente a um confronto cognitivo das relações de desigualdades sociais, entre quem oprimem e quem é oprimido dentro de uma questão ainda problemática:

As intelectuais feministas que procuram fazer uma análise a partir do ponto de vista do sujeito que foi objeto Colonial Alerta que não basta falar de mulheres de homens como se esta fosse uma relação naturalmente dual, simples e não problemática. Pelo contrário, a relação entre as mulheres e os homens pro se pressupõe um confronto cognitivo prévio acerca das desigualdades ou continuidade dos seus poderes que determinam, em última instância, quem oprime *versus* quem é oprimido ou é oprimido e opressor ao mesmo tempo. É necessário reforçar a idéia de que qualquer abordagem que naturalize e generalize um conceito distorce o conhecimento porque toma como geral o que é particular e social e situacionalmente construído.

Nessas generalizações de conceitos, a partir dessa autora foi possível a identificação de inúmeros preconceitos e discriminações etnicorraciais, de gênero e de sexualidade que receberam os (EX-ACND) de seus colegas e professores brancos nessa universidade. Para melhor entendermos as relações de oprimidos e opressores em sala de aula, e um pouco desse abismo em suas vidas, veja-se pensamento *abissal*, a partir de Cunha (2011, p.19):

O pensamento *abissal* enforma as epistemologias femininas que constroem, de diferentes maneiras, os abismos nos quais negam uma parte da humanidade feminina para que a outra parte da humanidade feminina se afirme. Porém, um simples olhar fenomenológico sobre a realidade mostra que tais precipícios e vazios são cegueiras e surdez que um pensamento hipertrofiado de si não vê, não quer ver e que desistiu de se deixar surpreender pela infinitude das criações impulsionadas pela alteridade e pela poli-racionalidade feminina.

Essa pesquisadora, Maria Teresa Cunha nasceu na África e reside na Europa. Sobre esses deslocamentos, ela desenvolve pesquisas e formações no Brasil. Portanto, nos fala dos atravessamentos femininos e de suas complexidades dentro de um pensamento *abissal* por ter em sua práxis, experiências além-mar.

A partir da voz de Cunha (2011), ousamos falar das complexas epistemologias femininas que presenciaram as (EX-ACND) na universidade em pauta dessa pesquisa, onde fizemos uso de seu conceito (*abissal*) para dialogar com a autora Davis (2013), sobre um breve histórico de luta e resistência das mulheres negras, onde muitos autores renomados (brancos) numa tentativa era de contribuir com as mulheres negras – na maioria das vezes –, acabavam reforçando os seus preconceitos e subjetividades, colocando-as em espaços de subalternidade na sociedade, em prol das mulheres e dos homens brancos.

Diante dessas complexidades, Davis (2013, p.49) nos brinda com a resposta que uma mulher negra chamada Sojourner Truth deu a um líder em 1851, quando ele disse que achava ridículo, as mulheres votarem quando essas não sabiam nem atravessar uma poça ou entrarem numa carruagem sem a ajuda de um homem. Naquele mesmo momento, Sojourner Truth apontou para fora esse argumento com a simplicidade de que ela nunca foi ajudada a atravessar poças d'água nem a entrar em carruagens:

“E não sou uma mulher?”. Com uma voz de trovão ela disse: “olhem para mim! Olhem para os meus braços” e enrolou suas mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços. “Eu lavei, plantei e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu uma mulher? Dei a luz á treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravatura, e quando chorei minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher?”

O recorte de gênero sob a ótica de Davis (2013) e Cunha (2011) contribuíram no entendimento nas dificuldades das mulheres negras no mundo que se apresentam na maior parte acompanhadas da exploração dos seus corpos, após séculos, ou seja, após o sistema escravista continuam sendo exploradas em sociedades além mar [...].

Outro exemplo de como reagiam às mulheres diante de seus maridos na Europa, pode ser conferido a partir de uma história contada com amorosidade e leveza por Teresa Cunha, na história chamada Dona Isabel Senhorinha. (vide Anexo F).

Da Europa para o Brasil, em solo gaúcho na cidade de Porto Alegre, constatamos os esses resquícios sobre as questões de feminismo gravadas nos corpos das (EX-ACND), principalmente quando essas se referiram aos assédios e aos desconfortos recebidos por seus colegas e professores na UFRGS.

Diante disse, muitos autores contribuíram para os diálogos quando passamos de gênero para negritude, na qual parte-se dos objetivos ancorados no pensamento de Munanga (1986 p.43-4) para desconstituímos as diferentes concepções de racismo⁴⁹ em nossa sociedade:

O exame da produção discursiva dos escritos da *negritude* permite levantar três objetivos principais: buscar o *desafio cultural* do mundo negro (a identidade negra africana), protestar contra a ordem colonial, lutar pela emancipação seus povos oprimidos e lançar o apelo de uma revisão das relações entre os povos para que se chegasse a uma civilização não *universal* como a extensão da uma regional imposta pela força - mas uma civilização do *universal* encontro de todas as outras, concretas e particulares, (grifo do autor).

A partir dessas contribuições do autor, vimos algumas ações materializadas na trajetória acadêmica dos (EX-ACND), que passaram a despertar suas pertencas como indivíduos originários de África. Também questionaram internamente a ordem estabelecida na sociedade onde observaram a divisão dos privilégios de uns sobre os outros, perdendo sempre, os oprimidos.

Apresentam-se mais exemplos dessa questão, materializados na fala de um ex-aluno que ao ser questionado sobre a importância das cotas na ascensão social dos beneficiados por ela disse:

⁴⁹ Racismo consiste no preconceito e na discriminação com base em percepções sociais baseadas em diferenças biológicas entre os povos. Muitas vezes toma a forma de ações sociais, práticas ou crenças, ou sistemas políticos que consideram que diferentes raças devem ser classificadas como inerentemente superiores ou inferiores com base em características, habilidades ou qualidades comuns herdadas. Também pode afirmar que os membros de diferentes raças devem ser tratados de forma distinta.

Elas são importantes para a ascensão social, cultural, econômica, política etc. do Brasil, como um todo, a população, é uma só. Mais do que um, dois, três ou dez negros graduados em certas áreas de conhecimento, as cotas trazem uma nova cara para a estrutura societária brasileira como um todo. Elas são determinantes para a ascensão social dos negros no Brasil, e esse é um dos passos que o país deve dar para ser melhor. (Oliveira Silveira).

A partir dos objetivos sobre negritude de Munanga (1986), e da realidade dos (EX-ACND) onde as cotas integraram parte do todo da sociedade, esse autor, ao se referir a uma negritude civilizatória, partiu do *universal* e encontrou com as demais civilizações, concretas e particulares.

Sobre os caminhos realizados para a implementação das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras, Santos (2015) nos ajudou a entender as principais preocupações dos ex-alunos em relação a aceitarem o convite para serem entrevistados. Eles achavam que estávamos convidando para avaliarmos essa política, em relação as fraudes que ocorreram nas universidades brasileiras, como fora o caso da UNB (Universidade de Brasília).

Para entender as questões de branquitude presente no universo da academia e os preconceitos que se apresentaram para os (EX-ACND) em sala de aula, foi fundamental escutar as vozes dos professores se levantaram contrário às políticas de ações afirmativas, em especial, às cotas raciais. Esses nos ajudaram a buscarmos nas raízes dessas subjetividades, outros autores referências nesse assunto, tais como, Munanga, Freire, Carvalho, Sales Augusto Santos, e outros.

Dentro da norma hegemônica da branquitude encontrada nessa universidade, os dois alunos negros homossexuais se descolaram de suas pertencas negras conforme suas falas, legitimando nessa academia a representatividade branca, que não leva em conta questões de a homossexualidade como realidade social. Posteriormente, intenta-se em desmitificar a hipermasculinidade do homem negro, bem como trazer para o centro de debate a questão da padronização sexual rígida. Para isso, é importante entender um pouco mais o significado da hipersexualização.

Embora não seja esse o principal foco da pesquisa, é importante frisar que além da violência policial e do mercado de trabalho e espaço educacional, o homem negro assim como a mulher negra, passou a ter o seu corpo atrelado à essas questões sofrendo mais racismos que os homossexuais brancos bloqueando assim, a sua liberdade de expressão.

Segundo Santos (2010), para os grupos específicos são necessárias políticas específicas. Por conta disso, os homens negros precisam amparar seus direitos também em dispositivos legais, haja vista, que sofrem por todos os lados a negação da sua pertença e de sua sexualidade. Situações essas que viveram os (EX-ACND), cujas terminologias e dados dessa discriminação podem ser conferidos no relatório sobre violência homofóbica no Brasil que apontou:

O Brasil vive atualmente um movimento paradigmático em relação aos direitos humanos da população de transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays - LGBT. Se por um lado conquistamos direitos historicamente resguardados por uma elite heteronormativa e aprofundamos o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro assistimos a aterradora reação dessa mesma elite em sua pretensão de perpetuar o alijamento desses sujeitos e seus afetos. (RELATÓRIO..., 2012, p.9).

Com base nesses conceitos o relatório esclarece ainda que:

Aprender a realidade, suas contradições, avanços e violências, é essencial no planejamento de objetivos, metas e estratégias que visem melhorá-las. Nesse sentido, as estatísticas são cruciais para dar visibilidade às violações de direitos humanos cometidas contra populações vulnerabilizadas e, assim, promover o controle e a participação social na construção de políticas públicas que alterem essas realidades. (RELATÓRIO, 2012, p.12).

Assim, as discriminações sociais que partem das especificidades dos ex-alunos desembarcam na racial. Pois é a partir dela que reafirmamos o conceito das ações afirmativas dos EUA ao Brasil que auxiliados por Oliven (2007) nessa viagem, foi uma das protagonistas no processo de implementação dessas políticas na UFRGS, lembrando que a autora afirma que as cotas não devem ser encaradas como permanentes.

Oliven em suas análises referente às políticas das cotas no Brasil e nos EUA, chamou a atenção do genótipo e do fenótipo. Pois essas questões devem ser levadas em conta dentro das Comissões que se prontificam a avaliar o ingresso dos alunos cotistas anualmente nas universidades públicas.

Contudo, esses autores que nos motivaram a uma sistematização das análises contidas nos fortes diálogos dos (EX-ACND) da UFRGS. Questões essas que serão apresentadas no próximo capítulo, a partir desses conceitos.

5 ANÁLISE DO PERFIL DE ORIGEM E O PERCURSO ACADÊMICO DOS (EX-ACND) NA UFRGS: ACESSO E PERMANÊNCIA

Este capítulo objetiva investigar o processo acadêmico dos (EX-ACND), a partir de seu perfil, origem e percursos sob um prisma refletido a partir de seus depoimentos sobre seus ingressos, permanências e empoderamentos na UFRGS. O estudo analítico de suas trajetórias acadêmicas na educação superior até a obtenção de seus diplomas que consiste num grande desafio que nos revelou sofrimentos e conquistas particulares, mas, sobretudo, apontou a necessidade dessa instituição avançar na continuidade e no aperfeiçoamento dessas políticas.

Foi longo o caminho percorrido para chegar-se até a primeira aluna entrevistada para nessa pesquisa. Depois, os demais entrevistados, de diferentes lugares, (capital e região metropolitana), foram se apresentando com as mais variadas tonalidades de pele negra, jeitos e olhares cativantes, compondo um lindo mosaico.

As entrevistas e as transcrições dos depoimentos seguiram a metodologia de não nominarmos os sujeitos da pesquisa, tomando o máximo cuidado onde elegemos pseudônimos para os seis ex-alunos, como vimos no capítulo anterior. As revelações dos ex-alunos foram ao encontro da seguinte constatação: quanto mais tempo passava na universidade, mais eles se davam conta do tamanho do abismo social que os dividia perante os alunos cotistas sociais e os não-cotistas.

Devido a isso, realizaram seus percursos acadêmicos sozinhos, resultando em pertencimentos etnicorraciais frágeis e afetados profundamente por conta dos variados tipos de discriminações e preconceitos sofridos desde suas chegadas até suas diplomações nessa instituição. Avaliar o percurso realizado por eles antes referente aos seus ingressos sob a ótica da categoria de pertencimento etnicorracial a partir de seus depoimentos, é o que trata esse capítulo.

5.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA SE CHEGAR ATÉ OS SUJEITOS DA PESQUISA

Um dos caminhos para a escolha dos (EX-ACND) está relacionada a uma busca no *site* da UFRGS referente aos TCCs, dissertações e teses inserindo as palavras: “ações afirmativas” e “cotas raciais”. Foi surpresa ver que em relação a esses assuntos ainda não havia nenhuma pesquisa que tratasse da vida egressa dos alunos cotistas negros nessa

instituição. Portanto, essa tese é a primeira, entre outras que poderão ser desenvolvida pelos próprios alunos cotistas em relação a esse assunto.

O primeiro contato realizado foi na (CAF) Coordenadoria de Acompanhamento de Ações Afirmativas da UFRGS, que se localiza junto à Pró-Reitoria de Extensão. Nesse departamento, realizamos os trâmites burocráticos e necessários, cujo retorno se estendeu além tempo do que dispúnhamos para as etapas de realização dessa pesquisa. Recorremos também ao GT (Grupo de Trabalho) do Fórum de ações Afirmativas⁵⁰ da UFRGS, enviando *e-mail* via mala direta.

A partir dos diálogos estabelecidos no GT, em poucos dias chegou a primeira candidata que além de atender os principais critérios para a entrevista, também era ingressante do primeiro ano das cotas dessa instituição. Uma mulher negra e jovem, de estatura média, cabelos crespos, olhos e lábios grandes que trazia em seu rosto,, expressões de curiosidade, ânimo e felicidade. Ela mostrou-se alegre em poder participar dessa pesquisa, na qual seu carisma e jovialidade nos era contagiante. Serviu-nos como inspiração para continuar a busca de outros entrevistados. Vide na íntegra sua entrevista (Anexo A).

Durante a entrevista essa (EX-ACND) nos fez rir e chorar. Convidou-nos a sair da zona de conforto e ampliar os olhares para perceber que na condição de mulher negra, sua história dialogou com as histórias acadêmicas dos demais (EX-ACND), cujo ponto de partida foi a tentativa de identificá-los como descendentes de africanos no Brasil, dentro dessa universidade onde os negros vivem essas diversidades e contradições históricas.

Na historia, os negros viveram inúmeras tentativas de assimilações dos valores culturais do colonizado em relação ao colonizador brutal, onde até hoje, o branco conta com o privilégio simbólico – e real – da brancura que de acordo com Bento (2002, p.27):

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que compararem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho.

⁵⁰ GT de ações afirmativas – Esse GT ainda estava ativo, e meu nome encontrava-se em sua mala direta porque havia participado desse grupo logo que ingressei no curso de Mestrado na UFRGS. Após encaminhar um e-mail explicando o teor da pesquisa, não demorou três dias e me chegou a resposta da primeira aluna apontando o desejo de conceder a entrevista, que serviu como piloto nesse trabalho.

A autora auxilia na identificação dos privilégios brancos em detrimentos dos negros constatados pela maioria dos (EX-ACND) não se perceberam dentro de um contexto maior, ou seja, a partir de um passado de regime escravocrata eles se colocaram diante de um processo de exclusão sendo apenas econômica e não étnica. Embora acredita-se que são as duas, lembrando contraditoriamente, que para ingressarem pelas cotas na universidade, foi preciso se autodeclarar negros.

Os sujeitos dessa pesquisa são descendentes africanos com traços negróides, cabelos encarapinhados e escuras tonalidades de peles que trouxeram para o Brasil, técnicas diversificadas do plantio e cultivo da terra, do café, enfim. E hoje, sabe-se que essas técnicas foram apropriadas pelos euros descendentes.

Um dos exemplos a que nos referimos, é que antes do período de colonização, não haviam plantações de milho na Europa. Outro campo são as ciências exatas – pois, o Egito localizado na África - antropologicamente comprovou que a sua etnia é negra. Desse mesmo Egito, originaram vários teoremas e cálculos matemáticos utilizados pela ciência moderna. Nesse contexto, lembramos que o povo etíope negro na tradição religiosa cristã judaica é reconhecido como uma das doze tribos de Israel⁵¹.

Os (EX-ACND) constataram que o ambiente da universidade é um ambiente hostil e todos afirmaram sofreram preconceitos e discriminações. Por inúmeras vezes choraram ao se darem conta do tamanho da invisibilidade e das lutas históricas dos negros, onde se tem por herança, os reflexos de um sistema colonialista que deixou ao povo negro em diferentes contextos de desigualdades e, devido a esse sistema, até hoje muitos são tratados como alienados e/ou inferiorizados perante os brancos em todas as esferas sociais. Sobre isso, Munanga (1986 p. 5) trata das complexidades da negritude para um leitor não-iniciado, que ainda lê o sujeito negro descolado do seu processo histórico, portanto descolado de sua etnia:

Nesse processo, fez-se um paralelismo forçado entre o cultural e o biológico. Pelas diferenças biológicas entre povos negros e brancos, tentou-se explicar as culturais e concluir-se por uma diminuição intelectual e moral dos primeiros.

⁵¹ O povo judeu reconhece os etíopes como uma das tribos de Judá, ou seja, oriundos de umas das antigas tribos de Israel, conhecidos por alguns como “falashas”, termo pejorativo para “estrangeiro” ou “invasor”, os judeus etíopes apareceram na moderna história judaica com a imigração maciça desta comunidade, cerca de oitenta mil pessoas, para Israel.2 Duas operações de resgate, denominadas de “operação Moisés” (1984) e “operação Salomão” (1991) salvaram milhares de judeus etíopes ameaçados em campos de refugiados do Sudão e Etiópia, lembrando outras operações de salvamento de judeus similares empreendidas pelo Estado de Israel para livrar diferentes comunidades judaicas de ameaça de extermínio ou matança.

Os caminhos apontados pelo autor em relação aos povos originários que foram diminuídos de suas intelectualidades e moralidades históricas, são os mesmos que trilharam os (EX-ACND), que timidamente foram chegando para concederem seus depoimentos e apresentarem as suas impressões, pois, ninguém melhor do que eles para falarem dessas experiências.

Tendo em vista a riqueza de informações e dados inusitados que chegaram dos (EX-ACND) e, com o cuidado de sistematizá-los da melhor forma com as questões referentes aos pontos em comum entre todos e também com as variáveis, onde: a) as primeiras gerações de cotistas negros diplomados pela UFRGS entre 2008 e 2011; b) todos foram os primeiros a ingressar pelas cotas de suas famílias; c) trabalharam enquanto estudavam na UFRGS; d) freqüentaram cursinhos pré-vestibulares; e) trabalharam antes de ingressarem na universidade; f) acham importante a UFRGS ter uma política de cota racial; g) Realizaram estágios enquanto alunos da UFRGS; h) tiveram experiências profissionais com carteira de trabalho assinada; i) acham que o negro é o grupo que mais sofre discriminação e preconceito; j) sofreram preconceito ou discriminação racial por parte dos professores/alunos/servidores; k) acham que a UFRGS não está preparada para receber cotistas sociais e/ou raciais; l) todos concluíram o mesmo curso que se matricularam na UFRGS.

Algumas dessas respostas serão utilizadas como ponto de partida do mapeamento realizado sobre o perfil dos (EX-ACND) a partir dos lugares de sua procedência e referências familiares, a fim de entender os caminhos que os levaram a ingressarem pelas cotas raciais na UFRGS.

Durante as entrevistas em alguns momentos se emocionaram ao perceberem as complexidades dessa política em sua vida e das situações que os conduzia a algumas encruzilhadas. Nesses complexos caminhos e retrospectivas, Zitkoski (2013, p.13) esclarece:

Se olharmos, numa retrospectiva histórica para o nosso passado, veremos que a existência humana e social dos povos da América Latina é fortemente marcada pela exclusão social e falta de acesso à educação e aos demais bens públicos, tais como: saúde, cultura elaborada, trabalho e segurança social.

Constata-se a partir desse autor, que os (EX-ACND) que ingressaram na universidade chegaram marcados por uma exclusão social cujo momento era democratização. Por isso, investigar os lugares de onde vieram esses alunos comparando as suas e as nossas descobertas emergentes, como um leque que aos poucos foi se abrindo. Isso só foi possível após acessarmos suas histórias de vida, conforme o roteiro suscitava [...].

5.2 O PERFIL DOS (EX-ACND) DIPLOMADOS PELA UFRGS

Todos os (EX-ACND) originários das primeiras gerações dos cotistas negros diplomados pela UFRGS, que ingressaram a partir de 2008 até 2011. Suas trajetórias nos revelaram outro fato interessante, com exceção de uma, os demais ingressaram no segundo semestre; viveram suas graduações em tempos diferentes e, casualmente, todos se graduaram no segundo semestre, entre os anos de 2012 e 2015.

No início, o recorte dessa pesquisa seria para mais alunos. Devido às dificuldades de encontrar os candidatos reduzimos o tamanho da amostra. Porém, sem deixar de fora as três áreas de conhecimentos: humana, biológica e exata. Algumas observações dessas dificuldades foram: tempo disponível; distância de suas moradias; resistências pessoais; profissões sem horário disponível, e entre todas essas dificuldades, a que mais pesou foram às preocupações em relação à burla das cotas⁵².

Do total dos seis (EX-ACND), quatro são mulheres e dois são homens. Uma possui uma filha de dez anos e outra possui duas filhas adolescentes; e os demais não possuem filhos. Em relação ao seu estado civil, todos são solteiros.

Apresentamos os seus ingressos por décadas: os que ingressaram com menos de vinte anos (idade em que a maioria dos não cotistas ingressa), os que ingressaram dos vinte aos vinte e nove anos, e os que ingressaram após os vinte e nove anos. Constatou-se que mais da metade dos alunos (EX-ACND) ingressaram com mais de vinte anos.

O abismo de suas idades se fez presente em sala de aula. Informaram que em muitos momentos se sentiram intimidados diante dos seus colegas optando por não se manifestarem, pois, se sentiam desatualizados frente a velocidade de informações dos colegas mais novos. Alguns consideraram os não cotistas como os mais “inteligentes”. Como os cotistas raciais estudavam, trabalhavam e estagiavam, na maioria das vezes não dispunham de tempo para estudarem, portanto, não tiravam as melhores notas e nem eram laureados pelos professores, um desconforto que os deixava indignados, pois o peso da idade influenciou muito em seus aprendizados, conforme tabela.

⁵² Durante suas entrevistas, a maioria informou que conheceram alunos que se autodeclararam negros, mas seus tons de peles eram brancos. Não denunciaram porque ficaram receosos de serem perseguidos.

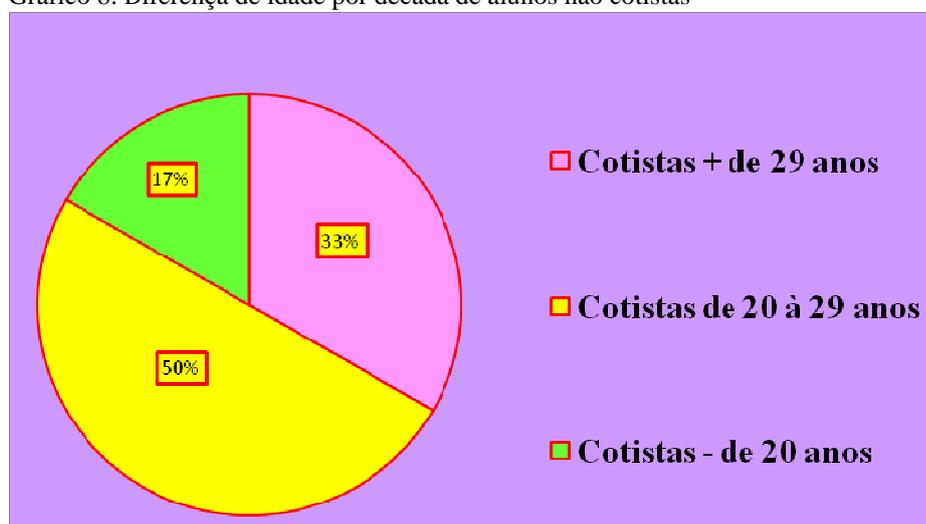
Tabela 3: Diferença de idade por década de alunos não cotistas

Ex-cotista/idade	Número	%
+ de 29 anos	2	33,20
de 20 à 29 anos	3	50
- de 20 anos	1	16,60
TOTAL	6	100

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Confere-se essa mesma diferença apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 8: Diferença de idade por década de alunos não cotistas



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

A partir da tabela e do gráfico consta-se que a média de idade entre os alunos cotistas raciais e não cotistas ficou muito alta. Em busca de elementos que pudessem contribuir na explicação desse fenômeno, encontramos algumas respostas amparadas no contexto histórico. Nesse sentido Zitkoski (2013 p.13-4) complementa que “Diante desse contexto, as camadas populares historicamente resistiram se organizaram de diferentes formas para conquistar seus direitos de terem acesso aos ‘bens públicos universais’”.

Não devemos esquecer que a falta de acesso para que os negros se alfabetizassem e ingressassem na rede de ensino, lhes fora tolhida historicamente. Por conta disso, esses acessaram tardiamente o direito de votarem e principalmente o acesso à educação, que influenciou e muito em seus contextos de vida. Sobre isso, Oliven (2007 p.2):

A nação norte americana, desde sua origem, se define constitucionalmente como uma república democrática, avessa às desigualdades de berço tão caras às sociedades aristocráticas da Europa. Ao contrário da nação norte-americana que já nasceu república, o Brasil foi Império a partir da Independência até quase o início do século XX. Somos mais seduzidos por valores elitistas do que os norte-americanos. Basta lembrar que até bem pouco tempo os analfabetos não tinham direito de votar, sendo, na realidade, os pobres, principalmente negros, os que, não tendo acesso à escola pública, se constituíam no maior contingente de analfabetos [...].

Diante dessa perda histórica, a categoria de pertencimento etnicorracial tem sido o maior entrave para que a comunidade negra se assuma negra, se identifique e se reconheça como sujeito/a “negro/a” não aceitando outras terminologias, onde o processo de libertação deva ser compreendido para todos os povos, a partir da diáspora africana. Realidade essa ainda distante do que vivem os negros nas universidades brasileiras. Pois cada vez que se vai tratar esse tema, entra em cena o racismo subjetivo escondido em termos tais como: *Afinal, como devo me referir a vocês, afrodescendentes ou afro-brasileiros? Ou: Moreninha, ou mulatinha, não te ofende né? Eu não posso te chamar de negra, se não serei processada [...]*.

Veja-se essa categoria e suas terminologias sob o olhar de Munanga (1986 p.7):

O termo negritude não permaneceu estático. Conheceu várias interpretações, muitas contraditórias, entre seus estudiosos. A mudança da realidade colonial acompanhou esse ritmo. Enquanto movimentos, a *negritude*⁵³ desempenhou historicamente seu papel emancipador, traduzido pelas independências africanas e estendeu-se como libertação para todos os negros na diáspora, ainda vítimas do racismo branco, por exemplo, nas Américas.

Esse autor nos ajuda a compreender que os principais fatores que levaram a comunidade negra historicamente avançarem em seus estudos e, a ingressarem nas universidades no mundo se cruzaram em outro tempo com as situações pelas quais passaram os (EX-ACND). Ou seja, diante de suas conjunturas, esses optaram por priorizar seu sustento e o sustento de suas famílias, em detrimento dos seus estudos.

Como a história não avança sozinha, veremos mais sobre os resultados apresentados pelos sujeitos dessa pesquisa referentes às suas trajetórias de ingresso, permanência e empoderamento nas universidades públicas, na qual a maioria dos alunos negros possui dificuldades de se reconhecerem como os descendentes de um processo de exclusão étnica que é histórica e não social.

⁵³ Usaremos o termo negro, negritude a partir do olhar de Munanga sempre que nos referirmos a luta e resistência dos negros diante do processo histórico, e principalmente na categoria de pertencimento etnicorracial.

5.3 ORIGEM SOCIAL E FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS

Todos os (EX-ACND) entrevistados também foram os primeiros a ingressarem pelo sistema de cota racial de suas famílias. Portanto, além de serem da primeira geração dessa universidade, também compõem a primeira geração de cotistas das suas famílias.

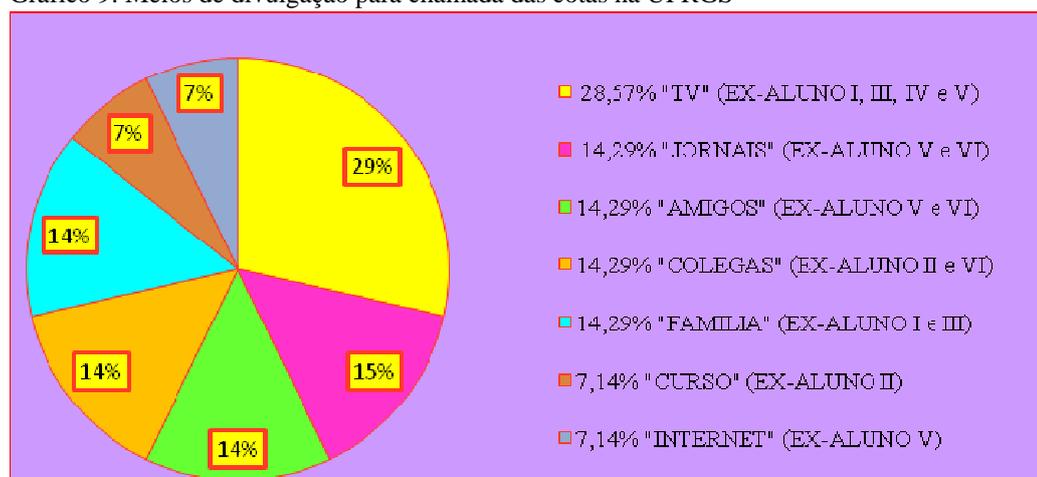
Antes do sistema das cotas na UFRGS (2008), metade dos (EX-ACND) entrevistados tiveram seus familiares (irmãos e primos) que realizaram as suas graduações nessa instituição, nos seguintes cursos: Administração Pública, Ciências Sociais e Física. Esses exemplos foram significativos para incentivá-los a ingressarem na UFRGS, a partir da divulgação do sistema de cotas, na qual uma (EX-ACND) referiu-se várias vezes na entrevista, o quão importante foi para ela o apoio e o incentivo vindo de uma prima:

Então quando eu comecei a discutir com a minha prima, a possibilidade de tá tendo este acesso na UFRGS, meus familiares falaram: Tu tem que estudar, porque tu gosta de estudar e tu tem um futuro promissor nos estudos! Aí eu pensei aonde que eu vou estudar? Eu não tenho condições de pagar. Eu olhava as pessoas que tinham que trabalhar pra poderem estudar. Eu disse: eu quero viver do estudo, mas tinha sempre esta expectativa, como e por onde começar? Aí a minha prima disse: Tem que começar pela universidade porque lá tu vai ter acesso às bolsas pra estudar, vai trabalhar estudar, vai ter tudo [...] (MM).

No início das entrevistas, os (EX-ACND) pouco falaram sobre esses apoios e, conforme o tempo foi passando expuseram as questões financeiras e familiares como prioridade, se dando por conta que isso interferiu diretamente em seus estudos, e muitos deles se emocionaram. Diante de seu despertar étnico, explicaram que tiveram dessa instituição somente a possibilidade de acesso e sem a garantia da permanência, observa-se que todos foram afetados em seu processo de aprendizagem e em suas autoestimas.

Eles chegaram à essa instituição, a partir da divulgação das cotas através de chamadas públicas via *internet*, jornais, em seus cursos, amigos, familiares, mas principalmente, pela televisão. Veja-se isso no gráfico a seguir.

Gráfico 9: Meios de divulgação para chamada das cotas na UFRGS



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A partir desse gráfico, vimos que a universidade divulgou essa política para que os alunos se candidatassem às vagas pelas cotas, sendo por eles o meio televisivo mais acessado.

Referente às suas localizações geográficas e territoriais dos (EX-ACND), a metade dos entrevistados reside em Porto Alegre e a outra metade na região metropolitana. Independentemente de residirem na capital ou na região metropolitana, todos moram em bairros periféricos. Constatação essa reforça aquilo que vem sendo falado por diversas vezes, sendo a exclusão do negro da história brasileira em todas as esferas, “histórica” e não social.

Foi um tempo em que sob o olhar do colonizador e do olhar do colonizado, pairavam teorizações sobre as características físicas e morais dos negros sobre duas instituições: a escravidão e a colonização. Por isso, a teoria da inferioridade racial ajudou a esconder os objetivos econômicos e imperialistas da empresa colonial que de acordo com Munanga (1986, p.21): “Nesse sentido, o esforço constante do colonizador em mostrar, justificar e manter, tanto pela palavra quanto pela conduta, o lugar e o destino do colonizado, seu parceiro no drama colonial, garante, portanto, o seu próprio lugar na empresa”.

Munanga nos chama a atenção sobre a atitude racista e os três elementos importantes presentes no discurso pseudocientífico da sociedade, onde as atitudes racistas e preconceituosas que sofreram os (EX-ACND) nessa universidade, não foi diferente das discriminações que sofreram seus pais, suas mães, seus avós e até seus bisavós, num sistema educacional em um tempo em que ainda não existiam as cotas.

Vejamos essas descolonizações a partir do diálogo que Bento (2002) encontrou na contribuição de Fanon (1968, p.17):

A descolonização é, em verdade, criação de homens novos. Mas esta criação não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural; a "coisa" colonizada se faz no processo mesmo do qual se liberta. Há, pois na descolonização a exigência de um reexame integral da preferência colonial. Sua definição pode se queremos descrevê-la com exatidão, estiver contida na frase bem conhecida: "Os últimos serão os primeiros". A descolonização é a verificação desta frase. É por isto que, no plano da descrição, toda descolonização é um triunfo.

A autora ajuda a compreender mais sobre as relações de discriminados e discriminadores na vida do povo negro brasileiro e dos (EX-ACND) na universidade em pauta, nessa pesquisa. Por isso, reafirmamos que em nome da historicidade distorcida nos currículos da educação brasileira, se faz necessário e urgente a democratização da universidade, por que, além de oportunizar aos alunos oriundos das classes populares expressarem seu pensamento, também pode contribuir numa reestruturação curricular. Situação essa necessária também a partir da constatação feita por todos os (EX-ACND) que ainda não se materializou nessa instituição. Veja-se esse apelo agora pela ótica de Santos (2010, p.99):

Mas, por outro lado, o apelo à democratização externa provém das forças sociais que estão por detrás das transformações que estão a ocorrer na passagem do modelo pluriversitário provém, sobretudo, de grupos historicamente excluídos, que reivindicam hoje a democratização da universidade pública.

Nessa tentativa de democratização na universidade observam-se as histórias de vida dos cotistas negros chegam atravessadas pelas histórias de seus pais, não sendo confortável para eles falarem desses lugares. Pois foram esses os lugares de origens das violações dos direitos educacionais que seus pais sentiram num outro tempo em que sequer tiveram espaço para expressarem seus saberes populares, e após outro tempo, observam hoje seus filhos seguiram esses mesmos e complexos caminhos, sendo desrespeitados nessa instituição pública. Sobre esse desrespeito, Freire (1994, p.86):

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. "Seu" mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mesmo mundo.

No mundo onde há uma injusta divisão territorial étnica temos um Brasil composto por maioria negra, na qual, observa-se que não é por acaso que todos os (EX-ACND) residem na periferia. Por isso, é preciso ler suas localidades coladas com os caminhos que trilharam os seus pais no campo da educação, e hoje trilha esses nesse mesmo campo, porém amparados

por uma política ainda tímida por parte da instituição em reconhecê-los ou legitimá-los cotistas.

No que tange às escolaridades de suas mães: duas possuem o Primeiro Grau; duas o Ensino Médio e duas o Nível Superior. Situação essa, que ficou próxima das escolaridades de seus pais onde: dois possuem o Primeiro Grau; três o Ensino Médio e um o Ensino Superior. Observa-se que por serem os (EX-ACND) oriundos das escolas públicas, eles trouxeram consigo uma realidade próxima com a dos seus familiares no que tange à suas escolaridades que serviram como motivação para ingressarem, mas principalmente para permanecerem em UFRGS.

As profissões dos (EX-ACND) foram totalmente diferentes das profissões e das funções que exerceram seus pais. Suas mães exerceram as atividades de empregada doméstica, manicure, costureira e pedagoga, chegando a acumularem duas profissões. As profissões dos pais giraram em torno de pedreiro, mecânico; sapateiro, serralheiro, auxiliar administrativo, agente administrativo federal e autônomo, também chegando a acumularem duas profissões.

Observa-se aí que as profissões dos seus pais se destacaram um pouco mais em relação às de suas mães. Associamos isso também ao fato histórico sobre os direitos conquistados pelas mulheres muito tarde, e essas por sua vez chegaram tardiamente ao mercado de trabalho. Sem falarmos da forte presença do machismo colada nesse num processo de negação de ascensão social, onde elas resistiram e resistem bravamente nesse sistema capitalista. Não se conta as perdas desses direitos, sem lembrar que muitas delas pagaram com as suas vidas e a vida de seus filhos, o alto preço de um sistema que não as insere, e nessa atual conjuntura, as retira do mercado de trabalho, da escola e de casa.

Como vimos até aqui, diante das questões de exploração do povo negro, o não negro insiste em transferir para o indivíduo negro uma culpa que não é sua e a partir da colonização se jogou sobre os negros, uma herança nefasta que se estende até os dias de hoje, afetando prioritariamente os negros, quilombolas, indígenas, ciganos, sendo portanto em nosso cotidiano esses os segmentos mais explorados e prejudicados em todas as esferas sociais. De acordo com Munanga (1986, p.9):

A ocupação colonial efetiva da África pelo Ocidente, no século XIX, tentou dismantlar as suas antigas instituições políticas. Alguns reinos resistiram e subsistem até hoje, embora num contexto totalmente diferente. Convencidos de sua superioridade, os europeus tinham a *priori* desprezo pelo mundo negro, apesar das riquezas que dele tiraram.

Antes de ingressarem na instituição pública os (EX-ACND) trabalharam por muito tempo no mercado. E diante dessa questão, parece que pressentiam que ao adentrarem na universidade, a tonalidade de sua pele seriam fatores predominantes diante das dificuldades que os acompanhariam em sua jornada acadêmica.

5.4 TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS ANTERIOR AO INGRESSO DOS COTISTAS NA UFRGS

Anterior ao ingresso na UFRGS, todos os (EX-ACND) estavam inseridos no mercado de trabalho com carteira assinada. Trabalharam em estabelecimentos, tais como: a) hospitais; b) Empresa Atento Brasil; c) INCRA; b) Prefeitura Municipal de Canoas; c) Escritório de advocacia; d) Pólo Petroquímico; e) Centro Esotérico e Empresa de Assistência Técnica.

Suas funções foram desde o atendimento ao protocolo até a realização de contatos com empresas multinacionais. Nesses espaços profissionais, passaram por difíceis situações de preconceitos, relacionados às suas desvalorizações, sendo acusados muitas vezes de “alienados” entre outros rótulos que geraram nesses, profundas marcas. Sem exceção, todos se deram por conta de por serem negros, desenvolveram mais atividades do que os demais colegas brancos. E na maioria das vezes, se limitaram a questionar essas questões, para não perderem seus empregos. Sobre essas desvalorizações e suas remodelações, Munanga (1986, p.20-1) diz:

A desvalorização e a alienação do negro estendem-se a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e a eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devido à temperatura excessivamente quente. O colonizado é assim remodelado em uma série de negações somadas constitui o retrato.

Para lembrar o quanto comprometidos com os seus profissionalismos foram, o tempo mínimo que os (EX-ACND) acumularam de carteira profissional assinada foi de 2 anos, e o tempo máximo mais de 10 anos. Isso confirma mais uma vez, que além da questão histórica, eles colocavam seu sustento e o de sua família em primeiro lugar, assim como fizeram os seus pais, avós...

Todos antes de tentar o ingresso na UFRGS, freqüentavam cursinhos Pré-Vestibulares que foram desde os mais conhecidos - pagos- até os mais populares (gratuitos), tendo ciência

que só conseguiriam êxito de seus ingressos, devido á essas preparações e o quanto os cursos os ajudaram, principalmente no que se referiu a atualização e a revisão dos conteúdos.

Após suas preparações nos cursinhos, para seus ingressos na UFRGS, tiveram o seguinte resultado: três passaram de primeira; um passou na terceira, e dois passaram na nona tentativa.

Os dois alunos que tentaram nove vezes, (uma mulher e um homem), conforme seus relatos, disseram que precisaram atuar de maneira totalmente diferente nessa universidade. Ou seja, enquanto que uns se anulavam, esses foram os que se expuseram mais. Diante dos dois, nota-se que um era calado, o outro fala muito; um possuía dificuldades de demonstrar suas emoções, outro chorou e se emocionou por diversas vezes, principalmente ao se dar conta do tamanho do abismo educacional existente entre os cotistas raciais e sociais e os não cotistas. Mesmo diante disso, viram que foram os cotistas negros que sofreram os mais variados tipos de choques de realidade e discriminações. Por isso, é importante entender-se essa práxis também a partir de Freire (1994, p.85):

O que tenho dito sem cansar, e redito, é que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável o que educandos, sejam crianças chegando à escola ou jovens adultos à centros de educação popular trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte.

Freire nesse momento nos convida a compreender as leituras de mundo dos (EX-ACND) frente às suas pretensões de antes de ingressarem num determinado curso, se virem obrigados pelas circunstâncias a modificarem suas as escolhas. Veja-se o caso desses dois (EX-ACND): um prestou Concurso Vestibular nove vezes para Psicologia sem sucesso (antes e depois das cotas) e quando trocou, passou de primeira no curso de História; o outro prestou Concurso Vestibular nove vezes para o curso de Medicina na UFRGS, (antes e depois das cotas) e não passou, sendo obrigado a trocar de curso para conseguir ingressar.

A par da insistência e do sofrimento dessa última (EX-ACND), seus familiares e amigos sugeriram que ela tentasse o vestibular para enfermagem ao invés de Medicina, que talvez fosse mais fácil. Quando mudou de curso, também passou no vestibular de primeira, sendo afetada psicologicamente por isso, pois observamos que este foi um dos fatores na qual não conseguiu superar. Na entrevista, sua fala foi a que mais destoou dos demais. Seu olhar trazia uma tristeza profunda e a maioria de suas frases foi incompleta, ou contraditória. Detalhes esses que veremos adiante.

Antes do ingresso dos (EX-ACND) na UFRGS, seus cursos pretendidos eram: Direito, Medicina, Administração, Psicologia e Engenharia.

Com exceção de um, os demais ingressaram e se formaram em diferentes cursos pretendidos. É importante lembrar que após seus ingressos, (até o momento dessa entrevista), mais dois (EX-ACND) tiveram familiares que também ingressaram pela política de cotas raciais em Ciências Contábeis e Jornalismo ⁵⁴.

Durante suas graduações, os (EX-ACND) realizaram diversos tipos de estágios e exerceram as mais variadas profissões.

Sendo seus ingressos pelas cotas raciais, detalharemos um pouco sobre suas tarefas desenvolvidas para exemplificar o quão difícil fora suas caminhadas acadêmicas onde precisaram conciliar estudo, estágio e trabalho.

A partir de seus jeitos negros, ou seja, por transitarem alegres nos corredores, despertaram olhares e falas curiosas sobre suas imagens. Por conta disso, lhes foi acrescido falsas imagens pelos colegas não cotistas, professores e até os gestores, onde esses viveram nesse ambiente hostil, as suas trajetórias acadêmicas permeadas por muitos mitos, *tabús* e preconceitos. Sobre esses mitos, Munanga (1986, p.22) salienta:

O mito do negro preguiçoso não é real, como demonstra a expressão “trabalhar como um negro”, usada pelo próprio branco quando trabalhava muito e duro. Num clima tropical de 30 a 40 graus, o trabalho começa cedo e termina por volta do meio dia, uma hora da tarde. Isso é importante, a fim de refazer as energias. Nas regiões mais quentes da África, as populações passam as tardes nas aldeias, à sombra das árvores, descansando, comendo e conversando. Essa situação reforçou a falsa imagem do negro preguiçoso, diante de um branco ocidental, vivendo num clima diferente, obedecendo a um horário convencional, abstrato.

O autor ajuda a compreender esses rótulos vividos pelo aluno negro e cotista a partir de uma falsa imagem agregada ao povo negro escondendo aí, suas sobrecargas de um trabalho desumano histórico, forçado e sem remuneração que o oprimido tinha em relação ao opressor.

Os (EX-ACND), ao serem perguntados se participaram de algum grupo social antes e depois de seus ingressos na universidade, somente um aluno colocou a atividade religiosa de matriz africana na condição de atividade extraclasse antes e após o seu ingresso.

Depois de ingressarem na universidade, ao serem perguntados se participaram ou se inseriram em grupos sociais ou políticos, suas respostas foram: Fórum de Ações Afirmativas

⁵⁴ Foi emocionante encontrar a filha de uma (EX-ACND) cotista negra que atualmente cursa Jornalismo na UFRGS (pelas cotas), me entrevistar no dia que ocorreu a tentativa de avaliação das cotas antes do tempo nessa universidade. Lembrando que o clima naquele dia era tenso, mas ao mesmo tempo abria-se um novo cenário, ou seja, a ação dos alunos negros, indígenas e oriundos de escolas públicas ocupando a Reitoria da universidade, num tempo em que tínhamos estado ali para a aprovação das cotas, perfazendo em mim um tempo de 2008 a 2017.

da UFRGS; Congresso de Ciências Sociais; Partido Político; Coordenador do Diretório Central dos Estudantes; Grupos de Pesquisa; Curso de História do Cinema e Cursos de Línguas.

Cada um dos (EX-ACND) trouxe em seus exemplos, marcas de diferentes dores e traumas, que aos poucos se permitiram abrirem seus corações e revisitarem um passado bem perto sobre tudo que viveram nessa instituição. Sempre que concluíam a entrevista, falavam das sensações de alívio e muitos as comparavam com as sensações de terem participado de uma prova, de um concurso, de um processo de seleção [...]. Lembrando que a maioria chegou indicado pela primeira cotista e no final, alguns propuseram para os outros:

- *Você vai gostar da fulana porque ela é muito guerreira!* (Oliveira Silveira);
 Ou:
 - *Você precisa entrevistar o fulano porque ele é muito legal, diferente [...]* (Zumbi)
 Ou:
 - *Entrevista a fulana que tem duas filhas, é negra e precisa muito dar o seu depoimento, etc.*
 (Rute de Souza.)

A partir das transcrições vimos que todas as falas originaram de um mesmo lugar: – a sala de aula – Portanto, foi nesse espaço que se apresentaram a eles a maioria dos preconceitos e das discriminações. Disseram que optaram por não reagirem porque não se sentiram despreparados para conflitos ou questionamentos, e também por medo de represálias e perseguições institucional. A partir dessas adversidades e das contraditoriedades nos foi difícil identificar (impossível medir) o quanto se apropriaram de seus pertencimentos etnicorraciais, porque ao se referirem aos indivíduos negros ou a eles, deixaram escapar algumas questões:

Eu estudei num colégio estadual do meu bairro, escola [...] e sempre encontrei dificuldades e tal até por conta da nossa condição financeira, mas eu enfim, busquei superar isso assim da forma que eu podia [...] (Oliveira Silveira).

As palavras “sempre encontrei dificuldades e tal até por conta da nossa condição financeira”, apresenta novamente a questão econômica descolada da questão racial. E até o dia dessa entrevista, essa (EX-ACND) não havia superado sua condição financeira, estando essa no aguardo da renovação de mais uma bolsa que lhe permitiria ou não permanecer no

espaço dessa universidade. Sobre essa situação, ela disse que não se lembrava de um aluno não-cotista ter passado por isso. Apontaram partir de si, os privilégios que tem os alunos brancos nessa instituição, que por diversas vezes, se incomodou por ter ficado somente ela de negra na aula, ou a espera de uma migalha da distribuição de bolsas.

Diante dos tratamentos desiguais que recebeu por parte dos colegas e professores, essa aluna informou que optou em não participar de nenhuma ação de acolhimento para os alunos cotistas. Sobre esses silêncios e omissões Bento, (2002, p.30) contribui:

O silêncio, a omissão, disposição do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. Quando precisar mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo Branco. Freud identifica a expressão do amor assim mesmo, ou seja, o narcisismo como elemento que trabalha para a preservação do indivíduo e que gera aversões ao que é estranho diferente [...].

Essa aluna e mais alguns cotistas, diante de um sistema eurocêntrico, tanto da parte curricular, como da parte dos professores, infelizmente seguem essa linha, reafirmando o distanciamento cultural e econômico escamoteando-se o racial, na qual todos apresentaram sinais de aversão ou pânico por serem apontados ou identificados como cotistas. Diante disso, veja-se a fala dessa (EX-ACND):

A gente está num espaço em sala de aula era só eu de negra então eu era sempre cotista. Muitas vezes não pensando, há porque eu entrei pelo programa de ações afirmativas, mas a gente sempre é cotista. A circunstância se dá desta forma e aí eu comecei a pensar assim: Bom, eu estando na UFRGS, está sempre aquela aura: “NEGRO NEGRAS!” (MM).

Outro (EX-ACND) que até o momento dessa entrevista não havia se dado por conta das questões de pertencimento etnicorracial como uma questão pessoal ou coletiva, ao ser perguntado sobre a presença de negros em sua turma nas escolas que passou, respondeu:

Havia [...]. Acho que não [...] na verdade, nunca pensei sobre isso [...]. Mas se eu não tenho assim imagem na cabeça, acho que é porque não muitos. Não que me faça lembrar, nossa assim, nossa, como tinha negros nesta escola! (Oliveira Silveira).

Sob a posição desses (EX-ACND) sobre o termo “não pensar sobre o assunto” pode ser entendido subjetivamente com sua dificuldade de se reconhecer ou de se identificar enquanto sujeito negro. Disse-nos que em sua família eles não tratavam desses assuntos. Ou seja, seus pais não conversavam sobre isso com ele e nem com seus familiares. E foi na universidade que direcionou seu olhar para observar (calado), as situações étnicas que lhe chegaram acompanhadas de estranhamentos, discriminações, perseguições cujos diálogos eram invisíveis quando estava a frente de seus colegas, professores e gestores, se sentindo muitas vezes, como ser “anormal” nesse universo. Sobre esse estranhamento, Bento (1990, p.107) complementa que:

É como se o diferente, o estranho, pusesse em questão o “normal”, o “universal” exigindo que se modifique, quando preservar-se remete exatamente a imutabilidade. Assim, a aversão e a antipatia surgem. Esse processo de considerar o seu grupo como padrão universal de humanidade, e sentir-se ameaçado pelos que estão fora deste padrão foi estudado, a partir de outro ângulo, por Edward W. Said “[...] temos um *Homo sinicus*, um *Homo arábicus* (e por que não, um *Homo argypticus*, etc.), um *Homo africanus*, e o homem o normal, bem entendido, fica sendo o homem europeu dentro do período histórico, isto é, desde a antiguidade grega, (grifo nosso).

Se sentindo fora de um padrão estipulado como socialmente aceito, conforme sugere a autora, Oliveira Silveira viveu nessa instituição inusitadas situações de constrangimento moral. Entre elas:

Na verdade, eu fui adquirir esta consciência da minha situação de classe, dos preconceitos que eu passava e tudo mais depois, conforme eu fui militando. O interessante é que eu estava conversando uma vez com uma funcionária lá da CONGRAD nas Ciências Sociais, e ela disse que queria fazer uma entrevista comigo porque achava a minha experiência muito interessante. Eu já estava quase formado assim nesta época e perguntei, por quê? Porque para mim era tão normal [...]. E ela me respondeu: É porque tu é o que eu chamo de auto inclusão. Eu disse: - como assim, auto inclusão? Ela disse que como eu entrei num ambiente hostil, e que por esta falta de consciência é que eu consegui resistir assim, ultrapassar esse estado entendeu? Não é que eu discorde dela sabe? Mas é que eu acho estranho isso que ela fala sabe? E às vezes, eu sinto um pouco isso. (O.S).

Para tentar entender o que expressou a gestora da universidade frente às fragilidades étnicas desse (EX-ACND), faz-se necessário entender um pouco mais o processo de inclusão

e permanência dele e dos demais cotistas nesse ambiente hostil e elitista. Sobre isso, Munanga (1986, p.14) explica:

Embora reconhecendo as diferenças físicas e culturais entre negros encontrados no continente, os europeus ficaram mais impressionadas pelos aspectos que vários povos tinham em comum: a cor da pele, o cabelo, a forma do nariz e dos lábios, a forma da cabeça etc. dessa esses traços físicos, considerados elementos coletivos, “montou-se” um negro geral.

Também identificamos que foram as suas diferenças físicas e culturais que os distanciavam dos diálogos sobre as cotas em sala de aula e muitos por não saberem como os identificarem ou tratarem, limitavam-se apenas às suas observações. Sobre essas dificuldades, Mãe Menininha:

Eu olhava ali outros negros, outras negras, dois, três além de mim, só que estas pessoas foram sumindo [...]. Assim, a gente tinha muita dificuldade de pegar e se reconhecer e dizer uns pros outros que era cotista.

A dificuldade de se reconhecer coletivamente como cotistas frente ao ambiente que identificaram como hostil e elitista, vai ao encontro do pensamento de Munanga (1986) que falou do sentimento do negro se sentir estrangeiro dentro da sua própria terra. Portanto, em relação as suas identidades, esses se anularam dentro de um grupo fechado e em silêncio, optaram por guardarem/esconderem suas identidades negras, que conforme Fanon (1968, p.18):

Hoje o indígena revela sua verdade; de repente, nosso clube tão fechado revela sua fraqueza: não passava de uma minoria. Há coisa pior: uma vez que os outros se fazem homens contra nós, fica evidente que somos os inimigos do gênero humano: a elite exibe sua verdadeira natureza: uma quadrilha de bandidos.

Os (EX-ACND) se sentiam, conforme Fanon descreveu, os inimigos do gênero humano pelo fato de serem alunos cotistas. Sobre isso, “Mãe Menininha”:

Depois no semestre foram acontecendo e não tivemos condições de construir aquele sentimento de grupo, diferente do curso que tem duas entradas. Ex. quando meu irmão ingressou na Administração, ele cursou só com colegas cotistas. Eles sabiam por quê? Porque era sempre no segundo semestre.

Essa (EX-ACND) ao se referir ao ingresso dos cotistas sempre no segundo semestre⁵⁵, trouxe em sua voz, os rancores e negações que arriscamos comparar (superficialmente) como o que viveram os antepassados negros, quando o ferro imprimia em sua pele a letra do nome de seus donos. Haja vista que, uma instituição como a UFRGS que deveria incluir, a partir de seus servidores usou de subterfúgios para magoar, ferir e marcar os (EX-ACND) ao aprovarem uma política que por 5 anos manteve em sua práxis, um tratamento diferenciado negativamente aos cotistas raciais, universais e aos não cotistas.

Enquanto se graduava, completou 5 anos dessa política na instituição. Então, essa (EX-ACND) ingressou na Comissão para ajudar a elaborar a proposta que foi enviada ao Consun, alterando essa forma de ingresso e outras questões. Tensões essas e outras complexidades vividas por ela e por outros alunos negros, que pode ser descrita pelo fenômeno do racismo e seus conflitos, que de acordo com Moore (2007, p.38) entende-se:

Racismo é um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos. Se, efetivamente, como pensamos, o racismo remete à história longínqua da interação entre as diferentes populações do globo, certas questões devem ser respondidas. Por exemplo, trata-se de que tipo de conflitos, especificamente? Entre quais povos? Onde? Quando? Essas indagações nos remetem ao cerne do problema: a saber, o próprio conhecimento factual da História da Humanidade. Mas nada é mais problemático e contido de preconceitos racistas que a questão de determinar a respectiva posição das diferentes populações humanas na grande trama que foi o povoamento do planeta e a constituição das primeiras sociedades estáveis.

Portanto, Moore (2007) também ajuda na compreensão dos fenômenos presentes objetivamente e subjetivamente nas práticas de racismo na qual se identifica que seus desdobramentos dialogam com a categoria de pertencimento etnicorracial. Situação essa vivida pelos (EX-ACND) desde a sua chegada até a sua diplomação nessa universidade pública que nos tem muito a dizer.

5.5 DIÁLOGOS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA E A CATEGORIA DE PERTENCIMENTO ETNICORRACIAL

Os assuntos referentes às questões raciais e como se deu o ingresso e a permanência dos (EX-ACND) na UFRGS que integraram o sistema das cotas raciais trouxeram à tona,

⁵⁵ De acordo com a aprovação dessa política na UFRGS, os cotistas (sociais e raciais). ingressavam sempre no segundo semestre. Isso perdurou por cinco anos. Quando reavaliaram a política, entre alguns, esse foi mais um dos critérios que caiu, pois os alunos em muitos momentos denunciaram nos espaços da universidade que se sentiram expostos, e marcados na paleta, sem conseguirem manter suas identidades de cotistas sendo expostos por professores, alunos e gestores.

muitas contradições. Uma delas foi que, para ingressarem na UFRGS precisavam se autodeclarar negros e, em sua práxis, negarem suas negritudes.

Outra foi que todos externaram comportamento atípico, ou seja, sendo eles negros, para os demais membros dessa sociedade acadêmica, não puderam externar sua pertença. Pois toda vez que o faziam, sofriam represálias dos professores e demais alunos brancos, que imediatamente os questionavam e os desconstituíam usando um tom repressor, como o caso dessa (EX-ACND) que ouviu em sala de aula por parte de uma professora: - *Vai dizer que vocês se consideram negras?*

Precisa-se lembrar também do caso dos muros em frente à universidade referente à chegada das cotas dizendo: *Lugar de negro é na cozinha do Restaurante Universitário!*

Esses e muitos, mas muitos exemplos dialogam com a carta que nos chegou da (EX-ACND) Rute, sobre os riscos que corre ao tentar ingressar nessa instituição e que para permanecer, ela e os demais cotistas se viram obrigados apresentarem-se como brancos. Quem nos auxilia nessas culpabilidades, é Munanga (1986, p.28): “No cotidiano, o negro vai enfrentar o seu inverso, forjado e imposto. Ele não permanecerá indiferente. Por pressão psicológica, acaba reconhecendo-se num arremedo detestado, porém convertido em sinal familiar”.

A partir de Munanga (1980), dialoga-se com a categoria de pertença desses (EX-ACND) infelizmente sempre a partir de suas negações na condição de negros sem termos elementos de medição, (e nem essa pretensão), realizar a partir das análises de suas respostas, um passado próximo onde se perguntou sobre como foram suas trajetórias (série iniciais até a universidade), e se haviam alunos negros em sala de aula, todas as suas respostas limitaram-se em: - *Não lembro [...]*; - *Poucos, Não me lembro [...]*; *Havia médio [...]* (fez um sinal balançando a mão); *Poucos [...] não me lembro [...]*; *Bastante; e. Poucos [...]*.

A partir disso, nota-se que mais da metade dos alunos não identificou colegas negros e também não se incluíram nessa categoria nem no início das séries iniciais, nem na universidade. Como se sabe, no Brasil desconhece-se alguma escola pública composta somente por alunos brancos. Portanto, acredita-se que esse aluno possa ter se pautado nos fenótipos cujas raízes negam a existência de negros, portanto, negam o racismo. Sobre isso, Moore (1968, p.22) refere:

O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão. É ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações “raciais”.

A partir dessas evidências, no decorrer de suas graduações, os (EX-ACND) se tornaram reféns das armadilhas e das amarras de assimilação dos valores culturais que o branqueamento social transmitiu a esses como herança do colonizador. Pois de acordo com Munanga (1968), essas assimilações vão desde os sentimentos de vergonha ao ódio de si. Sentimentos que a nosso ver, deveriam ser ilógicos, pois, os que sofrem as agressões, não deveriam sentir-se culpados, e mesmo assim, se sentem, na maioria das vezes, sem entenderem os reais motivos, ou seja, o racismo. Sobre essas tentativas assimilações sobre eles, Munanga (1986, p.27) coloca que:

O embranquecimento do negro, realizar-se-à principalmente pela assimilação dos valores culturais do branco. Assim, o negro vai vestir-se como europeu e consumirá alimentação estrangeira, tão cara em relação a seu salário. O rompimento das fronteiras de assimilação acontecerá pelo domínio da língua colonizadora. Por isso todo o povo colonizado sempre admirou as línguas invasoras, que achava mais ricas do que a sua.

A contribuição desse autor associada aos malabarismos que fizeram os (EX-ACND) para se manterem na universidade corrobora com suas observações sobre a língua utilizada nesse ambiente onde se tem fortemente a presença do colonizador. Portanto, os professores fizeram e ainda fazem uso da língua como principal instrumento que acentua a opressão e o racismo manifestado à eles em sala de aula. Sem falar que na pós-graduação é exigido ao aluno provas em diferentes línguas. Isso é mais um elemento escamoteador do racismo insitucional que na maior parte do tempo, a instituição se nega a estabelecer diálogos, limitando-se a cumprir protocolo institucional.

Com suas pertenças negras fragilizadas diante de uma pressão psicológica, os ex-cotistas se viram diante de muitas encruzilhadas. Ou seja, relataram que na sociedade gaúcha, quando o negro vê os brancos e os pardos, considera os pardos, como se brancos fossem. Porém para o IBGE (2010), negros e pardos são computados como negros.

Sobre essas distorções de lentes e sobre o domínio da língua do opressor em detrimento do oprimido, Memmi (1967, p.99) adverte:

Curioso destino o de escrever para um povo que não o seu! Mais curioso ainda o de escrever para os vencedores de seu povo! Surpreendentemente a aspereza dos primeiros escritores colonizados. Esquecem-se de que se dirigem ao mesmo público cuja língua tomam emprestada. Não se trata, porém, nem de inconsciência, nem de ingratidão, nem de insolência. A este público, precisamente, já que ousam falar, é o que irão mostrar seu mal-estar e sua revolta.

Ainda sob contribuições de Memmi (1967), o Rio Grande do Sul identificado como a região mais europeia do Brasil apresenta dados que destoam dessa realidade. Assim, chama-se a atenção sobre a maioria das pesquisas que tratam das questões de etnia ainda têm sido realizadas a partir das lentes dos entrevistadores que (sem formação pelos institutos) trazem consigo, a negação das discriminações justificada pelo *jargão* de que “todos são iguais”.

Essa frase ainda encontra-se enraizada infelizmente, na mente de muitas pessoas. Veja-se o como uma mulher negra ao receber nossa visita no interior do Estado, iniciou a sua conversa pela seguinte frase: “- *Nós os pomeranos*⁵⁶[...]”. A princípio acreditava-se tratar de uma brincadeira, mas depois no contexto da fala, vimos que não. Portanto, acredita-se que essa mulher e muitas outras mulheres negras foram afetadas pelo violento complexo de branqueamento sofrido pelo povo negro no Brasil.

Branquidade essa, presente na subjetividade das pessoas, cujo resultado histórico contado de forma distorcida na sociedade ainda tem prejudicado mais pessoas do que o imaginável. Quem nos auxilia sobre essas branquidades é Bento (2002, p.39): “Talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquidade e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios”.

Bento vai além dos preconceitos sofrido os alunos negros e cotistas nas universidades. Ela reforça que esses alunos precisaram lidar com a ausência de professores negros que os acompanharam das séries iniciais até a universidade onde essas referências lhes fizeram muita falta e interferiram em seu processo de constituição de suas pertencas negras de forma positiva.

A partir das declarações dos (EX-ACND), observou-se que com o transcorrer da entrevista todos aos poucos os foram se dando por conta dos benefícios simbólicos utilizados pelos brancos em detrimento dos negros. A partir desse despertar, em alguns momentos esses ex-cotistas agiram como se tivessem regredindo em suas infâncias e muitos pareciam ter voado para algum um lugar distante da sala, permanecendo ali apenas seus longos suspiros e dores que não ousei interromper, apenas observar...

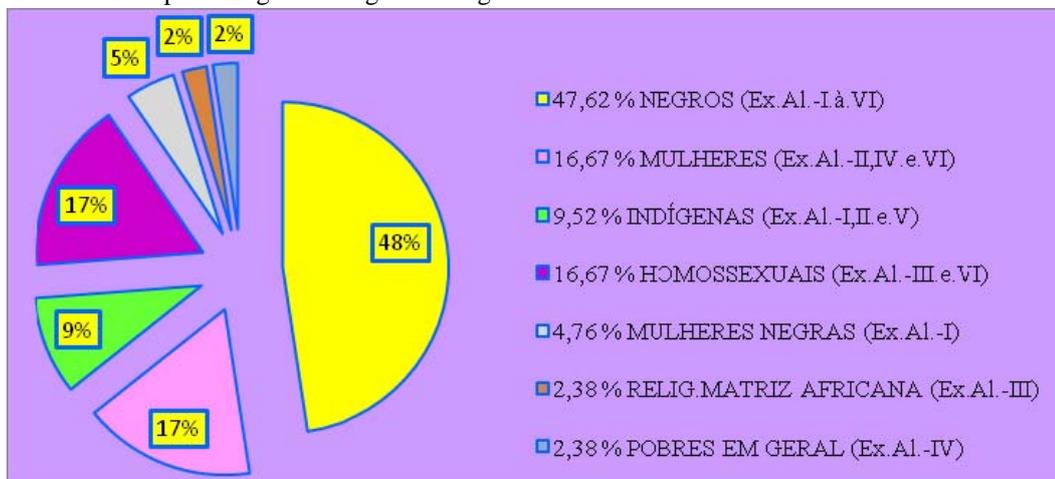
⁵⁶ Os pomeranos (em alemão: Pommern). São um povo alemão originário da Pomerânia, na região do Mar Báltico, entre as atuais Alemanha e Polônia. A língua original desse povo é o pomerano mas, desde o século XIX, o alemão também passou a ser usado na Pomerânia. No século XIX, milhares de pomeranos imigraram, sobretudo para os Estados Unidos e para o Brasil, onde vivem centenas de milhares de descendentes de pomeranos.

Conforme o roteiro suscitava, os (EX-ACND) ao serem questionados sobre a presença de professores negros, todas as suas respostas resumiram-se em: *Não [...]; Pouco [...]; Um numa escola pública [...]; Nenhum [...]; Um [...]; e, nenhum [...]*.

De acordo com os depoimentos, a maioria trouxe em sua trajetória educativa a ausência de professores negros. Portanto, diante disso, observa-se até hoje as dificuldades de tratar esses assuntos nas escolas, nas universidades e na sociedade descolada da temática negra. Pois diante dessas complexidades, denuncia-se que o campo da educação brasileira ainda não integrou de forma positiva as questões étnicas em seu currículo, ou seja, timidamente implementa a Lei 10.639/03 e as demais políticas referentes ao povo negro.

Frente à contradição de (implementar política para os negros sem representatividade negra na universidade), e das diferentes realidades vividas em diferentes países que adotaram as cotas, no Brasil, os (EX-ACND) ao serem perguntados sobre os segmentos mais discriminados, todos afirmaram ser o segmento social negro. Confirmam-se partes de suas respostas no gráfico a seguir.

Gráfico 10: A porcentagem do segmento negro no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Diante desse gráfico, observa-se outra contradição, ou seja, diante da dificuldade de se identificarem como negros nessa instituição, afirmaram que são os negros os mais discriminados. Por essa pesquisa integrar a maioria mulheres negras, entre os sete segmentos elas se colocaram nessa escala, em quinto lugar, nota-se que elas ficaram atrás dos indígenas e dos homossexuais.

Fatores esses, que nos leva a tentar entender os motivos pelos quais muitos alunos negros, indígenas e oriundos de escolas públicas que adentraram na universidade, chegam à essa instituição com raras informações e/ou sem o mínimo de entendimento dessa política

suleada⁵⁷ na qual a vimos refletida na vida dos (EX-ACND), que nos deixou e, os deixou perplexos por várias vezes. Agora, é Munanga (1986, p.23) que auxilia-nos nessas complexidades:

É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história. Privados da escola tradicional, proibida e combatida, para os filhos negros, a única possibilidade é o aprendizado do colonizador [...] a memória que lhe inculcam não é a do seu povo; a história que lhe ensinam é outra; os ancestrais africanos são substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis; os livros estudados lhe falam de um mundo totalmente estranho, da neve do inverno que nunca viu, da história e da geografia das metrópoles; o mestre e a escola representam um universo muito diferente daquele que sempre a circundou.

Esse aprendizado do colonizador apontado por Munanga (1968), na práxis foi experimentado na UFRGS pelos os (EX-ACND), que diante de um choque cultural, precisaram anular sua pertença negra ao se darem conta da gravidade das situações de preconceitos vividas na universidade, na qual seus sinais nos chegaram a partir de suas vozes embargadas; seus longos silêncios; seus olhos cheios d'água; choros compulsivos; mudanças bruscas de assunto; e também em alguns momentos, a busca de outros espaços como portas ou janelas como se desejassem sumir.

Diante disso, temos ainda uma questão latente cujas respostas divergem na sociedade e nas instituições de ensino, tem sido a autodeclaração, haja vista que no Brasil, frente aos diversos conceitos simbólicos, são os negros distanciam-se cada vez mais de si. Sobre esses simbolismos, conforme Bento (2002 p. 27-8):

Por outro lado, há benefícios simbólicos, pois qualquer grupo precisa de referências positivas sobre si próprio para manter a sua auto-estima, ou seu autoconceito, valorizando suas características e, dessa forma, fortalecendo o grupo. Então, é importante, tanto simbólica como concretamente, para os brancos, silenciar em torno do papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil. Este silêncio protege os interesses dos que estão em jogo.

Porém, quando as conversas versavam sobre os assuntos que não os afetou psicologicamente de forma negativa, eles mostraram brilho em seus olhos; gestos diferenciados; corpos falantes; alterações de vozes (de baixa para eufórica); e, em alguns momentos, pareciam flutuar em suas cadeiras, cujos sentimentos ora nos transportavam para dentro da universidade, ora para fora.

⁵⁷ “Subi-los”; Paulo Freire usou esse termo que na realidade não conta dos dicionários da língua portuguesa, chamando atenção dos leitores à conotação ideológica dos termos nortear, nortear-lo, nortear-se, orientação, orientar-se entre outras derivações.

Na condição de expectadora, foi desagradável perceber que antes ou depois dessa política de cotas na UFRGS, os negros realizaram a sua caminhada sozinho. Alguns se referiram as estruturas da universidade como algo gigantesco e amedrontador diante dos seus olhos. Sobre essas solidões, invisibilidades e preconceitos, Mãe Menininha esclarece:

Aí eu comecei a pensar: eu vou ter que me dedicar, vou ter que estudar mais ainda, porque vou ter que fazer meu trabalho em grupo sozinha. Então, o que um grupo dava conta, eu tinha que dar conta sozinha porque eles não queriam fazer seus trabalhos comigo.

Diante das inúmeras dificuldades de se constatar quem é negro no Brasil, viu-se a partir dos traços de seus cabelos - mais claro, mais escuro, ou muito preto [...], de todos os (EX-ACND), “Mãe Menininha” é a que apresenta traços e características negras. Foi importante ver que sua resposta sobre os mais excluídos, apontou o segmento social negro em primeiro lugar; as mulheres em segundo e os indígenas em terceiro. Partimos da contribuição de Cunha (2011) com a pretensão de exemplificar as complexidades das mulheres negras em se identificarem nessa condição, por terem presente em si, os motivos das descentrações de si.

Avalia-se que os (EX-ACND) ao se referirem “às mulheres” em seu íntimo, trouxeram subjetivamente o desejo de expressarem “mulheres negras”. E porque não disseram? Acredita-se que devido às suas descentrações dos seus lugares de enunciação, as (EX-ACND) constituem sua pertença a partir do “outro”. Ainda sobre essas mulheres e seus lugares no mesmo mundo, conforme Cunha (2011, p.21) esclarece:

Contudo, há que reconhecer uma dificuldade fundadora na operação da pluriversalidade, já que esta pressupõe um exercício permanente de descentração de si mesmo. construo esse texto e a reflexão que o sustenta a partir do meu lugar de enunciação que é, em si mesmo, um escombros colonial ou, na economia poética de nomeação timorense *metan-mutin*, preta-branca porque nascida em Angola mas filha de mãe e pai europeus e a viver em Portugal.

A partir dessa autora identificamos as descentrações das ex-cotistas associadas às mulheres do Timor Leste, a partir de si, por viver essa autora entre esses dois países na qual a luta feminina está imbricada com a pertença negra reconhecida e legitimada diante da população timorense. Portanto, acredita-se que, se alguém como membro de um grupo, é o próprio grupo. Portanto, ninguém mais possui o direito de desconstituir o outro da sua pertença, independentemente do tom da sua pele. E se os (EX-ACND) negros não

conseguiram se identificar como tal, é porque foram fortes os seus motivos, cabendo apenas, preservá-los.

Outro exemplo referente à esses deslocamentos de si, veio por outro (EX-ACND) que se identificou em primeiro lugar como homossexual, segundo da religiosidade de matriz africana e terceiro como indígena. Etnia essa, que se desejasse poderia se apresentar socialmente, (fenotipicamente), pois seu cabelo é alisado e a sua pele tem uma tonalidade de pele mais clara que os demais entrevistados.

Apresenta-se esse caso aqui para informar que muitos foram os colegas e os professores que em sala de aula, o classificaram como indígena ou até branco, somando com os outros (EX-ACND) que também enfrentaram diversas situações da desconstituição das suas pertenças na qual avaliaram essas como preconceito racial atrelado à uma grande parcela das pessoas contrárias às cotas, que precisam conhecer mais essa política.

Nesse universo colocar os indivíduos negros na condição de indígena, ou brancos sem o serem, apresenta-se como um esforço superficial para amenizar e esconder parte das dores do povo negro, acompanhada das dificuldades de se dialogar sobre as perdas materiais desses em todas as esferas sociais podendo ser caracterizado como cegueiras e daltonismos, conforme Cunha (2002 p.41-2) refere:

Assim, não é à toa que mesmo os pesquisadores mais progressistas não percebiam o seu grupo racial, implicados no processo indiscutivelmente relacional. Não é por acaso a referência apenas a problemas do Outro ou negro, considerado diferente, específico, em contraposição ao humano universal, o branco. Esse daltonismo e cegueira caracterizam um estranho funcionamento de nossos cientistas e estudiosos, aqui incluídos psicólogos e psicanalistas, que consegue investigar, problematizar e teorizar sobre as questões referentes aos indivíduos de nossa sociedade de forma completamente alienada da história dessa sociedade, que já tem 400 anos.

Perante as forçadas alienações dos profissionais e estudiosos do branco apontado pela autora, os (EX-ACND) passaram a serem considerados contraditórios em relação ao humano universal. Em relação a isso, toma-se como exemplo o caso deste (EX-ACND) que se identificou como homossexual e negro. Ele disse que todos os dias precisou falar desses lugares e de suas especificidades frente aos preconceitos e as discriminações que sofreu por parte de colegas e professores afirmando sua pertença negra. Por conta disso, deixou a sua condição religiosa, no espaço da invisibilidade sem deixar de apontar essa como o segmento social que mais sofre perseguição e preconceito.

As ações de hostilidade sofridas contra esse aluno foram tantas, que chegou ao cúmulo de processar um colega e uma professora por discriminação racial onde por inúmeras vezes se magoou com seus colegas e professores porque não conseguiam conter-se em falsos risos e

olhares, quando esse colocava na condição de: cotista; negro; homossexual, Babalorixá⁵⁸; e, pobre.

Chorou ao se dar conta dessas especificidades, onde a maioria também fez parte dos demais (EX-ACND). Porém, foi esse ex-aluno que denunciou tamanho desrespeito em relação as suas condições na qual por diversas tivemos que interromper a gravação de sua entrevista devido às lágrimas e ao choro contido, principalmente quando relatou que por diversas vezes fez o longo percurso de sua casa até a universidade caminhando, sem dinheiro e por vergonha não pedia emprestado aos seus colegas. Diante dessas intempéries, disse que estragou muitos sapatos e por diversas vezes, não dispôs de cinquenta centavos para almoçar ou jantar no Restaurante da Universidade.

Um de seus maiores nessa instituição ocorreu quando se identificou como filho de um casal interracial⁵⁹ em sala de aula. Foi esse o que se viu obrigado a processar um colega quando esse se referiu a ele de forma constrangedora atacando a sua etnia e a sua sexualidade. Ouçamos fala de Zumbi:

Eu já me identificava como negro, como homossexual enfim [...] e aconteceu o fato de termos um colega, ou seja, um senhor de cinquenta anos, o fulano de tal, (que eu não tenho problema algum de dizer o nome desse cidadão). Ele pregava idéias anti-semitas dentro da sala de aula, então, teve sérios problemas com os professores e comigo. Ele escreveu um “memorando” como ele chamou, onde afirmou a superioridade branca. Pois dizia que só uma mulher branca poderia gerar um filho branco para um homem branco. Uma mulher negra geraria um híbrido⁶⁰, uma aberração, algo sem raça e essa sim era o verdadeiro extermínio racial que existia na história. Mais uma vez, por ser filho de um casal interracial eu me ofendi e muito com isso.

⁵⁸ Babalorixá - Termo usado para os homens que são tidos como “pais de Santo”, ou seja, praticantes da religiosidade de matriz africana masculino que possuem seus filhos também iniciados e um espaço que chamam de terreiro para a prática de seus cultos.

⁵⁹ Interracial – O aluno usa esse termo para informar que é filho de mãe branca e pai negro. Termo que também pode ser utilizado como miscigenado.

⁶⁰ Devido ao grau de racismo contido nas palavras de seu colega, fomos buscar explicações no campo da biologia referente a palavra que colocamos em negrito, híbrido. De acordo com a Wikipédia, ela designa um cruzamento genético entre duas espécies vegetais ou animais distintas, que geralmente não podem ter descendência devido aos seus genes incompatíveis. Este fenômeno foi estudado pela primeira vez em plantas por Joseph Gottlieb Kölreuter durante o século XVIII, embora existam citações mais antigas sobre esse assunto, tanto em plantas como em animais.

Embora as questões de gênero e sexualidade não seja o foco dessa pesquisa, não pudemos nos furtar de dialogar sobre as especificidades desses dois homens, que ora eram descoladas de suas etnias, ora de suas questões sociais. Pois ainda são esses os sujeitos que cotidianamente sofrem na universidade descentrações de si, e se tornam reféns da assimilação branca ficando em dúvidas na maioria das vezes, se os preconceitos que sofrem são sexuais ou étnicos, ou seja, de origem ou de marca. Sobre essas últimas dúvidas, recorreremos à Oliven (2007, p.153):

Um aspecto bastante específico da realidade estadunidense é a forma como são construídas as categorias relacionadas à cor dos indivíduos. Para ser considerado negro basta ter tido um ancestral africano, é o que eles costumam se referir como *one drop rule*, ou seja, uma gota de sangue negro torna o indivíduo e seus descendentes negros. Isso gera um preconceito racial de origem ao passo que no Brasil, como nos esclarece Oracy Nogueira, o preconceito racial é de marca 4. Para os estadunidenses, mais importante na classificação racial é o genótipo, aqui, o que importa é o fenótipo, isto é, a aparência física, que leva em consideração, também, a classe social dos indivíduos: quanto mais ricos e europeus na aparência, mais brancos se tornam, (grifo do autor).

Diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil os negros são lidos por seus fenótipos, e a partir da contribuição de Oliven, percebeu-se que esses (EX-ACND) transitaram nessa instituição, marcados principalmente pelo preconceito de marca.

Em busca de algumas respostas aos anseios e inseguranças dos (EX-ACND) para concederem essas entrevistas, foi necessário ver suas resistências a partir do que houve nessa instituição, mas principalmente pelo que fora publicado em outra. Tomamos como exemplo sobre as situações de fraudes ocorridas em 2015 na UNB, onde Santos (2015, p. 231) fez um balanço da primeira geração de cotistas nessa instituição, na qual os ingressos dos cotistas se deram pela autodeclaração e por fotografias e, mesmo assim, houve fraudes:

Todos esses (EX-ACND), por princípio, deveriam ser negros (pretos e pardos) ou indígenas, visto que a política de ação afirmativa por meio do sistema de cotas e de reserva de vagas na UNB, antes da Lei 12.711/2012, era direcionada para esses estudantes. Contudo, como se pode ver no gráfico 6, alguns estudantes que foram beneficiários dessa política pública se autodeclararam brancos e amarelos, indicando falha e/ou fraude nessa política pública, e mais que isso, a necessidade de pesquisas mais profundas e sofisticadas para verificar esse tipo de falha.

Comparando as exigências de ingresso na UNB com o que é solicitado na UFRGS, até o momento na segunda, tem sido somente o termo de autodeclaração. A UNB foi mais longe, pois além da autodeclaração, exige também fotografias para os candidatos. Nesse sentido, Santos (2015, p.149) registrou:

Talvez parte significativa dos (EX-ACND) que se recusaram a participar da pesquisa tenha conseguido, de fato, burlar o sistema de cotas, se beneficiando de vagas universitárias que não lhe pertenciam por direito. Assim, uma das nossas hipóteses sobre a recusa de muitos (EX-ACND) de participar da nossa pesquisa é o fato de que, presumindo serem descobertos e/ou com receio de serem identificados como brancos ou amarelos. Esses estudantes evitaram participar da nossa pesquisa, pois poderiam “mostrar a cara” revelando fraude e falha na política de ação afirmativa da UNB.

Esse autor auxilia-nos sob o entendimento de alguns receios dos alunos em relação às falhas na política de ações afirmativas onde tiveram medo de se apresentarem e depois em suas entrevistas informaram que souberam que vários colegas brancos usufruíram da cota racial. Porém, por receios, não fizeram a denúncia. No final de suas entrevistas, solicitaram a universidade que reveja esse método de acesso, e também que crie uma comissão de acompanhamento fidedigna dessa política para que isso deixe de acontecer.

5.6 ANÁLISES DAS CONDIÇÕES DE INGRESSO E PERMANÊNCIA DOS EX-ALUNOS COTISTAS NA UFRGS

Todos os (EX-ACND) realizaram estágios enquanto estudantes na UFRGS. Dos seis, cinco receberam algum tipo de bolsa, ou seja, apoio para reforçarem sua permanência nessa universidade sendo: Bolsa trabalho; Bolsa de monitoria; Bolsa de Iniciação Científica; Bolsa Assistencial; Bolsa REUNE.

Dentro dessas possibilidades de apoio institucional, três (EX-ACND) informaram que acessaram suas bolsas tarde, pois alguns não puderam escolher, ou seja, pegaram as que sobraram. E quatro informaram que os valores das bolsas eram insuficientes para mantê-los dentro do padrão acadêmico. Por conta disso, dois viveram em constante situação de medo de perderem esse apoio. Veja-se um pouco mais dessa realidade, a partir do que relatou “Mãe Menininha”:

Então, quando eu entrei na UFRGS, a primeira bolsa que eu consegui foi bolsa trabalho. Muito também porque eu via os anúncios de bolsas iniciação de científica. Daí eu tinha aquela impressão daquela professora, como é que eu vou me candidatar ser bolsista de iniciação científica se eu não compartilho deste conhecimento cultural que normalmente os outros alunos têm pra realmente poder estar concorrendo a esta bolsa? Pensei: vou pegar algo mais próximo a mim que é a bolsa trabalho. Aí ao longo do curso é que eu fui, aí como se diz, trabalhando a minha auto-estima e aí eu pude buscar outras bolsas. Mas a primeira foi a bolsa trabalho.

Assim, após ingressarem para realizarem suas graduações, lhes foi perguntado qual a pessoa ou departamento que mais o auxiliou em seus estudos. Entre algumas respostas, destaca-se a de “Antonieta de Barros”:

Alguns professores do departamento das Ciências Sociais e profissionais da COMGRAD do meu curso, uma colega foi fundamental. Em nossas conversas, ela me explicava horrores. Fizemos disciplinas juntas. Colegas em geral, a minha orientadora, alguns professores foram legais comigo sabe? No departamento que eu trabalhava, minha chefia me liberava quando eu precisava, ajudavam no meu trabalho. Eles eram bem flexíveis em relação a isso.

Entende-se que subjetivamente sua fala contém uma permissão de consentimento vindo por parte da sua chefia, totalmente descolada do seu direito ao estudo. Agora, veja-se a fala de outra ex-cotista:

Tive duas professoras que pediram que eu me envolvesse mais na profissão, e eu não consegui porque tive que trabalhar. Mas eu gostaria de ter tido a oportunidade de ficar só estudando e explorando a profissão. A outra professora me orientou para publicar meu TCC, e com ela eu consegui. Até hoje ela me cobra, quer que eu faça o Curso de Mestrado. (Rute de Souza).

Esses apoios foram fundamentais porque mais adiante, veremos o resultado de empoderamento desses alunos como fundamentais em suas vidas, na vida de seus filhos cujas marcas foram um trampolim para seus avanços. Agora, outro exemplo de referência desse apoio institucional apresentado por Zumbi:

Na universidade, quem mais me auxiliou foi o professor José Rivair, o meu orientador, porque quando eu fui procurá-lo depois do banho d'água fria que uma professora me deu dizendo que eu não sabia ler, escrever, enfim. Ele me acolheu, acreditou no meu trabalho e no meu potencial. Lembro de suas palavras na minha defesa do TCC, dizendo que eu fui um orgulho muito grande par ele, e que tinha sido uma honra trabalhar comigo porque fiz um trabalho inovador onde discutia gênero e África, na qual usei autores eurocêntricos dentro de África.

Quase que esse apoio chegou tarde para sua vida acadêmica, pois com lágrimas esse se referiu à atitude de uma professora, onde foi humilhado, exposto [...] e ao saber da existência de um professor negro na universidade, bateu em sua porta como a última alternativa a ser feita antes de abandonar o seu curso. A conversa foi longa e, esse professor após entender sua situação como uma atitude racista e preconceituosa dessa professora o assumiu como orientando. Mais adiante, veremos as sugestões desse aluno direcionadas também para essa professora.

Outra opinião centrada nos cotistas e nos colegas como principais referências nos veio da (EX-ACND) Maria Helena Vargas:

Na universidade éramos nós e os colegas. Não tinha nenhum departamento de apoio, nunca teve.

Não são muitos, mas existem no mínimo dois departamentos de apoio aos alunos cotistas em geral na UFRGS instituído oficialmente para tratar dos assuntos referentes às políticas de ações afirmativas. Constata-se a partir das falas dos (EX-ACND), que esses espaços passaram despercebidos por todos eles durante o tempo que estudaram nesta universidade. Portanto, esses espaços além do pouco conhecimento e visibilidade não conseguiram no mínimo identificar esses cotistas para auxiliá-los nas questões étnicas. Sobre essas resistências, de acordo com Santos (2010 p. 71) constata-se que:

Têm, no entanto, enfrentado muita resistência. O debate tem incidido no tema convencional da contraposição entre democratização do acesso e a meritocracia, mas também em temas novos, como o do método da reserva de vagas e as dificuldades em aplicar o critério racial numa sociedade altamente miscigenada.

Diante das dificuldades para aplicar o critério da cota racial nessa instituição, faz-se necessário que esses ou a criação de mais espaços para dialogarem com essa pauta, que priorizem os alunos negros cotistas, porque se constatou que diante de muitas dificuldades apresentadas pelos ex-cotistas, a inexistência de um local que possam levar as suas questões de preconceitos.

Também evidenciamos que se esses alunos cotistas raciais precisarem procurar espaços que tratem dessas questões não os farão por receio de se sentirem mais expostos ainda nessa instituição, lembrando que os assuntos referentes à negritude, não precisam ser tratados somente pelos alunos ou professores negros que possuam somente empatia para auxiliar esse público diferenciado.

Ainda sobre essas especificidades, a universidade precisa dar uma centralidade muito específica em relação a esse espaço que trate da discriminação racial. Pois, conforme contatamos, nenhum ex-aluno apontou espaço institucional e, sim apoio pontual por parte de raros colegas e professores.

Agora sobre a as centralidades de gênero e etnia instituição necessita trabalhá-las correlacionadas. Pois sobre esse contexto, Santos (2010) aponta essas ações como medidas que precisam estar articuladas em outras esferas, e também, a partir do testemunho dos alunos/autor. Questões ainda ignoradas por essa universidade.

Na lógica de garantir a riqueza do testemunho desses (EX-ACND), segue-se o roteiro de entrevista contendo maior parte das respostas de algumas questões, nas quais uma delas refere-se a seguinte pergunta: **Como a UFRGS poderia melhor atender as necessidades dos alunos cotistas?** Para Mãe Menininha, sua resposta foi:

Ouvir os alunos cotistas para conhecer as suas reais demandas. Contar com eles nas participações de elaboração e melhoramento dessa política.

Mãe Menininha chama a atenção às exigências solicitadas pela universidade na qual os professores exigiram como norma, que os trabalhos acadêmicos fossem digitalizados e, ela por residir longe da universidade e não ter computador passou dias e horas no laboratório da universidade realizando seus trabalhos em quase todos os espaços, sozinha. Ela também apontou as dificuldades que enfrentou para se inserir no processo de avaliação das cotas após 5 anos de implementação, porque os grupos eram fechados e os diálogos para com ela quase inacessíveis.

Sobre esse assunto, também ouvimos Oliveira Silveira:

Eu acho que os cotistas raciais têm características muito diferentes da universidade, considerando o curso, o campus na qual eles vivem, entendeu?. Eu acredito que no curso, no campus que eu tive aula a situação é bem diferente de outros. Eu acho que a UFRGS precisa melhorar muito a política de permanência, do ponto de vista de bolsas, de casa de estudantes, tudo isso né? Porque também não é só uma questão financeira se manter na universidade, eu acho. Ela deve incentivar entendeu?

Esse (EX-ACND) chamou a atenção sobre as políticas de permanência serem o campo mais complexo e por conta delas não existir no interior dessa instituição um espaço físico para levarem suas questões, tiveram todos comprometimentos nas suas graduações.

Confere-se essa situação também na fala de Antonieta de Barros:

Atender as necessidades [...] não sei assim, mas acho que poderia conversar mais, ter uma aula sobre isso, para desmistificar o preconceito, acho que ela poderia fazer isso.

Essa aluna que representando a área biológica, trouxe à tona essa informação, também por ter sido desconstituída junto com a sua colega de suas pertencas étnicas por uma professora, na qual foram questionadas por uma aluna sobre o que mais elas queriam, se aquela professora já havia pedido desculpas. Agora, a fala de Rute de Souza:

Eu creio que a UFRGS precisa adaptar-se às classes menos favorecidas, e colocar mais horários alternativos e noturnos. Pois estes alunos são trabalhadores e muitas vezes são pais ou mães de família e, não apenas estudantes convencionais. Até a questão do mérito acadêmico, poderia ser visto de forma a não apenas de glorificar os alunos que têm as melhores notas. Pois na grande maioria, este mérito é fornecido para a elite. O mérito acadêmico deveria abranger também o esforço individual apesar de todas as dificuldades, e contrariando todas as expectativas, eu consegui chegar ao final.

Algumas das expectativas dessa (EX-ACND) refere-se ao que ela viveu nessa universidade em relação ao mérito acadêmico e a láurea dos professores em relação aos alunos que tiravam as melhores notas. Diante dessas questões, os cotistas sentem-se humilhados em relação aos demais.

Diante da necessidade de revisão do sistema de cotas, veja o relato de Zumbi:

Primeiramente eles têm de verificar realmente esta questão das cotas. Você se inscreve como cotista negro, mas dependendo da tua nota, você acessa o universal. Aí aquela vaga negra não é preenchida. Então, aquela vaga vai para a universal. Acho que eles têm que começar a rever isso. É para negro, então é para negro! Não fazer igual como em dois mil e doze, ou dois mil e treze que eles perderam o auxílio do Governo Federal e colocaram: - Há vocês tem que preencher as cotas! E as cotas de medicina foram todas preenchidas onde

o primeiro classificado teve a média, 799 no Vestibular e o último colocado negro, só pra preenchimento de vaga, teve a média de 555. Eu não estou desmerecendo esse aluno que teve a média de 555, mas num curso totalmente celetista onde os professores fazem questão de entrarem em sala de aula e dizer pros alunos cotistas, vocês não merecem estar aqui! Largar um aluno com esta média dentro de uma universidade que é a mais concorrida do país é jogar essa ovelha aos lobos. Pois este aluno não vai se manter na medicina, e não vai se manter na universidade. Então, é só preenchimento de vaga. Ou seja, é só para ganhar dinheiro, e isso não é interessante [...]. Eu acho que tem que começar a rever a partir de baixo, da seleção, de como selecionar. Como selecionar? Sobrou vaga? Não vamos passar para o acesso universal. Eles já têm as suas vagas destinadas. Então, vamos tentar preencher estas vagas e vamos rever estes pontos de corte para manter o aluno cotista dentro da universidade. Negros, indígenas e sociais, mas principalmente os negros e os indígenas.

Zumbi questionou politicamente a forma como as vagas têm sido distribuídas nessa instituição identificando que o problema nasce no processo de seleção. Portanto, sua preocupação é pertinente. Ele chamou a atenção sobre essa política sobre os que tiram as notas mais altas migram para as vagas universais. Portanto, de novo as vagas destinadas aos cotistas negros e outros vão para os não cotistas. Concorda-se com ele que de fato as vagas das cotas deveriam ser distribuídas somente entre os cotistas.

Situações essas, que mesmo após a reformulação da proposta das cotas após 5 anos, não ocorreu e, muito menos na pós-graduação que passou implementar as cotas a partir do ano de 2017, na qual trataremos sobre isso mais adiante.

Devido a essa forma de acesso todos os (EX-ACND) informaram que não foram bem recebidos nessa universidade. Situação essa que pode ser conferida com o que viveu Maria Helena Vargas:

Eu acho que UFRGS ela podia criar núcleos de apoio mais efetivo que recebessem essas pessoas bem, que desse a visão de oportunidade lá dentro também eu digo. Tu entra por cotas, mas quando chega lá, nada é facilitado. Não é facilitar a vida, é também proporcionar porque às vezes tem oportunidades que chegam para os alunos das universais e não chegam para os cotistas. Porque depois que tu tá lá dentro, as coisas parecem que ficam muito mais difíceis. Eu acho que tinha que ter um grupo de apoio para conversar com essas pessoas, para incentivá-las, para ajudá-las a enfrentar essa psicologia racial que tem dentro da sala

de aula. Em toda a convivência, em todo o espaço da UFRGS a gente sente a diferença racial. Que estas pessoas atendessem os negros, mas que fizessem que toda a comunidade universitária agisse de forma humana. Com todas as pessoas entendeu? Porque não pode negligenciar qualquer ser humano. Que elas fossem realmente efetivas nas questões humanas. Racial sim porque racial é a que mais é atingida agora. Mas para que tu crescesses e se tornasse uma coisa melhor.

Essa (EX-ACND) no campo da psicologia racial vivenciou em sala de aula as diferentes maneiras de convivência em todos os espaços da universidade, onde as questões raciais foram tratadas de forma desumana. Ela apontou caminhos para essa instituição que pode ser reforçada por Santos (2010), sobre a necessidade da UFRGS se democratizar de dentro para fora. Ou seja, junto com os indivíduos que são contemplados por essa política, e não somente por aqueles que acham que a entendem.

Diante desse contexto, vimos que as avaliações críticas dos ex-alunos cotistas diante dos obstáculos enfrentados diariamente, comprometendo sua formação, mas principalmente sua permanência nessa instituição. Eles perceberam que no início dos seus cursos haviam mais alunos negros e, com o passar do tempo, eles foram sumindo [...]. Por isso, é importante trabalhar a política de cotas a partir da exclusão social da própria universidade que de acordo com Santos (2010, p.72-3):

A universidade não só participou na exclusão social das raças e etnias ditas inferiores, como teorizou a sua inferioridade, uma inferioridade que estendeu aos conhecimentos dos grupos produzidos pelos grupos excluídos em nome da prioridade epistemológica concedida à ciência. As tarefas da democratização do acesso são, assim, particularmente exigentes porque questionam a universidade no seu todo, não só quem a frequenta, como os conhecimentos que são transmitidos a quem a frequenta.

As falas dos (EX-ACND) que questionaram a universidade como um todo, e contraditoriamente sentiram dificuldades de se integrarem como parte desse todo ficando a mercê diante dos demais alunos, como alvos a serem atingidos a qualquer hora, por uma flecha vinda de qualquer lugar, sem ao menos saber de onde poderia ter vindo o disparo. Pois conforme vimos eles usaram seus silêncios e omissões para não questionarem o papel do branco nas desigualdades raciais.

Sobre a falta de reflexão sobre essas branquidades presentes na universidade, Bento (2002 p.26) chama a atenção: “A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil

constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado”.

É importante lembrar que os (EX-ACND) que frequentaram no mínimo quatro anos nessa instituição vivenciaram situações agradáveis certamente. Mas, as que nos chegaram a partir das suas falas foram infelizmente, as mais desagradáveis. Por isso lembramos mais uma vez que suas falas vieram de muito longe, ou seja, além mar... E diante do sistema escravagista, as mulheres eram vistas como menos do que os homens. Talvez tenha sido esse um dos principais motivos pelas quais desenvolveram historicamente papéis sociais invisíveis, sendo que hoje, as que foram parar nos bancos universitários conseguiram isso com muita luta. Sobre esse injusto sistema para com as mulheres Davis (2013, p.10) esclarece:

O sistema da escravatura define os escravos como os bens móveis. As mulheres eram folhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras do tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. Tendo em conta que no Século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, e as mulheres negras eram praticamente uma anomalia.

Para melhor compreendermos essas falas, avança-se um pouco mais perguntando os ex-alunos o quanto eles se **sentiram pertencentes à essa instituição**.

Sobre essa questão, dois informaram que sim, chegando a dizer que apesar de tudo que viveu nessa universidade de ruim, à têm como uma mãe. Ou seja, é a “Mãe UFRGS”! Os demais partiram de um período em que chegaram motivados e com o passar do tempo, essa sensação foi diminuindo juntamente com a sobrecarga de terem que estudar estagiar e enfrentar seus lares com todos os afazeres domésticos, se comparando como os não cotistas que na maior parte do tempo, somente estudavam. Sobre isso, Oliveira Silveira comentou:

Ai, essa pergunta é bem difícil, vou te dizer Eliane, que eu me sentia muito assim, UFRGS sabe? Até o início do ano passado, até ter entrado no Mestrado, na verdade. Depois, eu deixei de me sentir, tanto que eu não queria nem concluir o meu curso. Eu terminei a faculdade em agosto de 2012. Eu terminei a Graduação, e fui tomar um café com minha professora X. Disse pra ela que ia terminar e não ia mais renovar minha bolsa, porque teria que trabalhar. Agora essa reaproximação pra mim, é fundamental deixar isso claro

entendeu? Que é o reconhecimento do que significa a minha trajetória. Isso foi exatamente o que me fez reaproximar, entendeu? Se não, eu não teria voltado mesmo. Hoje eu me sinto mais na obrigação com a minha comunidade, com os meus colegas, com minhas irmãs que ainda estão lá e comigo mesmo. Ou seja, com a minha família porque pra mim, é o coletivo.

Foram muitas as situações que os desmotivavam. Algumas, incomparáveis como o que vivia os colegas não cotistas e os não negros. Eles disseram que muitos pareciam estar naquele lugar apenas com a tarefa de realizarem uma única ação: estudar. Veja-se esse exemplo a partir da contribuição de Davis (2013, p. 10):

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sobre a escravatura começa com apreciação do papel de trabalhadoras.

A partir dessas branquitudes, é necessário falar desse lugar histórico sob a ótica feminina e masculina, cuja raiz da opressão foi de acordo com Davis (2013 p. 20), a partir de um “enredo patológico” que buscava paridade entre o homem e a mulher:

O saliente tema o saliente tema que emergiu da vida doméstica na escravatura é um tema sobre paridade. O trabalho que os escravos desempenham por si mesmos e não para enaltecer o seu dono foi realizado em termos da igualdade. Dentro dos limites da sua família e da vida comunitária, o povo negro conseguiu cumprir um magnífico feito. Eles transformaram essa igualdade negativa emanada da opressão igual que sofriam como escravos numa igualdade positiva: o igualitarismo caracterizava as suas relações sociais.

Ciente de suas duras realidades, os (EX-ACND) precisaram conciliar seus estudos com suas jornadas de trabalho e frente aos sofrimentos históricos desses lugares que ocupavam na instituição, percebiam em sala de aula, uma práxis que além de contraditória, os distanciava de seus desejos que era o de se verem reconhecidos e legitimados pelos seus professores. Sobre essas falhas na educação e suas expectativas, Antonieta de Barros:

Eu me sentia parte da universidade, mas eu não sei, eu sempre tive aquela expectativa, Bá estudar na UFRGS! E hoje eu vejo que ela não é toda aquela excelência. (“”)

Esse conceito, ou seja, essa intencionalidade de excelência, sobre as observações de todos os (EX-ACND) devem ser repensada. Pois foram essas que os permanentemente ameaçavam de retirá-los dessa instituição.

Acredita-se que a excelência deve ser feita pelos professores na qual o abismo curricular e a dificuldade de transmitir conhecimentos sobre os fatos históricos e as discriminações, também precisam ser repensada. Sobre o que observaram os (EX-ACND) e a linguagem do pensamento dos professores, Freire (1994 p.74) contribui:

Ao rememorar uma e ao rever outras dessas críticas, hoje, me recordo de um encontro que teve em Washington, em 1972, com grupo de jovens interessados na discussão que certos tópicos do livro. Havia entre eles um homem negro, de uns 50 anos, envolvido com problemas de organização comunitária. Durante os debates, de vez em quando, após uma visível dificuldade de compreensão de um dos jovens, ele falava Tentando esclarecer o ponto eu fazia sempre muito bem. No fim da reunião se aproximou de mim e, de maneira simpática, me disse: “Se algum desses jovens lhe disser que não entende você por causa do inglês que você fala, não é verdade. A questão é de linguagem- pensamento. A dificuldade deles está em questão que não pensam dialeticamente. E lhes falta ainda convivência com a dureza da experiência dos setores discriminados da sociedade.

Ver o brilho nos olhos desse aluno ao falar da instituição foi significativo, pois quando dançou pela sala e parecia flutuar naquele lugar, quando falou:

Total, total! Eu digo que é “MÃE UFRGS”! Com todas as diferenças, com tudo que ali tem. É que eu fiz um curso de humanas, estudei no Campus do Vale a graduação inteira. Então é como os militares diziam: - Essa gente só precisa de giz e cuspe pra dar uma aula. Então, o Campus é acolhedor, ele não vai te discriminar. Eu me sinto um membro pertencente da UFRGS, apesar de tudo isso, porque eu consegui me provar. Eu consegui me superar e provar pra mãe UFRGS que sim, eu vim pra ficar!

A frase que esse (EX-ACND) se auto definiu foi: “*Eu consegui me provar*”. Lembra-se mais uma vez que esse foi um dos que mais viveu situações de preconceitos e variados tipos de discriminações, onde quase desistiu de estudar devido a uma professora. Portanto, diante de muitos obstáculos ele conseguiu se formar, se reconhecer e acima de tudo, manteve-se altivo frente a força do eurocentrismo nessa instituição. Portanto, foram vários os momentos em que esse aluno (individual) se viu diante das encruzilhadas (coletiva). Sobre esses caminhos, Zitkoski (2013, p.16) argumenta:

Tais movimentos produziram, ao longo dos séculos, uma cultura distinta - de resistência - que conserva a identidade das raízes do povo nativo, mescladas com a história de organização e luta pela libertação dos oprimidos. Essa cultura foi sendo testada historicamente e, como tal, é o núcleo constitutivo do ETHOS latino-americano.

O autor trata de uma cultura de resistência, na qual a transferimos para os (EX-ACND). Pois, foi essa cultura que usaram para se manterem nessa instituição.

Diante dessas resistências, inusitados foram os desafios em seus caminhos. Veja-se o caso de Maria Helena Vargas, a outra (EX-ACND) que precisou separar o seu lado profissional da sua condição de aluna:

Profissionalmente, eu me sinto pertencente à UFRGS porque até hoje eu fico aqui e trabalho aqui. Na condição de aluna, eu me sinto pouco pertencente porque eu entrei e depois chegou a um ponto que eu queria sair o mais rápido dela e nunca mais olhar para trás. Minhas colegas diziam: - Ai que saudades da UFRGS. E eu dizia: - Eu não sinto saudades. Sério! Eu não saí com o mesmo amor que eu entrei. Eu entrei amando a UFRGS, mas a nossa relação não foi boa.

Observa-se que essa (EX-ACND) ao expressar: “*Eu entrei amando a UFRGS, mas a nossa relação não foi boa*”, referiu-se aos conflitos pessoais que teve com dois professores em sala de aula onde um deles lhe negou a oportunidade de realizar os ajustes de seu trabalho, lançando sua nota no sistema antes do prazo e quando foi conversar com ele, ouviu de sua parte que “no seu caso”, era assim mesmo que as coisas deveriam funcionar.

A outra grave situação refere-se a outro professor negro, que na condição de professor substituto imprimiu nessa aluna, a marca de dor na qual constatou ter sofrido assédio sexual, a partir dos gestos e postura desse professor, onde numa noite em que a universidade estava em férias, chamou-a sozinha em sua sala. Sobre isso, veja-se um pequeno recorte de sua fala:

Eu tive uma situação bem séria, que acho que foi uma das piores com um professor numa cadeira que eu ia reprovar. A cadeira era muito difícil, (inclusive o professor era negro, mas não se aceitava negro) Teve duas pra falar a verdade, mas essa foi: Uma vez, eu fiquei em recuperação com ele, e marcou numa sexta-feira, par eu ir buscar o resultado na sala. Só que já eram férias e não tinha quase ninguém indo à universidade. Então, ele entregou a minha prova e disse: - Olha, faltou cinco décimos para você! Então, ele perguntou

em tom de malícia o que eu ia fazer pra ganhar aqueles cinco décimos?Aí, ele sentou, se escorou para trás, estávamos só eu e ele na sala, e disse - E aí, o que tu vai fazer pra ganhar estes cinco décimos, o que tu vai fazer pra passar?E eu respondi: - Eu não vou fazer nada, eu vou repetir a cadeira!Esse foi o primeiro momento que eu senti que ele estava me fazendo uma proposta indecente. E eu lhe disse: - Por causa de cinco décimos, eu vou perder um semestre, vou repetir a disciplina porque eu não tenho nada pra lhe oferecer, pois se eu rodei, eu rodei né? Fiz-me de louca e saí. Ele me reprovou porque eu não tinha nada de interessante pra lhe oferecer, pelos cinco décimos [...] aí, eu não tinha nada para oferecer [...] (nervosamente ela riu, e logo, lágrimas inundaram seu rosto [...]).

Seu depoimento nos fez aprofundar um pouco mais nessa tese, os diálogos com as questões de gênero. Sua situação nos leva a reforçar que infelizmente, em menos de uma hora no Brasil, as mulheres são vítimas das mais variadas formas de violência. Seu choro expressou o sentimento de milhares de mulheres que sofrem assédios em nosso país, onde as instituições que trabalham as descolam de suas pertencas étnicas e das questões sexuais.

Ainda sobre as especificidades de gênero, Davis (2013) nos chama a atenção sobre o modelo excepcional utilizado para julgar os femininos ou masculinos que de maneira irônica vem sendo utilizado secularmente. Essas situações devem ser denunciadas e também intoleráveis em qualquer espaço, mas principalmente no acadêmico. Sobre a ironia desse professor para com a ex-aluna cotista, veja-se Davis (2013 p.24-5):

Esta foi uma das grandes ironias do sistema de escravatura, sujeitando as mulheres à mais exploração imaginável, exploração que não olhava a distinção de sexo, esse fundamento criou não apenas a afirmação das mulheres negras à sua igualdade através das suas relações sociais, bem como exprimirem-se através dos seus atos de resistência. Esta deve ter sido uma terrível revelação para os donos de escravos, porque parecia que eles estavam a tentar quebrar esta cadeia de igualdade através da brutal repressão que reservaram para as mulheres. De novo, é importante lembrar que as punições infligidas às mulheres excediam em intensidade as punições sofridas pelos seus homens, porque as mulheres não eram apenas chicotadas e mutiladas, elas eram também violadas. Seria um erro olhar para o modelo institucionalizado da violação durante a escravatura como uma expressão do impulso sexual dos homens brancos, diferentemente reprimido pelo espectro da castidade da natureza feminina. Isso seria demasiado simplista como explicação. A violação era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo maior objetivo era extinguir a vontade das mulheres escravas em resistir, e nesse processo, desmoralizar os seus homens.

A autora apresenta as questões sociais das mulheres negras imbricadas nas questões sexuais. Portanto, dentro dessa instituição essas (EX-ACND) resistiram bravamente para se

manterem principalmente diante dos epistemicídios⁶¹ cometidos por seus professores e colegas onde na maioria das vezes elas desmoronavam por dentro. Sobre esses epistemicídios acadêmicos, Santos (2010, p.76):

A vinculação recíproca entre injustiça social e injustiça cognitiva será uma das idéias que mais resistência encontrará no seio da universidade uma vez que essa foi historicamente o grande agente do epistemicídio cometido contra os saberes locais, leigos, indígenas, populares em nome da ciência moderna

Devido às essas injustiças e o desrespeito para com suas feminilidades afetadas na alma nessa universidade, as ex-cotistas relataram a partir de seus choros guardados, seus desencantos e os desamores à essa instituição cujas violações as marcaram para toda a vida.

E ao serem questionados sobre: **Quais os aspectos que a universidade os marcou?** Oliveira Silveira respondeu:

Como assim, me marcou? Ai [...] eu acho que universidade [...] (um longo silêncio se fez neste momento [...]) Assim, considerando a universidade tudo que eu vivi por causa dela, e não só o que ela do ponto de vista institucional, formal me ofereceu, ela abriu a minha mente, entendeu? Só que é isso, não foi só a universidade em si, as disciplinas, os professores, mas principalmente as pessoas que eu encontrei lá dentro. Aí, já me emociono de novo. (lágrimas caem de seu rosto enquanto cita os nomes de colegas e amigos [...]), as pessoas que eu encontrei lá, que me ensinaram coisas que se eu não tivesse passado naquele vestibular, eu tenho certeza de que não teria aprendido em outro lugar, foi muito importante. O diploma que eu tenho, ele é fundamental, mas cada vez que eu preparo uma aula, que eu falo com os meus alunos, quem me vê à cabeça, são estas pessoas (novamente não consegue conter as lágrimas [...]), com quem eu militei com quem eu tomei cada cafezinho nos intervalos, que eu ouvi histórias. Nunca falei sobre isso pra ninguém! (Foi difícil continuar essa entrevista, pois seu choro não cessava [...]). E após um longo silêncio [...]). A universidade me mostrou com estas histórias que eu conheço que o mundo pode ser muito melhor, ou muito pior sabe? Que depende da gente e não só dos outros, mas depende da gente em reconhecer a nossa história como uma história coletiva, como uma vida que é vivida por nós, mas que é vivida pelos outros também. Nossa, quando eu começo a lembrar porque eu sou amigo da fulana? Sabe? (um suspiro profundo toma conta de seu ser e observo

⁶¹ Epistemicídio – um termo normalmente utilizado por Boaventura de Sousa Santos desde o seu “*Pela Mão de Alice*” até as obras que se seguiram. [...]. O epistemicídio é, em essência, a destruição de conhecimentos, de saberes, e de culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental.

que as lágrimas caem naturalmente e ele é tomado pela emoção [...]. Quando eu paro para lembrar-se de tudo que a gente fez, das pequenas coisas e porque fiquei tão amigo da fulana [...]. Nossa, quando eu começo a lembrar das pessoas conhecidas, das pequenas coisas... (novamente é tomado pela emoção e o choro lhe impede de falar [...]). Mais uma vez interrompe-se a entrevista.

Esse (EX-ACND) também trouxe a importância do despertar da sua negritude perante a comunidade acadêmica, sendo ele o único negro e cotista em sala que mesmo despertando, optou por ficar na invisibilidade. Portanto, mesmo diante da militância e participação nas atividades dessa faculdade ele não se sentiu apto a mexer com suas dores. Lembrando que em sua casa, a sua condição de cotista era tão difícil quanto na universidade. Ele comentou que se entrou em pânico quando soube que seus pais, amigos e alguns familiares eram contra as cotas, sendo ele um aluno cotista.

Esse homem tem o cabelo crespo, o tom de pele clara e seus lábios são finos. Sendo após muito tempo, um homem negro e homossexual assumido, observa-se que talvez suas dores tenham se misturado e novamente, ficando difícil identificar do lugar de onde falou esse ex-cotista em relação ao preconceito. Sobre isso, usamos mais uma vez a contribuição de Freire (2010) referente às categorias de inserção/adaptação por não ter identificado quando esse (EX-ACND) assumiu a sua condição sexual e/ou quando teve o seu despertar negro.

Quisera dialogar sobre o lugar de paternidade e familiar com esse aluno, porém, suas emoções foram intransponíveis, sendo ele o entrevistado que mais se emocionou durante o seu depoimento [...]. Por isso, buscamos em Cunha (2011) uma tentativa de explicar o que acumulou esse aluno diante das questões étnicas, de gênero e de classe, onde essa tripla discriminação precisa ser entendida como herança histórica além mar [...]. Sob essas considerações Cunha (2011, p.32) corrobora:

São as heranças e as razões que fundou a minha proposta teórica que sublinha a importância de colocar em evidência as estreitas articulações construídas pelo colonialismo entre raça, identidades sexuais e classe e a ação de desestruturação, apagamento em injeção do *outro* e *do outro do outro*, a *outra*, reais realizadas através delas. Nenhum entendimento ou conhecimento sobre as mulheres e os homens dos países da periferia do sistema mundial pode estar completo sem uma análise e discussão sobre o seu período colonial, (grifo nosso).

Já na área biológica, a (EX-ACND) que precisou trocar o sonho de ingressar no curso de medicina para enfermagem, trás uma resposta rápida e objetiva que a nosso ver, está porém subjetivada de dores:

Após um longo silêncio [...] - *É muito difícil responder isso [...]* (então, depois a gente volta nesta pergunta ok?) Retornando à pergunta depois, veio a sua resposta:

- *A universidade não me marcou em nada.* (Antonieta de Barros).

Como vimos, foram nove o número de vezes que essa (EX-ACND) tentou ingressar no curso de Medicina. Portanto, realizou sua prova nove vezes para ingressar nessa instituição na medicina. Incentivada por amigos e familiares ela abriu mão de seu sonho para conseguir o seu ingresso, e quando optou por enfermagem, passou na primeira tentativa.

Sem termos a pretensão de compararmos uns como os outros, pois acreditamos que a riqueza está em suas diferenças, a entrevista da ex-cotista da área biológica foi a que mais destoou das demais. Aparentou ser uma pessoa fechada, de poucas palavras e muito apreensiva. A cada pergunta, agia com desconfiança como se estivéssemos sendo investigada de algo que não se mostrava [...] e arriscou-se a questionar se não eram esses os motivos que a acompanhavam, (impressão da entrevistadora, que não encontrou palavras para transmitir o que sentiu). Pois diante dela, parecia existir uma barreira intransponível e, em momento algum ela se permitiu sorrir ou se emocionar. Diante de suas dores arriscou-se a dizer que essa (EX-ACND) se anestesiou devido ao que passou antes e durante sua graduação nessa instituição.

Como vimos, sem comparações, observa-se sobre a mesma pergunta, outra resposta vinda do ex-cotista da área humana:

Em vários aspectos. Aspectos Positivos, negativos. Sendo uma universidade elitista, não abrindo a mente dos seus alunos para isso, porque têm professores que incentivam isso nos alunos. Incentivam de forma negativa entendeu?. Eles também incentivam positivamente, mas têm alguns que chegam à sala de aula e dizem: - Eu sou o professor fulano de tal, tenho diploma disso, diploma daquilo, formado em tal universidade. E tu não és nada porque tu és só um cotista, porque tu é negro, porque tu está acabando com a universidade, com a produção intelectual desta universidade!

Desculpe o palavrão, mas grande bosta! Então, ela me marcou de várias formas positivas e formas negativas [...]. (Zumbi)

Zumbi referiu-se aos incentivos negativos por parte dos professores como fator preponderante em sala de aula. Assim, diante de suas respostas, constata-se que ainda há um longo caminho a percorrer para que a universidade possa se legitimar perante os alunos cotistas. Para isso, se faz necessário observar e construir um currículo cujos saberes da educação pública se façam presentes na educação universitária de forma equitativa. Sobre esses diferentes saberes, Santos (2010 p. 80-1):

Esta vinculação merece um tratamento separado por se me afigurar ser uma área fundamental na reconquista da legitimidade da universidade. É uma área muito vasta pelo que nesse texto me concentro num tema específico: o saber pedagógico. Esse tema abrange três subtemas: produção e difusão de saber pedagógico; pesquisa educacional; e formação dos docentes da escola pública. É um tema de importância crescente, avidamente cobiçado pelo mercado educacional, onde a universidade já teve uma intervenção hegemônica que, entretanto perdeu. Este fato é hoje responsável pelo afastamento da universidade em relação à escola pública – a separação entre o mundo acadêmico e o mundo da escola – um afastamento que, a manter-se, minará qualquer esforço sério no sentido de relegitimar socialmente a universidade.

No bojo da democratização da universidade, constata-se um abismo entre o mundo acadêmico e o mundo da escola, onde os (EX-ACND) ao serem perguntados em **que aspectos eles marcaram a universidade**, suas respostas vão ao encontro do pensamento de Santos sobre a legitimação da universidade:

O meu corpo, o meu jeito de ser marca a universidade, porque quebra o padrão de fisionomias europeizadas ainda maioria na UFRGS. (Mãe Menininha).

Essa (EX-ACND) falou do forte padrão físico presente nessa instituição, e das dificuldades de legitimarem os conhecimentos oriundos das classes populares num currículo inflexível.

Agora, veja-se a fala de zumbi sobre esse mesmo prisma:

Eu não quero fatiar ninguém sabe Eliane, mas o que eu passei em sala de aula, o que eu tentei fazer de voto, mais do que, um voto de esquerda, um voto naquela chapa entendeu? Mas a minha imagem como uma figura pública do movimento. Digo isso porque eu já ouvi as pessoas me confirmarem isso. [...] Como foi importante eu não ter consciência disso naquele momento sabe? Acho que eu devo ter marcado a universidade um pouco assim. E o que eu vejo de negros e de negras e também negros homossexuais [...].

O pessoal me falava mal e me diziam que eu não tinha que fazer isso, que era perigoso, que eu poderia sofrer uma agressão ou algo do gênero, entendeu? Mas eu ia dançar. Devo ter um santo muito forte. Eu ia e na volta, entrava nas bibocas, nos matos ali do Campus [...]. Eu descia a vila e ia não estava nem aí. Por isso que eu digo, acho que eu não tinha consciência entendeu? (Oliveira Silveira).

Sublinhamos as frases que se referem ao pertencimento etnicorracial que durante a entrevista esse ex-aluno informou que sobreviveu nessa universidade por não ter tido ou externado a consciência da sua negritude.

A outra (EX-ACND) desafiou os demais colegas e conseguiu algo inédito, que levará para toda a sua vida:

Bem, eu sempre fui muito revolucionária, trouxe a toga rosa turmalina para a UFRGS, contrariando todo o conservadorismo da universidade, que desde o princípio, trazia a toga azul como padrão para as Contábeis. Então, trouxemos o rosa turmalina como a cor oficial da toga do curso. Creio que este tenha sido o meu maior legado. (Rute de Souza).

Diante desse depoimento, seus olhos brilharam, pois disse que foi ela a responsável por motivar outros colegas e a quebrarem paradigmas, trocando a cor da toga, assumindo isso como um desafio pessoal, e também como um legado coletivo.

A fala de Zumbi, diante de tantas adversidades que viveram os ex-cotistas nessa universidade, retratou uma caminhada difícil e complexa na qual por dez anos ele tentou ingressar nessa instituição. Por isso, no dia de sua formatura, quebrou paradigmas e falou:

Olha, como dizem minhas amigas homossexuais: - A senhora lacrou bicha!.

Eu fiz História literalmente dentro da UFRGS! Porque eu processei um colega racista, discuti com os professores sobre racismo, eu me provei. Provei para a universidade que eu era capaz sim de me formar, e que eu era capaz sim de me manter! Isso eu mostrei pra todo o Salão de Atos quando me formei. Eu entrei desfilando e mostrando toda a minha negritude, toda a minha homossexualidade naquele salão lotado, na frente dos professores, diretores, que a gente está aqui e, que a sociedade tem que nos aceitar, nos respeitar e conviver com a gente. Então, eu causei na UFRGS!

Zumbi contou que se sentiu um gigante ao desfilar sua negritude e a sua homossexualidade no dia da formatura como um vencedor. Sua fala comprovou que as cotas vêm dando certo, porém cabe à instituição assumir mais a sua responsabilidade social. E sobre isso, Santos (2010, p. 89-90):

A responsabilidade social da universidade tem que ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para impô-las. A autonomia universitária e a liberdade acadêmica – que, no passado foram esgrimidas para desresponsabilizar socialmente a universidade – assumem uma nova premência, uma vez que só elas podem garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social. Porque a sociedade não é uma abstração, esses desafios são contextuais em função da região, ou do local e, portanto, não podem ser enfrentados com medidas gerais e rígidas.

Diante desses exemplos, Santos referenda que os desafios contextuais realizados pelos ex-alunos não pode ser enfrentado com medidas rígidas. Pois diante das inúmeras proposições dos (EX-ACND), algumas foram aceitas, porém, a maioria não.

Veja o que disse a personagem “Mãe Menininha” quando realizou um de seus estágios, referindo-se aos obstáculos erguidos nessa universidade:

Foi muito bom. Mas foi bom em termos de pensar assim, de me sentir questionada da discussão que a gente tem dentro da universidade e o que está rolando fora do muro. Por que as pessoas aqui erguem muitos muros na universidade e esquecem que a universidade está inserida na sociedade. Logo, ela tem que estar dialogando, ela tem que estar atuando ali.

Sua fala desafia os professores a entenderem que a universidade é uma parte da sociedade. Portanto, precisa dialogar com as demais partes institucionais quando o assunto refere-se às leituras de mundo. Sobre essas leituras Freire (1994, p. 112):

Que cada leitor ou leitora, com prática docente ou discente, se pergunte em torno do seu trabalho como professor ou professora ou de seu trabalho como aluno ou aluna, nas aulas de matemática, de história, de biologia, de gramática, de sintaxe, pouco importa. Que cada um ou cada uma se pergunta e veja se, participando como docente ou como discente da experiência do ensino crítico do conteúdo, a “leitura do mundo”, de natureza política, não se coloca, necessariamente.

O autor aborda essas formas de ver o mundo constatado a partir das inserções dos (EX-ACND) nos seguintes espaços: Fórum de Ações Afirmativas da UFRGS; Congresso em Sociologia; Partidos políticos; Diretório Central dos Estudantes; Grupo de Pesquisa; Cursos

de História do Cinema e Línguas. Para isso, se faz necessário conhecermos um pouco mais como se deram as experiências acadêmicas, formativas e políticas nessa universidade.

5.7 EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS, FORMATIVAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA UFRGS

Ao serem perguntados para quem **é importante a UFRGS ter uma política de cota racial**, ou seja, para quem deveriam essas ser direcionadas, suas opiniões foram: *para os Negros e indígenas; Para os negros; Para todos; Negros e indígenas; Negros e indígenas; Negros/sociedade.*

Com exceção dos demais a (EX-ACND) da área biológica, respondeu “para todos”. Ao ser questionada sobre o significado da afirmação: *para todos*, ela respondeu que deveria ser para os negros, para os brancos, para os pobres, para os gordos, enfim [...]. Conforme já nos referimos a ela anteriormente, sua resposta evidencia que ela não entendeu o funcionamento dessa política que conta com um recorte racial, e como as outras ex-cotistas não conseguiu se incluir na condição de mulher negra e somente na condição de mulher. Diante dessas complexidades, veja-se um pouco mais seu desabafo: - *Minha mãe não gostou que eu alisei o meu cabelo. Eu disse a ela que não tinha nada a ver, que não deixaria de ser negra só por causa disso.*

Subjetivamente associamos as palavras: só por causa disso, à negação da sua pertença étnica. Como na UFRGS as cotas raciais servem especificamente para os autodeclarados negros e para os indígenas, (e após 2017, também para os quilombolas na Pós-Graduação), a resposta dessa aluna deixa transparecer que além de desconhecer essa política, nada sabe sobre o termo que assinou sobre a sua autodeclaração. Sobre algumas complexas considerações dessa (EX-ACND), buscamos explicações em Munanga (1986, p. 7).

Críticas. Uns consideram a negritude superada e ineficaz, pois a realidade colonial que provocou a não existe mais. Outros a entendem como uma extensão da linguagem racista branca que lhe deu origem: uma mistificação da natureza colonial, daí sua incapacidade de criar uma ruptura. Em outras palavras, o conceito de negritude assumiu a inferioridade do negro forjada pelo branco

A partir desse autor, identificamos também a inferioridade forjada pelo branco a partir da fala de Mãe Menininha:

A gente está pensando assim... eu não tenho aquela visão negativa das cotas há porque é uma ajudinha e tal. Mas se a gente for olhar no ônibus muitas vezes é eu e dois e três que temos condição de pegar o ônibus e negros. A gente está num espaço em sala de aula era só eu de negra então eu era sempre cotista. Muitas vezes não pensando, há porque eu entrei pelo programa de ações afirmativas, mas a gente sempre é cotista. A circunstância se dá desta forma e aí eu comecei a pensar assim: bom né porque eu estando na UFRGS, tem sempre aquela aura “NEGRO-NEGRAS!”

Ao serem perguntados sobre a existência de **setores ou departamentos que tratam especificamente da política de ações afirmativas e das cotas raciais na UFRGS?** Dois desconheciam qualquer instância; um informou que é a Faculdade de Educação; e três informaram que é o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social⁶².

Como vimos a UFRGS possui a CAF. Porém, essa não ofereceu aos cotistas negros entrevistados, acolhimento, assessoria ou qualquer tipo de acompanhamento.

Ao serem perguntados se vivenciaram situações que possam ser identificadas como **preconceito racial ou discriminação por parte de alunos, funcionários ou professores**, somente uma ex-aluna informou que a turma era unida e atenta a essas questões e por isso não visualizou. As demais respostas foram:

Sim, na fila do RU, por parte de alunos (Mãe Menininha).

Essa (EX-ACND) ao apresentar essa e outras situações de preconceitos e discriminações que relatou, poderíamos inseri-la dentro de várias categorias. Entre elas, a de preconceito e invisibilidade, onde disse que por inúmeras vezes os alunos passavam com as suas bandejas e (sem querer) batiam ou a empurraram, sem ao menos pedirem desculpas. Pisaram muitas vezes em seus pés durante o almoço, ela se limitava a ficar de cabeça baixa, pois, se a levantasse via que muitos a olhava com desdém.

Disse que em sala de aula, a maioria dos olhares dos colegas em sua direção era mais de desaprovação. Chegou a desabafar que quando fazia uma pergunta ou uma colocação para os professores, alguns em voz baixa diziam: - *Como ela pode fazer uma pergunta dessa? Ou: Eu não acredito que foi ela que perguntou isso?*

⁶² DEDES- Departamento de Educação e Desenvolvimento Social- esse departamento localiza-se na Reitoria da UFRGS e realiza ações que dialogam com as políticas de ações afirmativas.

Outro (EX-ACND) trouxe situações constrangedoras recebidas dos três segmentos institucionais: alunos, professores e servidores. Veja-se um recorte de sua fala:

Sim, quando ocupamos a Reitoria para a alteração das Cotas na UFRGS por parte dos professores, alunos e servidores. (Oliveira Silveira).

Esse ex- aluno retratou a sensação de mal estar que sentiu ao se apresentar para a chegada dos Conselheiros no dia da votação da reavaliação das cotas, após uma noite em que muitos haviam pernoitado na Reitoria, inclusive ele.

Falou dos olhares de desagravos dos Conselheiros e demais professores, principalmente quando viram o seu cabelo crespo alto e todo desalinhado. Diante desses olhares hostis, questionou o que aqueles que haviam lutado pela implementação das cotas em 2007 não haviam sofrido, dizendo que os que chegaram primeiro abriram a porta para que eles pudessem entrar. Com lágrimas em seus olhos disse:

Quem não gosta está aprendendo a engolir, isso é o que eu sinto. Quando eu paro pra me lembrar quando a gente ocupou a Reitoria por causa das cotas, por causa da paridade, do idoso e tudo mais, entendeu? .O olhar daqueles museus, daqueles velhos elitistas do CONSUN, olhando pra mim, para aquele meu cabelo crespo, eu tinha acabado de dormir na Reitoria, então eu estava mais escabelado ainda, de camiseta, e pintado, entendeu? Ali eles estavam aprendendo a engolir a nossa presença um pouco, com certeza. Porque eu acho que o que eles devem ter passado pra vocês em 2007, deve ter sido bem pior do que a gente ouviu. Para nós foi um olhar de desprezo, pra vocês, foram falas, discursos de desprezo, eu acho [...]. (Oliveira Silveira).

Outros (EX-ACND) se referiram aos preconceitos por parte dos seus professores e, relataram o seguinte:

Sim no Curso Técnico por uma professora (Antonieta de Barros)

Essa aluna referiu-se à situação que viveu com a professora ao desconstituí-la, perguntando: *Não vão me dizer que vocês se consideram negras?*

Ela trouxe além do desconforto perante os demais colegas onde se sentiram expostas, a falta de um lugar na universidade que pudesse dialogar (preparar) os professores sobre as questões etnicorraciais. Ainda sobre as discriminações por parte da comunidade acadêmica, Zumbi afirmou:

Sim por um colega e por uma professora.

Na condição de pesquisadora/participante, como não ir às lágrimas com esses depoimentos que nos atravessam? Se as cotas são raciais e as pessoas sem saber discriminam ou acham que não tem direito os negros com o tom de pele mais clara, ou seja, os miscigenados, essas pessoas desconhecem a história de exploração, dor, e estupros na qual são originários seus antepassados na sociedade. A outra situação que viveu:

Eu vou dar um exemplo: Por atender professores da UFRGS na minha bolsa, aconteceu. Que um professor da Engenharia que eu não me recordo o nome, me tratou muito mal ao telefone. E eu não fui mal educado gritando. Os meus pais sempre me deram educação e uma boa educação. Ele me disse:- Tu tens que saber com quem tu estás falando, com o Dr. Fulano de tal! E a minha resposta para ele, calmamente foi:

- Professor, isso me prova que quanto mais títulos a pessoa tem, menos educação se adquire!.Então, o meu conselho para os professores da UFRGS são: Os seus títulos são importantes academicamente, mas não na vida, não joguem na cara do aluno. Desçam dos seus pedestais porque um dia vocês não tiveram esse título. E sem eles você não são nada! E os títulos de vocês para mim não significam absolutamente nada porque na hora que vocês morrerem, vão feder igual a qualquer outro, e os títulos? Só são títulos! Então, desçam dos seus pedestais e saibam ouvir o clamor dos seus alunos, pois a faculdade é para os alunos e não para os professores. (Zumbi).

Foi por isso que ele falou várias vezes que essa instituição é elitizada. Deu muitos exemplos, entre esses, o de inúmeros professores que não souberam lidar com os alunos negros, principalmente com os cotistas.

Esse aluno na condição de sua pertença negra também viveu momentos de desconstituição da sua, não sabendo muito bem onde era o seu lugar nessa universidade que a classificou várias vezes como “elitista”. Sobre a sua condição de miscigenado (que se

identificava como fruto de um casamento interracial), e o elitismo que observou nessa instituição, veja-se a constatação de alguns autores/professores da Faculdade de Educação da UFRGS que identificam a necessidade de reinvenção da universidade por se encontrarem dentro de uma lógica elitista. Sobre isso, Zitkoski, Genro e Caregnato (2014, p.59) argumentaram:

Diante da histórica transplantação passiva de modelos de Universidade trazidos de fora e adotados aqui, é urgente discutirmos a reinvenção da universidade brasileira. Nesse sentido, é fundamental discutirmos a democratização das universidades brasileiras por dentro de suas estruturas, que via de regra continuam elitistas e excludentes.

Diante do que viveram esses ex-alunos cotistas e o que foi apontado pelos professores, novamente nos deparamos com a necessidade de discutir a democratização da universidade por dentro da suas estruturas, e dentro dela, encontra-se a imagem do professor. Portanto, esse profissional da educação também precisa estar atento às especificidades dos alunos cotistas negros, indígenas, pobres, quilombolas. Pois são estes os mais afetados dentro dessa elitização, vejamos o que viveu outra (EX-ACND):

Sim por dois professores (Maria Helena Vargas da Silveira)

Essa (EX-ACND) se referiu aos dois professores, que lhe marcaram profundamente; uma por constrangimento moral e a outra, talvez por um constrangimento sexual.

Portanto, as mais variadas formas de discriminações e as inúmeras situações de preconceitos pelos quais passaram os (EX-ACND) por parte de seus colegas, servidores e professores. Eles variaram muito de curso para curso e de aluno para aluno. Foram desde a categoria de invisibilidade que sofreu uma (EX-ACND) negra ao passar na fila do restaurante da universidade que ao se servir, foi agredida e empurrada; até o assédio moral e sexual desta última entrevistada, que se sentiu refém de um professor por não conseguir alcançar a pontuação da sua prova. Essa (EX-ACND), também teve seu trabalho com a nota final negativa sem ter tido o direito de enviar seu trabalho de recuperação como fizera os demais alunos, por parte de outro professor.

Como vimos até aqui, essas situações frustraram os planos e as motivações referentes aos empoderamentos dos (EX-ACND) dentro e fora desta universidade. E diante dessas adversidades, a maioria deles transformou obstáculos em desafios e se projetaram para darem continuidade em seus estudos e também aprimoraram seus conhecimentos.

Para nós, todos os (EX-ACND) apontaram para uma única direção, a necessidade de democratização do ensino universitário que contemple as políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais. Sobre essa necessidade, vejamos o que os dizem Zitkoski, Genro e Caregnato (2014, p. 57):

A democratização da Universidade não consiste apenas na garantia de acesso, ou na expansão da quantidade de vagas na universidade, para que mais jovens de classes populares tenham a garantia do acesso nessa instituição que historicamente foi o espaço mais elitizado da sociedade brasileira? Ou democratização significa também os avanços democráticos na estrutura das universidades na perspectiva de garantir um diálogo crítico e construtivo com amplos setores da sociedade, buscando atender equitativamente as diferentes demandas de todas as camadas sociais, sem fazer distinção ou estabelecer hierarquias que reproduzem a desigualdade já estabelecida entre nós brasileiros?

A partir desse diálogo crítico construtivo conforme os autores precisa-se projetar os planos futuros e ver os exemplos de empoderamentos dos (EX-ACND) que ingressaram na UFRGS pela política das cotas raciais. Situações essas que veremos adiante.

5.8 PLANOS FUTUROS E EMPODERAMENTOS DOS (EX-ACND) DIPLOMADOS NA UFRGS

Os cursos graduados dos (EX-ACND) foram: dois das Ciências Sociais; dois das Ciências Contábeis; um da História e um da Enfermagem. Portanto, completamos as três áreas as quais tínhamos proposto: humanas, biológicas e exatas, foram o primeiro passo para avaliarmos as cotas em todas as áreas.

Foi importante constatar que todas as graduações foram realizadas dentro de seus cursos, ou seja, cada (EX-ACND) cotista iniciou a sua graduação num tipo de curso e a concluiu dentro dele, contradizendo assim, o que muitos insistiam em dizer, que eles iriam migrar muito entre seus cursos. Nota-se que precisaram superar mais este empecilho social, onde de acordo com os dados, a média de permanência foi de dois anos e todos concluíram no mesmo curso que ingressaram.

Além das cotas, outras ações referentes às políticas afirmativas adentraram essa universidade pública. Diante desses movimentos políticos faz-se necessário atentar à importância de avaliação permanente dessas legislações, lembrando que os desafios e as projeções futuras devem ser apontados pelos protagonistas que foram contemplados por elas.

Quem esteve diante desses (EX-ACND), para conhecer um pouco de suas riquezas e belezas, deve ter por compromisso ético, a responsabilidade de socializar as suas forças,

resistências e emoções. Pois esses ex-cotistas são a memória viva de um projeto nacional cujo legado será disponibilizado para quem desejar e, principalmente, para aqueles que pretendem acessar a universidade pública brasileira pelas cotas raciais.

Ao serem perguntados, se essa instituição **em relação à presença dos alunos cotistas na universidade está se modificando em suas perspectivas?** Suas respostas foram:

Com certeza! Como? Colorindo a universidade com suas experiências, demandas e propostas de mudança. (Mãe Menininha).

Outro (EX-ACND) disse:

Está. Bá, com certeza! Mas assim olha, começa pelo que tu olha [...] o que tu encontra quando coloca o pé em qualquer lugar. Quando eu paro pra me lembrar, é como uma imagem de televisão sabe? Eu coloco de um lado o antes e do outro lado o depois entendeu? Já começa aí: Têm negros na universidade hoje? Sim, têm negros e têm negras, sabe? Com as suas roupas, com os seus cabelos [...]. Eu acho que os professores estão mudando os seus discursos, estão reconhecendo a presença desse pessoal nos seus Programas, na maneira como lidam com os alunos. Mas eu acho que os negros estão mudando muito a universidade sim. Hoje, a tendência é a gente ter uma postura cada vez mais auto afirmativa e, é o que está fazendo com que a universidade mude. Se não está mudando por consequência da mistura de pessoas dentro de uma sala de aula, está mudando por que a gente está resistindo, entendeu? [...] o Brasil tem uma história diferente, que não é igual a dos EUA, por exemplo [...]. Então, a universidade está andando mais porque a gente mudou enquanto classe, enquanto povo entendeu? E estamos resistindo, estamos fincando o nosso pé, na universidade em si. Talvez ela nunca se decidisse, entendeu? As discussões, eu acho que se deram mais por causa disso né? Sei lá, se não fosse a gente, não sei [...]. (Oliveira Silveira).

Oliveira Silveira trás um exemplo de empoderamento, sua preocupação de uma luta que deve ser coletiva. Pois foi a partir da contribuição política, que esses (EX-ACND), com os seus traços (lábios e nariz finos) e cabelos diferentes (crespo e cumprido) do habitual, utilizaram como bandeiras de resistência diante dos que denominaram “os elitistas do Consun”. Portanto, esse ex-aluno leu seu acesso à universidade como uma mudança de classe,

e também de sua condição individual de homem negro como algo mais coletivo, ou seja, do “povo”.

Agora, veja-se o que falou Rute de Souza sobre a presença dos cotistas nessa universidade:

Acho que está, acho que mudando pra melhor, mostrando que as pessoas, que estão tendo direito de estarem na universidade que são capazes, que conseguem trazer novas experiências e [...] fazem a universidade ser melhor, apesar ainda de o preconceito existir e ser forte, com isso, já estão falando pelo menos, fazem as pessoas pensarem quem sabe um dia mudar?

As mudanças as quais Rute se refere, trata exclusivamente do processo de democratização da universidade, cuja presença dos cotistas está se dando independentemente da existência do preconceito para com esses alunos. Essas mesmas mudanças também foram observadas por Zumbi:

Sim, para melhor. Como disse minha colega no discurso da formatura: - Nós estamos colorindo esta universidade. Esta universidade está se tornando um grande quilombo!

Intuitivamente, foi dado o nome de Zumbi a esse (EX-ACND), que coincidentemente trouxe em sua fala expressa por outra colega, a identificação da universidade como um grande quilombo. E mais uma vez exemplo da luta em defesa de pessoas e terras travadas pelo líder do quilombo Zumbi dos Palmares na Serra da Barriga em Alagoas, reaparece como prova de força.

Em contrapartida à sua fala, veja-se o disse Maria Helena Vargas:

*Olha, eu acho que ela ainda não está mudando. Estão numa fase de crescimento. Como é muito recente, a universidade em si é muito grande pra mudar. Então eu acho que eles contribuem, mas ainda estão muito fracos. Eu acho que precisa se fortalecer mais, para que os alunos **negros que entram pelas cotas não tenham vergonha de si**, que eles se unam e tragam mais alunos cotistas para dentro para se fortalecerem.*

A observação em destaque dentro da fala de Maria Helena chamou a atenção para o fortalecimento da relação política nessa instituição em relação às cotas, para que a

universidade auxilie os cotistas raciais para que esses não tenham vergonha de serem cotistas. Portanto, sua fala vai ao encontro de todas as falas no decorrer dessa tese sobre as suas condições.

Sobre essas contribuições dos (EX-ACND) e as suas sugestões sobre a redemocratização da universidade atrelada a uma cultura de redes (professores, gestores e instituição), identifica-se a necessidade de uma conquista da legitimidade institucional direcionada para esse público, como algo difícil, mas, premente no campo da educação, onde Santos (2010, p.66-7) nos diz:

A luta pela legitimidade vai assim ser cada vez mais exigente e a reforma da universidade deve centra-se nela. São cinco áreas de ação nesse domínio: acesso; extensão; pesquisa-ação; ecologia dos saberes; universidade e escola pública. As duas primeiras são as mais convencionais, mas terão de ser profundamente revistas, a terceira tem sido praticada em algumas universidades latino-americanas e africanas durante alguns períodos de maior responsabilidade social por parte da universidade; a quarta constitui uma decisiva inovação na construção de uma universidade pós-colonial; a quinta é uma área de ação que teve no passado uma grande presença mas que tem de ser hoje totalmente reinventada.

Dentro dessa reforma apontada pelo autor em relação à legitimidade institucional, viu-se que todas as áreas fundamentais. Assim, elegemos a quinta para dialogar com os depoimentos dos (EX-ACND) tendo que ser essa e outras universidades brasileiras totalmente reinventadas. Porém, agora com os cotistas eles e não somente para os cotistas.

Pois, nessa universidade, os (EX-ACND) sem os diálogos com esses alunos cotistas, sem o apoio institucional e sem o respeito às suas pertenças, se viram intimidados para falarem de sua cultura, história e memória negra. Ao serem perguntados se: **Desenvolveram seus trabalhos relacionados com as questões raciais?** Suas respostas foram:

Uma (EX-ACND) realizou seu TCC sobre a religiosidade de matriz africana, que ao ser perguntada se seu trabalho tratava das ações afirmativas, respondeu que *não*. Abrimos aqui um parêntese para referendar que o seu trabalho atende a Lei nº 10.639/03 (que tem por objetivo incluir no currículo, a temática do negro e dos africanos). Porém, a seu ver, encontra-se desconectado com a política das cotas. Lemos sua reação como um desafio enorme de falar desse espaço religioso (principalmente sem ela ser), e também como deve ter sido difícil a realização de sua tarefa sobre a abordagem religiosa sem os elementos da presença da matriz africana trazida para o Brasil de terras além mar [...].

Diferente da tentativa da Mãe Menininha, outro (EX-ACND), membro da religiosidade de matriz africana foi o único que identificou o seu TCC relacionado com as políticas de ações afirmativas, versando seu tema sobre a África moderna e contemporânea.

Nessas negações e invisibilidades vividas por eles em relação às cotas, outra (EX-ACND) escreveu sobre a temática do tabagismo, e, outra sobre a área contábil e nenhuma delas dialogou com as questões raciais.

O (EX-ACND) que sofreu preconceito em casa e na universidade, não conseguiu explicar sobre o seu tema onde se acredita que, por ter se dado conta de algumas contradições (antes subjetivas) que o cercaram diuturnamente nessa instituição. E, a aluna que entrou amando e saiu decepcionada com a instituição, não abriu diálogo para falar do seu trabalho de conclusão devido ao trauma vivido com um professor.

Embora não seja o principal objetivo das ações afirmativas, (a obrigatoriedade dos negros ingressarem e pesquisarem somente as questões raciais), diante dessa política que atende a inclusão dos negros e indígenas, quilombolas e outras etnias nas universidades brasileiras, muito se tem questionado sobre os reais motivos que levam os alunos negros a um distanciamento teórico cada vez mais de si, dos seus e de suas histórias.

Numa tentativa de respostas a essas perguntas, vimos que a universidade precisa se colocar mais disponível para os segmentos sociais de diferentes espaços inserindo as temáticas da diversidade e instituindo redes. Sobre essa democratização mais coletiva, Santos (2010, p. 94) sugere:

É preciso criar uma cultura de rede nas universidades o que não é tarefa fácil, pois nem sequer no interior da mesma universidade tem sido possível criar redes. Tal cultura não se cria de um momento para o outro. Talvez se crie de uma geração para outra e penso que o impulso para ela advirá em boa medida da percepção de que, sem rede, a universidade pública sucumbirá ingloriavelmente ao mercado e à transnacionalização do comércio da educação superior. Quando a rede for uma questão de sobrevivência, a universidade saberá transformá-la numa questão de princípio.

As tentativas em rede sugeridas pelo autor foram identificadas nessa instituição muito tímidas, ou dentro de num processo de invisibilidade quando o assunto eram as ações afirmativas. Devido aos complexos desafios enfrentados em suas graduações, comparamos a garra, a força e determinação dos (EX-ACND), com o homem negro que nos deu o maior exemplo de humanidade sobre resistência e perseverança, que é Nelson Mandela. Ele resistiu por mais de vinte e sete na prisão, e diariamente buscou forças numa frase gravada na parede da sua cela: [...] *Eu sou dono e senhor do meu destino; Eu sou o comandante de minha alma.*

Percebedores de suas trajetórias solitárias nessa instituição pública, diante de tanta dor, os (EX-ACND) se tornaram donos de seus destinos como fez Mandela e, como esses alçaram vôos maiores, também os comparamos às gaivotas (personagens) da história de Fernão

Capelo. Pois a nosso ver, esses ex-cotistas nessa instituição se arriscaram e alçaram vãos majestosos onde tudo deu muito certo. Por isso, não foi por acaso que todos após alguns anos diplomados, retomaram os diálogos com essa instituição (a partir de suas entrevistas), agora empoderados onde imprimiram nessa tese, as suas sugestões para os alunos cotistas raciais, sociais, não-cotistas e professores universitários.

Concluimos esse capítulo dizendo que diante das contristações⁶³ vividas pelos (EX-ACND), buscamos também na fala de Ítalo Abranches, elementos usados como “vitaminas” de amor/amorosidade para lembrar os alunos e professores que a vida pode ser mais leve se for também sobre os diálogos da negritude. Assim, apara amenizar um pouco as dores das trajetórias desses sujeitos da pesquisa, Abranches: “Só quando reconheço minha vida que eu posso reconhecer a tua”; “O que mais posso fazer para servir e ao servir, me servir?”; “Eu gostaria que as pessoas pudessem de algum modo tocar aquilo que eu toco”.

Esse autor nos dá exemplo de como pretendemos encerrar esse denso capítulo, que contém os depoimentos mais valiosos desses (EX-ACND) da UFRGS, e nos convida a adentrarmos no último capítulo que tratará sobre a avaliação crítica da política de cotas raciais na UFRGS.

⁶³ Essa expressão foi utilizada para dar ênfase na junção entre as tristezas e as emoções presentes nos depoimentos com os e-x alunos onde foram muito densas. Por isso usamos também para essa tentativa de leveza o termo “vitaminas” identificadas por Teresa Cunha nas suas formações no Brasil que sempre nos são úteis.

6 AVALIAÇÃO CRÍTICA DA POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UFRGS: DESAFIOS E PROJEÇÕES FUTURAS

Na análise das origens, o perfil e o percurso realizado pelos (EX-ACND) na UFRGS, percebeu-se que seus acessos, permanências e empoderamentos foram de lutas, resistências e, muitas vezes, de desapontamento para com essa instituição. Eles foram atendidos mais por uma legislação específica obrigatória do que por uma instituição acolhedora, e, isso fez muita diferença na vida acadêmica de cada um. Pois esses chegaram dentro de uma crise institucional e acompanharam parte de um complexo processo de democratização dessa universidade que infelizmente só tem se agravado.

É chegada à hora de projetar o futuro das ações afirmativas na UFRGS, onde os ex-cotistas negros trouxeram importantes sugestões para os alunos e professores dessa instituição em busca de mudanças positivas dessa política. Como vimos, eles iniciaram sozinhos sua trajetória acadêmica e muito timidamente, aos poucos, transpuseram obstáculos adquiriram forças e voaram além de suas imaginações. Portanto, nesse capítulo sempre que necessário, utiliza-se como ancora para complementar metaforicamente seus relatos, conforme as frases de Bach (1970) representadas pelo personagem Fernão Capelo Gaivota⁶⁴.

6.1 SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA OS ALUNOS COTISTAS RACIAIS

Nesse subcapítulo analisaremos os depoimentos e sugestões dos (EX-ACND) para os futuros alunos cotistas da UFRGS em relação aos desafios, conselhos, enfim, uma avaliação crítica das políticas de cotas e a necessária reivindicação dessa política como um direito frente aos demais colegas, professores e instituição.

Ao serem perguntados: **Que conselhos deixariam para os alunos que estão ingressando pela política de cotas raciais na UFRGS?** A primeira (EX-ACND) disse:

⁶⁴ Fernão Capelo Gaivota é um romance de Richard Bach, publicado em 1970. Publicado originalmente nos Estados Unidos com o título de *"Jonathan Livingston Seagull — a story"*, foi lançado neste mesmo ano no Brasil como *"A História de Fernão Capelo Gaivota"*

*Posso resumir numa palavra: AFIRMEM-SE. Afirme-se que são cotistas. Tenham orgulho de serem cotistas. Vão atrás da história das políticas de cotas, compartilhem porque eu penso assim, quando eu entrei no Fórum, aí foi um canal. Vou compartilhar isso, vou buscar entender, vou buscar estudar e quando eu pude participar do projeto de avaliação das cotas e redigir um documento acadêmico [...]. Vão atrás para que a política permaneça e melhore porque a gente não pode pensar só: há eu entrei agora o resto que se dane, que se vire [...]. Deve ter pessoas no ambiente acadêmico, pessoas formadas, pessoas graduadas, na Pós-Graduação e que a gente possa ter este espelhamento, [...] que o meu filho olhe e diga: *Bá, olha só mãe, aquele médico que me atendeu legal, eu vou querer ser médico que nem ele! Então, a gente tem que se motivar por estas coisas [...]. **Afirmem-se enquanto cotistas, valorizem suas raízes, preocupando-se em dialogar com a cultura da universidade, imprimindo a sua voz.** Busquem conhecer mais sobre a sua cultura, não deixe que nada abale sua auto estima e tenham a consciência de seus direitos e deveres para com os irmãos que ainda estão distantes dessa universidade.* (MM).*

Lembramos que essa foi a primeira cotista, que após conceder a sua entrevista, indicou os demais para concederem seus depoimentos atravessando uma linha *abisal*, onde falou sobre a importância de se conhecer a história das cotas e a legitimá-la como uma política coletiva e não individual. Essa ex-aluna também falou da importância de outros cotistas possam se espelhar a partir de si, que ao tomar essa consciência dessa política, ela dialogou com outros (EX-ACND), contendo aí, muito da contribuição de Freire (1994, p.115):

É que elas se sentem fazendo parte de um grupo especial da sociedade (Érica Marcuse 1986) que “possui” a consciência crítica como um “dado”. Neste sentido, se sentem como se fossem pessoas já libertadas ou pessoas inalcançáveis pela dominação, cuja tarefa é *ensinar e libertar* os outros.

Sobre as possibilidades de libertações de uns para com os outros, a partir desse autor, acompanhamos algumas contradições que viveram os (EX-ACND) nessa instituição. Agora, as sugestões do próximo entrevistado Oliveira Silveira, sobre os cotistas raciais:

Eu acho que também eles têm que ter disciplina, estudarem bastante, mas principalmente buscar logo os seus iguais. Porque isso não tem a ver com o tipo assim, há procurem outras pessoas negras, não é isso, é procurem alguém que reconheçam a sua trajetória, independente se a pessoa é branca, negra, amarela, do interior, de Porto Alegre, de Viamão, região metropolitana [...]. Tentem encontrar e se fecharem com quem reconhece a sua história, reconhece a sua trajetória e a respeitam. Ele sabe que tu és cotista, entendeu? E não te vêem diferente por causa disso, entendeu? Porque eu acho que tu como cotista tu tem que também reivindicar essa forma de acesso, digamos assim [...].

Suas dores sobre as discriminações raciais trouxeram junto, as dores de um corpo preso em sua sexualidade onde esse ex-aluno também não conseguiu sair da cota racial para a social.

Nesse sentido, tentando dar leveza ao que não pode ser remediado, Bach (1970, p.10): *“Todo o vosso corpo, desde a ponta de uma asa, até a ponta de outra asa – costumava dizer Fernão -, não é mais do que o vosso próprio pensamento, numa forma que podem ver. Quebrem as correntes do pensamento e conseguirão quebrar as correntes do corpo [...]”*.

Ainda sobre esse mesmo prisma que deságua nos preconceitos raciais e sexuais, outra (EX-ACND) disse:

A mesma, e se eles sofrerem algum tipo de preconceito, que vão atrás dos seus direitos, não fique quieto, não se envergonhem [...]. (Rute de Souza).

Os ex-cotistas Oliveira Silveira e Rute de Souza exprimem parte da vergonha que passaram por serem cotistas negros nessa instituição. Para melhor explicar essas assimilações recorremos a Munanga (1986, p.27):

Na sua totalidade, a classe dominante negra alimentava um sonho: assemelhar-se tanto quanto possível ao branco, para, na seqüência, reclamar dele o reconhecimento de fato e de direito. Como tornar real essa semelhança a não ser através da troca de pele? Ora, para nisso chegarem, pressupunha-se a admiração da cor do outro, o amor ao branco, a aceitação da colonização e a auto-recusa. E os dois componentes dessa tentativa de libertação estão estreitamente ligados: subjacente ao amor pelo colonizador há um complexo de sentimentos que vão dá vergonha ao ódio de si mesmo. O embranquecimento do negro realizar-se-á principalmente pela assimilação dos valores culturais do branco. Assim, o negro vai vestir-se como europeu e consumirá alimentação estrangeira tão cara em relação a seu salário. O rompimento das fronteiras de assimilação acontecerá pelo domínio da língua colonizadora.

Veja-se que esse autor não exagerou ao falar do estrangeirismo dos alunos nessa instituição em relação a tudo que ele viveram. Tomamos como exemplo novamente a força da branquitude que tem destruído sonhos e vontades dos cotistas concluírem seus cursos. Outro ex-cotista também tratou das cotas raciais descolada da sua negritude. Confira-se isso na fala Zumbi:

Vamos colorir cada vez mais ainda esta universidade. Se orgulhem de ser negros, tenham orgulho de vocês. Porém, não sejam radical demais Toda a visão é válida, toda a visão política, religiosa, é válida e não existe uma única verdade. - Sejam negros, mas não queiram ser mais negros que os próprios negros [...].

Vergonhas, intimidações, desrespeitos, negação das pertenças e outros elementos se materializaram a partir de suas expressões, e quando disse que, esses alunos não queiram ser mais negros que os próprios negros, se desloca de suas pertenças negras, colocando-se em outro lugar [...]. Nesse movimento de “não lugar”, fizemos uso da contribuição de Kosby (2015, p. 71) numa tentativa de falar de uma paz almejada, onde essa autora recita:

*“MEL
Eu sou
Tenho o poder do inexato
De tudo que passei
Não guardei escudos
Sou mais um velho rio
Pretendendo a paz
Entre as duas margens. [...]”*

Diante dessas discriminações, vimos que a paz sugerida pela autora/poetisa [...] não foi encontrada pelos (EX-ACND) nessa instituição, principalmente no que diz respeito a expressão das suas pertenças. Ainda sobre esse assunto, Maria Helena Vargas:

Eu acho que o pessoal que entra por cota racial não tem que se intimidar. Eu acho que eles não devem sentir vergonha e sim orgulho de toda a luta que as pessoas fizeram antes de nós e de tudo que sofreram. Que valorizem tudo que estas pessoas passaram para eles estarem nestes lugares e não se envergonhem e que não se voltem contra para serem aceitos. Que eles sejam aceitos no seu meio étnico e no convívio étnico. Tu entrou pela cota racial e são estas pessoas que vão te acolher. Eles têm que estarem unidos para serem fortes. Então, se unam com as pessoas que sofreram e lutaram como os seus pais, irmãos e avôs. Como eu digo sempre para as minhas filhas: eu passei por tudo isso e vocês já não irão passar. Porque eu já vi pessoas da minha família, a minha mãe já passou por humilhações. (choros). Então que não se deixem ser humilhados. Se valorizem e que se façam respeitar, principalmente. MHV.

6.2 SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA OS COTISTAS SOCIAIS DA UFRGS

Como os ingressos nas universidades se dão a partir da reserva de cotas sociais e raciais, notou-se que os alunos negros receberam tratamento diferenciado por seus colegas e cotistas sociais e por seus professores (de maioria branca). Os (EX-ACND) relataram que os cotistas sociais, poderiam se misturar (se quisessem) entre os brancos não sofrendo assim, preconceitos. Portanto, independentemente de serem cotistas ou não, bastava ser negro para ser considerado cotista sem o direito de se defenderem.

Os (EX-ACND) ao serem perguntados sobre: **Quais os conselhos que deixariam para os alunos que ingressam pelas cotas sociais na UFRGS?** Suas respostas foram:

Afirmem-se enquanto cotista, valorizem suas raízes, preocupando-se em dialogar com a cultura da universidade, imprimindo a sua voz. (Mãe Menininha).

Várias foram as vezes que os ex-cotistas negros ficaram no meio dos cotistas sociais e dos não-cotistas sem entenderem muito bem como se apresentarem nesse espaço. Esse “não lugar” fez com que essa ex-aluna também tivesse dificuldade de sair da cota racial para pensar sobre a social. Nota-se que a palavra “raízes”, usada por ela – subjetivamente – está correlacionada à luta e à história do povo negro.

Não esquecendo, portanto, que na cota social, também existem alunos negros. De acordo com as falas dos (EX-ACND), informaram que numa tentativa de melhor viverem nessa universidade, a maioria dos cotistas sociais se invisibilizaram frente aos cotistas raciais. Sobre isso, o próximo ex-aluno Oliveira Silveira disse:

Após um longo silêncio [...]. Olha gente, eles precisam estudar e ter disciplina e [...] Não deixar de viver a universidade, é [...]. Não deixar de viver a universidade (sic). Tentar encontrar, locais, pessoas onde eles se reconheçam e viver aquilo lá. Fazer da universidade um ambiente pra eles também.

A fala de Oliveira Silveira ao se referir que os alunos busquem pessoas em que possam se reconhecer, expressa também subjetividade em relação à questão étnica. Pois, esse foi o que se mostrou mais incomodado que os demais ex-cotistas ao perceber que os cotistas sociais nesse ambiente, mesmo que não quisessem eram automaticamente identificados como alunos ingressantes do sistema universal, devido a suas tonalidades de peles. E à esses negros, independente de suas tonalidades de peles, eram lhe imposto sempre a condição de cotista racial.

Dificuldade essa que também apresentou a outra ex-aluna Rute de Souza, ao dar uma sugestão para os cotistas sociais, falou somente da cota racial, ou seja, a partir de si:

Que eles não desistam apesar das dificuldades, procurem os recursos que a universidade oferece pra conseguirem chegar ao final da graduação.

A partir dela, vimos que, também não descolou a cota social da racial e *vice-versa*, pois falou de seu lugar observando suas dificuldades financeiras e as questões que enfrentou para cursar a graduação até o final na qual por inúmeras vezes ela pensou em desistir.

Ainda nessa mesma pergunta, Antonieta de Barros disse:

Olha, tem que ter persistência, se parar pra pensar, muitos não agüentam. (A.B.).

Nessa questão, essa ex-aluna também respondeu ancorada em tudo que passou nessa instituição, e principalmente das dificuldades de argumentação da sua pertença perante os demais colegas e professores. Sobre essas inibições Osório (2013, p.57).

O que é interessante no autor é a argumentação construída em torno das linhas de interação intergrupala que podem reforçar ou, pelo contrário, inibir as forças primárias de identificação étnica, que têm que ser entendidas, por exemplo, através das condições (correlacionadas com a distribuição de poder) que alguns grupos possuem para aceder, mais que outros, a recursos econômicos e políticos.

Segundo a autora, a realidade apresentada (subjetivamente) pela (EX-ACND) desvela, além da dificuldade de se descolar a cota racial da social, a tentativa de todos os ex-alunos de se inserirem na cota social cujo objetivo era de se protegerem e amenizarem suas dores. Diante dessas negações, vejamos as sugestões de Zumbi:

Estudem, dediquem-se e usufruam de tudo que a universidade pode oferecer. Debatam, discutam, briguem por seus direitos e nunca, nunca deixe que qualquer um descredenciar vocês, a capacidade de vocês. Como disse minha professora X, a Graduação é pra errar, a Graduação é pra perguntar e é para aprender. Deixem as pesquisas e respostas certas para o mestrado e doutorado, mas na graduação, errem, perguntem, questionem.

Esse ex-cotista falou dos descredenciamentos vividos nessa instituição em relação as suas colocações em aula quando o assunto era negritude, sexualidade e outros, onde por várias vezes foi ignorado ou humilhado pelos colegas e professores (não todos).

Encerrando suas contribuições sobre essa pergunta, Maria Helena Vargas disse:

Olha o pessoal tem que valorizar esta oportunidade que tem. Tem que entrar confiante de si mesmo e buscar se juntar com pessoas que vão te ajudar positivamente, que vão te incentivar positivamente. Porque é muito [...]. Tu entra com uma condição social inferior. Então é muito fácil de tu se desmotivar. Então tem que ter muito cuidado e se unir com pessoas, com família com amigos, que possam te ajudar nesse caso.

Diante desses desígnios, não foi por acaso que suas vozes trouxeram recados somente para os cotistas raciais. Pois todos na condição de cotistas negros e acabaram assumindo para si a responsabilidade do retrato da acusação do branco em relação às suas pertencas identificadas por Munanga (1986), onde o colonizado foi remodelado em uma série de negações que, somadas, constituem um retrato-acusação, uma imagem mítica.

Como se percebe, esses negros rostos calados diante de tanta indiferença educacional foram os que presenciaram atitudes diferenciadas pelos alunos e professores brancos em relação à cor de suas peles, desde as divisões das bolsas na universidade (ficando com as

sobras ou sem), até a feitura de trabalhos de grupos onde esses na maioria das vezes o realizavam sozinhos. Sem falar em suas caminhadas gigantescas e exposição aos perigos à noite para chegarem a suas casas. Essas foram algumas das ações que os inibiram de assumirem de sua condição de cotista racial em detrimento da cota social.

6.3 SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA OS ALUNOS UNIVERSAIS/NÃO COTISTAS DA UFRGS

Considera-se “não-cotistas”, os alunos que ingressam pelas cotas universais nessa universidade. Sobre as observações dos ex-alunos, os embates com os ingressantes universais foram mais amenos do que com os cotistas sociais. Na perspectiva dos (EX-ACND), os universais não sofreram discriminações por parte dos colegas e professores, por serem alunos brancos. Portanto, se assim o eram, a maioria provinha de escolas particulares. Pois diante dessa realidade discrepante, esses não precisavam recuperar conteúdos, nem se importavam com o preço das passagens, do almoço, do sapato [...], questões que eram primordiais para eles. E em sala de aula quando o assunto eram as cotas raciais, esses alunos brancos não hesitavam em se colocarem contra.

Ao serem perguntados: **Quais os conselhos que dariam aos alunos que não são cotistas?** “Mãe Menininha” responde:

Abram suas cabeças para diversidade, trocar e compartilhar experiências. Questionem-se sobre a realidade que vivemos, considerando as diferentes desigualdades existentes.

Frente às dificuldades de mostrar aos demais alunos em aula, essa (EX-ACND) chama a atenção sobre as desigualdades que encontrou relacionada com as mais variadas formas de tratamento onde por conta disso, passou a odiar o dia que as professoras solicitavam trabalho em grupo, porque aprendeu a ler nos olhos de seus colegas, que teria que fazer seu trabalho sozinha, (como sempre os fez). Trazendo em si a permanente sensação de ser uma estrangeira dentro de sua própria terra. Sobre esse estrangeirismo, Munanga (1986, p. 24):

Na estrutura colonial, o bilingüismo é necessário, pois munido apenas de sua língua, o negro trona-se estrangeiro dentro de sua própria terra. No entanto, ele cria novos problemas, pois a posse de duas línguas não é somente a de dois instrumentos. Participa-se de dois reinos psíquicos e culturais distintos e conflitantes.

Sobre essa questão, Oliveira Silveira complementa:

Que eles aprendam que as pessoas têm histórias diferentes na vida, oportunidades diferentes e, isso não faz delas piores ou melhores. Eles não precisam olhar para o cotista e apontar, - Olha lá o cotista! As cotas não têm a ver com isso, as cotas têm a ver com diferenciar, mas dar oportunidades iguais pra todo mundo, na realidade, entendeu? Então, que eles esqueçam que existem cotas, porque na realidade, isso não interessa a vocês, interessa para quem é beneficiário da política entendeu?

A resposta desse ex-aluno apresenta um comportamento político acompanhado de auto-proteção, que somente em rede lhe fora possível se colocar ao lado de alguns colegas para dar as respostas aos outros seus colegas e professores. Foi também esse aluno no final de sua entrevista mandou um recado político para os alunos que usufruíram das cotas, como aqueles que deveriam despertar/enxergar a origem dessa política nacional como uma reparação social, portanto, que os cotistas deveriam agir mais como propagadores de uma ação governamental que deu certo para muitos. Veja-se parte desse recado na continuidade da tese:

Acompanhando os movimentos sobre a necessidade de dialogar com aqueles que ainda se colocam contra essa política, esse aluno deu o tom que consideramos o mais significativo ao invés de justificar em mil fatores a importância das cotas, informando aos alunos das universais que ingressam sem ser pelas cotas: - *que não preocupem com elas, e que as deixem para aqueles que realmente delas necessitam.*

Sua fala fecha com o pensamento da outra ex-cotista, precisa-se estar mais atento sobre essas políticas no interior da instituição em pauta e na sociedade:

Que se alguns têm preconceitos em relação às cotas, que vão estudar e abram as suas mentes [...]. (Rute de Souza).

Essa frase também nos diz muito, pois está relacionada às indisposições que viveu essa ex-aluna ao ser desconstituída de sua negritude em sala de aula (junto com outra colega cotista negra) por uma professora e alguns colegas. E essas ao procurarem a coordenação do curso para falarem sobre esse constrangimento, ouviram: - *Nossa, que bom que vocês vieram me trazer isso, pois, como não somos negros, nem sabemos como lidar com isso [...].*

Frente ao jogo social de uma classe dominante que não divide privilégios e da invisibilidade vivida por todos os ex-cotistas em sala de aula, o desabafo de Antonieta de Barros:

Que nós estamos entrando pra acrescentar e não é pra tirar o lugar de ninguém. Que nós existimos. É isso, que nós existimos...

Diante de algumas respostas que receberam os ex-alunos na UFRGS, Bach (1970, p.9) apresentou um exemplo que detalhou o abismo entre suas classes sociais: *“Encontram-se a mil e quinhentos quilômetros do paraíso, e, tu, ainda dizes que lhe queres mostrar o paraíso! Fernão, elas nem sequer conseguem enxergar as pontas das próprias asas!”*, no entanto, muito terá que ser feito ainda para amenizar essa diferenciação na universidade, para que num futuro próximo, as desigualdades, sejam, apenas lembradas como passado.

Vimos que essa (EX-ACND) trouxe em si, além da percepção da invisibilidade sofrida em sala de aula pelos colegas e professores, o desconforto de ter escutado que essas cotas tiravam o lugar daqueles que haviam estudado muito e por poucos décimos, não conseguiriam entrar na universidade, perdendo suas vagas agora, para os negros.

Essa mesma ex-aluna relatou que não teve forças para devolver esses questionamentos aos colegas brancos que usufruíam dos privilegiados históricos que os cotistas precisavam ser reparados através de uma política redistributiva sendo essas as ações afirmativas.

Sua fala reportou-nos ao ano 2007, quando as cotas ainda não haviam sido implementadas na graduação e nem na pós-graduação nessa instituição. A autora dessa pesquisa abre um parêntese para dizer que circulou por essa instituição quando cursou a sua primeira disciplina PEC⁶⁵, e ajudou na elaboração das normas para implementar as cotas, paralelo ao tempo que se preparou para ingressar no curso de mestrado. E após ingressar, por inúmeras vezes ouvi de diferentes colegas (parecia um mantra), a seguinte frase: - *essa daí foi a que tirou a vaga da fulana, coitadinha da fulaninha, chorou tanto, tanto, tanto [...]*.

Falavam diretamente ou de longe comentavam apontados em sua direção como se quisessem a intimidar. Lamentável que esses colegas e/ou professores nunca tiveram a curiosidade de saber o quanto ela havia se esforçado para ter essa oportunidade, principalmente por ser moradora da periferia, e nem o quanto lhe fora difícil estudar sem o

⁶⁵ As disciplinas PEC na UFRGS são oferecidas semestralmente em forma de seminários, onde os alunos assistem sem vínculo contínuo coma a instituição, mas tem direito de usarem o laboratório, espaços do RU e comprarem passagens com desconto.

auxílio de um computador que por muitas noites se debruçou sobre os livros até o amanhecer preparando-se para a prova. Ela também enfrentou todas essas dificuldades, sem jamais perder a fé e a vontade de vencer, onde contou sempre em todos os momentos com o apoio de sua mãe.

Com a chegada das ações afirmativas, a autora perdeu as contas da centena de vezes que lhe perguntaram se era cotista e essa dava sempre a mesma resposta: - *Não, mas estou aqui para lutar para que as cotas cheguem também na Pós-Graduação.*

Mais uma vez a resposta com o tom mais político que não se obteve na época em que se iniciaram as cotas nessa instituição que os alunos negros deveriam ter dado aos não cotistas e para os que desrespeitam as cotas, veio de Zumbi:

Isso é complicado. Não são todos, mas para os preconceituosos: - *Ou vocês tirem esse casaco preconceito e mostrem realmente quem vocês são, ou apenas aceitem e engulam e sigam suas vidas, porque a nossa vida a gente vai continuar seguindo. Eu não vou te mudar porque tu é branco e você não vai poder me mudar porque eu sou homossexual. Não me interessa o que você pensa de mim e, também não me interessa o que eu penso de ti. Guarda a tua opinião pra ti. Não explana pro mundo porque depois quando tu vai te defender, fica feio pra ti, tipo: - eu até tenho uma empregada negra, ou eu tenho um amigo negro, eu não sou racista porque eu tenho muitos amigos negros [...]. Mas aí, fazem piadinhas machistas homofóbicas e racistas né?*

Zumbi nos chama a atenção do quanto ainda é preciso avançar e não aceitar nem as piadas, posturas ou frases carregadas de preconceitos cujas justificativas não cabem mais numa sociedade que se “diz” democrática.

Ele mandou um recado para os racistas, machistas e homofóbicos que encontrou e conviveu nesta instituição e falou-nos que ora sofreu mais preconceitos por ser homossexual, ora por ser negro, ou seja, falou a partir de si como pertencente a esse campo ainda pouco explorado e muito violado dentro e fora da universidade. Nisso, novamente recorre-se às categorias de Freire quando se referiu à assimilação/adaptação, cuja fala desse autor encontra-se no vídeo explicativo que se recomenda a todos acessarem.⁶⁶

Oura aluna que concede a sua sugestão para os cotistas sociais, é Maria Helena Vargas:

⁶⁶ Vídeo de Freire falando dessas duas categorias, para explicarmos as os preconceitos vividos pelos (EX-ACND) na UFRGS. *Youtube*.

Eu acho que os alunos que não são cotistas precisam de esclarecimento. Eles precisam entender toda a história antes de julgar, antes de dizerem que alguém está tirando as suas vagas. Não ninguém está tirando a vaga de ninguém. A pessoa está conquistando o seu espaço que antes não tinha. Então o negro antes não tinha nada. Então eles têm que buscar conhecimento e entenderem como é que é a política de cotas. Entender que a pessoa necessita daquilo. O porquê das coisas, porque que existe isso. Entender as razões e não somente julgar, ou ficar insultando, humilhando as pessoas.

Diante de um contínuo processo de aprendizagem das cotas, Maria Helena encerra essa questão falando das conquistas pelos negros e do desconforto sofridos nessa universidade, que lhes chegaram através de insultos e humilhações por parte dos colegas e professores por ser cotista. Isso afetou profundamente o seu psicológico e diariamente ela repensava a continuidade de seus estudos nessa instituição. Conforme observou, ainda não conseguiu fazer o que foi sugerido por Cunha (2011), ser uma mulher com o poder de pensar a sua liberdade, autonomia, autodeterminação face ao sistema de opressão, pois se viu dentro de uma estrutura forte ainda despreparada para incluir os “diferentes”.

De acordo com os depoimentos dos (EX-ACND), todos foram apontados como cotistas pejorativamente desrespeitados em suas especificidades e acusados de tirarem as vagas dos não cotistas. Privilégios, ainda muito fortes nessa universidade que só começaram a apresentar mudanças de resultados após as graduações desses que ingressaram a partir de 2008. Diante dessa nova política, a universidade já apresentou resultados dessas graduações que comprovam que a política de cotas vem dando certo. Portanto, elas devem servir de exemplo para a continuidade e reformulação dessas e de outras legislações referentes a essa política.

6.4 SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA OS PROFESSORES DA UFRGS

Perante a situação que os (EX-ACND) passaram com os seus colegas cotistas raciais, sociais e não cotistas, observa-se outro campo apontado por eles com críticas e sugestões que foram seus professores onde alguns momentos falaram que eles são os principais responsáveis pela “excelência acadêmica”.

Porém, essa universidade não trabalhou com o assunto excelência a partir de Freire, deixando ainda muito a desejar nesse caminho. Veja-se o que pretendemos ao tratarmos dessa excelência por Freire (1994, p. 94-5):

Excelência é essa, que dorme em paz com a presença de um sem número de homens e de mulheres cujo lado é a rua, e deles e delas ainda se dizem que é a culpa de na rua estarem. Que excelência é essa que pouco ou quase nada luta contra as discriminações de sexo, de classe, de raça, como se negar o diferente, humilhá-lo, ofendê-lo, menosprezá-lo, explorá-lo fosse um direito dos indivíduos ou das classes, ou das raças ou de um sexo em posição de poder sobre o outro. Que excelência é essa que registra nas estatísticas, normalmente, os milhões de crianças que chegam ao mundo e não ficam e, quando ficam, partem cedo, ainda crianças [...].

Como vimos, infelizmente, a partir dos relatos e das análises da entrevistas nenhuma ação pedagógica versou sobre essa pretendida excelência do autor. Para comprovarmos, faz-se necessário ver essa a partir das declarações dos ex-cotistas.

Ao serem perguntados sobre: **Quais os conselhos que dariam aos professores da UFRGS?** Ouçamos seus conselhos para esses professores que ainda fazem parte do quadro dessa instituição. A primeira (EX-ACND) falou a partir de suas observações (sofreu calada) referente ao fechamento imediato de suas expressões faciais até as indiferenças de não lhe darem ouvidos ou atenção quando levantava o dedo para falar. Por diversas vezes, os pegou observando-a como se fosse uma “alienígena”. Situações essas que a incomodou profundamente [...]:

Aprendam a valorizar e ouvir outras lógicas de entendimento. Necessidade de perceberem-se como parte importante para mudança do contexto de exclusão social e racial que vivemos. Admitir seus preconceitos, tendo a vontade de mudar. Incluam em suas aulas temáticas da realidade cotidiana, promovendo intercambio entre os alunos etc.. (Mãe Mininha).

Essa aluna diante de tantos preconceitos e discriminações ao conversar com os outros (EX-ACND) constatou que foram raros os educadores que os auxiliaram e os motivaram em sua permanência e na continuidade de seus estudos nessa universidade.

Ela afirmou que observou esses professores como os usuários de “máscaras” que em alguns momentos ao lhe dirigirem a palavra, ou quando chegavam à sala de aula e se deparavam com ela, suas expressões mudavam bruscamente. Chorou a relatar que muitos professores não conseguiram se inserir como sujeitos de uma mudança institucional frente às políticas de cotas por estarem ainda carregados de seus preconceitos.

Vimos que essa ex-aluna foi a que mais trouxe as questões de desrespeito ao contexto cultural dos alunos negros/as que freqüentaram essa instituição, disse que infelizmente, a partir de – seus cabelos, vestes, traços e tons de pele – eles foram mal lidos por seus professores (não todos). Novamente sobre esse assunto, Freire (1994, p.84):

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para conhecimento que eles vão criando do mundo. ‘Seu’ mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo.

O segundo (EX-ACND) buscou a explicação das cotas raciais e as resistências à elas expressas por alguns professores no campo científico:

É difícil porque tem aqueles que a gente gosta e aqueles que a gente não gosta né? Eu acho que, tipo assim [...]. Que eles retomem toda a vida escolar deles, entendeu? (Chorando [...]) Não precisa muito pra você entender o porquê da necessidade das cotas. Qualquer pessoa graduada deveria perceber a importância disso logo de cara, não deveria ser convencida. Não existe nenhuma justificativa científica para alguém ser contra as cotas raciais ou sociais em minha opinião. (Oliveira Silveira).

A partir de seu choro guardado há muito tempo, esse ex-aluno solicitou que esses mestres que tiveram a ousadia de magoá-lo, humilhá-lo, retomassem toda a sua vida escolar, porque diante dele, a maioria dos professores e nem a instituição, consegue entender o significado dessas políticas.

Em busca de melhor entendimento por se colocar também como cotista, negro e homossexual, denunciou como os outros entrevistados, que o currículo foi lhe apresentado porque veio descolado das diferenças étnicas e sociais. Disse-nos que devido a isso, não faltava às aulas por medo que os colegas e professores tratassem da “sua” sexualidade de maneira imprópria e ele não estaria lá para se “defender”. Considerou-se um ser “estranho” que foi mal lido por alguns professores e colegas. Sobre essas complexas leituras sobre os cotistas e os seus universos, novamente Freire (1994, p.86):

Minhas preocupações com o respeito devido ao mundo local dos educandos, para espanto meu, de novo, continuam a gerar, de vez em quando, críticas que me vêm sem rumo, perdido e sem saída, nos horizontes estreitos da localidade. Mais uma vez, essas críticas resultam de leituras malfeitas de mim ou de leituras de textos sobre meu trabalho, escritos por quem igualmente me leu mal, incompetentemente, ou não me leu.

A partir desse autor, afirmamos que os professores que ainda são resistentes às cotas, entendam que independentemente das suas empatias e suas relações com os cotistas, eles precisam atentar que as políticas de ações afirmativas atendem às legislações específicas e sempre que violadas, cabe recurso jurídico por aqueles que acreditam que foram afetados em seus direitos. Atenta à essas legislações, Rute de Souza diz:

Os professores também, os que ainda não se atualizaram nesta questão, que se atualizem e conversem com os alunos pra explicar esta questão que é um direito das pessoas, não é um favor, e que não estão tirando as vagas de ninguém.

Diante dos desprezos em sala de aula, essa (EX-ACND) falou das pressões, das omissões e das indiferenças dos professores, que despreocupados com suas realidades de cotistas, muitos fizeram questão de apresentar um currículo ocidental eurocêntrico sem espaços para dialogar sobre outras culturas. Suas dores foram tão fortes, que ela só conseguiu falar de tudo que enfrentou na graduação e o que viveu em seu cotidiano, muito tempo depois, enviando-me uma carta de outro Estado (Vide Anexo B). Outra entrevistada também disse que os professores extrapolaram seu desrespeito para com a realidade dos alunos cotistas. Pois conforme seu depoimento:

Nós temos capacidade, o que nos falta é oportunidade na maioria das vezes e como a questão racial está bem ligada à social, atualmente, infelizmente, é que eles tenham um pouco de paciência pra adequar as aulas á nossa realidade. Eu digo isso porque muitos professores exigem leituras de mais de 200 páginas de uma semana pra outra. E quem trabalha, não tem condições. Isso é bem fora da realidade. (Antonieta de Barros).

Sempre disposta a aprender, essa (EX-ACND) falou do excesso dos trabalhos exigidos de forma desproporcional entre os alunos negros e os alunos brancos, e das cobranças que chegavam para aqueles que a maioria dos professores “achavam” que esses não eram cotistas por serem brancos. Ela informou-nos que na maioria das vezes, mal sabiam os professores, que eles eram cotistas sociais.

Sobre esses diferentes tratamentos em relação aos cotistas negros, a elegante resposta de Zumbi para um professor que lhe perguntou (ao telefone) se ele sabia com quem estava falando, acompanha um recado para os demais professores:

Eu vou dar um exemplo que por eu atender os professores da UFRGS na minha bolsa, aconteceu. Um professor da Engenharia que eu não me lembro o nome, me tratou muito mal ao telefone. E eu não fui mal educado gritando. Os meus pais sempre me deram educação e, uma boa educação. Então ele me disse:- Tu tens que saber com quem tu estás falando, com o Dr. Fulano de tal! Minha resposta para ele foi: - Professor, isso me prova que quanto mais títulos a pessoa tem, menos educação se adquire! Então o meu conselho para os professores

da UFRGS é esse: – Os seus títulos são importantes academicamente, mas não na vida, não joguem na cara do aluno– desçam dos seus pedestais porque um dia vocês não tiveram esse título e sem eles, vocês não são nada! E os títulos de vocês para mim não significam absolutamente nada porque na hora que morrerem vão feder igual a qualquer outro. E os títulos? São só títulos! Desçam de seus pedestais e saibam ouvir o clamor dos seus alunos, pois, a faculdade é para os alunos e não para os professores!

Avaliamos que grande oportunidade perdeu esse professor de aprender com esse aluno, ao não declinar do seu modelo “focalista”, ou seja, o de ver o outro. Pois conforme Freire (1994), se esse professor tentou jogar para o outro a culpabilidade de estar num lugar visto de fora, como subalterno onde os indivíduos a seu ver, devem apenas “servir”, sem o direito no mínimo de dizerem a sua palavra.

Conforme a contribuição desse autor foi importante para eles perceberem-se nessa universidade onde a diferença de uma excelência acadêmica (pretendida) e de uma educação popular; a primeira coloca os pensadores num topo da sociedade e a segunda coloca os sujeitos como parte desse todo (sociedade). Assim, nesse meio, os alunos cotistas observando (calados) seus educadores com dificuldades de se descolarem dos conhecimentos comprovados cientificamente a se abrirem às novas experiências advindas a partir das realidades dos cotistas, vislumbrando apenas resultados. Agora, esse campo explorado por outra ex-cotista, Maria Helena Vargas:

Eu acho que os professores [...]. É um campo bem complicado... Eu acho que eles tinham que também entender melhor sobre ações afirmativas. Falta uma interação deles. Existe uma barreira, eles não querem se envolver nessas questões. Eu acho que eles tinham que entender que os alunos que entram hã [...] são pessoas também com capacidade. Que eles não façam diferença, que eles não fiquem perguntando quem é cotista e quem não é. Que eles recebam os alunos como alunos e não façam essa diferença. Que eles parem de diferenciar, inclusive critérios de avaliação. Que avaliem e respeitem mesmo as pessoas que estão entrando na UFRGS.

A fala dessa ex-aluna apresenta o seu processo de aprendizagem atravessado por adversidades, onde sentiu na pele, a falta de interação dos professores entre eles próprios sobre a política das cotas. Ainda sobre esse delicado campo de diálogo para com as atitudes dos professores em relação aos cotistas negros, outra ex-cotista (na qual não identificaremos), em sua entrevista, trouxe três exemplos: Um professor que desconstruiu o tempo todo o seu

TCC e lhe desconstituiu na condição de cotista por diversas vezes em aula; um que não lhe deu o direito de refazer seu trabalho (como os demais) para recuperar a sua nota dizendo que não adiantaria e lançou no sistema a sua reprovação nessa disciplina.

Seu terceiro exemplo veio em lágrimas onde relatou que um professor negro na condição de substituto nessa instituição a assediou sexualmente, perguntando maliciosamente a partir de gestos obscenos, o que ela iria fazer para recuperar sua nota na prova, porque havia lhe faltado cinco décimos, quando a chamou em sua sala num dia de recesso e à noite na universidade.

Constatamos diante dos demais ex-cotistas, que essa ex-aluna foi a mais afetada de todos e diante das inúmeras indiferenças, das dores e dos preconceitos recebidos pelos professores. Nesse contexto, ela disse que entrou amando a universidade e devido a tudo isso, a sua relação passou a ser de desamor e que não via a hora de concluir o seu curso – se diplomou em gabinete porque sua dor naquele ambiente, só aumentou- na qual por diversas vezes não conseguiu evitar as lágrimas, especialmente ao relatar que alguns professores faziam questão de agredirem os alunos cotistas, laureando os alunos brancos, na qual por diversas vezes ela se questionou:

Esse aluno/a branco que tem tudo na boca, na porta de casa é mais do que eu por quê? Eu acordo todos os dias às sei da manhã, deixo todo o serviço de casa pronto, faço uma jornada de oito horas, faculdade à noite, criei com amor duas filhas sozinha e nem sou vista aqui nesta sala por essa que se diz professora? Eu sou o quê então? Não sei nem o que eu estou fazendo aqui! (não autorizada pela pesquisadora).

Não conseguindo conter o choro, falou de outro desgosto sofrido nessa instituição quando a única professora negra que os acolheu foi escolhida para ser a sua orientadora, e por conta do racismo institucional ela não foi autorizada. Diante de tantas decepções, comparou a universidade a um lindo casamento que iniciou bem e na lua-de-mel, a *champanhe* não estourou na hora [...].

Devido a essas e outras atitudes advinda dos professores para com os ex-alunos e a falta para com a ética, avaliamos que alguns professores independentemente de serem favoráveis ou contrários às cotas, aos negros e a outros segmentos sociais, precisam em primeiro lugar aprender a respeitar os seus alunos, independente de suas especificidades. Diante disso Bach (1970, p.7), sugere: “*É estranho. As gaivotas que desprezam a perfeição pelo prazer de voar, não vão a parte alguma, lentamente. Aquelas que trocam o prazer de voar pela perfeição, vão a qualquer parte, instantaneamente*”.

A partir dos relatos dos (EX-ACND) em relação aos professores, informaram que a maioria deles se omitiu conforme uma ex-aluna disse: – “faziam cara de paisagem!”; sem contar que muitos os expuseram, discriminaram, perseguiram e os assediaram física e moralmente imprimindo nesses, marcas irreparáveis de preconceitos e discriminações que talvez, alguns levarão para sempre em suas vidas. Portanto, diante de tudo isso, avalia-se que a UFRGS precisa repensar o seu tipo de excelência acadêmica.

6.5 SUGESTÕES DOS (EX-ACND) PARA A UFRGS ENQUANTO INSTITUIÇÃO

Como dito anteriormente, quisera que essa tese tivesse mais leveza frente aos relatos dos (EX-ACND) e tudo que eles enfrentaram e, principalmente, no que diz respeito às humilhações que sofreram por parte de alguns professores. Nesse momento é chegada a hora de sugerir que essa instituição repense diante das três crises institucionais a partir de Santos (2010) e dos demais autores, numa democratização que insira as políticas de ações afirmativas, mais especificamente os alunos cotistas negros em seu espaço e no seu currículo.

Pois, os ex-alunos ao se depararem com esses desafios, quando perguntados sobre os conselhos que dariam para a instituição em relação às políticas de ações afirmativas no Século XXI, Mãe Menininha respondeu:

Acho que a universidade já começa pelo princípio que institucionalmente a universidade não se organizou pra isso. Então, a gente entra aqui como se tivesse num tiroteio. Sabe, tu tenta dar conta das balas, tu tenta da conta sabe, de várias coisas e tu nunca consegue te pensar dentro da instituição. Tem que ir pra aula, tu tem que estudar, trabalhar, fazer as coisas da vida e aí, tu está vivendo, está sofrendo preconceito, tendo dificuldade de acesso e não sabe até onde vai pra poder compartilhar isso, pra dizer olha estou tendo dificuldades. Dentro da estrutura da universidade e não tem uma referência pra isso. Então a universidade tem que se preparar institucionalmente para a política. Com este preparo ela vai atuar na permanência. Porque não adianta ter a política sendo que a universidade não se prepara pra ela. [...] (continua)

Ela precisa encarar e dizer: temos políticas de ações afirmativas sim, temos políticas de cotas porque a gente entende que é um público que necessita deste tipo de programa, um público que não está aqui dentro, não compartilha deste ambiente acadêmico e precisa se preparar pra isso. A universidade aceitou, mas ela não se posiciona. Ela resiste, e ela está usufruindo dos benefícios que este programa oferece institucionalmente, mas os cotistas é se vira é cada um por si. [...]. Tu não podes chegar para uma um colega e dizer assim: há tu também entrou pelo sistema de cotas? E aí a outra pessoa diz: - não, eu entrei na UFRGS. Ela não vai chegar e dizer há, eu entrei pelo sistema de cotas. Por quê? Porque daí é feio, tu é burro, não tem o mérito de estar aqui, sabe? Aí então, se dá pela forma de ingresso.

O desabafo da (EX-ACND) fecha com a realidade vivida pelos demais entrevistados e resume-se parte do que viveram nessa universidade sem se reconhecerem ou estabelecerem redes - ou criarem uma identidade de cotistas- onde a falta de referenciais de pessoas ou de espaços para compartilharem as situações ocorridas em sala e que foram impedidos na maior parte do tempo nesse espaço institucional, porque perante a política de ações afirmativas, essa universidade foi omissa.

Mesmo diante desses desafios, todos os (EX-ACND) identificaram a política das cotas como uma política necessária e emergencial que vem dando certo, principalmente para a inclusão de um público diferenciado que anualmente adentra a UFRGS. Constatou-se essa contradição na fala de Oliveira Silveira:

Olha aí que ACERTO né? Eu acho que é um acerto! Porque a universidade não está se enriquecendo só de excelentes alunos, está se enriquecendo de cultura, de diversidade. Eu acho que isso é uma das coisas mais importante atualmente, na verdade. E não é só em relação ao negro, mas em relação ao índio também, a todo esse pessoal que vêm de fora, é se enriquecer culturalmente. O nome universidade vêm de universal né? E universal é uma coisa que é tudo, que é universal. Então, a universidade deve ter isso, não só ter um monte de faculdade, mas ter um monte de cultura, um monte de gente. Acho que as cotas raciais, além de terem ótimos alunos, porque são pessoas comuns que podem ser ótimos alunos, assim como péssimos, elas trás um enriquecimento cultural de pessoas, de gente, de grupos, de cor, de tudo [...].

A partir da terra onde vive, Oliveira ao falar desse espaço geográfico das riquezas culturais cheia de pessoas, de faculdades, de grupos, de cores que estão chegando à UFRGS, nos reportou a experiência que Freire (1977, p.9) viveu em Guiné-Bissau:

[...] atravessava a cidade, ela ia se desdobrando ante mim como algo que eu revia e em que me reencontrava. Daquele momento em diante, as mais mínimas coisas - velhas conhecidas- começaram a falar a mim, de mim, A cor do céu, o verde-azul do mar, os coqueiros [...] os gingar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores soando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-la, “desenhando o mundo”, a presença entre as massas populares da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava.

Diante de tanta beleza freireana que os ex-alunos encontraram na universidade, avalia-se que essa precisa continuar com as políticas de ações afirmativas, porém, avançar mais para que a adversidade aumente nessa instituição. Veja-se a fala de mais duas (EX-ACND):

Que mantenham a política e continuem atualizando e se preparem de uma forma mais ampla pra trabalhar com as políticas dentro da universidade. (Rute de Souza).

Outra ex-aluna tem o mesmo parecer:

Ela tem que se modernizar. Se modernizar para atender essas novas demandas (Antonieta de Barros).

Rute de Souza, e Antonieta de Barros, alertaram sobre a modernização da instituição para atender as novas demandas e da continuidade das políticas de cotas, como se previssem o que ocorreria na UFRGS num futuro bem próximo e a partir de 2017, essa política foi instituída na pós-graduação. Sobre essas preparações dos professores, Freire ((1977, p.14):

A coerência entre a opção político-revolucionária do educador e sua prática lhe é indispensável para que evite sua “burocratização”. Quanto mais vigilante na sua vivência desta coerência tanto mais autêntica mente militantes se faz, recusando assim, também o papel do técnico ou de especialista neutro, neste ou naquele campo.

Diante das neutralidades apontadas pelo autor e das observações dos ex-cotistas, na sequencia o relato de Zumbi:

Revejam completamente todos os conceitos de vocês em relação às ações afirmativas. Eu não sei quem faz parte do Conselho das ações afirmativas mas vamos escutar os negros, vamos escutar os índios, vamos escutar as pessoas da periferia que realmente precisam das cotas. Não tirem dos seus diplomas de doutores e Pró-Reitores, as ideias elitistas e utópicas de vocês. Escutem e dêem voz a quem realmente precisa dessas ações Quando você fez vestibular, tinha uma alternativa ou mais para opção de curso? No ano de 2011 já era fechada, só para um curso. Nos vestibulares anteriores, tinha a opção de escolher a opção de um segundo curso. Mas isso quase nunca acontecia aqui na UFRGS.

O (EX-ACND) clamou pela escuta e o direito de voz aos contemplados pela política das cotas, como algo necessário ao processo de democratização dessa universidade a partir da vida das pessoas, conforme Zitkoski, Genro e Caregnato (2015, p.57):

Na perspectiva de analisar o contexto mais amplo do processo de expansão e, igualmente, dos desafios colocados para a democratização do ensino universitário brasileiro, lançamos, em primeiro lugar, duas questões: Universidade para quem? Universidade para que, ou qual seu papel social? São questões que se inter-relacionam e remetem para o desafio da compreensão sobre o que significa a democracia na formação universitária. A democratização da Universidade não consiste apenas na garantia de acesso, ou na expansão da quantidade de vagas na universidade, para que mais jovens de classes populares tenham a garantia do acesso nessa instituição que historicamente foi o espaço mais elitizado da sociedade brasileira? Ou democratização significa também os avanços democráticos na estrutura das universidades na perspectiva de garantir um diálogo crítico e construtivo com amplos setores da sociedade, buscando atender equitativamente as diferentes demandas de todas as camadas sociais, sem fazer distinção ou estabelecer hierarquias que reproduzem a desigualdade já estabelecida entre nós brasileiros?

A contribuição desse autor nos ajuda a perceber os choques de realidades e os desconfortos que os (EX-ACND) sentiam sempre que o assunto em sala de aula apontava sinais ou referiam-se às políticas de ações afirmativas, pois, desse currículo inflexível, disseram que a universidade não era favorável às cotas. Se ela em algum tempo para eles foi favorável, saíram dela sem saber [...] agora, o clamor de Zumbi em concordância com a fala de Maria Helena Vargas:

A universidade em si, ela tem que definir um espaço [...] um espaço com [...] não sei como te dizer. Um setor, ou instituir um grupo das ações afirmativas mas que não seja uma coisa só fictícia, uma sala com o nome: “ações afirmativas” para dizer que são a favor, porque na verdade a gente sabe que a universidade não é. Mas eu acho que a universidade precisa criar este ambiente de convivência e que ela convide a toda a comunidade acadêmica a conhecer para tirar esse preconceito. A universidade precisa agir contra o preconceito que está instituído nela hoje.

Segundo o relato dessa ex-aluna ainda há muito que desbravar [...], pois, todos os (EX-ACND) desconheciam que a UFRGS possui um departamento CAF que foi instituído para tratar dessa pauta. Suas necessidades prioritárias e sugestões para os professores e para a instituição giraram na falta de um espaço de referência para estabelecerem diálogos quando sentiram que os seus direitos eram violados. Essa ex-cotista categoricamente observou que essa instituição foi contrária às cotas, ou trabalhou com elas de forma fictícia, pois, a seu ver, a universidade foi muito além do que omissa. Enfim, além da falta do espaço para dialogarem sobre essas políticas, solicitaram a continuidade e acompanhamento dessas na pós-graduação. Nesse sentido Bach (1970, p.6) complementa: *“Para cada uma delas, a coisa mais importante da vida era andar em frente atingir a perfeição naquilo que mais gostavam de fazer, que era voar”...*

6.6 AS COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: ORIGEM DA COMISSÃO, DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DA CHEGADA DOS COTISTAS NO PPGEdu.

Mais uma vez o processo dialético, das ações afirmativas dialoga com a categoria de inserção/adaptação de Freire. Ou seja, aproximadamente uma década de cotas na graduação, ocorreu a chegada das cotas na pós-graduação coincidindo com uma década de participação dessa pesquisadora nos momentos (instituição e acompanhamento) dessas políticas na graduação e na pós-graduação na UFRGS.

Para entender como a UFRGS atendeu essa determinação nacional, determinou que todas as universidade implementassem as cotas na pós-graduação, é importante conhecer as diretrizes, como se instaurou a Comissão e os documentos acessados para a elaboração das normas internas para preparar a chegada dos alunos na universidade após o ano de 2017.

Sendo essa uma pesquisa participante, um breve relato de como tem se dado os embates e as complexidades da mais nova política nessa instituição, que ora me joga para dentro, ora para fora, ainda de forma invisibilizada que não é diferente da caminhada dos (EX-ACND), na qual, uma delas questionou após a entrevista, o seguinte: “*Afinal, onde está o problema que as nossas políticas não são contadas a partir das nossas experiências, e o que você fez por lá?*” (Rute de Souza).

Em resposta a essa ex-aluna, abro um parêntese para proferir-me aos demais que sempre me questionam:

Após meu ingresso nessa instituição, trabalhei nos mais variados espaços indo desde outras comissões até organização de eventos, seminários, encontros, palestras com demais colegas e professores. Publiquei muitos artigos, organizei feiras, debates com o movimento negro, viajei para e exterior, estudei, etc.. Mas o que mais me motiva continuar nessa universidade - que fiz o mestrado, uma pós-graduação e (atualmente em finalização) o doutorado, - foram os diálogos com os alunos cotistas e ex-cotistas raciais, sociais, indígenas, homossexuais, mulheres e outros segmentos excluídos historicamente, por dialogar com todos eles, lembrando que os meus professores foram fundamentais por me apoiarem como uma co-participação das ações afirmativas na graduação e na pós-graduação na UFRGS. (Eliane).

6.6.1 Origem da comissão de cotas na pós-graduação da FACED

A partir dessa resposta, a pesquisadora se coloca à disposição a relatar partes do processo da constituição que acompanhou enquanto membro da Comissão das cotas na Pós-Graduação cujo convite chegou numa das reuniões dos discentes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação.

Num impulso ela levantou o braço e por alguns segundos ficou com ele suspenso e diante de um interminável silêncio notou que fora a única que havia se prontificado a falar:

Se ninguém aqui se opõe à minha participação nessa Comissão, defendo o meu nome na condição de aluna do curso de Doutorado, mas também como vêm, sou uma mulher negra e militante do movimento negro. Portanto, justifico minha pretensão de compor esta Comissão, primeiro porque nenhum outro colega negro levantou a mão, e segundo, parto da frase de luta que é a maior referencia dos deficientes: “Nada sobre nós sem nós!” (Eliane).

Depois de aplaudida, viu outros colegas chegarem para compor a Comissão – nenhum negro– cuja decisão nessa plenária com seus nomeados foi publicada pelo PPGEdu no diário oficial (Vide anexo C).

Essa ajudou a entender um pouco mais sobre as complexidades dos (EX-ACND), onde as resistências internas entre os professores se repetiu como na graduação, deixando os

interessados por essa política novamente, de fora do processo de construção, sendo ela a única representante negra –responsável pelo segmento negro– a compor a comissão, lembrando que na FACED ainda não existem professores indígenas, deficientes ou trans. Por isso, assumiu também a pauta quilombola, explicando em vários momentos e em diferentes espaços dessa instituição. Nesse mesmo entendimento, Santos (2010) afirma que para os grupos diferentes, são necessários dispositivos, diferentes, pois, *nem todos os quilombolas são negros e nem todos os negros são quilombolas*. (grifo nosso). Pois, a política seria desenhada somente para esses três segmentos. Posteriormente veio a proposta de inserirem-se os trans. Tudo corria bem até que o Programa desafiou a fazer algo previamente sugerido que foram as cotas para os quilombolas. Eles só entraram devido a muita insistência e com o apoio de outra professora, componente dessa Comissão

Entre as discussões internas nessa comissão, a pauta dos quilombolas levou muito tempo para ser resolvido, mesmo após ter sido sugerida novamente numa das reuniões dos professores e alunos as alegações se deram por falta de tempo para inserirem essa proposta e também porque que não havia demanda.

Numa reunião após ser questionado o número de aldeias existentes no Estado, não alcançando um número exato, ficando lá pelos sessenta e poucos [...], a pesquisadora interveio:

Para vocês verem colegas, os indígenas que estão levando essa grande porcentagem de reserva de vagas são em numero menos do os quilombolas. Somente nesse estado, temos mais de cem quilombos mapeados, e em Porto Alegre, existem quatro reconhecidos e legitimados pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA. E vocês ainda acham que não tem demanda? E as legislações quilombolas que eu trouxe aqui são o que então? (Eliane).

Lemos esse tensionamento, como tentativa de manutenção dos privilégios indígenas em detrimento dos quilombolas. Avalia-se esse comportamento que esteve em jogo diante dos dois grupos excluídos historicamente como branquidade. Sobre ela, Bento (2002, p.23):

O racismo, a despeito de todas as leis antidiscriminatórias e da norma politicamente correta na indesejabilidade do preconceito na convivência social, apenas sofreu transformações formais de expressão. Não é posto nem é dito, mas pressuposto nas representações que exaltam a individualidade e a neutralidade racial do branco – a branquitude – reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados e estereótipos sociais e morais.

Prova da branquidade expressa pela autora, também pode ser conferida a partir da tentativa de proteção que outra componente sem saber do que se tratava disse: “*Afinal, porque*

que a gente está aqui discutindo isso, se eu nem sei o que é um quilombo ou um quilombola [...]” (MSR).

Infelizmente, essa não foi a primeira nem a última vez que nesta universidade, os negros são alvo preferencial dessas descargas e frustrações identificadas por Bento (2002). Portanto, frente à essas distorcidas imposições da branquidade e das dificuldades com os grupos e sujeitos oriundos de outros segmentos, constatou-se que tanto na graduação como na pós-graduação essa universidade precisa oportunizar a esses indivíduos maior participação efetiva nessas políticas, pois, ninguém mais legítimo do que eles para falarem de suas dores, amores, direitos violados [...].

6.6.2 Alguns dispositivos legais para a instituição da política de cotas na pós-graduação

As políticas de cotas na Pós-Graduação na UFRGS, atende a determinação da Portaria Normativa nº 13 de 11 de maio de 2016⁶⁷, que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e dá outras providências. Assim como na Decisão do Conselho Universitário, (no primeiro capítulo), apresentam-se resumidamente seus principais objetivos agora na Pós-Graduação:

Que o Supremo Tribunal Federal declarou, em 2012, a Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas; Que o ingresso no Serviço Público Federal, nos termos da Lei no 12.990, de 9 de junho de 2014, estabelece reserva de vinte por cento das vagas aos/às negros/as, demonstrando que a adoção de Políticas de Ações Afirmativas na graduação não é suficiente para reparar ou compensar efetivamente as desigualdades sociais resultantes de passivos históricos ou atitudes discriminatórias atuais; e Que universidades públicas, em diversos programas de pós-graduação, estão adotando Políticas de Ações Afirmativas para negros, indígenas e pessoas com deficiências, ampliando a diversidade étnica e cultural em seu corpo discente, resolve: Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas. Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão criar comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas propostas.

Essa Portaria Normativa do MEC deu noventa dias para as universidades apresentarem suas propostas – onde a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

⁶⁷ Portaria Normativa nº 13 de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016 referente às Ações Afirmativas na Pós-Graduação

Superior) tem a função de coordenar a elaboração periódica de um censo discente da pós-graduação, que permitirá o acompanhamento das ações de inclusão.

A partir dela a UFRGS iniciou os seus passos para a organização de uma comissão interna para a elaboração dessas diretrizes para a instituição, em primeiro momento foi convidar os componentes para esse fim e o segundo, a elaboração da Resolução e do Edital.

Foram acessadas todas as legislações das demais universidades no Brasil que possuem ações afirmativas na pós-graduação para a elaboração de normativas e documentos, respeitadas as especificidades regionais. UFG (Universidade Federal de Goiás) foi a pioneira nessa política, aprovando antes da portaria do MEC, cotas raciais em todos os seus setenta e nove cursos de pós-graduação, pelo menos 20% das vagas oferecidas, sejam reservadas para pretos, pardos e indígenas. A resolução já está em vigor e terá vigência por 10 anos, podendo ser prorrogada após futura avaliação.

Diante desse pioneirismo, o Pró-Reitor de Pós-Graduação da UFG, José Alexandre Diniz Filho (201) referenciou que: “A idéia de adoção de cotas já está mais consolidada na sociedade, por isso tivemos mais discussões técnicas sobre como fazer ao invés de discutir se deveria ser feito ou não”.

Depois dessa determinação do MEC, outras universidades implementaram as cotas na Pós-Graduação de acordo com as suas especificidades, : Veja-se em outras universidades e suas reservas de vagas.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): segundo a instituição, usando o cálculo da Lei de Cotas, que sugere a definição de reserva de vagas, conforme apontado pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na proporção de pretos, pardos e indígenas em cada Estado, o programa definiu que 34,7% das cotas seriam reservadas para estudantes que se autodeclarassem negros (pretos ou pardos) e indígenas.

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFMT garantiu a reserva de nove das quarenta e cinco vagas no mestrado, e duas das treze vagas do doutorado para 2017, para negros (pretos e pardos), quilombolas e indígenas.

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em setembro de 2016, os programas de pós-graduação em Artes, Ciências Sociais, Comunicação e Psicologia aprovaram a reserva de vagas para negros, pardos e indígenas a partir de 2017.

Universidade Federal do Piauí (UFPI), no edital para mestrado em Comunicação, publicado em 13 de dezembro, uma das dez vagas abertas foi destinada à cota para negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) reserva 30% das vagas ofertadas em todos os processos seletivos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) a candidatos negros (pretos e pardos), e “uma vaga a mais em relação ao total ofertado nos cursos para candidatos enquadrados em cada uma das categorias de quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e trans (transgêneros, transexuais e travestis)”.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a instituição anunciou que a seleção de alunos para o curso de especialização de Gestão em Saúde, na modalidade de ensino a distância, reserva de 10% das vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígena e pessoas com deficiência.

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Programa de Pós-Graduação em Educação anunciou a seleção de quarenta e sete vagas para o mestrado e vinte e quatro para o doutorado, reservando quatro vagas para cotistas indígenas, negros ou pessoas com deficiência.

Casa Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Fundação do Rio de Janeiro, que mantém programas de pesquisa de pós-graduação, anunciou que as vagas para o mestrado acadêmico em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde também teriam cotas. Das quinze vagas, uma foi reservada para pessoas com deficiência e três para negros ou indígenas.

UnB- a reserva de 20% das vagas de mestrado e doutorado para negros foi aprovada em julho no departamento de sociologia.

Na UFRGS, essa política de reserva de vagas na pós, iniciou-se a partir de 2017, na Antropologia, História, Sociologia e Educação. Na Educação a Comissão elaborou neste item, a Resolução 001/2017:

Artigo 1º - Do número de vagas definido para cada processo seletivo, fixado no respectivo edital dos cursos de mestrado e doutorado, no mínimo trinta por cento (30%) em cada nível de ensino serão reservadas para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas travestis e transexuais; **Parágrafo 1º** - Do número total de vagas reservadas, preferencialmente, trinta e cinco por cento (35%) serão atribuídas para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os, vinte e cinco por cento (25%) para indígenas, dez por cento (10%) para quilombolas, vinte por cento (20%) para pessoas com deficiência e dez por cento (10%) para pessoas travestis e transexuais; **Parágrafo 2º** - As vagas reservadas serão distribuídas entre as linhas de pesquisa do Programa conforme estabelecido em edital [...]; **Artigo 2º** - Em caso de inexistência, insuficiência ou não aprovação no processo seletivo de número de candidatas/os autodeclaradas/os previstos no Artigo 1º, as vagas serão redistribuídas para a ampla concorrência; **Artigo 3º** - As/os candidatas/os indígenas e quilombolas terão isenção automática do pagamento da inscrição para o processo de seleção do PPGEduc. As/os demais candidatas/os poderão solicitar isenção de inscrição com base nas orientações específicas do PPGEduc referente à hipossuficiência econômica. (Resolução 001/2017 na íntegra, vide Anexo D).

Os passos que a Comissão fez para a elaboração/apresentação dessa resolução foram: a) várias reuniões da Comissão; b) apresentação da proposta nas reuniões dos discentes; c) apresentação numa reunião dos docentes, (a maioria não comparecia); d) Apresentação da proposta numa reunião na COMPÓS; e) um seminário para os alunos e professores (novamente a maioria dos professores não compareceu); e) outra reunião de professores (sem questionamentos); sendo essa aprovada na íntegra no dia 31 de outubro de 2016.

Após sua aprovação, seguimos trabalhando na elaboração do Edital que de acordo com a Resolução, insere em todas as linhas do programa de Pós-Graduação na Educação, a reserva de vagas para os negros, indígenas, quilombolas, deficientes e pessoas trans, distribuídos em percentuais construídos nas reuniões e também de acordo com as demandas apresentadas.

Diante de toda a transparência nesse processo, durante uma reunião de apresentação dele para os alunos e professores, somente uma expressou dúvidas e descontentamento, chamando a atenção de todos na que a faculdade precisava ter muito cuidado, pois isso iria comprometer a “excelência acadêmica” e que essa política aprovada (passou em todas as instâncias), não poderia ter sido feita assim “à revelia”.

Mais uma vez a pesquisadora se viu convidada a intervir com cautela:

Licença à todas e a todos, eu faço parte dessa comissão, represento os discentes e gostaria de esclarecer que essa política não foi feita à “revelia” professora, porque passou em todas as instâncias, e agora, a questão não é mais sua aprovação, onde não se descarta a possibilidade de retomarmos essa pauta em outro momento, mas o que está em pauta hoje aqui, é a acolhida que precisamos dar aos alunos cotistas que estão vencendo seus medos e chegando pela primeira vez na história dessa faculdade, na pós-graduação. Encerro minha fala dizendo que quem faz a excelência acadêmica são os professores, pois eu estou aqui há dez anos e hoje, posso lhe garantir a partir de minha pesquisa, que as cotas estão dando certo, mas dependem de todos nós. (Eliane/ Depoimento proferido na UFRGDS/FACED, numa reunião com os professores e alunos em junho de 2017).

Como é complexo essa mulher negra/pesquisadora (favorável às cotas), ora falar de dentro da comissão, ora da luta dos negros e dos cotistas, pois, esse não foi o único momento que precisou intervir nessa instituição e em outros espaços referente aos desafios para a chegada das cotas na pós.

Observa-se que a fala dessa professora questionando a forma de ingresso desses alunos a revelia, expressou a de muitas outras que preferiram se calar naquele momento. Os relatos dos (EX-ACND), referente ao despreparo da maioria dos professores para a inclusão de outros segmentos sociais nessa instituição foi, lamentável principalmente por esse questionamento partir da área da educação, logo do campo que mais incide na vida das

pessoas. Pois, em qualquer formação necessita-se de cidadãos preparados para transmitir os conhecimentos.

Para preparar a chegada dos candidatos cotistas, preparou-se um seminário das principais normas e orientações para os candidatos apresentando as linhas e os cursos dentro das vagas no total do evento, oito horas. Contribui na motivação dos candidatos para quebrarem seus receios e desconstruírem em si, barreiras, como prova de que era importante que eles ingressassem na universidade a partir da publicação do Edital no dia 27 de janeiro de 2017, onde se destaca: O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) torna público o Edital do Processo de Seleção para 2017 para ingresso nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado em Educação, para o qual o Programa disponibilizará num total geral de cento e dezoito vagas, sendo oitenta e três para Mestrado Acadêmico e trinta e cinco para o Doutorado. Do total de vagas, vinte e sete de mestrado e o de doutorado, são reservadas para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas travestis e transexuais, conforme Resolução 001/2016.

Parágrafo único – Em caso de inexistência, insuficiência ou não aprovação no processo seletivo de número de candidatas/os autodeclaradas/os previstos no *caput* deste artigo, as vagas serão redistribuídas para a ampla concorrência.

Sobre a continuidade das ações afirmativas na universidade – ainda recentes na sociedade brasileira – acredita-se que a universidade tem potencial para se reinventar politicamente, com um (re)começo, ou seja, as cotas agora na pós-graduação a partir dos que contribuíram na construção desse caminho, sendo uma delas, Oliven (2007, p.32) que contextualizou a realidade das ações afirmativas no Brasil e nos EUA, constatando-se serem os preconceitos num país de marca, e noutro, de origem:

Um aspecto bastante específico da realidade estadunidense é a forma como são construídas as categorias relacionadas à cor dos indivíduos. Para ser considerado negro basta ter tido um ancestral africano, é o que eles costumam se referir como *one drop rule*, ou seja, uma gota de sangue negro torna o indivíduo e seus descendentes negros. Isso gera um preconceito racial de origem ao passo que no Brasil, como nos esclarece Oracy Nogueira (1985), o preconceito racial é de marca. Para os estadunidenses, mais importante na classificação racial é o genótipo, aqui, o que importa é o fenótipo, a aparência física, que leva em consideração, também, a classe social dos indivíduos: quanto mais ricos e europeus na aparência, mais brancos se tornam. Embora sempre tenha havido miscigenação nos Estados Unidos, ela foi inexpressiva se comparada à realidade brasileira. Além disso, naquele país nunca houve a ideologia do branqueamento como aqui no Brasil.

Nossos diálogos com essa autora sobre as legislações, tem se dado a partir do retorno e depoimentos dos indivíduos que foram contemplados pelas cotas, onde se avaliou metaforicamente como resultados de uma grande colheita que essa autora espalhou pelo mundo, permitindo, dessa forma, sujeitos empoderados, se reinventarem cotidianamente.

6.7 A NECESSIDADE DE AVANÇAR NAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS SOB A ÓTICA DOS (EX-ACND)

Após contatar os (EX-ACND) para informá-los que a UFRGS agora possui cotas na pós-graduação, o retorno deles sobre seus empoderamentos, foram os melhores possíveis. Informaram que superaram alguns traumas e a partir de seus distanciamentos, legitimaram essa política como fundamentais em suas vidas e posteriormente na vida de seus familiares, cujos resultados informados é sobre seus filhos que ingressaram pelas cotas na UFRGS, com exceção de uma que está em escola particular.

Até esse momento não fazia se tinha dimensão do quanto foi importante na vida desses ex-alunos, fazerem parte desta pesquisa até chegar aos poucos, e-mails, cartas, mensagens, vídeos nas redes sociais confirmando seu empoderamento. Entre muitos, o *e-mail* de Oliveira Silveira é um registro que também merece destaque:

Oi Eliane, tudo bem? Bom dia! Espero que se lembres de mim [...]. Sou aquele que te concedeu entrevista sobre as cotas raciais. Pois, foi uma entrevista muito emocionada e reveladora [...] espero muito que lembres. Então, vim te contar que ontem defendi minha dissertação de Mestrado, e fui aprovado. Agora sou Mestre em Ciência Política pela UFRGS [...]. Quero dizer que muito dos motivos que me fez superar as dificuldades, foi o fato de eu ser negro, cotista do primeiro vestibular. E aquela entrevista me fez ver que uma vitória minha, é na verdade de todo o nosso povo. Não teria tanta graça ser Mestre agora, se eu não fosse negro e cotista!! Então quero te agradecer por ter me ajudado a perceber isso. Por ter me ajudado a reconhecer o que sou e de onde vim e por onde andei [...]. Muito obrigado. Mais um negro Mestre [...] Abração [...] (Oliveira Silveira).

Vale lembrar que esse foi o ex-cotista que mais se emocionou durante a entrevista e, passado algum tempo, nos retorna como devolutiva esse exemplo de superação, tendo aí também, a retomada do seu mestrado que até o momento dessa entrevista não se via de forma

coletiva e sim individual. Mostrou seu despertar étnico e de empoderamento sobre a liberdade de poder se dizer negro e o orgulho de ter sido cotista ao assinar: “*Mais um negro Mestre!*”.

Depois de tudo que vimos e ouvimos deles que nos atravessa e são atravessados por mais da metade da população brasileira, temos aí seis grandes resultados de indivíduos que diante do abismo histórico/cultural presente na dinâmica da universidade, fizeram uso de suas barreiras para se graduarem e avançarem como sujeitos “negros”, “cotistas” e empoderados de si diante de tantas dificuldades, portanto, o termo para defini-los é superação. Exemplos esses, conforme Freire (2000, p.16-7)

A inteligência do mundo, tão apreendida quanto produzida e a comunicabilidade do inteligido são tarefas de sujeito, em cujo processo ele precisa e deve tornar-se cada vez mais crítico. Cada vez mais atento à rigorosidade metódica de sua curiosidade, na sua aproximação aos objetos. Rigorosidade metódica e sua curiosidade de que vai resultando maior exatidão de seus achados.

Diante de olhar crítico dos ex-alunos e suas reinvenções para dizerem a sua palavra, emprestamos do autor, o termo “achado”, e o associamos também aos seus empoderamentos frente à continuidade das políticas de ações afirmativas e seus diálogos.

Alguns desses ex-cotistas raciais e outros cotistas da universidade criaram uma página na internet, que tem recebido muitos acessos. Pois esses cansados dos estigmas diários que recebem nessa instituição, deram o nome à essa página de: “Cara UFRGS Branca”. Eles se inspiraram na série americana *Dear White People* (Cara gente branca), que trata do cotidiano de estudantes negros em uma universidade de elite onde nela partilham imagens, notícias e textos tendo por objetivo é desconstruir a imagem negativa do negro na UFRGS, partindo de algumas provocações: “*Quantos autores negros vocês já leram? Quantos professores negros vocês tem? Com quantos negros vocês já se relacionaram?*”

Dialogam sobre seus achados, encontraram nessa página, caminhos para dialogarem sobre o que é velado à grande massa de colegas brancos que possuem dificuldades de entenderem como o aluno negro se sente: “Todas as pessoas negras sabem de todos os problemas que eu tenho. Não da forma como eu percebo, mas a gente sabe”, conta V. Ela descreve um efeito que caracteriza como “olhar negro”. “Eu vejo um preto e [...]. Ela abre um sorriso tímido, “[...] e só abro um sorrisinho pra ele saber que eu estou lá, sabe. “Mesmo que a gente não se conheça eu sei que na tua sala de sessenta alunos de cálculo, tu provavelmente é o único negro”. (EFG).

Outro exemplo de “achados” apontado por Freire (2000) que associamos ao empoderamento apontados tem sido a atuação do grupo “*Balanta Nenhum Cotista a Menos*”

instituído por uma maioria de cotistas negros, a partir de uma ocupação na Reitoria UFRGS quando essa tentou adiantar o período de avaliação das cotas, e convidou a pesquisadora para conceder uma entrevista falando dessa história.

Esse grupo integra mais de cem participantes (negros e não negros), com forte articulação política sendo uma rede fechada onde debatem e discutem os assuntos referentes à denúncias dos preconceitos e das discriminações sofridas pelos colegas, professores e instituição, sendo um exemplo de potencia para as questões raciais, na qual alguns ex-cotistas entrevistados dessa pesquisa o integram auxiliando sempre que necessário uma intervenção social via *whats*.

Sempre que se dialoga com essas iniciativas dos cotistas raciais, acompanhado de seus empoderamentos, a sensação de que se tem é que todos os diálogos com os sujeitos da pesquisa e com os novos cotistas, para acompanhá-los dariam para escrever diversas teses. Por isso, é importante que esses também relatem e escrevam as suas experiências como os protagonistas de suas histórias, tendo como espelho, o exemplo desses ex-cotistas que os antecederam.

Encerra-se esse capítulo, com os diálogos de dois ex-alunos cotistas, onde o Zumbi se referiu mais para a instituição e a Rute de Souza direcionou-se mais para os alunos e professores conforme a carta escrita pela mesma.

Olá, Eliane, obrigada pelas informações que me chegam sobre as cotas da Pós-Graduação na UFRGS. [...] Ingressar na UFRGS era um sonho para mim, sempre quis estudar em uma universidade pública e “dita” de qualidade [...]. Era sinônimo de *status* social e apenas pessoas com dinheiro nela ingressavam. [...] A aprovação das cotas é uma questão de equidade. [...] Tive por sonho trazer para a minha família o primeiro diploma. [...] E quem sobreviveu a tudo isso, sobreviver ao possível racismo na Universidade, não me desencorajou em momento algum, fiz disso um trampolim para dar continuidade em meus projetos, porque eu já tinha passado por situações piores que fora a dor do abandono em âmbito social. [...] Precisei fazer um esforço sobre-humano para continuar e concluir meu curso. A palavra que me define nesse período foi **perseverança**. [...] Vitória minha? Precisaria de muita arrogância para acreditar nisso. Vitória de todos que lutaram para a abertura das cotas, pois sem elas, nós não teríamos conseguido. [...] Vitória de todos os negros, nossos ancestrais que sofreram tanto e suportaram tudo, a ponto de estarmos aqui hoje continuando a luta e herdando deles, essa garra para sobreviver. [...] lágrimas insistem em escorrer a cada palavra e muitas emoções invadem o meu ser nesse momento, na ânsia de tentar dizer o que não disse no dia da

entrevista, pois não tinha amadurecimento e distanciamento sobre a importância das coisas e tudo que vivi na UFRGS [...] estou trabalhando, expandiu seus negócios em São Paulo, e optaram por transferir a contabilidade e matriz da empresa para lá. E, e logo me convidaram a vir para SP [...] já iniciei a minha Pós-Graduação aqui! [...]. Sonho de uma contadora negra e ex-cotista da UFRGS [...] Vejo que estou diferente da menina provinciana vinda da periferia, pois sinto que houve um empoderamento pessoal e social muito grande. Minha filha estuda em colégio particular, graças à minha ascensão social, ela não precisará utilizar as cotas, e assim, terão mais oportunidade os novos negros que chegam das periferias, pois acredito que esse seja o propósito das cotas não? Continuamos na luta. Obrigada. Beijão! Ass. Ex-aluna cotista autodeclarada negra da UFRGS.

O exemplo dessa ex-aluna nos cai como uma grande potência que deve ser gravado para os demais cotistas e também para aqueles os que não são cotistas. Hoje, conferimos fotos suas e de outra ex-cotista entrevistada nessa pesquisa foi mais um dos retornos de empoderamento a partir das cotas em suas vidas. Envia-nos sempre que pode registros seus e da sua filha que estuda numa escola particular informando que essa foi a alternativa por ela encontrada para que essa não passe o que ela passou na universidade se ingressar pelas cotas. Essa ex-cotista também tem postado fotos suas e de outra ex-cotista e outros alunos dessa instituição, em diferentes espaços tais como Museus, universidades, aeroportos, enfim, são considerados todos, conforme Poesia *Invictus* de Henley (1875), “Donos e senhores de seus destinos e comandantes de suas almas”.

Diante de tudo que foi relatado pelos entrevistados, pode-se afirmar que suas trajetórias acadêmicas corroboraram com o pensamento de Bach (1970, p.6):

As mesmas regras se aplicam, agora, a nós: escolhemos o nosso mundo através do que aprendemos neste. Se não aprendermos nada, então o próximo mundo será igual a este, com as mesmas limitações e obstáculos a vencer. Abriu as asas e voltou-se para enfrentar o vento. - Mas você, Fernão – continuou -, aprendeu tanto de uma só vez que não precisou viver mil vidas para chegar a esta [...].

Diante de tanta emoção e aprendizado, resumidamente, Zumbi relata:

Cotistas, orgulhem-se de ser o que vocês são independentes de classe social, credo, etnia, orientação sexual. Tenham certeza de quem vocês são na vida e o que vocês querem deixar para a vida, porque a universidade entra e sai de suas vidas. Ela passa, os professores passam, mas a experiência que vocês vão deixar, as coisas que irão fazer, isso vai ficar para sempre, marcado. Então, aproveitem o máximo toda a graduação, se orgulhem de serem cotistas, de participarem de programa de cotas, e por mais elitista que seja o curso de vocês, depois de formados, por favor, tomem a consciência social que colocou vocês dentro destes programas e não façam como essas pessoas que eu vejo gritando no Parcão [...]! Porque a maioria de vocês hoje são formados pelo PROUNE e outros programas de ações sociais.

No final da viagem das ações afirmativas pelo mundo, todos os ex-cotistas entrevistados avaliaram que a UFRGS acertou ao implementar essa política, mesmo sendo por ela marcados, e vivendo dias de intempéries, pois, os possibilitou realizarem seus sonhos e se projetaram futuramente até para outro Estado como fez de Rute Souza.

7 CONCLUSÃO

As políticas de ações afirmativas no Brasil iniciadas no Século XXI, trás em seu bojo, as cotas raciais que adentram as universidades atendendo uma demanda histórica do segmento social movimento negro. Esse tem por objetivo, denunciar as discriminações de seu povo diante do currículo eurocêntrico e também sobre as invisibilidades do povo negro em relação à sua história e conseqüentemente à sua identidade, onde esse segmento ajudou a elaborar protocolos jurídicos e outros dispositivos legais de caráter obrigatório, para que as universidades implementem as políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais para os grupos históricos/sociais que ainda estão fora das universidades tais como os negros, indígenas, quilombolas.

O recorte dessa pesquisa se deu a partir dos indivíduos por ela contemplados que denominamos pela sigla (EX-ACND) (EX-ACND). Após quase 10 anos da política de ação afirmativa instituída na UFRGS, nos desafiamos a realizar uma viagem das cotas raciais ancorados no pensamento dos autores, sem perder a centralidade da pesquisa, buscou-se a partir das categorias de inserção/adaptação, acesso, permanência, empoderamento e outras, investigar a trajetória acadêmica de seis (EX-ACND) diplomados pela UFRGS.

Os caminhos para se chegar aos entrevistados foram longos e burocráticos onde os espaços legais sobre essa política nessa instituição criaram uma complexidade em relação à coleta de dados e repasse das informações, na qual nos foi muito constrangedor.

Coincidentemente, a pesquisadora fez um percurso de 10 anos nessa instituição entre pós-graduação, mestrado, e na finalização do doutorado, auxiliando de forma direta na articulação da implementação dessa política na graduação e também na pós-graduação.

Esses negros (sujeitos) femininos e masculinos deram seu depoimento relatando de como lidaram com os preconceitos e as discriminações, avaliadas a partir das categorias supracitadas. Devido ao forte depoimento de cada um, aprofundou-se a partir da caminhada que fizeram dentro da instituição em pauta nas áreas: exatas, humanas e biológicas, a utilização dos conceitos de democracia, gênero, sexualidade, etnia integraram a bandeira dos direitos humanos trabalhados a partir de recortes históricos e contemporâneos com os autores.

Comparamos os (EX-ACND) com os personagens da história Fernão Capelo Gaiyota, porque identificamos neles, um aprendizado individual com desejos de coletividade. Esses após experimentarem inusitados vôos em busca do aprendizado (após alguns anos diplomados), foram convidados para participar dessa pesquisa, para avaliar a importância da

política das cotas raciais, imprimindo nessa tese recortes de uma política, na qual referendaram que ela está no caminho certo, que deve ser contínua, mas necessita ajustes.

Frente às resistências apresentadas na graduação e na pós-graduação, avaliou-se que a universidade precisa investir seriamente na formação docente, e principalmente criar um espaço de escuta para os alunos cotistas raciais e suas interlocuções com os cursos nessa instituição.

O campo da tese foi fundamental, pois, os alunos cotistas são oriundos de variados bairros periféricos, e arredores, e devido a sua condição econômica, fizeram malabarismos para se manterem na universidade, na qual as categorias de Paulo Freire, inserção/adaptação foram fundamentais para entenderem-se os motivos pelos quais, ora esses alunos se colocaram como cotistas raciais, ora como sociais.

Depois, a primeira entrevistada encaminhou a maioria dos demais entrevistados, que chegaram timidamente de diferentes lugares, (capital e região metropolitana), constituídos das mais variadas tonalidades de pele negra. Informaram que demoraram a concederem suas entrevistas por acharem que essa pesquisa tratava de assuntos relacionado à ocupação das vagas dos negros pelos brancos ou das denúncias de burla das cotas, onde esses (EX-ACND) informaram ter visto alguns colegas brancos usufruindo as vagas raciais e não os denunciaram por receio de represálias ou perseguições.

Quando se deram conta do teor da pesquisa, mudaram seu foco, permitindo então, falar com a entrevistadora negra, sobre seus amores, dores e denúncias com elementos suficientes para conferir que todos os (EX-ACND) foram vitimados pelos mais variados tipos de preconceitos e discriminações étnicas, sexuais e de gênero no interior da UFRGS. E o mais preocupante foi constatarmos que a maioria dessas agressões verbais, partiu de colegas cotistas sociais, mas principalmente dos professores.

A primeira decisão do Consun ao promulgar o ingresso dos cotistas sempre no segundo semestre, trouxeram em suas vozes, rancores e negações que arriscamos comparar (superficialmente) como viveram os antepassados negros, quando o ferro imprimiu em sua pele a letra do nome de seus donos. Haja vista que, uma instituição que deveria incluir, usou de subterfúgios para magoar, ferir e marcar os cotistas ao aprovar uma política que os incluía sempre no segundo semestre. Situação essa que lhes fora marcadamente desleal diante dos demais alunos.

Foi importante constatar que todas as graduações foram realizadas dentro de seus cursos, ou seja, cada (EX-ACND) cotista iniciou a sua graduação num determinado curso e concluiu, contradizendo o que muitos insistiam em dizer, que eles iriam migrar muito entre

seus cursos, portanto, nota-se que superaram mais este empecilho social, pois, de acordo com os dados, a média de permanência foi de 2 anos e todos se graduaram.

As entrevistas foram permeadas de risos, emoções, choros e frases inacabadas onde esses aos se darem por conta das situações que viveram nessa instituição reviveram sensações que mexeram com sua essência, onde falaram que usaram os obstáculos que lhes foram impostos nessa instituição como trampolim, vencendo, portanto, um a um até chegar no fim dessa estrada com o sonho realizado.

As dificuldades, a falta de um espaço de acolhida, acompanhamento e diálogos para que os alunos cotistas pudessem ser amparados, foi um dos pontos nevrálgicos dessa pesquisa, cujas dores não tinham um espaço de referência para serem socializadas e entendidas quando esses eram acometidos de preconceitos ou da desconstituição de suas pertencas. Outro ponto relevante foi acompanhado de um currículo ainda invisível sobre a história do povo negro e demais segmentos presente na classe trabalhadora. Quiséramos que essa tese tivesse mais leveza, porém, devido à complexidade curricular e o problema da invisibilização do aluno negro dentro e fora dessa instituição, usamos como vitaminas algumas frases, no entanto, não amenizaram as marcas irreparáveis, mas para chamar a atenção dos professores para que saiam das suas visões “focalistas” conforme alertou Freire e, se coloquem no lugar do outro constituído de aparência negra com total estrutura humana.

O conceito de branqueamento muito utilizado por Aparecida Bento corrobora sempre com a contribuição de Kabengele Munanga para falar das culpabilidades, vergonhas e pressão psicológica e da contradição dos ex-alunos se reconhecerem como negros ou cotistas para ingressarem, (tiveram que se autodeclararem negros) e das suas negações dessa pertença em seu interior.

Numa tentativa de melhor entender o preconceito de marca e o de origem desses ex-cotistas em suas complexas realidades de negação da pertença, recorreremos a contribuição de Arabela Oliven, como a referência que trouxe essa política para a UFRGS, apontando que ela não precisa ser para sempre.

Até hoje, as dificuldades de tratar esses assuntos nas escolas e nas universidades vem sempre acompanhada da temática negra. Diante dessas complexidades, observamos que a educação brasileira ainda não integrou de maneira positiva, as questões étnicas em seu currículo e os professores se deparam numa encruzilhada, conforme já foi mencionado durante a descrição dessa tese, nas sábias palavras de Zitkoski.

Para trabalharmos a elitização da universidade na América Latina, Jaime Zitkoski, Maria Eli Genro e Célia Caregnato foram fundamentais, pois, os choques culturais, de

identidade e de história. Pois diante dessa elitização, quase que o apoio na vida acadêmica de Zumbi chegou tarde como vimos, no “banho d’água” que recebeu de uma professora, onde por ela foi humilhado e exposto perante os demais colegas. Esse guerreiro apesar de tudo que viveu nessa instituição a considera até hoje como a “Mãe UFRGS.

Todos ingressaram motivados e, com o passar do tempo, essa sensação foi diminuindo juntamente com a sobrecarga de terem que estudar mais que os outros. Estagiaram e enfrentaram em seus lares os afazeres domésticos, coisas que os não cotistas nem precisavam se preocupar. Diante da perspectiva dos ex-cotistas, os universais não sofriam discriminações porque eram alunos brancos, oriundos a maioria de escolas particulares, que diante dessa realidade discrepante, não precisavam recuperar os conteúdos e nem se importarem com o preço das passagens, do almoço, do sapato [...]. Porém, em sala de aula quando o assunto esses cotistas raciais, os cotistas sociais não hesitavam em se colocarem contra as cotas.

A realidade dos desamores para com essa instituição, entre muitas dores, trouxeram à tona marcas de dois alunos que sentiram seus corpos presos em sua sexualidade e, por conta disso, também não conseguiram sair da cota racial para a social.

Recortes sobre gênero foi contada a partir de Ângela Davis e Teresa Cunha. Elas ajudaram nos diálogos sobre a melhor forma das mulheres negras não se posicionarem e se gostarem como mulheres negras, onde essas ex-alunas foram reféns de suas negritudes caladas.

A paz sugerida pela poetisa Marília Kosby pouco esteve presente no universo desses (EX-ACND) nessa instituição, pois, sem “um lugar” para expressarem suas discriminações, sofreram os mais sérios tipos de humilhações e preconceitos, que foram desde assédios morais até o forte depoimento de uma (EX-ACND) referente ao assédio sexual. Diante desses, vimos e ouvimos seus choros e lágrimas como desabafo das duras emoções provocadas também pelo péssimo papel de alguns professores que deveriam trabalhar com ética. Porém, esses profissionais em muitos momentos esqueceram que integram um processo educacional sério e imprimiram nesses (EX-ACNDD) marcas irreparáveis.

Diante das diferenças étnicas e do tratamento que receberam os cotistas raciais e os sociais nesta universidade, os (EX-ACNDD) avaliaram como algo injusto, que jamais poderia ocorrer em lugar nenhum, muito menos nessa instituição pública. Principalmente quando os professores os desconstituíram, assediaram e laurearam os alunos não cotistas, desrespeitando suas culturas e também a cultura daqueles que os antecederam, afetando-os psicologicamente.

Diante das polêmicas que nos chegaram referentes às violações ou burlas das vagas destinadas aos alunos cotistas negros, os (EX-ACNDD) sugeriram a constituição de uma

Comissão para avaliar o processo de acesso, acompanhamento e graduação dos ingressantes pela política de cotas raciais nessa universidade tendo por objetivo, amenizar a burla das cotas raciais. Essa constatação deve-se a observação de que este fato ganhou resultado diferente em uma pesquisa realizada na UnB referente ao balanço da primeira geração de cotistas em 2015, onde os candidatos às vagas pelas cotas foram identificados também através de fotografias.

Um dos entraves em relação à burla das cotas, também se deu porque na UFRGS, a identificação dos alunos (candidato às cotas), ainda têm se dado somente pela autodeclaração. Ou seja, o candidato que se autodeclarar negro ou indígena está apto a ocupar a vaga de cotista, não sendo necessário a este, apresentar outro tipo de documento ou passar por uma Comissão.

Frente ao processo de democratização dessa universidade, foram os alunos negros os mais afetados em suas questões pessoais, que com poucos recursos para se movimentarem, informaram que as bolsas eram insuficientes. Ou então, se viam obrigados a pegarem as que sobravam, sendo esse mais um dos fatores que os afetou diante dos preconceitos e das discriminações que lá viveram.

Nessa instituição esses (EX-ACND) resistiram bravamente para se manterem principalmente diante dos epistemicídios que de acordo com SANTOS, 2013, foram cometidos por seus professores e colegas, onde na maioria das vezes desmoreram durante as entrevistas afirmando que os mantiveram em pé em muitos momentos, foi a força da ancestralidade negra, que no espaço institucional precisaram sufocar/abafar.

Todos questionaram a forma como as vagas referente as cotas têm sido distribuídas nessa instituição, cujo problema nasce no processo de seleção. Avaliamos suas preocupações como pertinentes. Zumbi informou que dentro dessa política os que tiram notas altas migram para as vagas universais. Por conta disso ele sugeriu que as vagas destinadas aos cotistas sejam de fato distribuídas somente entre os cotistas, fatos esses que também ocorreram na política da pós-graduação, e que novamente a universidade peca em não ouvir os interessados nessas vagas.

Diante das vozes dos (EX-ACNDD), torna-se importante se entender a política de cotas a partir da exclusão social da própria universidade, conforme nos disse Boaventura de Sousa Santos ao se referir aos três tipos de crises nas universidades brasileiras.

Os recortes da história das mulheres nessa tese se deram principalmente a partir de Ângela Davis e Teresa Cunha, e o conceito (*abissal*), ajudou no entendimento histórico das lutas e resistências das mulheres negras e como viviam e eram tratadas as mulheres em outros países, tais como, nos Estados Unidos e na Europa, chamando atenção que no Brasil, as (EX-

ACND) trouxeram além de violências físicas e psicológicas, resquícios familiares de um sistema escravagista onde tem sido ainda a mulher negra a maior vítima desse sistema excludente e sexista em qualquer parte do mundo.

Até o momento dessa pesquisa, não se tinha dimensão do quanto foi importante na vida desses (EX-ACNDD). E esses após integrarem essa pesquisa nos deram excelentes devolutivas que nos chegaram aos poucos através de e-mails, cartas, mensagens, vídeos nas redes sociais sobre seus empoderamentos, etc.

Em nome de todos os (EX-ACNDD), apresentamos o *e-mail* de Oliveira Silveira, a carta de Rute de Souza e a entrevista de Mãe Menininha, como comprovação de suas autonomias. Eles foram todos no mesmo caminho, ou seja, seguiram seus estudos acadêmicos e suas vidas profissionais e de acordo com os seus retornos, estão todos bem.

Como esse tema de pesquisa ainda não havia sido tratado nessa ou em outra instituição, avaliamos essa pesquisa como provavelmente a primeira entre outras tantas que virão, porém, desenvolvidas pelos próprios alunos cotistas que têm sido os protagonistas na democratização dessa universidade principalmente contribuindo diretamente na necessidade de uma reformulação curricular.

Depois de tudo que vimos e ouvimos deles que nos atravessa e são atravessados por mais da metade da população brasileira, temos aí seis grandes resultados de indivíduos que diante do abismo histórico/cultural na dinâmica de uma universidade, fizeram uso de suas barreiras para se graduarem e avançarem como sujeitos “negros”, “cotistas” e, empoderados de si diante de tantas dificuldades. Portanto, o termo que os define brilhantemente é “**superação**”. Palavra essa que destacamos para mostrar suas forças e resistências diante de todas as adversidades, sendo esses para nós os sujeitos de determinação onde os comparamos com o exemplo de humanidade nos deixado por Nelson Mandela.

Atualmente esses (EX-ACND) acompanham as cotas pelos grupos sociais e se colocaram à disposição para continuarem os diálogos sobre sua vivência nessa instância que empoderados, eles chamaram a atenção dos professores, que independente de sua vontade e simpatia pela causa, as ações afirmativas atendem à legislações específicas que devem ser cumpridas e cabe recurso quem se sentir violado.

Hoje, os (EX-ACNDD) são sabedores de que políticas das cotas não resolvem um problema de reparação social que é histórica, porém, amenizam desigualdades sociais e oportuniza principalmente o acesso aos alunos oriundos das escolas públicas incluindo aí, os negros, os pobres, os indígenas, os quilombolas [...].

Ao serem perguntados sobre a existência de setores ou departamentos que tratam especificamente da política de ações afirmativas e das cotas raciais na UFRGS, todos desconhecem a CAF, que trabalha com a sistematização de dados. Diante disso, reafirma-se que cabe à essa instituição o compromisso de potencializar um espaço e colocá-lo à disposição dos pesquisadores, mas principalmente que essa universidade possa pensar em uma comissão de acompanhamento para os alunos cotistas negros, não sendo essa junto com os demais segmentos como o que foi feito nos primeiros anos com os indígenas, comprometendo a qualidade dessa investigação.

Os (EX-ACNDD), avaliaram que essa instituição foi contrária às cotas, ou trabalhou com elas de forma precária onde em sua opinião a universidade foi muito omissa. Enfim, além da falta do espaço para dialogarem sobre essas políticas, solicitaram a continuidade e acompanhamento dessa política e de professores negros nos programas de Pós-Graduação, lembrando que, na Faculdade de Educação ainda não há nenhum professor negro, indígena ou deficiente na pós-graduação. Talvez seja esse também um dos motivos dos embates vividos em relação ao desrespeito pelas cotas. Ou seja, a falta de representatividade.

Para dialogarmos sobre as dores sofridas pelos (EX-ACNDD) em relação aos preconceitos vividos nessa universidade, Ícaro Abrantes nos brindou com belíssimas frases. A que resume a resistência universitária e a denúncia das práticas racistas de alunos e professores em relação aos ex-cotistas é: “Eu gostaria que as pessoas pudessem tocar naquilo que eu toco”. Ou seja, se os alunos negros não têm representatividade no corpo discente, então, como está essa política dentro dessa instituição?

A partir das contribuições significativas dos (EX-ACNDD) chega-se ao entendimento que essa universidade precisa de um espaço de acolhimento, para potencializar o acompanhamento dos alunos cotistas, (com a representatividade de alunos, professores e movimentos sociais), sendo estruturado no mínimo um Grupo de Trabalho por Instituto ou Faculdade, que dialogue diretamente com o Consun.

No decorrer da pesquisa, para dialogar com a invisibilidade e desrespeito dos professores para com os (EX-ACNDD) Zumbi manda um recado para aqueles que não precisam das cotas, que não se preocupem com elas e que as deixem para quem precisa usufruir.

Oliveira Silveira em lágrimas implorou para que os professores retomem toda a sua vida educacional. Isso foi forte, pois os lugares de onde falaram esses (EX-ACND) muitas vezes foram os mesmos lugares oriundos desses professores, que devido a assimilação de uma falsa “excelência acadêmica”, se distanciaram de suas realidades. Por isso, sugerimos que eles

comecem pelo conceito apresentado nessa tese por Paulo Freire que discorre com propriedade sobre o tipo de excelência que os alunos almejam.

A (EX-ACND) do curso de enfermagem talvez tenha sido a prova mais contundente do quanto essa instituição ainda se encontra despreparada para dialogar com as políticas de cotas, explicitando a eficácia do racismo nessa universidade. Pois essa além de falar pouco, deixou muitas as frases inconclusas e destoou totalmente das emoções expressas pelos demais ex-cotistas. Essa ex-aluna trouxe em si mágoas, dores e posicionamentos irreparáveis onde após anos de diplomada, pouco se permite sorrir, e manteve seu coração fechado para qualquer questionamento que incidia em sua trajetória nessa instituição. Preocupamos-nos também quando essa expressou categoricamente que não marcou essa instituição em nada e, muito menos foi marcada por ela como em algo expresso em seu triste olhar, sua fala embargada, e marcas de profunda melancolia.

Os (EX-ACND) constataram que o ambiente da universidade é bastante hostil aos alunos cotistas raciais, pois todos afirmaram terem sofrido preconceitos e discriminações por inúmeras vezes e muito choraram quando se davam conta do tamanho da invisibilidade e das lutas históricas dos negros, que deixou como herança, reflexos do sistema colonialismo ao povo negro, imprimindo nesses, profundas desigualdades.

Sobre essas avaliações acima, Maria Aparecida Bento chamou a atenção sobre a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais aonde esses, como vimos na realidade dessa instituição, reproduz as desigualdades raciais no Brasil como sendo um problema exclusivamente do negro que ainda vem sendo estudado, dissecado e problematizado pelos brancos sem o direito de dizerem a sua palavra.

A partir de 2017 a UFRGS revive a experiência de implementação das cotas. Porém agora, nos cursos de pós-graduação, que é o caso analisado por nós no PPGEDU, onde coincidentemente essa pesquisadora se colocou à disposição para contribuir nas articulações, enfrentando embates internos e externos dessa política. Ou seja, algo que não era mais novo, se tornou, até chegarem as contradições pelos lugares que ela jamais imaginou, ou seja, as resistências de dentro da Comissão.

Diante dessa nova política, houve alguns entraves que se deram internamente expondo os integrantes da Comissão como “racistas” ao ser publicado os resultados das provas onde alguns professores limaram casualmente os candidatos negros.

A partir de muitas reuniões, consultas à essa política e realização de seminários, a maioria dos professores se fizeram ausentes. Mesmo assim, a Comissão seguiu seu trabalho e elaborou a Resolução 001/17 sobre as cotas na Pós-Graduação da Educação, reservando em

sua totalidade, 30% para os candidatos autodeclaradas/os negras/os, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas travestis sendo esse percentual distribuído conforme a Comissão por segmentos.

Acreditamos que a universidade precisa receber essas avaliações críticas feitas pelos (EX-ACND), como significativas contribuições dos que viveram a política de ações afirmativas nessa instituição, e foram corajosos para apontarem alternativas e caminhos, portanto, sujeitos legítimos que contrariaram o senso comum e evidenciaram que não há limites para o aprendizado acadêmico.

O desafio que nos convida a avançarmos está correlacionado com a democratização cada vez mais das formas de acesso dos alunos negros e da disponibilidade desse conhecimento de forma equitativa. Portanto, de maneira perceptível esses (EX-ACNDD) deram o recado que não existem pessoas mais ou menos capazes, o que lhes falta é a oportunidade de acesso.

Suas permanências levaram-nos como pesquisadores, a informar que os professores precisam saber que independente de serem favoráveis ou contrários às cotas, aos negros e a outros segmentos sociais, devem em primeiro lugar respeitarem seus alunos diante das suas especificidades, colocando-se como facilitadores e não como quase “inimigos”, como foi o caso da (EX-ACND) da enfermagem que mandou que os professores estudassem o significado dessa política antes de expressarem suas opiniões.

Sendo essa uma política coletiva e não pessoal, foi importante a chamada de Zumbi sobre a importância que os professores devem se dar conta de que essa universidade é pública e foi criada para os alunos e não para eles.

Contudo, até o presente momento, devido a tudo que os (EX-ACND) nessa universidade, a avaliaram como omissa, tendo em seu quadro, profissionais preparados para acirrar a disputa de classes e manterem os privilégios estabelecidos historicamente nessa instituição.

Após muitos registros densos sobre os professores e alunos não cotistas, precisamos abrir um parêntese para dizer que existem muitos professores que não se enquadram nas denúncias trazidas por eles e, que realizam trabalhos magníficos e significativos dentro da linha dos direitos humanos, e principalmente nos diálogos para com os movimentos sociais, tanto nessa, como em outras instituições.

Paulo Freire nos inspira a continuar reinventando fórmulas de aprendizagem em todos os espaços. Pois proclamava que a academia precisa dialogar mais com os segmentos sociais e com as comunidades, para instituir qualquer política que se refira a eles. Destaca-se o

exemplo de um professor da universidade de Rio Grande, Vilmar Pereira Alves que numa mesa da abertura do Fórum de Estudos Diálogos de Paulo Freire em 2017, convidou para falar mais de dez representantes dos segmentos sociais locais e do Estado, e cada um teve a oportunidade de dizer a sua palavra. Além disso, todos participavam de outras atividades com as mais diversas representações sociais, sendo esse sim um verdadeiro exemplo de excelência acadêmica que todos devemos almejar.

O segundo exemplo da excelência acadêmica sugerida por Paulo Freire e almejada pelos (EX-ACND) que precisa chegar em todas as áreas dessa universidade, tem sido o trabalho de um professor da UFRGS, Dr. José Maria Wiest, que há anos realiza formações e transmite conhecimentos de forma amorosa para as comunidades negras e quilombolas do Estado comprovando que em qualquer espaço de educação, necessita-se de cidadãos preparados para socializarem seus conhecimentos.

No transcorrer dessa pesquisa e após alguns anos de suas graduações, os (EX-ACND), ao serem informados sobre a nova política de cotas na pós-graduação pelas redes sociais pela pesquisadora, enviaram-nos registros surpreendentes. Pois todos estão trabalhando e continuaram os seus estudos.

Deslumbramos esses alunos como as gaivotas de Fernão Capelo que se permitiram voar mais alto, e foram muito além de suas imaginações. E hoje uma das maiores confirmações dessa tese, é que todos se identificam hoje como cotistas autodeclarado/as negro/as confirmando que as ações afirmativas estão no caminho certo. Necessitando, porém, além de algumas regulamentações dessa política, a abertura de um espaço institucional para acolher, amparar e acompanhar os alunos cotistas respeitando as suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Ítalo. **Medo-Fronteira entre o sobreviver e o viver**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ÁFRICA DO SUL. **III Convenção de Durban na África do Sul**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ano_internacional_da_mobiliza%C3%A7%C3%A3o_contra_o_racismo,_discrimina%C3%A7%C3%A3o_racial,_xenofobia_e_todas_as_formas_de_intoler%C3%A2nci>. Acesso em: 22 jul. 2014.

AGÊNCIA Brasil. **Racismo prejudica a produção Científica**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/racismo-prejudica-producao-cientifica-de-pesquisadores-negros-no-brasil>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

ALMEIDA, Eliane Souza de. Entrevista concedida ao “Grupo Balanta” - UFRGS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UKUIqR6_lsw>. Porto Alegre, 2016.

ANJOS, José Carlos dos. **Se raças não existem, é inegável que existem!** UFRGS, 2011. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/universidadepublicatodentro/cotas-etnicas/cotas-para-negros-1/se-racas-nao-existem-e-inegavel-que-inexistem-jose-dos-anjos>>. Acesso em: 23 maio 2017.

AUGÉ, Marc. **Termo de “não lugar”**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marc_Aug%C3%A9>. Acesso em: 23 jul. 2015.

AURÉLIO. **Dicionário online**. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0cb0qfjaaahukewiwrjy pohhahwmhpkhbrebxy&url=http%3a%2f%2fwww.dicionariodoaurelio.com%2f&usg=afqjcngyuuo19pzszaqavmw-9t_t8op4yw&bvm=bv.102022582,d.y2i>. Acesso em: fev. 2015.

BACH, Richard. Fernão Capelo Gaiivota. Disponível em: <<http://solucaoperfeita.com/wp-content/uploads/2013/08/Fernao-Capelo-Gaiivota.1970pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.); CARONE, Iray. **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BLOG dos cotistas da UFRGS. Blog: cara UFRGS branca: Disponível em: <http://www.geledes.org.br/cara-ufrgs-branca-o-meio-academico-e-o-que-mais-tem-que-ouvir-umas-coisas/#gs.d=1_T8k>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Mamilus de Venus**. Disponível em: <<https://mamilusdevenus.wordpress.com/2014/03/08/08-de-marco-mulheres-negras-essas-mulheres-fizeram-e-fazem-um-importante-papel-na-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRANDÃO, André Augusto (Org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988>. Acesso em: 3 set. 2015.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=censo%20do%20ibge%20,2010>>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. Lei nº 12.990 destina uma porcentagem das vagas de concursos públicos para negros e pardos entrou em vigor em 10 de junho de 2014. **Cotas em concursos públicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011.../Lei/L12990.htm>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. Lei Maria da Penha. **Lei nº 11.340**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria das Cotas na Pós-Graduação**. Disponível em: <<https://conteudo.imguol.com.br/blogs/52/files/2016/05/portaria-mec-cotas.png>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, junho de 2005.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 10.639/03**. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. Ministério da Justiça. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <<http://www.direitocom.com/estatuto-da-crianca-e-adolescente-comentado/titulo-ii-dos-direitos-fundamentais-do-artigo-7o-ao-69/capitulo-ii-do-direito-a-liberdade-ao-respeito-e-a-dignidade-do-artigo-15-ao-18/artigo-15-4->>>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. Projeto de Lei. **Lei nº 4370/98**. Cota racial para artistas negros na mídia. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20842>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. Senado Federal da República Federativa do Brasil. Estatuto da Igualdade Racial. **Projeto de Lei nº 3.198, de 2000**. Brasília, 2000.

_____. Senado Federal. **Data Senado**: Pesquisa sobre Violência contra a juventude negra no Brasil Pesquisa de opinião pública nacional. Brasília, novembro de 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado-Pesquisa-Violencia_juventude_negra.pdf>. Acesso em: 4 set.2015.

CANIELLO, Márcio. (2011). **Blogspot**: IBGE/Censo de 2010 - População por cor e por raça. Disponível em: <<http://caniello.blogspot.com.br/2011/05/o-brasil-mostra-sua-cor.html->>>. Acesso em: 2 set. 2015.

CANIELLO, Márcio. (2011). **Blogspot**. Disponível em: <http://caniello.blogspot.com.br/2011_06_01_archive.html->>. Acesso em: 3 set.2015.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, dez./fev. 2005-2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/68/08-jose-jorge.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.

CONCEITOS de branquidade. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/programas/educacao/premio/premio4/textos/branqueamento_e_branquitude_no_brasil.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

COTAS nas Universidades. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/cotas-serao-necessarias-enquanto-houver-racismo-diz-janine-ribeiro.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CUNHA, Teresa; SANTOS, Celina; SANTOS, Tatiana *et. al.* (Org.). **Elas no sul e no norte**. Santa Maria da Feira, Coimbra, Portugal: AJPaz, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: <<docs11.minhateca.com.br/1015542587,br,0,0,mulheres,-raça-e-classe---angela-davis.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

DOUGLAS, William. As cotas para negros: por que mudei de opinião - Juiz Federal RJ. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/cotas-para-negros-por-que-mudei-de-opiniao/#ixzz3k7HEyOOC>>. Acesso em: 2 set. 2015.

EPISTEMICÍDIO. Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/92965-epistemicidio-monoculturalismo-e-a-destruicao-dos-saberes.html>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. **Entrevista no youtube sobre as categorias de adaptação e inserção**. (vídeo). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NBAaJpNIIjc>>. Acesso em: 19 out. 2016.

_____. **Pedagogia da Esperança** (1995). Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/dados.htm>>. Acesso em: 23 maio 2017.

_____. **Pedagogia da Indignação**. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo, UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. (1989). Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/dados.htm>>. Acesso em: 23 maio 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** (2015). Disponível em: <http://www.rac.com.br/_conteudo/2015/03/olha_so/cultura/244534-obras-de-paulo-freire-gratis-para-baixar.html>. Acesso em: 12 maio 2017.

_____. **Que Fazer?** Teoria e Prática. Porto Alegre: Vozes, 1994.

G1 Globo. **Site de notícias:** 42,3% das universidades federais do país têm cotas para negros e índios. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/423-das-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-negros-e-indios.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. **Site de Notícias:** comercial de loja acusada por racismo. Disponível em: <www.google.com.br/search?q=camiseta+com+menino+negro+macaco>. Acesso em: 2 set. 2015.

GEMAA. (2011). **As cotas raciais na Índia**. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/dados/experiencias-internacionais/item/86-india.html>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

GOMES, Lina Rodrigues. **A Mulher Negra que Vi de Perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOOGLE. **Pesquisa da imagem da mulher negra**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=mulheres+negras&biw=1366&bih=667&source=lnms&tbm=isch&sa=x&ved=0cayq_auoawovchmippjzoydexwivxaqch16kqqw&dpr=1#imgcr=au p3eatshzuzm%3a>. Acesso em: 3 dez. 2015.

_____. **Humor Racista em 1900 e 2012**. Disponível em: <<https://escrivencia.wordpress.com/2013/11/22/a-representacao-social-da-mulher-negra-nos-programas-de-tv-do-estereotipo-a-sexualizacao/escrivencia.wordpress.com>>. Acesso em: 1 set. 2015.

_____. **Pesquisa crianças negras**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=mulheres+negras&biw=1366&bih=667&source=lnms&tbm=isch&sa=x&ved=0cayq_auoawovchmippjzoydexwivxaqch16kqqw&dpr=1#tbm=isch&q=crian%c3%a7as+negras-pesquisa+no+Google+sobre+crian%C7as+negras>. Acesso em: 3 set. 2015.

_____. **Pesquisa homens negros**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=homen+negras&espv=2&biw=1366&bih=667&source=lnms&tbm=isch&sa=x&ved=0cacq_auoamovchmik9v1qj7lxwivc4wqch3g0weu#tbm=isch&q=homens+negras>. Acesso em 3 set.2015.

GRISSA, Gregório. **Ações afirmativas na UFRGS racismo, excelência acadêmica e cultura do reconhecimento**. (2015) (Doutorado). Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://sabi.ufrgs.br/f/m8csask8ntcfh1i9glq1nibyurpa3c94nqm96c1t1fxha6chu9-19119?func=full-set-set&set_number=059787&set_entry=000003&format=999>. Acesso em: 10 jan 2015.

GRUPO Panteras Negras. **Quem foram os Panteras Negras?** Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quem-foram-os-panteras-negras->>. Acesso em: 22 jul. 2014.

HIPERSEXUALIZAÇÃO. Conceito. Disponível em: <<http://www.socialistamorena.com.br/a-hipersexualizacao-do-corpo-do-homem-negro/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

IACOREC. Disponível em: <<https://wiser.directory/organization/instituto-de-assessoria-as-comunidades-remanescentes-de-quilombos-iacoreq-rs/>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

INTEGRANTES dos grupos do movimento negro RS. Reunião realizada em junho de 2015. Porto Alegre, 2015. Disponível no Facebook.

JORNAL Diário do Centro do Mundo. Cotas na UFRGS. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/09/conselho-da-ufrgs-aprova-mudancas-no-sistema-de-vestibular.html>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

KOSBY, Marília Floôr. Os Baobás do fim do Mundo. Porto Alegre: Após Coup – Escola de Poesia, 2015.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBENCE, Paula. Blog Spot. Rede Social Correio Nagô. Disponível em: <<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/a-representa-o-social-da-mulher-negra-nos-programas-de-tv-do>> Paula Libence. Publicada em 22/11/2013. Imagem: A representação social da mulher negra nos programada de TV do estereótipo à sexualização>. Acesso em: 3 de set. 2015.

LOJAS Benetton. Comercial com crianças. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=imagem+dos+negros+na+benetton&esqv=2&biw=1366&bih=667&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=x&ved=0cdmq7alqfqtocjtxpsw52cccfuqak aodr_mfiq#imgrc=cosbaxuzsozpfm%3a>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. **Roupa social infantil.** Disponível em: <<http://roupasocial.net/benetton/>>. Acesso em: 7 set. 2015.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade. Novas Bases epistemológicas para a compreensão do Racismo na História. Belo Horizonte: Maza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

OBSERVAPOA. Porto Alegre em análise. Porto Alegre. Disponível em: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?cidades=11_234>. Acesso em: 13 ago. 2015.

OLIVEN, Arabela Campos. As ações afirmativas. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/pucrs_artigo_2007_ACOliven.pdf>-. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. **Universidades e ação afirmativa: comparando-se o Brasil e os Estados Unidos.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/geu/pdfspedagogia_univer/TROLIV.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

OSÓRIO, Conceição; MACUÁCUA, Ernesto: **Os ritos de iniciação no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos construindo identidade de gênero**, Maputo, África: WLSA, 2013.

PAIM, Paulo Renato. **Projeto de Lei das Cotas Raciais na Mídia**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/18092.html-referenteàscotas raciais na mídia>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

PAIXÃO, Marcelo. **Observatório das Desigualdades sociais no Brasil (2009 a 2010)**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PEREIRA, Lucia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)**. (2007) (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, Porto Alegre, dez. 2007. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3896/5/000415813-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 22 mai.2015.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Classes Populares na Universidade Pública Brasileira e suas Contradições: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho**. (Tese de Doutorado da UFRGS). Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2014.

POESIA Invictus. Disponível em: <http://www.liberarti.com/schede.cfm?id=3386&mandela_eu_sou_o_mestre_do_meu_destino_eu_sou_o_capitao_da_minha_alma_invictus>. Acesso em: 12 jun. 2016.

PORTAL Geledés. **Comercial da Gang alusivo ao dia dos namorados**. Disponível em: <https://encrypted-tbn3.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSi9pOU5zipy724N_DP3N1-boxmlu4Pi3yYqzKTn2TYsazFo7HB>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. **Comercial da Gang**. Disponível em: <https://encrypted-tbn3.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSi9pOU5zipy724N_DP3N1-boxmlu4Pi3yYqzKTn2TYsazFo7HB>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. **Entrevista com o Juiz Federal do Rio de Janeiro sobre as cotas para negros: por que mudei de opinião por William Douglas, Juiz Federal (RJ)**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/cotas-para-negros-por-que-mudei-de-opiniao/#ixzz3k7KxOj4vFollow->>>. Acesso em: 3 set. 2015.

PREFEITURA Municipal de Porto Alegre. **PROCEMPA**. Porto Alegre. **Dados La Lomba do Pinheiro**. Disponível em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=5_11_234->>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. Ministro da Educação e Cultura. **Entrevista cedida ao G1 Globo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/cotas-serao-necessarias-enquanto-houver-racismo-diz-janeiroine-ribeiro.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SABI/UFRGS. **Pesquisa das publicações sobre políticas de ações afirmativas e as cotas raciais**. Disponível em: <http://sabi.ufrgs.br/f/f6cbqb5sp6ldxe2mvnm3yfdnfusra4iaacm5uxyce3rcvxxp7k-04497?func=full-setset&set_number=081563&set_entry=000001&format=999->. Acesso em: 27 abr. 2014.

SANTAREM, Paíque Duque. **Entrevista concedida sobre a população negra e as cotas.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/racismo-prejudica-producao-cientifica-de-pesquisadores-negros-no-brasil>>. acesso em: 2 set. 2015.

SANTOS, Sales Augusto dos. **O Sistema de Cotas Para Negros na UNB: um balanço da primeira geração.** Jundiaí: Paco, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Universidade no Século XXI.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Apresentação da UPMS.** Disponível em: <<http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms.php>>. Acesso em: 12 de mar. 2014.

_____. **Se Deus Fosse um Ativista dos Direitos Humanos.** São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões/ _____; SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. (Orgs.). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. *In: Coleção o Pensamento Político Brasileiro*, v.3. Disponível em: <<http://www.fundacaoulysses.org.br/uploads/acervos/15/pdf/1398280172-vol-03-milton-santos.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.

SECRETARIA dos Direitos Humanos. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/.../pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

UFPEL. **Relatório de Autoavaliação sobre o assunto Cotas na UFPel.** Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/cpa/files/2013/03/2013-relatorio-de-autoavaliacao-ufpel-final.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

UFRGS. **DEDS.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/deds/o-deds>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Editais Cotas Ufreg:** edital cotas na pós: Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgedu/arquivos/edital%20_selecao_2017.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Fórum Ações Afirmativas.** Disponível em: <<http://acoesafirmativasufrgs.blogspot.com.br>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

_____. Programa de Ações Afirmativas da UFRGS 2008-2012. Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas. **Comissão ad hoc.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

UNIVERSIDADES com cotas no país. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/423-das-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-negros-e-indios.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

WIKIPÉDIA. **Conceito de raça humana.** Disponível em: <wikipedia.org/wiki/Ra%C3%A7as_humanas>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. **Quem foi Martin Luther King?** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Martin_Luther_King_Jr.>. Acesso em: 1 dez. 2014.

WIKIPÉDIA. **Vida e obra de Machado de Assis**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=machado%20de%20assis>>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. **Conceito de contracultura**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/contracultura>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. **Estatuto igualdade racial**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/estatuto_da_igualdade_racial>. Acesso em: 29 out. 2013.

_____. Forum Social Mundial. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%b3rum_social_mundial>. Acesso em: 22 jul. 2015.

_____. **Híbrido**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/h%c3%hdbrido_\(biologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/h%c3%hdbrido_(biologia))>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. **Quem é Barac Obama?** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Barack_Obama>. Acesso em: 19 jun.2015.

_____. **Termo “mulato”**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/termo_Mulato>. Acesso em: 19 jun. 2014.

_____. **Termo Ialorixá**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ialorix%C3%A1em>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

_____. **Vida e obra de Carlos Silva**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_da_Silva_Santos>. Acesso em: 19 abr. 2015.

_____. **Vida e obra do Senador Paim**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Paim>. Acesso em: 29 abr. 2014.

X, Malcon. **Vida de Malcon X**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=malcolm+x>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

ZITKOSKI, Jaime José; GENRO Maria Elly Herz; CAREGNATO, Célia Elizabete. Democratização da Educação Superior. *In: Revista de Ciências Humanas – Educação – FW*, v.16, n. 27, p. 56-71, dez. 2015, recebido em: 27.10.2014, aprovado em: 17.07.2015. Disponível em: <revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/.../1932>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____; HAMMES, Lúcio Jorge. Juventude educação e cidadania os desafios da participação social e política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 119-39, ago. 2014. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/265215595_juventude_educacao_e_cidadania_os_desafios_da_participao_social_e_poltica>. Acesso em: 21 ago. 2015.

_____; MORIGI, Valter. **Experiências Emancipatórias e Educação: a docência e a pesquisa**. Porto Alegre: Corag, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ RG: _____ CPF: _____,
autorizo Eliane Almeida de Souza, aluna do Curso de Doutorado da UFRGS/PPGEDU, cartão
de número _____. A utilizar minha entrevista em sua Tese, artigos e demais trabalhos que
tenham por objetivo assuntos referentes às políticas de cotas raciais na UFRGS, bem como
todo e qualquer tipo de registro, tais como: fotos, filmagens, depoimentos, gravações e o que
necessário for, para a sua investigação.

ASSINATURA

Porto Alegre, ____ de _____ de 2015.

APÊNDICE B - Modelo do questionário de entrevista aplicado com os ex-alunos cotistas

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS COTISTAS
AUTODECLARADOS NEGROS DA UFRGS**

IDADE:

SEXO:

CIDADE EM QUE RESIDE:

CURSO EM QUE SE GRADUOU:

ANO DE INÍCIO DO CURSO:

ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO:

- 1 Como soube do sistema de cotas na UFRGS?
 - () Rádio
 - (...) TV
 - (...) Internet
 - (...) Jornal
 - (...) Colegas
 - (...) Familiares
 - (...) Outros

- 2 Em um período anterior ao Sistema de cotas da UFRGS, teve algum familiar que realizou alguma graduação nesta Universidade?
 - ()sim
 - () não
- 2.1 Caso não, pular para a pergunta n. 4
Quem?
- 2.2 O acesso e formação de seus familiares nesta Universidade de alguma forma te motivaram a ingressar nela?

- 3 Alguém te estimulou a tentar o vestibular na condição de aluno cotista?
 - ()sim
 - () nãoQuem?

- 4 Anterior ao teu acesso por este sistema, já havia prestado vestibular antes?
 - ()sim
 - () nãoEm qual Instituição?
Para qual o curso?

- 5 Que motivos te levaram a escolher este curso?

- 6 Depois que você ingressou na UFRGS, teve outros familiares que também ingressaram pelo sistema de cotas?
() sim
() não
Quem?
Em que Curso?
- 7 Na UFRGS o teu curso de início e conclusão foi o mesmo?
() sim
(...) não
Se não, que motivos levaram-no/a a trocar de curso?
- 8 No tempo em que frequentou a UFRGS, te recorda de aulas abordando políticas de ações afirmativas ou cotas? Poderia dar exemplos de como estes assuntos foram trabalhados e como foram as reações dos colegas e dos professores?
- 9 Realizou estágio (s) enquanto aluno na UFRGS?
() sim
(....) não
(...) onde?
(...) Função?
(...) Por quanto tempo?
- 10 Trabalhou enquanto estudava na UFRGS?
() sim
(....) não
(...) onde?
(...) Função?
(...) Por quanto tempo?
Fale um pouco mais sobre o teu trabalho
- 11 Recebeu bolsa para estudar na UFRGS?
() sim
(....) não
Por quanto tempo? _____
Qual foi o significado deste apoio para você?
- 12 Em tua opinião, quais os grupos que mais sofrem discriminação nas universidades brasileiras?
- 13 Desta lista, quais os três grupos mais marginalizados?
Por que?

- 14 Participa de algum grupo social?
() sim
(....) não
(....) Qual?
(....) Função?
(....) Desde quando?
- 15 Enquanto aluna(o) da UFRGS, quais as outras atividades que realizou neste período?
- 16 Está trabalhado atualmente?
() sim
(....) não
(....) onde?
(....) Função?
(....) Desde quando?
- 17 Conhece estudantes que ingressaram na UFRGS através de cotas raciais que se diplomaram?
() sim
(....) não
(....) Quantos?
(. .) Em quais os cursos?
- 18 A partir da tua experiência, como a universidade poderia melhor atender às necessidades cotistas, especialmente os raciais?
- 19 Quais os conselhos que darias aos cotistas negros que estão ingressando na UFRGS?
- 20 Como avalia a tua experiência na UFRGS? Comente aspectos positivos, desafios, dificuldades e problemas. Procure dar exemplos com situações específicas vividas na Instituição em decorrência de teu vínculo com ela.

APÊNDICE C - Mini biografia da autora

Nasci me criei e permaneço até hoje num dos maiores bairros periféricos de Porto Alegre denominado Lomba do Pinheiro⁶⁸. Quando me refiro a esse lugar, me vem à tona as alegrias, dores, emoções e principalmente inquietudes dos diferentes tipos de tratamento que recebem os sujeitos oriundos do processo diaspórico em nossa sociedade brasileira, principalmente no que se refere à qualquer tipo de educação.

De um tempo passado aos dias atuais, me convenço cada vez mais que as complexas situações de preconceitos, discriminações e racismos que afetam a estima, a identidade e a pertença étnica dos alunos negros em sala de aula, especialmente no mundo acadêmico, são as mesmas de outrora, porém, com outras roupagens. O termo ‘outras roupagens’ é pouco para expressar a exclusão social que vivi na década de 70⁶⁹ estão presentes cotidianamente em nossa sociedade, e hoje, são expressas de outras formas, permanecendo o seu conteúdo, apenas modificado pela forma.

Numa das escolas públicas de Porto Alegre, sem noção do que significavam categorias analíticas, as vivenciei na pele. Hoje percebo que a maioria dos preconceitos nasce nos núcleos familiares, porém, é na instituição escola/universidade que elas se materializaram. Eis algumas: negação, invisibilidade, inserção/adaptação, contradição, totalidade, trabalho, subjetividades, empoderamento, acesso, evasão e outras.

Exemplifico essas categorias a partir do meu núcleo familiar. Sou filha de pais (miscigenados), portanto outro espaço social de sub-representações e as dificuldades que vivi desde pequena nas escolas públicas que freqüentei que desaguaram na sociedade quando o assunto era lugar. Sem entender esse processo de miscigenação na vida dos sujeitos brasileiros, hoje avalio que as questões de pertença e identidade étnica deveriam ser tratadas juntas na vida, principalmente dos indivíduos negros e miscigenados no mundo, porque as negações étnicas e as fragilidades de nossas pertenças na minha infância e na infância de meu irmão foram fundamentais para nos colocar dentro e/ou fora da escola.

⁶⁸ Lomba do Pinheiro, uma área diferenciada pelo seu ecossistema. Dentro da cidade, possui áreas nobres, porém muito mais vilas com situações paupérrimas. Faz divisa com a cidade de Viamão. A Região tem 62.315 habitantes, representando 4,42% da população do município, com área de 50,65 km², representa 10,64% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1.230,31 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 4,03% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,07 salários mínimos. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre e IBGE- Censo Demográfico 2010.

⁶⁹ Utilizamos o período desta década, porque a partir dos meus sete anos tenho a nítida lembrança de familiares e outras pessoas me dizerem que eu não era tão preta, portanto, não deveria me considera negra. Outros me desconstituíam dizendo que minha avó tinha vindo da Alemanha, portanto, eu tinha que “agradecer” e me considerar branca.

Nessa dialética, eu e meu irmão crescemos com dúvidas em relação à nossa construção de sujeitos étnicos negros onde lembro que não foram poucos os momentos que falamos sobre a vontade de termos nascidos brancos. *Como?*

Meu pai descendente da etnia alemã e negra saiu um homem com a pele (tom indígena), cabelos lisos e lábios finos. Portanto, esse sujeito se via e é visto, como um homem branco. Minha mãe, filha de uma mulher negra que nasceu no Estado da Bahia, casada com um homem negro nascido no interior do Rio Grande do Sul, tem em sua constituição étnica, a pele escura, o cabelo pixaim, os lábios grossos. Portanto, sem nenhuma dúvida, foi e é vista pela sociedade sem dúvidas, uma mulher negra.

Eu e meu irmão saímos negros de pele, diferentes em outros traços fenóticos, tais como, tipo de cabelo, olhos, lábios [...] traços esses que contribuíram nas negações das nossas pertencas etnicorraciais. Esses fatores que nos prejudicaram na escola por não conseguirmos nos ver representados de forma positiva no currículo, e na vida quando não tínhamos direitos a ocupação das vagas no mercado de trabalho ou de espaços sociais tais como o Clube Grêmio Náutico Gaúcho⁷⁰. Nesses movimentos, as explicações sobre os mais variados tipos de preconceitos, racismos e discriminações presentes no mundo; em nossas famílias; e depois na escola na qual a negação de nossas pertencas na condição de sujeitos negros nos chegou pela pessoa que menos preconceito sofreu da nossa casa, ou seja, o nosso pai onde até hoje, a fala dele ecoa em mim quando lembro que nos proibia de brincar com os vizinhos negros, alegando que eles eram negros, e nós não.

Sempre que minha mãe escutava esse absurdo, imediatamente afirmava que tínhamos que brincar sim com eles, porque éramos negros tanto quanto eles, e que olhássemos para ela e não para o nosso pai, porque éramos mais parecidos (eticamente) com ela, do que com ele. Eu e meu irmão com quatro, cinco, seis anos, olhávamos para o alto, vendo os dois na nossa frente e pensando: - *E agora, o que fazer?*

As inseguranças étnicas saíram de casa e foram parar na escola que é a extensão da sociedade. Aí, as coisas em nossas vidas educacionais só pioraram. Pisamos no universo da educação muito inseguros das nossas negritudes. Todos os dias, após as aulas falávamos de

⁷⁰ Grêmio- diz a história gaúcha, que o Sul tem dois times de referencia futebolista: inter e grêmio. Eles travam disputas ferrenhas entre eles, e sempre que há jogos, a violência de um contra o outro é terrível. Como o clube do grêmio fundado por brancos, não dava espaço para os negros (só os jogadores) por representar socialmente o clube da elite. Diante disso, um grupo de negros fundaram o Clube Esporte Clube Internacional. Passado décadas, meu irmão se inscreveu no Grêmio, pagou sua ficha de inscrição e as mensalidades. Um dia, quando ele precisou usufruir, foi convidado para se retirar, pois não localizaram o seu nome em ficha alguma, ou algum documento que comprovasse o seu cadastro. Ou seja, os negros identificaram que esse clube não diz que não aceitam os negros (exceto jogadores), mas usam de muitos subterfúgios para que eles (negros pobres) não utilizem o clube.

situações mais desagradáveis do que agradáveis vividas na escola com os colegas e com os professores em sala de aula e no pátio dessa escola pública. Se naquele tempo, entendêssemos alguma coisa de categorias quiçá, essas situações pudessem ser lidas como: indiferença, invisibilidade, preconceitos, racismo, violação de direitos, discriminações, e por aí vão...

Entre muitas marcas e lembranças - desde aquele tempo até os dias de hoje- temos a presença de uma dor. A dor de não entendermos direito porque nossos coleguinhas hesitavam em ficar ao nosso lado nas rodas, ou nas aulas de educação física no pátio onde largavam bruscamente nossas mãos. Alguns, imediatamente corriam para outro lado da roda do círculo. Outros os que ficavam faziam caras e bocas de expressões incômodas como se a cor de nossa pele pudesse ser transferível para as suas peles [...]. Ficávamos sem entender seus motivos, até que o próximo coleguinha na roda ao nos dar a mão dizia:- *Ela não quis te dá a mão, porque tu é preta, ou preto!*

Entre muitas datas comemorativas nas escolas, o dia da Pátria passou a ser um dos piores dias em nossas vidas, pois eu, meu irmão e os demais alunos negros daquela escola éramos impedidos pelos professores de irmos à frente do desfile da Pátria. Observávamos tristes e calados sem entender ainda todos os motivos do por que nunca éramos escalados para carregarmos as bandeiras e os estandartes e, porque marchávamos sempre no final de todos os colegas na ordem do desfile.

Certo dia ao sair da escola com uma colega, passamos no serviço da mãe dela para pegarmos algo e sua mãe sem se importar com minha presença, lhe disse com toda a naturalidade: - Fulana vai pra casa agora e coloca um chapéu! Você quer ficar preta como a Eliane? Externamente, limitei-me a sorrir, pois, essa coleguinha era um pouquinho, mais clara do que eu, mas a sua mãe era da minha cor, e os cabelos dela eram alisados [...]. Por dentro, tive vontade de dar-lhe um espelho. E com mais essa ferida aberta, limitei-me a sorrir e a pensar sobre o tamanho dessa invisibilidade de pertença [...].

Diante desse e dos inúmeros fatos inusitados que vivi sobre as questões negras, cujas dores internas não as tinha com quem dividir comecei a analisar que os ataques vinham de todos os lados e a todo o momento, ou seja, desde minha saída de casa até a minha volta para ela, quando não, dentro dela. Por muitas vezes, me senti arrasada ao ver no pátio da escola meu irmão com um ou dois colegas negros calados, sozinhos ou tristes e pensava: - *O que fazer para mudar isso?*

Nossas aulas eram acompanhadas de um currículo tradicional, invisível para com as questões negras e na maioria das vezes, os professores não mostravam predisposições para dialogar sobre essas questões em sala de aula. Hoje, percebo que essas limitações se davam

devido à falta de conhecimento, inseguranças ou dificuldades de verem ou aceitarem outros sujeitos numa condição étnica deferente das suas, portando, com diferentes culturas. Um dia, uma professora entrou na sala de aula convidando os alunos para comporem um novo grupo de danças tradicionalistas do nosso estado⁷¹ na escola, que iria se apresentar em outros lugares.

A palavra “outros lugares” sempre despertou algo em minha vida. Assim, lembro que fui a primeira aluna a levantar o braço para participar nesse grupo. Os ensaios ocorriam no turno contrário das aulas, duas vezes por semana. Comecei a analisar a prática excludente dessa professora. Ela só chamava a mim e os demais alunos negros para ensaiarem somente quando os alunos brancos faltavam ao ensaio. Notava que sua expressão facial ganhava outra tonalidade quando os alunos principais chegavam, ela não ficava constrangida em nos tirar bruscamente do grupo de ensaio para dar lugar aos atrasados, afinal, eles tinham prioridade. Não a questionava por medo ou receio de sofrer algum tipo de punição.

Como fiquei a maior parte no banco de reserva, fiz uma estréia pública totalmente errada. O registro da sensação de culpa foi o que bastou para desistir deste grupo e depois de outros tais como: teatro, coral, dança, etc., questionando o seguinte: - *Afinal, onde era mesmo o meu lugar?*

Trouxe à tona esses exemplos da infância para falar das dores e dos desconfortos vividos na condição de aluna negra, e também para dizer que isso não deveria se ocorrer nas escolas e em nenhum lugar do mundo. Pois, passado aproximadamente quatro décadas, percebo que não fugimos das sensações experimentadas pelos (EX-ACND) numa universidade pública brasileira, cujas situações não nascem do nada, e são históricas.

Cotidianamente, inúmeras situações de preconceitos e racismos ainda têm permeado o tecido de nossa sociedade, nas escolas (que é a extensão da família e reflexo da sociedade), vem se repetindo diariamente, mesmo após a chegada das cotas. Como trabalhar tamanhas complexidades se aqueles que deveriam combater todas as discriminações, em alguns momentos são os que mais as praticam?

Tem sido alarmante as notícias diárias referentes a algum tipo de preconceito ou discriminação racial e de outros tipos, em todas as partes do mundo. Entre os muitos que ocorreram, durante a escrita desta tese, para dialogar com a questão das marcas impressas na infância dessa mulher negra e dos ex-cotistas, foi o caso em que a professora de uma creche

⁷¹ Danças tradicionalistas- O RS: é pioneiro por suas danças e músicas que cantam a terra, o gaúcho, os animais, os pampas... Só muito tarde, (no movimento negro), fui saber que maioria destas descende dos africanos tais como a “Chula”, o “Chamamé”, o “Molambo”, etc.

lavou os cabelos de todas as crianças, menos os da menina negra de quatro anos⁷².

Sensações essa que em idades cronológicas, sujeitos e espaços diferentes viveu a personagem “*Mãe Menininha*”, em sua primeira experiência de estágio, tendo como resultado dessa situação, a troca de seu curso e um trauma talvez insuperável⁷³.

Pois, de acordo com Lippold (2008), são mais de 138 terminologias utilizadas no Brasil para não se reportar ao indivíduo negro na sua condição de “negro/negra”. Esse é mais um dos fatores que tem prejudicado o povo negro brasileiro em relação à sua pertença. Voltando a mais de quatro décadas, meu pai (como já disse, filho de negro com alemão) me registrou na condição de “mista”⁷⁴. Infelizmente essas inúmeras terminologias não contribuem na elevação da estima de ninguém, nem na desconstituição dos diversos mitos, tabus e preconceitos relacionados com a pertença negra. Muitos não sabendo como se referir à mim, na maior parte do tempo me chamam de “morena”⁷⁵. Pior fica quando com a pretensão de agradarem utilizam o termo “mulata”⁷⁶.

Frente à essas negações, resistências e desconstituição da pertença negra realizada pelos sujeitos sociais (de todas as etnias), para que conseguíssemos nos afirmar enquanto sujeitos negros, minha inserção de adolescente e mulher negra nesta sociedade foi tão dolorosa quanto a dor de ver meu irmão abandonar seus estudos no quarto ano das séries iniciais por não conseguir lidar com as situações de discriminações e preconceitos raciais, pois, ele diariamente chegava em casa com queixas das brigas, empurrões, ofensas e até mesmo furtos do seu lanche.

⁷² Todos os dias nas redes sociais, na mídia e na sociedade ocorrem casos de preconceitos, racismos e violações dos direitos humanos. Por isso, para dialogarmos com as discriminações na escola que viveram os (EX-ACND)cotistas, a mulher negra dessa tese e as crianças brasileiras no cotidiano escolar. Confira essa triste matéria na íntegra no site: <<http://www.geledes.org.br/professora-da-creche-lavou-os-cabelos-de-todas-criancas-menos-da-menina-negra-de-4-anos/#gs.BqxVqK0>>.

⁷³ Mais adiante veremos com atenção essa situação da ex-aluna cotista.

⁷⁴ Mista – Não somente a minha certidão de nascimento, mas muitas pessoas no Brasil possuem estes termos mistos, pardo, e outros. De acordo com o dicionário Aurélio, misto deriva de mestiço = adj. E s.m. Nascido de pais de raças diferentes; miscigenado; proveniente do cruzamento de espécies diferentes, híbridos; s.m. espécie de bagre, mulo.

⁷⁵ Como não encontrei nada se referindo à morena na condição étnica, de acordo com a Wikipédia, Raça é um sistema de classificação usado para categorizar os seres humanos em grupos ou populações grandes e distintas divididos por aspectos anatômicos, culturais, étnicos, genéticos, geográficos, históricos, lingüísticos, religiosos e sociais. Usado em primeiro lugar para se referir aos falantes de um idioma comum e, posteriormente, para denotar filiações nacionais

⁷⁶ Mulata – Etimologicamente - A maioria dos estudiosos confirma que o termo 'mulato' vem das palavras em espanhol e português para a mula, que por sua vez, baseiam-se no termo em latim para o mesmo animal, *mulus*. A mula é o produto resultante do cruzamento do cavalo com burra ou do jumento com égua. Como significa um produto híbrido (mistura de raças), passou a aplicar-se ao filho de homem branco e mulher negra ou vice-versa. A palavra foi usada pela primeira vez cerca de 400 anos atrás, durante o período escravista. Na comparação implícita pode ter entrado o interesse dos escravocratas em justificar a escravidão e todas as perversidades contra os negros escravizados, passando a idéia de que eram próximos, mas não pertenciam à mesma espécie dos brancos.

Meu irmão nasceu no mesmo dia que eu, porém um ano antes. Antes de iniciarmos as séries iniciais, como minha mãe precisava trabalhar nos deixava com senhorinhas para nos cuidarem, ou em algumas creches. Um dia, minha mãe me contou que quando ficávamos com as senhorinhas, elas nos deixavam com fome, pois davam para os seus, ou comiam os alimentos que minha mãe deixava diariamente para nos darem. Quando ficamos numa creche pública, meu irmão contava para ela que todos os dias outras crianças me derrubavam dos bancos quando enquanto dormia.

Nesta escola pública, eu e meu irmão iniciamos nossa vida escolar - ele na primeira série e eu no jardim - lembro que nossa mãe nos levava até a escola, depois atravessava a principal avenida, subia num lugar alto, ou seja, num morro e ficava nos esperando fazendo crochê sentada em uma pedra e, antes do término da aula, nossa mãe descia e ia até a escola nos buscar, receosa de que nos afobássemos e com os outros alunos maiores, atravessássemos sem prestar atenção na sinaleira e no fluxo de carros pois essa avenida era muito perigosa.

No interior desta mesma escola, longe de nossa mãe, meu irmão sempre me esperava nos intervalos das aulas para que eu brigasse com os colegas que o haviam empurrado, humilhado, discriminado, enfim [...]. Nesse espaço, aprendi a transpor obstáculos e passei a defender energeticamente a mim e ao meu irmão desde cedo. Com o passar do tempo, vi que ele direcionou o que sofreu nas escolas públicas, como algo parecido com uma (dês) construção de sua pertença enquanto sujeito negro. Até hoje para ele, falar desse lugar é doloroso e traumatizante. E tudo que ele passou, hoje passa seu filho negro e passou o meu nas mesmas ou outras escolas públicas do bairro que moramos.

Nos dias de hoje observo o meu irmão com dificuldades de dicção; sem paciência para conversar com as pessoas e também detesta falar em público ou se expor. Eu? Sou o contrário dele, pois vou sempre onde tem mais pessoas, falo demasiadamente e não tenho problemas nenhum em expor minha opinião, ou até mesmo de me expor publicamente se necessário for.

As diferentes formas que encontramos para sobreviver neste plano terrestre permeado por complexidades e preconceitos vividos por nós, foi dividido por minha chegada no segmento social denominado movimento negro. Inquieta com as negações e as contradições do que vivemos e com as atitudes desrespeitosas de alunos e professores para conosco e o nosso povo. A partir desse lugar de dor que me inclinei para atuar e trabalhar com a educação em especial, com os professores nos espaços de formações que ocorrem em todas as áreas, mas principalmente nas universidades brasileiras.

No movimento negro me especializei em descobrir formas de resistências, ancorando a minha caminhada neste campo, a partir das histórias de vida de outras pessoas negras, levando

em conta a contribuição daquelas e daqueles que nos antecederam na luta negra. Estreante em uma causa que “achava que não era minha”, aos dezesseis anos cheguei neste lugar e senti como se fosse um grande útero me acolhendo e, estou nele até hoje, porque senti que houve um alinhamento de eixos.

Nesse segmento social foi que me senti renascer dentro de uma coletividade de cores, formas e pensamentos. Passei a militar todos os dias na causa negra e a luta dos Direitos Humanos passou a ser algo natural colado em minha essência que me ajudou a compreender historicamente, mas não a aceitar sem questionar as dificuldades que passo por ser mulher negra para me inserir no campo da educação, e o que passam as mulheres brancas cujo percurso tem sido parecido com o meu.

Entender essa sociedade para além das questões etnicorraciais, para mim é tão importante quanto navegar em outras questões que incluem gênero, indígenas, sexualidade, deficientes, quilombolas, trans, direitos humanos, [...].

Hoje ao realizar oficinas, cursos, palestras, seminários, encontros, formações, e atividades, falo sempre a partir do lugar de onde venho. Na bagagem (que às vezes tem o tamanho de uma bolsa, e outras, de uma mala), apresento elementos de minha caminhada na vida e, se necessário, uso como antídoto contra as resistências, o sorriso e a tranquilidade para questionar os fatos sempre a partir da historicidade. Não deixando de afirmar que há um lado da História contada no currículo de forma distorcida, e que, em nome da manutenção dos privilégios de alguns, muitos são os que perdem seus direitos.

Diante dessa lógica local, percebemos que cabe ao Governo e em especial no campo educacional contribuir no papel de democratização do ensino, inserindo nele, os sujeitos cujos direitos foram e continuam sendo violados.

Por ter tido o meu pertencimento etnicorracial abalado, direcionei as dores e os desencantos para olhar atentamente as questões raciais das pessoas oriundas da mesma condição social, econômica ou étnica que a minha, cuja perspectiva passou a ser na atuação da defesa da violação dos direitos humanos, principalmente no campo da luta negra, quilombola, indígenas e das mulheres negras.

Atuando no campo da política educacional, percebi que tudo que veio de África e está materializado no Brasil, tem a ver como a forma e a maneira que encontrei para me identificar e transitar nesse contraditório mundo onde num complexo contexto, auxilio pessoas, grupos e instituições na elaboração e implementação dos dispositivos legais que tratam das questões negras, das políticas e educacionais a partir de minha práxis na elaboração de alguns dispositivos legais tais como a Lei 10.639/03; Estatuto da Igualdade Racial; o Projeto de

Cotas na UFRGS e na Resolução das cotas na Pós-Graduação na Faculdade de Educação na UFRGS.

A partir desses dispositivos constato que faz dez anos que transito nessa universidade do Estado do Rio Grande do Sul, e em outros estados onde percebo que a maioria dos filhos dos negros ou miscigenados ao ingressarem na universidade fazem malabarismos para esconderem seus traços, tons de peles e também do pavor que sentem ao serem identificados como alunos pobres, mas principalmente como cotistas. No cotidiano da universidade, muitos usam lentes de contato - de diferentes cores - muitas são as meninas que alisam seus cabelos. Porém, os meninos os cortam bem curtos - como sempre fez meu irmão, e hoje, faz o meu filho, acreditando subjetivamente que esses subterfúgios os tiram de uma condição de indivíduos negros/as.

Quando fiz vinte anos de inserção no movimento negro, com minha mãe, outras mulheres e homens negros, criaram uma companhia de animação teatral que teve por objetivo, trabalharmos a cultura negra através da arte. Após um ano apresentando espetáculos nas escolas, decidimos junto com outros ativistas sociais e militantes negros (e não negros), ampliarmos nosso campo de atuação, e criamos uma organização não governamental denominada IAFRA⁷⁷ (Instituto África e América).

Jamais deixei de ser atuante na causa do movimento negro. Após concluir o meu curso de mestrado na UFRGS, integrei no Governo Estadual, da gestão de 2011 até 2014. Nesses quatro anos, trabalhei à frente de três importantes Secretarias de Governo com a pauta da questão racial e dos direitos humanos.

Na primeira, Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) exerci o cargo de Coordenadora da Equipe da Diversidade no Departamento Pedagógico. Trabalhei dialogando com a rede das trinta CREs. (Coordenadorias Regionais de Educação), onde implementamos a Lei nº 10/639/03 (que ainda estava tímida quando chegamos), e outras políticas tais como as questões quilombolas, gêneros, sexualidade, direitos humanos e meio ambiente.

Em equipe realizamos formações pedagógicas para todo o estado cujo público dessas formações foram os diretores, os supervisores e os orientadores educacionais, que mensalmente compareciam em Porto Alegre (com uma logística organizada e paga pela SEDUC), realizavam a formação de no mínimo dois dias. Quando retornavam para seus municípios, eram os responsáveis por multiplicarem essas políticas nos 497 municípios. Nossas ações aconteceram

⁷⁷ Iafra - Instituto África e América – Uma instituição sem fins lucrativos, localizada na Lomba do Pinheiro, que trabalha com formações para grupos e professores. Possui ações culturais, oficinas de culinária afro, (PANCS-plantas alimentícias não-convencionais), artesanato, desfiles, eventos e atividades direcionadas para a questão negra no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo.

curso, oficinas, seminários, visitas, projetos, caminhadas, enfim. Essas políticas foram desenvolvidas no tempo em que estive à frente dessa Secretaria por um ano e alguns meses.

A segunda instituição de governo foi a Fundação de Desenvolvimento em Recursos Humanos (FDRH) com mais de 40 anos de existência no Estado do Rio Grande do Sul. Essa Fundação instituiu a Rede Escola de Governo onde na Coordenação de Gestão de Projetos, acompanhei e coordenei os projetos que dialogavam com os direitos humanos. Nessa, realizei visitas, cursos, formações e estabeleci relações próximas de trabalho com seis universidades públicas, entre elas, a UFRGS.

Na Rede Escola de Governo com alguns servidores, gestores e pessoas que ocupavam cargos de confiança na qual organizamos, escrevemos e publicamos diversos artigos científicos, dentro e fora do estado. Foi nessa mesma instituição que aprovei um artigo para o México. Porém, devido às discriminações e as perseguições políticas, não obtive autorização para apresentar esse trabalho, chamando a atenção que as colegas que não eram negras recebiam total apoio e publicidade para viajarem, apresentarem seus artigos e, em alguns casos, apresentaram nosso trabalho sem ao menos citarem o meu nome.

A terceira Secretaria que integrei foi a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH). Nessa, ocupei um dos cargos mais alto que a mulher negra ocupou em nosso estado. Assumi a Coordenadora Estadual da Igualdade Racial do Estado do Rio Grande do Sul. Nessa Secretaria, acompanhei e coordenei todas as políticas raciais do estado dialogando com as demais Secretarias nesse governo.

Também estive à frente da coordenação da maioria dos os Comitês que essa secretaria possuía tais como: movimento negro; religiosos; imigrantes; juventude negra; quilombolas; mulheres negras; etnosustentabilidade; religiosidade desenvolvendo ações de assessorias, visitas, formações, cursos, seminários, encontros, eventos e outras ações construídas nas reuniões com os partícipes desses grupos e comitês.

Entre todas, avalio essa como a melhor secretaria que atuei, pois, além de ter autorização para dirigir os carros oficiais e viajar por todo o Estado, participei da acolhida dos imigrantes haitianos e senegaleses em nosso estado. Experiência essa que somou significativamente com a minha história de vida. Pois ao término desse governo, eu, meu esposo e os meus pais e uma rede de amigos adotamos nove haitianos que não possuem famílias nem empregos no Brasil.

Frente esse a essa gestão trabalhada no Estado, me oportunizou estreitar os diálogos junto com as instâncias do movimento negro, num tempo onde avalio que todas as secretarias mostraram-se despreparadas para assumirem responsabilidades frente às questões negras, ou

seja, trabalhei com muitas pessoas preconceituosas que insistiram em na garantir privilégios para as pessoas brancas. Expressaram as mais variadas formas de boicotes e preconceitos frente às dificuldades de me aceitar na posição de coordenadora de políticas macro. Também expressaram inúmeras dificuldades para entenderem as políticas do povo negro como uma reparação histórica, cabível ao governo reparar as disparidades sociais.

Nessas três secretarias de governança local identifiquei a forte presença do racismo institucional onde tive problemas (direto e indireto) de discriminações e preconceitos com os colegas e gestores cujas complexidades foram: perseguições, inúmeras formas de preconceitos, doenças e até assédios. Situações essas, não muito diferentes das sofridas pelos (EX-ACND) pela UFRGS.

Vivi esses preconceitos nas Secretarias e também no interior da universidade oiz meu mestrado, uma pós-graduação e o curso de doutorado, pois transitava nesses dois espaços. Certo dia quando em orientação com a minha professora do mestrado na sua sala na Faculdade de Educação, chegou até a porta (entreaberta), uma pessoa falando rápido e parecia ansiosa. Não consegui prescindir se era professora da universidade ou amiga da minha orientadora. Penso que ela não me viu, ou se viu, pouco se importou e fez o seguinte questionamento:

Vejas fulana, agora com essas malditas cotas, a partir do ano que vem o meu filhinho coitadinho, vai perder a vaga dele para um negrinho que está lá que é o seu colega de classe. Acho errado ele ter a sua vaga garantida só por que é negro. Isso é uma injustiça! (UFRGS, setembro de 2007).

Portanto, o modo como minha identidade étnica se cruzou com o tema escolhido para trabalhar nesta tese, é o mesmo das categorias de adaptação/inserção; acesso; permanência e empoderamento frente ao questionamento de não conseguir identificar quando se iniciou uma ou a outra em minha caminhada, pois os dispositivos legais que ajudei a elaborar e escrever fora da universidade na condição de ativista negra, foram os mesmos que coincidiram com a minha chegada no Curso de Mestrado na UFRGS na qual efetivamente auxiliei na implementação das políticas de ações afirmativas nesta instituição”, e depois com o término do curso de Doutorado, na qual integrei a Comissão de cotas na pós-graduação da Faculdade de Educação, acompanhando a chegada desses alunos no ano de 2017.

ANEXOS

ANEXO A - Entrevista com os alunos cotistas raciais que se diplomaram na UFRGS

ALUNA: Mãe Menininha

ENTREVISTADORA: QUAL A TUA IDADE?

ENTREVISTANDA: 27

ENTREVISTADORA: ONDE VOCE MORA?

ENTREVISTANDA: Eu moro em Porto Alegre, no bairro Jardim Leopoldina, Zona norte da cidade.

ENTREVISTADORA: QUAL O CURSO EM QUE TE GRADUOU?

ENTREVISTANDA: Em Ciências Sociais. Eu fiz o Bacharelado e estou fazendo a permanência na literatura

ENTREVISTADORA: EM QUE ANO TU INICIASTE O CURSO?

ENTREVISTANDA: Iniciei no primeiro semestre de 2008

ENTREVISTADORA: EM QUE ANO QUE CONCLUIU?

ENTREVISTANDA: Eu concluí em 2014, no segundo semestre

1 COMO FICOU SABENDO DO SISTEMA DE COTAS NA UFRGS?

(...) rádio

TV

(.....) Internet

(...) jornal

(.....) colegas

(....) familiares

(...) outros _____

ENTREVISTANDA: (0m 0s) Eu fiquei sabendo muito pela TV (RBS/Jornal do Almoço), que eles gravaram a vitória que a gente conseguiu ali na Reitoria e aí me chamou muito a atenção porque bá, eu tô vendo aquela negrada ali, o que é que é? E aí a minha mãe disse: *olha lá, tão falando de cotas ali!* Pensei: “o que são cotas?” E aí eu busquei ir atrás daquele programa. E meus pais do seu modo me falaram um pouco do que se pretendia aquela reivindicação e aí as consequências da implementação daquela política. E nessa época eu também tinha uma prima que estudava aqui na UFRGS, na Engenharia Civil e de alguma forma ela participou nas discussões dos alunos da universidade. E ela foi atrás das informações pra me passar.

2 EM UM PERÍODO ANTERIOR AO SISTEMA DE COTAS DA UFRGS, TEVE MAIS ALGUM FAMILAR QUE REALIZOU ALGUMA GRADUAÇÃO NESTA UNIVERSIDADE?

ENTREVISTANDA:

Sim

Não.

2.1 QUEM?

ENTREVISTANDA: Minha prima

2.2 ONDE?

ENTREVISTANDA: Em engenharia Civil

2.3 COMO FOI A MOTIVAÇÃO DOS TEUS FAMILIARES PARA TE LEVAR A ESTA BUSCA, A ESTA ENTRADA NA UNIVERSIDADE?

ENTREVISTANDA: (03:14) Eu sou aquela aluna que desde o início eu sempre tive muita vontade de estudar, e o gosto pelo estudo já apareceu desde criança. Que eu brincava que estava estudando, e meus pais sempre se surpreendeu com este meu gosto pelo conhecimento e sempre me motivaram com livros e tal dentro das condições deles pra eu estudar.

Eu estudei num colégio estadual do meu bairro, escola e sempre encontrei dificuldades e tal até por conta até da nossa condição financeira, mas eu enfim, busquei superar isso assim da forma que eu podia. Deixa eu rever aqui a pergunta, o acesso né? Aí quando a gente viu esta reportagem, eu tinha terminado o ensino médio, e meus pais sempre me diziam: - *nossa seria o meu orgulho tu entrar na universidade!*

Eu pensei assim: tá, eu vou entrar, mas eu tinha aquela ideia de que eu não ia poder trabalhar, e aí eu disse - *Bá mãe, eu ouço falar da UFRGS e tal, mas eu não encontro nenhum elemento pra me identificar com aquilo.* Porque no meu bairro, ou das pessoas que eu convivia, eu via elas tudo entrando em instituições privadas. Aí elas conseguiam acomodar mais as suas rotinas de família, de trabalho, de expectativas. (05:06) Por causa disso não, aqui eu posso trabalhar.

E quando eu ouvia da UFRGS eu não posso trabalhar. Quem estuda na UFRGS é quem tem condições financeiras pra estudar, quem estuda nos melhores colégios e tem condições de se manter na universidade. E aí Eu tinha esta ideia em mente, eu não me permitia no meu horizonte em ver a UFRGS como uma possibilidade de estudo nesta universidade.

(05:35) Aí a minha prima entrou em cena e daí ela disse: *Não Fulana, tu tem que entrar na UFRGS, porque vê a minha situação, eu estudo lá e entro uma universidade e só estou eu negra, mulher negra dentro de uma engenharia. Te coloca no teu lugar, pensas dentro da tua condição enquanto mulher negra vinda de um bairro de periferia, do Leopoldina Rubem Berta. Lá. Tu não pensa que é um lugar que a gente também tem que ocupar?*

(06:10) E aí tinha todo aquele estigma de cotas, que é ajudinha, que é aquela coisa assim que estão te dando, que tu não tá buscando, tu não tem condições de ter, então logo eles tão te permitindo né? tão te consentindo. (06:33) E ela me disse: *Não, não é bem assim, tu tem que buscar correr atrás disso, porque a política de cotas, ela faz parte do acesso à universidade, tu não tá tendo uma ajudinha, e é uma reivindicação histórica.*

(06:48) Então quando eu comecei a discutir com a minha prima, a possibilidade de tá tendo este acesso na UFRGS, meus familiares falaram: *Tu tem que estudar, porque tu gosta de estudar e tu tem um futuro promissor nos estudos!* Aí eu pensei aonde que eu vou estudar?

(07:03)Eu não tenho condições de pagar. E eu olhava e as pessoas que tinham que trabalhar pra poderem estudar. Eu disse não, eu quero viver do estudo. Eu tinha sempre esta expectativa: mas como e por onde começar?

E aí a minha prima disse: *Tu tem que começar pela universidade, porque lá tu vai ter acesso à bolsas pra estudar, e tu vai trabalhar, estudando, tu vai ter todo...*

E como eu não tinha noção nenhuma, então comecei a imaginar as coisas por aí, pensei: bem, se eu vou poder trabalhar estudando, então eu vou baixar minha cabeça e vou por aí. Porque sempre a nossa formação desde a escola é a formação técnica, a formação pro trabalho.

(07:47) No meu imaginário, era isso, a partir daí eu disse, não eu tenho que trabalhar. E mesmo no meu sentido diz assim não eu quero estudar, mas tem sempre que atrelar ao trabalho. Por quê? Porque tu têm que sobreviver, tu tem que ajudar em casa, tu tem que te manter. E aí eu pensei: não, se eu quero entrar na universidade, eu quero caminhar com os meus próprios pés porque os meus pais não vão ter condições de me sustentar. E aí então eu busquei mais informações.

3 ANTERIOR AO TEU ACESSO POR ESTE SISTEMA, VOCE JÁ TINHA PRESTADO VESTIBULAR ANTES?

(X) Sim

(...) Não

3.1 CASO SIM, EM QUAL O CURSO?

ENTREVISTANDA: Para Direito.

(0m 12) Primeiro foi a UFRGS porque aí através da minha prima ela disse que a UFRGS tem isenção de taxa. Bom de graça a gente leva até injeção na testa né? Então, me candidatei pra ganhar a isenção, e os dois vestibulares que eu prestei foi pra UFRGS.

3.2 (0m 42s) VOCÊ FEZ DOIS VESTIBULARES NO MESMO ANO?

ENTREVISTANDA: Não, eu fiz em tempos diferentes. Em 2007 pra Direito. Aí não passei, bati na trave, e aí depois resolvi, resolvi não, algumas situações da vida me motivaram a buscar Ciências Sociais.

4 01:09) E QUAIS OS MOTIVOS QUE TE LEVARAM A ESCOLHER ESTE CURSO?

ENTREVISTANDA: (01:12) Então, vou ter que te dizer por que eu desisti do Direito. Foi assim na época quando terminei o ensino médio, eu participei do Projeto Pescar. A instituição que eu participei foi no colégio Anchieta. E ali eu me destaquei como uma das melhores alunas do curso. O projeto Pescar é um curso que dá uma formação técnica. (01:40) No caso, a formação que eu tive foi na área da informática, em auxiliar de informática. Ele busca trabalhar vários aspectos, não só em termos do conteúdo trabalhado, mas também da formação social era um curso pra pessoas de periferia.

(01:58) E aí eu me destaquei e uma das questões que eles colocava pra nós era fazer um vídeo no final do curso e aí eles iam passar este vídeo pros parceiros e a gente tinha que dizer por que a gente merecia aquela oportunidade de trabalhar numa dada instituição.

(02:22) - Eu tive o rótulo de uma das melhores alunas, aí então, já tive um impulsionamento assim por parte dos professores. Fiz o vídeo e trabalhei no hospital Mãe de Deus. Tive contato direto com a atual diretora na época, aí ela me selecionou no tempo

do estágio. Só que na época eu não tinha idade de trabalhar no hospital, (tinha 17) e aí eu estava terminando o colégio então eu não podia permanecer menor de 18 anos. Então ela me encaminhou pra uma outra instituição, pro um escritório de advocacia. E quando eu era menor, sempre os meus pais sempre diziam: *Há tu tem todo o jeito de ser advogada, tu fala bastante, busca discutir tu gosto de ler, tu busca te posicionar.* (Isso a seu modo né?). E aí eu sempre olhava na televisão, então eu disse assim, talvez isso seja interessante né?

(03:35) Daí quando entrei nessa empresa de advocacia, eu entrei como office girl, então fazia trabalho de rua. Mas tinha de alguma forma contato com processos e coisa e tal. Ali eu disse bá, ali eu vou poder descobrir mais coisas sobre o direito e ai ver se realmente eu gostaria de tentar me profissionalizar neste curso. Só que aí quando eu entrei eu passei por uma situação de racismo.

(04:04) Como eu trabalhava como office girl era uma empresa de menção internacional eu fazia todo o serviço de banco e comecei a me destacar porque muitas vezes o trabalho que eu fazia era feito por dois ou três pela minha organização e tal. E fora aí tinha toda a surpresa de eu ser mulher, porque normalmente são homens que fazem este tipo de trabalho. 04:28E aí eu acabei dentro de uns três meses que eu entrei e fui promovida e trabalhei nos serviços gerais. Os serviços gerais da empresa era fazer cópias, terminar de arrumar processo, receber as pessoas pra depois encaminhar para os outros departamentos. Aí eu comecei a trabalhar nisso.

(04:50) Só que um dia, sumiu um cheque de aproximadamente de quinhentos mil reais. E aí eu era a única né, negra do setor, eles olharam pra mim e perguntaram do cheque, sendo que tinha mais pessoas que trabalhavam comigo, e estavam presentes na hora da entrega, porque eu não estava presente.

E aí, a advogada que estava cuidando do processo, chegou pra mim e disse: cadê o cheque, será que não tá na tua mochila?

(05:30) Assim foi uma situação que não dá nem pra dizer. Eu só chorava, eu não conseguia dizer nada porque nunca esperei uma situação desta. Uma colega disse: *Mas porque tu acha que tem que ser ela, se a gente tá aqui, e tu não olhou pra nós, tu olhou ela e pra bolsa dela?* (Referindo-se a advogada). E ela começou *porque é ela que recebe sempre!* E a colega disse: *ela nem estava aqui e o cheque nem passou pelas mãos dela, ele estava entregando processo.*

Na empresa tinha um setor trabalhista, e estas pessoas se juntaram e foram atrás do cheque. E ainda fizeram um movimento contra esta colega pra pressionar o diretor e pra tirar ela porque eles disseram: *Nós enquanto advogados não podemos permitir que uma situação desta aconteça!* E como ela era de uma pessoa influente, de família influente, na empresa e também aqui em Porto Alegre, começaram a dizer: não, era porque ela estava nervosa, e não deu em nada.

ENTREVISTANTA: E aí o que aconteceu?

Então o que aconteceu, a única coisa que eu disse pra ela é: *eu vou provar que eu sou inocente!* Aí, acharam o cheque na mesa da outra secretária, no meio de outros processos. Neste período, eu já tinha feito vestibular pro direito. Aí eu disse, não, o meu lugar não é no direito. Se um advogado tem este tipo de postura, que quero estar outra área de

atuação porque eticamente eu não compactuo com isso. E aí, eu escolhi as Ciências Sociais.

- 5 (07:30) E DEPOIS QUE VOCE INGRESSOU NA UFRGS TEVE OUTROS FAMILIARES QUE INGRESSARAM PELO SISTEMA DE COTAS?

ENTREVISTANDA: Sim

- 5.1 QUEM?

ENTREVISTANDA: Meu irmão.

- 5.2 EM QUE CURSO?

ENTREVISTANDA: Ele ingressou no curso de Administração Pública, e daí ele acabou desistindo

- 5.3 PORQUE ELE DESISTIU?

ENTREVISTANDA: Ele é militar e ficou muito complicado conciliar os horários dele com os horários de aula. Ele precisa tirar serviços aos finais de semana, viajar, aí ele faltava muito à aula né? ...

- 6 (08:20) O TEU CURSO DE COINCLUSÃO FOI O MESMO DESDE O INÍCIO?

ENTREVISTANDA:

(Sim) sempre o mesmo.

(Não)

- 7 (08:32) NO TEMPO EM QUE FREQUENTOU A UFRGS, TE RECORDA DE ALGUMA AULA REFERENTE ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS? TERIAS COMO DAR UM EXEMPLO? COMO É QUE TU PERCEBIA A REAÇÃO DOS COLEGAS, PROFESSORES TAMBEM?

ENTREVISTANDA: (08:47) Bom, pra poder responder esta pergunta, vou ter que falar um pouco da impressão que eu tive quando entrei na universidade.

Quando eu entrei na universidade a minha prima já dizia - *olha, tu vai ter que te acostumar, tu vai tá ocupando espaços que é só tu de negra*. Porque a gente vem de um bairro que a maioria é negra, então, tu te sente àquela coisa destacada E aí eu pensei: “não, tudo bem”. Ela: *Mas tu vai ser um diferencial porque tu tá entrando no primeiro ano de cotas, tu vai ver uma UFRGS um pouco mais colorida*.

(09:27) Aí eu acreditei nisso, eu vou ver uma UFRGS mais colorida. E eu pensei, poxa, imagina num curso como o meu de Ciências Sociais que se julga que as pessoas são mais abertas à discutir este tipo de assunto e aí eu vi que não, que ali são muito conservadores. Eles falavam mais em programa de ações afirmativas na Engenharia, na Medicina, na Administração. A impressão que eu tive de outros colegas, do que aqui nas Ciências Sociais. Porque nas Ciências Sociais eu pegava e dizia assim poxa, na minha primeira aula de introdução ao pensamento sociológico, a gente vai ter uma visão do panorama da realidade brasileira.

Aí a professora dizia, falava das experiências dela nos Estados Unidos, da Europa. E que para entender o conteúdo que ela tava ministrando tinha que ter este tipo de experiência. E aquilo me chocou. Eu disse, mas se eu tô aqui nesse curso eu quero ter condições de poder pensar a minha realidade.

(10:36) No início do curso eu não tive nenhuma disciplina e nenhum professor teve a abertura para eu poder discutir as questões raciais, nem sociais. Porque muitas vezes o social é muito mais aceito, é mais descolado pra poder se discutir, nem isso a realidade social de outros países, nem o Brasil.

(11:00) E isso me incomodou muito. Então sempre na aula eu era aquela chata. Tá, mas e aqui? Então quando falavam do Brasil, se falava do Rio de Janeiro, se falava de São Paulo. Mas e Porto Alegre, e o Rio Grande do Sul? Mas quando se falavam de Porto Alegre, só se falava do centro de Porto Alegre, do Bom fim. Eu dizia: mas eu não quero falar do centro de Porto Alegre, eu quero falar do bairro Rubem Berta, do bairro Bom Jesus, eu quero falar do que tem este contraste sobre isso. E aí ficava aquele silêncio na aula. Não sabiam me responder.

- 8 (11:45) E QUANDO VOCE ESTUDOU NA UFRGS REALIZOU ALGUM ESTÁGIO?
 ENTREVISTANDA: (11:50) Então, quando eu entrei na UFRGS, a primeira bolsa que eu consegui foi bolsa trabalho. Muito também porque eu via os anúncios, né. Ah de iniciação de bolsa científica! Daí eu tinha aquela impressão daquela professora, como é que eu vou me candidatar ser bolsista de iniciação científica se eu não compartilho deste conhecimento cultural que normalmente os outros alunos têm pra realmente poder estar concorrendo a esta bolsa?

Pensei: vou pegar algo mais próximo a mim que é a bolsa trabalho. Aí ao longo do curso é que eu fui, aí como se diz, trabalhando a minha auto estima e aí eu pude buscar outras bolsas. Mas a primeira foi a bolsa trabalho.

- 9 (12:43) E TODO O TEU TEMPO DE CURSO, TU TEVE BOLSAS?
 ENTREVISTANDA: (12:43) Hum, todo o tempo de curso não, pois flutuou, e flutuou mais por conta de problemas familiares porque eu sempre fui de pedir bolsa, de oferecer e tal. Assim, nos primeiros quatro anos de curso foi momento bem intenso e eu tinha direito bolsas. Cheguei a ter duas bolsas muitas vezes, e ainda acomodar com estágios e tal.

- 10 (13:17) ENTÃO TU TRABALHOU ENQUANTO ESTUDAVA COM A BOLSA TRABALHO? E POR QUANTO TEMPO TU TRABALHOU? FALE UM POUCO MAIS SOBRE O TEU TRABALHO, COMO ISSO FOI PRA TI?

ENTREVISTANDA: (13:33) No caso eu trabalhar e estudar? Assim, eu consegui a bolsa, e a primeira que eu tive foi aqui no próprio departamento do curso. Eu trabalhava de manhã e o meu objetivo ao longo da manhã era receber algum professor, anotar algum recado, atender telefone. Então, assim era muito tranquilo. Eu pude conciliar aquele ambiente de trabalho com o estudo. No meu momento de trabalho a maior parte era estudando porque era um momento que não tinha muito movimento.

- 10.1 (14:11) E POR QUANTO TEMPO TU FICOU FAZENDO ESTE TRABALHO?

No caso da bolsa trabalho, eu fiquei dois anos. Fiquei dois anos nesta bolsa ali no departamento do meu curso.

- 10.2 (14:21) E VOCÊ GOSTOU DE ESTAR ALI, DESTA EXPERIÊNCIA? FALE UM POUCO MAIS SOBRE ISSO.

Assim, esse fim ele tem duas dimensões: a primeira dimensão que eu gostaria de destacar é que ali eu pude aplicar um pouco da minha experiência fora da UFRGS. Por onde eu tinha passado em outros estágios, e trabalhos pra ter um pouco mais de noção de uma rotina administrativa.

(14:55) outra foi a minha adaptação dentro da estrutura da universidade, pra entender um pouco do trabalho que era exigido, quer dizer, depois eles aproveitaram a minha força de vontade e eu também em ofereci pra fazer mais coisas pra aprender. esta primeira dimensão.

(15:14)A segunda dimensão a partir de um trabalho simples eu tive contato com os professores que iam dar aula E ali em momentos informais eu podia estar conversando sobre conteúdos, onde muitas vezes eu chamava a atenção deles que eu estava ali estudando. Aí eles perguntavam coisas pra mim como é que estava, o semestre. E aí começou ali foi que a minha autoestima foi sendo trabalhada, e eu pensei, nossa eu estou sendo vista pelos professores. Daqui há pouco, vai tá na hora eu vou ter condições pra me preparar, pra ter condições de concorrer a uma bolsa. Então eu já vou ter condições pra me candidatar a outra bolsa de iniciação.

11 (16:04) E VOCE RECEBEU OUTRA BOLSA ALÉM DA BOLSA TRABALHO?

ENTREVISTANDA: Sim, sim eu consegui duas bolsas de monitoria uma bolsa, depois uma bolsa de iniciação científica e também trabalhar no departamento de extensão da universidade. Extra-curricular tive um estágio na Prefeitura de Porto Alegre. Trabalhei no departamento do DEMABH, Departamento de Habitação

11.1 (16:42) E COMO FOI PRA VOCÊ ESTE ESTÁGIO?

(16:45) No DEMABH né? Foi rico. Foi muito bom. Mas foi bom em termos de pensar assim, de me sentir questionada da discussão que a gente tem dentro da universidade e o que está rolando fora do muro. Porquê as pessoas aqui erguem muitos muros na universidade e esquecem que a universidade está inserida na sociedade. Logo, ela tem que estar dialogando, ela tem que estar atuando ali.

E daí eu fiquei pensando assim, nossa, mas como o contexto da universidade está tão descolado destes bairros onde estou visitando enquanto instituição DEMABH. Então isso foi muito importante para pensar o meu papel enquanto acadêmica.

11.2 (17:42) VOLTANDO UM POUCO SOBRE AS QUESTÕES DAS BOLSAS, QUAL O SIGNIFICADO DESTE APOIO PRA TI? COMO VOCE ENTENDEU E O QUE ELE SIGNIFICOU PARA A TUA VIDA?

ENTREVISTANDA: (17:53) Financeiramente me ajudou a sobreviver. Sobreviver né, destaco bem esta palavra porque ali eu conseguia de alguma forma pagar os Xerox, as passagens, e tal. 18:08 Mas o valor econômico da bolsa não consegue dar conta de todo o valor simbólico que uma bolsa de monitoria traz pro currículo do aluno. Então fui ter noção que uma bolsa de monitoria, uma bolsa iniciação científica tem todo um peso no *currículum lattes*.

Quando eu comecei a ouvir os meus colegas dizendo: eu tenho que correr atrás de bolsa porque eu tenho que fazer uma Pós-Graduação, ou porque eu tenho que me vincular num grupo de pesquisa. E aí eu pensei: Não, mas eu também quero, eu também vou atrás disso, isso vai fazer o diferencial no meu currículo. Eu vou atrás. Então estas

bolsas tiveram um diferencial não só pelo estudo que eu estava em contato, mas pelo simbólico de dizer, eu tenho um currículo bom, eu tenho um currículo competitivo.

12 18:57) NA TUA OPINIÃO, QUAIS OS GRUPOS QUE MAIS SOFREM DISCRIMINAÇÃO NA SOCIEDADE?

ENTREVISTADA: Bom, eu vou falar do meu né? Negros e ainda faço uma ressalva mulher, mulher negra (19:12) Os negros tem discriminação, mas a mulher está numa situação muito mais complicada do que o homem. Também ao longo do curso eu tive a oportunidade de trabalhar a minha sensibilidade para os indígenas. Então assim, eu acho que é o grupo que tem mais dificuldades, que são mais discriminados sim.

13 (19:44) E POR HIERARQUIA, QUAIS OS TRÊS MAIS MARGINALIZADOS?

ENTREVISTANDA: Em minha opinião são estes mesmos.

13.1 PORQUE TU ACHA QUE ELES SÃO OS MAIS MARGINALIZADOS?

ENTREVISTANDA: Olha, daí eu vou falar um pouco assim, porque eu acho que eles são os mais marginalizados? Quando a gente pensa, quando categorizam um grupo enquanto minoria, a gente pensa porque tratar eles em minoria se aos olhos da gente eles não são minorias.

ELES QUEM?

(20:28) Os negros. Falo também dos indígenas porque o nosso olhar trabalha muito esse grupo também de essencializar, não, não seguem os requisitos pra ser um indígena. E a gente vê que os requisitos não valem nada, a realidade é o contexto. (20:54) (Deixa eu ver de novo a pergunta.) por que eles não tem acesso a uma educação de qualidade, eles não tem acesso à moradia.

Eles que são os mais marginalizados, são os mais que moram nas ruas, que moram, não digo nem bairros de periferia mas que moram em vilas que não tem água não tem luz, que não têm condições nem pra viver, mas pra sobreviver com qualidade de vida, não tem emprego.

14 (21:31) TU PARTICIPA DE ALGUM GRUPO SOCIAL?

ENTREVISTANDA: (21:45) Eu participo do Fórum de Ações Afirmativas da UFRGS. Eu posso falar um pouco? Eu participo do Fórum desde 2011.

14.1 (21:51) QUAL É A TUA FUNÇÃO?

ENTREVISTANDA: No Fórum não tenho função, é só chegar e atuar. Assim, eu participei da reavaliação do Programa em 2012. Eu e junto mais alguns colegas que estudávamos na Universidade daquela época, nos propomos em reavivar o Fórum porque teve todo aquele debate acalorado na implementação. (22:24)

É aí depois a gente estava num momento de reavaliação do programa e o pessoal tinha que se rearticular, e aí eu disse: não, precisamos estar lá porque a gente foi um dos grupos se não foi o grupo que ajudou na implementação. (22:43) Então a gente tem que falar pra estar dando a nossa contribuição na reavaliação porque existiu o risco de que o programa deixar de existir.

(22:57) Para falar um pouco de como eu entrei no Fórum, quando eu entrei na UFRGS, eu não sabia que existia o Fórum e também tenho agora a avaliação de que eu não sabia nem que eu pude me descobrir neste processo, me descobrir enquanto mulher negra e

saber como é que a gente tá militando o tempo todo, sempre porque a gente é cotista sempre.

(23:24) A gente tá pensando assim a, eu não tenho aquela visão negativa das cotas há porque é uma ajudinha e tal. Mas se a gente for olhar no ônibus muitas vezes é eu e dois e três que temos condição de pegar o ônibus e negros. A gente tá num espaço em sala de aula era só eu de negra então eu era sempre cotista. Muitas vezes não pensando, há porque eu entrei pelo programa de ações afirmativas, mas a gente sempre é cotista. A circunstância se dá desta forma e aí eu comecei a pensar assim: bom né porque eu estando na UFRGS, tá, sempre aquela aura “NEGRO-NEGRAS!!!”.

(24:06) Sabe, daí eu não tinha ideia de que deveria estar sempre me reafirmando e porque que eu deveria estar me reafirmando negra se pra mim era tranquilo e percebia praticamente tinha noção, porque é isso o racismo, é como se ele anestesia-se a gente e fizesse a gente ter medo de botar a cara na rua porque na verdade a situação que eu passei no meu emprego justamente me incomodou para eu estar prestando atenção nestas questões.

(24:38) Aí eu disse: bom vivi estas situações antes de entrar na UFRGS. Aí depois eu entrei na UFRGS e me incomodava o fato de ser só eu de negra dentro da sala de aula. Eu não via professores negros. O único negro que eu via era o professor José Carlos dos Anjos que é o único negro do departamento, e ainda eu fui conhecê-lo no meio pro final do curso.

(25:05) Aí eu disse não! Eu quero encontrar algum lugar na universidade que eu possa estar discutindo isto que eu possa, saber que até então eu não tinha muito claro que eram todos estes questionamentos, eu queria compartilhar isto em algum lugar.

(24:23) E aí eu participei do salão UFRGS de 2011 onde foi eu que conheci o DEDS, (Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da UFRGS). Ali eles tinham várias oficinas palestras atividades que abordavam o programa de ações afirmativas, bom aqui vai atender um pouco ou pelo menos me direcionar pra questão.

(25:48) Aí foi que eu recebi um material que mencionava o nome do Fórum. Eu disse assim, bom existe um Fórum e eu vou participar. E foi a partir daí que eu comecei a buscar ter clareza destas questões e me senti mais motivada ainda a estar participando de um momento de reavaliação da política de cotas.

Aí a gente se defrontou muito com a questão da militância. Há os militantes tem de estar na rua fazendo panelaço, e aqui dentro da Universidade, são aqueles que querem só pensar. Eu disse, a gente tem de ir para luta com a caneta. A caneta tem de dizer aquilo que a gente tá discutindo nas ruas e aí a gente vai ter a legitimidade de militante acadêmico pra poder tá falando do lugar de onde a gente vem.

A gente vai ter mais legitimidade ainda porque a gente vai tá compartilhando das mesmas armas que o sistema desenvolve pra nos abafar. E aí foi aí que eu e outros estudantes cotistas e não cotistas e também os estudantes sensíveis à causa, e outras pessoas também, não só os estudantes né, elaboramos o projeto de reavaliação das cotas e os motivos porque o projeto tinha que continuar e permanecer, e o que a gente tinha que aprimorar.

(27:24) Então a gente estava lá no Consun, discutindo, brigando pelo menos pra garantir a permanência, né, da política.

15 E TU ENQUANTO ALUNA DA UFRGS FEZ OUTRAS ATIVIDADES ENQUANTO ESTUDANTE FORA DA UNIVERSIDADE?

ENTREVISTANDA: Atividades de apresentação de trabalhos?

(28:00) O QUE VOCE PUDER ME ENUMERAR COMO ATIVIDADE EXTRA CURRICULAR.

ENTREVISTANDA: (28:03) Bom, a rotina numa universidade ela é muito intensa, sobretudo nos primeiros anos da graduação. Então, o que eu pude dentro deste período foi participar dos Fóruns sociais mundiais. Também participar de Congressos, em outros estados. Foi mais isso sabe, não tive pernas para outras coisas.

16 (28:45) ATUALMENTE ESTÁS TRABALHANDO?

ENTREVISTANDA: Atualmente eu sou bolsista, atuando como bolsista de monitoria de uma disciplina que do meu curso há um semestre.

16.1 (29:09) TU É MONITORA, DESDE QUANDO?

ENTREVISTANDA: Nessa monitoria, desde 2015.

16.2 (29:20) E QUANTO TEMPO ERA A TUA BOLSA?

ENTREVISTANDA: Ela foi interrompida agora no período de férias, e vou reiniciar no retorno das aulas.

17 (29:35) NA TUA TURMA TU ERA A ÚNICA COTISTA NEGRA?

ENTREVISTANDA: Quando eu entrei, não. Não que eu saiba, ou pelo menos pude julgar.

17.1 TINHA OUTROS COTISTAS NEGROS?

ENTREVISTANDA: Eu olhava ali outros negros, outras negras, 2, 3 além de mim, só que estas pessoas foram sumindo. Assim, a gente tinha muita dificuldade de pegar e se reconhecer e dizer uns pros outros que era cotista.

(30:09) Porque quando a gente entrou aqui era aquela enxurrada de dizer assim, MÉRITO. Quem ESTÁ aqui na UFRGS tem mérito porque é inteligente. Então assim, entrava naquele dilema: mesmo tu tendo isso resolvido dentro de ti, que não é questão do mérito, que a política de cotas é legítima e muito maior que a questão do mérito mas no cotidiano tinha muito isso, e aí como é que tu ficava porque muitas vezes as pessoas se sentiam ofendidas de tu abordar. *Vem cá, tu é cotista?*

Eu digo isso, porque no meu curso tem uma única entrada no ano. Então aqueles colegas que entrou junto comigo, entraram. Depois no semestre foram acontecendo e não tivemos condições de construir aquele sentimento de grupo, diferente do curso que tem duas entradas. Ex. quando meu irmão ingressou na Administração, ele cursou só com colegas cotistas. E eles sabiam por quê? Porque era segundo semestre.

17.2 (31:22) E TU CONHECE OUTROS ESTUDANTES QUE SE FORMARAM ATRAVÉS DE COTAS RACIAIS ALÉM DE TEU CURSO OU EM OUTRO QUE JÁ SE DIPLOMARAM?

ENTREVISTANDA: (31:28) (Após um longo silêncio...) No meu curso, só conheço um. No meu curso. Agora, em outro curso, no momento não recordo.

17.3 (31:50) HOMEM OU MULHER?

ENTREVISTANDA: Homem.

- 18 (31:58) COMO TU AVALIA A TUA EXPERIÊNCIA NA UFRGS, DESAFIOS, DIFICULDADES? DÊ EXEMPLOS ESPECÍFICOS QUE VIVEU NO DECORRER DESTE VINCULO?

ENTREVISTANDA: (32:26) Bom, um desafio, uma retrospectiva. Assim, primeiro eu gostaria de destacar as dificuldades. A primeira dificuldade foi o impacto da realidade que eu vi aqui anteriormente de não encontrar pares. Então eu pensei assim: nossa como é que eu vou me adaptar, com quem que eu vou dialogar e como é que vai ser a minha recepção na sala de aula? Muitas perguntas.

(33:03) Como é que eu vou ser vista? Parecia assim que as pessoas não me viam. Eu estava na fila do RU (restaurante Universitário) e as pessoas muitas vezes me batiam porque parecia que não estavam me vendo. Aí eu me incomodada com isso. Que invisibilidade é essa? Essa foi uma questão. Depois em sala de aula, discutiam tema que que não me eram próximo, não dialogavam com a minha realidade.

(33:36) Outra questão é de saber estudar. Eu era uma aluna dedicada. Sempre fui uma aluna dedicada desde a pré-escola, mas a dedicação que eu vinha tendo no ensino fundamental e no ensino médio eu observei que não era suficiente para tá dialogando com o conhecimento que a universidade oportuniza.

Então eu fui aprender a estudar.(34:05) Então, aprender a linguagem da universidade. Que é uma linguagem que eu não conhecia. Uma linguagem muito mais que formal Uma linguagem que trabalha com o contexto de vida da pessoa, pra onde a pessoa viaja, quem a pessoa conhece, se é influente se não é influente. Aonde a pessoa mora.

Onde a pessoa mora te proporciona a conhecimento porque se mora perto do centro, tem mais acesso pra ir ao cinema, ir ao Centro de Cultura Mário Quintana, essa coisas assim. No meu lugar não. Na sala de aula eles falavam destes espaços e pra mim não eram da minha rotina.

(34:55) Também a presença em si, em relação aos professores, eu notava muitas vezes que eles estavam me olhado me dava a impressão assim da onde ela vem? Aí eu comecei a me dar conta que essas perguntas que aparecia nos olhos deles, da onde ela vem, pensavam assim. Bá eu aposto que ela é africana. Eles não pensavam que eu era brasileira, porque a maioria dos estudantes negros aqui são estudantes africanos. (entrevistadora: TE PERGUNTAVAM ISSO?) Não me perguntavam desta forma. Olhavam para mim: tu é Cabo-verdiana? E eu dizia: Não, sou gaúcha Porque tá perguntando isso? A maioria são do nordeste, são baianas ou são cariocas. E eu me espantava, porque não gaúcha? E eles diziam: No Rio Grande do Sul não tem negro. E muitas vezes eram as pessoas que vizinhavam o meu bairro. Se não tem negro bom...(eles):- negro é aquele bem preto, tu não, tu é clarinha.

E aí comparavam o tom da pele: - tu és quase da minha cor, tu não és negra, tu és morena, sarará, parda. Eu dizia não, eu sou negra Mesmo tu dizendo parda, meus pais são negros, eu sou negra. Não vou discutir. E aí ficavam muito nestas questões assim.

(36:40) E aí foi uma dificuldade. Também de poder te o acesso ao material usado em sala de aula. Muito Xerox. Aí se tornavam caro, pois a bolsa não dava conta do custo do material. Há tu quer participar de um, bom. A bolsa era pra custear as passagens, o Xerox e olhe lá. Se tiver uma atividade fora da universidade e havia custo e ingresso, a

gente não podia participar porque te faltava dinheiro. E aí bom, eu não vou ficar pedindo dinheiro pra minha mãe se a bolsa não dá conta dos custos da casa.

(37:35) Também o próprio relacionamento com os colegas difícil. Porque eu olhava, tinha a impressão que eles me olhavam, e se eu entrava na sala e não abria a boca, eu nem era vista.

Aí se eu fosse fazer alguma pergunta eles olhavam assim como se fosse um alienígena: - como era estranho ela estar aqui. Eles olhavam a pergunta que eu fazia. Se era uma pergunta que eles julgavam pertinente, e gerava discussão, e aí, como ela perguntou, foi ela que perguntou? E aí eu comecei a me dar conta, porque muitas vezes eu não me dava por conta.

(38:21) Hoje eu posso analisar assim, a partir do teu convite, desta respectiva, fique mais claro: - como ela tá perguntando isso? Continuando esse tema do relacionamento, se tinha que fazer trabalho em grupo, eu não fazia trabalho com ninguém. Muitas vezes eu fazia trabalho com aqueles que nunca tinham grupo. Porque os grupos, eles se davam porque eles estudavam no colégio Anchieta, porque eles moravam no mesmo bairro morava na cidade baixa, moram no Bom fim. São as pessoas que se conhecem ou que, pelo menos pegam o mesmo ônibus. (39:04) - E aí eu ia pegar o meu T10. Não tinha muitos colegas que estudavam comigo, então os grupos se davam assim.

(39:12) Aí e muitas vezes eu olhava que eles olhavam e pensavam: Há ela não vai durar muito aqui, olha os exemplos que ela dá são pessoais. Quando você vai falar de diferença social, eu era um exemplo vivo! E aí eu fazia o convite, vamos discutir. E aí eles falavam conceitualmente diferença social. Pra que eu vou ficar só falando de diferença social se eu não vou falar de diferença racial também. Porque tá tudo atrelado.

(39:45). E aí eu trazia exemplos práticos e muitas vezes eles lançavam olhares de surpresa, olhares de desconforto, olhares de curiosidade. Sabe olhares assim que bá, eu não tô aqui pra ficar ouvindo DR (discutira a relação) ou terapia, sabe?

(40:10) E aí eu comecei a pensar; Eu vou ter que me dedicar, vou ter que estudar mais ainda porque eu vou ter que fazer meu trabalho sozinha. Então o que um grupo dava conta, eu tinha que dar conta sozinha porque eles não queriam fazer trabalhos comigo.

(40:24) Agora, eu vou começar a destacar os aspectos positivos deste contexto por que aí eu me obriguei a aprender a estudar, a correr porque daí enquanto meus colegas vão buscar conteúdo, eu estava correndo atrás do português pra aprender a escrever dentro da linguagem correta, dentro das normas cultas, né, melhorar a minha interpretação porque eu também fiquei em colégio estadual público, Bá, eu tinha as melhores notas.

Mas aqui não! Daí eu tive que correr atrás porque muitas vezes eu ia fazer uma prova eu não podia ter entendido o conteúdo da prova. Mas vinha assim com várias erros de português. Eu não me incomodava não, mas se eu sempre fui uma das melhores alunas, eu também tenho que me destacar. E aí então aprendi a correr atrás dos conteúdos e também a buscar relações com os professores.

(41:30) Sabe, dizia assim: olha tô tendo dificuldades mesmo, preciso de ajuda e eu to disposta a aprender. Eu estou tendo dificuldade com isso. Então, busquei a trabalhar esta questão. Porque muitas vezes pedi livros pra não precisar tirar Xerox, pedi os livros emprestado: Ho professor, eu não tenho como tirar Xerox desses livros, podes me emprestar?

Porque quando eu ingressei na universidade, eu não tinha computador. Eu não tinha acesso à internet. Muitas vezes eu vinha pra UFRGS de manhã pra fazer um trabalho e ficava o dia. Eu tinha que me programar uma semana pra tá aqui fazendo o meu trabalho porque aqui eu tinha acesso ao computador, porque tinha acesso à internet e eu não podia fazer o meu trabalho em casa.

E aí os professores não aceitam o trabalho escrito à mão porque a gente tá no mundo das tecnologias. Eu preciso de auxílio. (42:34). Então, foi tudo assim, a partir destas situações de dificuldades que eu comecei a trabalhar o que tinha de positivo nisso.

(42:45) E também acho muito importante mencionar que todo o momento eu tive apoio do meu pai e da minha mãe e de alguns familiares, tio e dessa minha prima naquela época, porque todo este contexto mexe muito com (silêncio) a relação com a gente mesmo e a relação que a gente tem com o mundo. Sabe?

Como se tivesse o tempo todo sendo obrigada a estar te abrindo, botar a tua cara. à tapa. Eu notava assim, que os colegas não tinham problemas de dizer: eu não tenho condições de ter um livro. (43:36) E pra mim, isso mexia. Sabe, mexia com o meu ego, sabe e daí, como é que vou pegar e dizer pra professora que eu não tenho condições de ter o tal livro, de fazer o trabalho.

Aí é colocar a cara a tapa mesmo e dizer, olha eu não tenho condições de ter tal livro, e eu preciso de ajuda porque na biblioteca estão todos locados tá todos os contatos. Sabe, de poder me impor assim. Estou dentro da universidade sou aluna e você tem uma responsabilidade como meu aprendizado. Então, eu preciso de amparo neste sentido.

(44:19) E aí, nem institucionalmente eu tinha noção da onde recorrer. Então acabava recorrendo aos professores, aos técnicos administrativos da instituição. Ter começado com uma bolsa trabalho sendo o diferencial. Porque ai eu comecei a estabelecer amizade com estas pessoas e elas viram o meu esforço pra poder estar aqui.

(44:45) Muitos técnicos se identificavam com a minha trajetória. Aí eles diziam: tu merece e eu vou te ajudar. Custeavam muitas vezes até material pra mim, passagens. Se tinha algum evento extra que ia rolar alguma verba pra aluno para estar ajudando, sei lá, alguma palestra pra estar recebendo algumas pessoa e tal, então eu iam pleiteando neste sentido.

(45:15) De positivo, o que eu gostaria de destacar, é o processo de amadurecimento que eu tive enquanto pessoa, enquanto acadêmica. De chegar e me sentir como acadêmica, então as coisas não são separadas. É que a pessoa vai estudando e vai se constituído não nesse processo de modo total né, e trabalhar muito assim o empoderamento. Porque quando, aí eu não sei também talvez eu tenha tido sorte, mas eu recebi poucos *não* e isso, me impulsionou, trabalhou minha autoestima.

(45:55) Porque quando eu pedia uma coisa, um colega ou um outra pessoa, ela me dizia, não vai atrás, fala com aquela pessoa, que ela é assim, assado, e vai poder te ajudar. Aí eu fui estabelecendo estas redes de contato, porque alguns diziam: tem a Fulana...me indicavam muitas vezes como bolsistas ou alguma pessoa que estava terminando seu curso e queria doar o seu material, muitas vezes eu recebi dizendo eu quero os teus Xerox, eu quero os teus livros. E foi se dando desta forma, e o amadurecimento intelectual.

(46:00) De ter a noção de que tinha coisas que eu comecei a aprender, a discutir e a conhecer que nunca me passou pela cabeça, que um dia eu ia ter contato, e sobretudo que existiam. Pra mim era uma coisa assim, muito fora da realidade pensar que eu iria apresentar um trabalho em outra universidade ou até mesmo, já trazendo pro meu momento atual, projetar uma Pós-Graduação.

(47:09) Eu pensava: não eu quero me formar. Eu quero só me formar. Mas aí eu não tinha noção do que é o processo do resultado de uma formação. Pensava assim: nossa! eu vou me formar mas a minha formação vai repercutir pro resto da minha vida e não só na minha, mas na das pessoas porque tua acaba tendo a noção que tu é sempre espelho, que tem pessoas se espelhando em ti, positivo ou negativamente porque tem sempre pessoas se espelhando em ti porque tu está sempre na vitrine.

(47:35) Aí eu pensei assim, nossa e quando eu terminei o curso e aí, apresentei meu trabalho e a banca avaliou assim, com muito apreço o meu trabalho e indicou pra estar em outra instituição que é o Museu Nacional que faz parte a Universidade Federal do Rio de Janeiro, dentro da antropologia que tem uma referência internacional.

(48:00) Aí eu disse assim: tudo que eu passei valeu a pena! E valeu a pena ter ingressado pela política e valeu à pena toda a luta que os antepassados fizeram. Porque quando eu terminei, quando eu fiz o meu trabalho de conclusão, ele não necessariamente fala da política de cotas. Eu falo sobre religiões afro-brasileiras. Mas eu fiz o esforço de trabalhar o racismo porque eu pensei assim: bom, o que é ser negro e ter todas as referências dentro da minha cultura, dentro de um estado que se diz europeu?

(48:54) E eu pensei a partir da religião estas coisas. E aí eu fui e disse não, ele é um tema transversal o meu trabalho. Mas eu vou ter que mencionar isso de alguma forma. E foi na apresentação. E quando eu fiz a apresentação. Quando eu fiz a apresentação foi aí que eu contei a minha história, contei algumas coisas que eu vivi dentro da universidade, da alegria e do sentimento de empoderamento de estar chegando ao final do curso com um trabalho que a gente se enxergue e tenha orgulho de ter feito. Porque eu tô falando não só por mim, mas eu to falando pelos meus pares. Então eu acho sei o que tem de mais positivo é isso, e o apoio de meus familiares e amigos

18.1 (49:43) A PARTIR DA TUA EXPERIÊNCIA, COMO ACHAS QUE A UNIVERSIDADE PODE MELHOR ATENDER AS NECESSIDADES DOS COTISTAS, ESPECIALMENTE OS COTISTAS NEGROS?

ENTREVISTANDA: (49:56) Bá! uma pergunta difícil ampla e que eu sozinha não consigo dar conta. Mas... assim, acho que eu posso falar a partir daquilo que eu vivi né? (ela pede para rever a pergunta) Acho que a universidade já começa pelo principio que institucionalmente a universidade não se organizou pra isso. 5012 Então, a gente entra aqui como se tivesse num tiroteio. Sabe, tu tenta dar conta das balas, tu tenta da conta sabe, de várias coisas e tu nunca consegue te pensar dentro da instituição.

(50:41) Porque tu tem que ir pra aula, tu tem que estudar, tu tem que trabalhar, tu tem as tuas coisas da vida e aí, tu tá vivendo. Tu tá sofrendo preconceito, tá tendo dificuldade de acesso e tu não sabe até onde vai pra poder compartilhar isso, pra dizer olha estou tendo dificuldade. E dentro da estrutura da universidade tu não tem uma referência pra isso.

(51:04) Então a universidade tem que se preparar institucionalmente para a política. E aí com este preparo ela vai estar atuando na permanência. Porque não adianta ter a política sendo que a universidade não se prepara pra ela. Então logo ela vai ter todos os elementos pra dizer: não dá certo. Então ela personaliza nos cotistas as dificuldades deles continuarem ali e se isenta do seu compromisso.

(51:37) Ela encarar de frente e dizer temos políticas de ações afirmativas sim, temos políticas de cotas porque a gente entende que é um público que necessita deste tipo de programa, que é um público que não tá aqui dentro, não compartilha deste ambiente acadêmico e se preparar pra isso.

Porque a universidade aceitou mas ela não se posiciona, ela resiste, e ela tá usufruindo dos benefícios que este Programa oferece institucionalmente mas os cotistas aí é se vira é cada um por si.

(52:23) Uma outra questão que eu acho que também passa por isso né, a própria forma que o programa está organizado. Tu não consegue ter um sentimento de grupo porque sempre se dá de uma forma de que se tu não tem isso resolvido, tu acaba tendo vergonha de ser cotista. (5239)

Tu não pode chegar para uma um colega e dizer assim: há tu também entrou pelos sistema de cotas? E aí a outra pessoa diz, não, eu entrei na UFRGS. Ela não vai chegar e dizer, há, eu entrei pelo sistema de cotas. Porque? porque daí é feio, tu é burro, tu não tem o mérito de estar aqui, sabe? E aí então, se dá pela forma de ingresso.

19 NA TUA CAMINHADA NA UFRGS, TU CONHECESTE UM PROGRAMA QUE ACOMPANHASSE ESPECIFICAMENTE OS ALUNOS COTISTAS DENTRO DA UNIVERSIDADE?

ENTREVISTANDA: (53:13) Programa, programa não. Ações, algumas ações isoladas. Por exemplo, o departamento que eu trabalhei como bolsista de iniciação o DEDS, ele tem várias ações. (5339) mas se eu for pensar assim, bom, este departamento é um. Eu posso falar aqui do Instituto IFCH, (Instituto de Filosofia da UFRGS) ao qual eu pertenco, nunca vi. Na Reitoria, nunca vi. Enquanto Reitoria, o que pode ter tido é uma palestra, algo assim, mas alguma ação prática assim que eu vi, foi só o DEDS.

(53:56) Então assim eu acho que é trabalhar com esta questão assim de valorizar. Cotas sim, sou cotista sim e daí, qual é o problema? Vamos enfrentar, vamos respeitar este programa vamos respeitar as pessoas, vamos valorizar porque muitas vezes a gente dá muita importância pro conhecimento acadêmico, e o conhecimento acadêmico passa pela diversidade, e aonde há diversidade, ela enriquece. A gente não pode estar pensando que o diverso é legal, mas em um outro espaço, não na universidade. Não, a diversidade tem que tá aqui. Tem que está interagindo

20 (54:40) QUAL O CONSELHO QUE TU DARIA PROS COTISTAS NEGROS QUE ESTÃO INGRESSANDO NA UFRGS AGORA?

ENTREVISTANDA: (55:00) Posso talvez resumir numa palavra: **AFIRMEM-SE!**. Afirmem-se que são cotistas, tenham orgulho de serem cotistas. Vão atrás da história das políticas de cotas, compartilhem porque eu penso assim, quando eu sei assim, quando eu entrei no Fórum, aí foi um canal. Vou compartilhar isso, vou buscar

entender, vou buscar estudar e quando eu pude participar ali do projeto de avaliação e poder redigir um documento acadêmico. Pra isso eu pensei, outras pessoas tinham que estar aqui redigindo este documento comigo. Em 2008 entrou tanta gente, como é que só eu e meia dúzia estamos aqui?

(55:50) Então eu digo: afirmem-se não tenham vergonha de serem cotistas, e vão atrás. Vão atrás para que a política permaneça e melhore porque a gente não pode pensar só: há eu entrei agora o resto que se dane, que se vire. Não, eu estou pensando, projetando isso pro meu irmão, sobrinho, filho e que isso vai ser uma repercussão social Ela está tendo. Pode ser ainda pequena perto da proposta que o programa tem, mas já existe.

(56:30) Deve ter pessoas no ambiente acadêmico, pessoas formadas, pessoas graduadas, na Pós-Graduação e que a gente possa ter este espelhamento, de dizer poxa, no meu bairro, no meu posto tem um médico negro. Quem sabe que o meu filho olhe e diga: *Bá, olha só mãe, aquele médico que me atendeu legal, eu vou querer ser médico que nem ele!* Então, a gente tem que se motivar por estas coisas.

Obrigada!

ANEXO B - Carta da ex-aluna da UFRGS

Olá, Eliane, obrigada pelas informações que me chegam sobre as cotas da Pós-Graduação na UFRGS. Aproveito a oportunidade mais uma vez em falar sobre esta vitória tão importante que foi a aprovação das cotas em (2007, ingressando nós em 2008) para a nossa raça que vem com um histórico tão sofrido. Tenho ciência que a mesma ainda não atingiu a maioria de nós. Porém, estamos avançando e evoluindo. Esse ano completando 10 anos dessa conquista social. Ingressar na UFRGS era um sonho para mim, sempre quis estudar em numa universidade pública e dita de qualidade. Lembro que na minha infância e adolescência, a UFRGS era sinônimo de status social, apenas pessoas com dinheiro nela ingressavam. O pobre com muita dificuldade conseguia conquistar meras vagas. A aprovação das cotas é uma questão de equidade. E com certeza, trouxe muitas melhorias a muitos de nós, e se Deus quiser irá perpetuar e um dia poderemos dizer: "agora sim podemos falar em igualdade".

O ingresso da UFRGS foi um marco na minha vida, sou do primeiro ano das cotas, creio que seja o ano dos guerreiros, pois muito estavam assustados e com medo do que viria ao conquistarem uma vaga na UFRGS. Havia muitos protestos racistas na época contrariando a decisão. Estávamos temerosos que professores fizessem distinção, assim como os demais colegas não-cotistas. Mesmo com toda a violência social e moral que estava previsto, eu quis arriscar.

Tive por sonho trazer para a minha família o primeiro diploma da UFRGS. Sou filha de pais adolescentes e criada pelos avós semi-alfabetizados com a aposentadoria de um salário mínimo e provinda da periferia de Porto Alegre (Lomba do Pinheiro - Vila Mapa). Estudei a vida toda em escola pública e não tenho vergonha em dizer que minha única alimentação diária era a merenda e o almoço servido no colégio. As minhas roupas eram doações das primas mais velhas ou através de tecidos comprados pela minha avó e costurados por ela mesma.

Perdi muitos amigos pelas drogas, violência, deficiência familiar. Esse foi o meu passado. E quem sobreviveu a tudo isso, sobreviver ao possível racismo na Universidade, não me desencorajou em momento algum, fiz disso um trampolim para dar continuidade em meus projetos, porque eu já tinha passado por situações piores que fora a dor do abandono em âmbito social.

Eu queria muito me formar e buscar um futuro melhor para a minha filha. Graças a todos os deuses, fui bem acolhida dentro dessa Universidade. Entramos numa turma grande de cotistas no Curso de Ciências Sociais, preenchemos todas as vagas - algo que não foi comum naquele ano de 2008, pois em vários cursos 'sobraram' vagas de cotistas que foram destinados aos alunos de escola pública.

Isso representou o medo que aflorava de represália na Universidade naquela época.

Precisei fazer um esforço sobre-humano para continuar e concluir meu curso. A palavra que me define nesse período foi **perseverança**. Filha pequena - 3 anos. Divórcio. Avó na UTI - e era ela que ficava com a minha filha para eu assistir as aulas. Óbito do meu avô. Óbito de um colega de aula - cotista negro - acidente de carro, o que me desestruturou muito o emocionalmente na reta final do curso.

Estudando, trabalhando e estagiando, enfim, os três turnos ocupados...

Final de semana, ou trabalhando, ou estudando... Entrando madrugadas a dentro para cumprir os prazos.

Trabalhava no Hospital Conceição - 6 horas com escala no final de semana.

Estagiava 4 horas na área contábil

Aula noturna todos os dias.

Filha para dar suporte emocional.

Avós que torciam por mim e faziam de tudo para que eu atingisse o meu objetivo, mesmo sem entenderem direito o que isso representava na prática - todo esse esforço, assim foi a minha graduação.

Vitória minha? Precisaria de muita arrogância para acreditar nisso. Vitória de todos que lutaram para a abertura das cotas, pois sem elas, nós não teríamos conseguido. Vitória da minha filha que mesmo tão pequena me auxiliou muito. Aos meus avós que sempre foram tão, mas tão incríveis tentando me proteger de todas as maneiras que poderiam... e infelizmente apenas a minha avó estava na minha formatura, e hoje, não está mais entre nós.

Vitória de todos os negros, nossos ancestrais que sofreram tanto e suportaram tudo, a ponto de estarmos aqui hoje continuando a luta e herdando deles, essa garra para sobreviver.

O dia da minha graduação... nossa... eu era só alegria!!!! Uma alegria alucinante e ensurdecedora

Sambei no Salão de Atos, contrariado e quebrando todos os ditos “protocolos da UFRGS”.

Contrariando (se o português estiver ruim, ou não fazendo sentido, pode me questionar... porque estou pensando e escrevendo com o coração, cujas lágrimas insistem em escorrer a cada palavra e muitas emoções invadem o meu ser nesse momento, na ânsia de tentar dizer o que não disse no dia da entrevista, pois não tinha amadurecimento e distanciamento sobre a importância das coisas e tudo que vivi na UFRGS...)

Comecei a trabalhar em um escritório de contabilidade, e como tudo na vida, trabalhava com muita determinação. Sempre fui correta e perfeccionista, e trabalhava com prazer pois fazia o que estudava e o que mais gostava.

Destaquei-me com a carreira de clientes que eu atendia. E recebi a proposta logo que me formei em ser a contadora interna da empresa que atuo até hoje. Isso foi mais uma vitória intensa provinda daquela abertura de portas que foram as cotas.

Não teria como me formar sem as cotas, não poderia pagar uma faculdade particular...

A empresa que estou trabalhando, expandiu seus negócios em SP, e optaram por transferir a contabilidade e matriz da empresa para lá. E, e logo me convidaram a vir para SP trabalhar. E também já iniciei a minha Pós-Graduação aqui!.

Então, hoje, aqui estou eu. Radiante e feliz, atuando na capital econômica do Brasil, o meu sonho contábil.

Sonho de uma contadora negra e ex-cotista da UFRGS.

Vejo que estou diferente da menina provinciana vinda da periferia, pois sinto que houve um empoderamento pessoal e social muito grande.

Minha filha estuda em colégio particular, graças à minha ascensão social, ela não precisará utilizar as cotas, e assim, terão mais oportunidade os novos negros que chegam das periferias, pois acredito que esse seja o propósito das cotas não?

Continuamos na luta

Obrigada. Beijão!

AS: EX- ALUNA COTISTA AUTORDECLARADA NEGRA DA UFRGS

ANEXO C - Portaria nº 01/2016 publicada no DO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACED - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO**

P O R T A R I A nº 01/2016

O COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e, em conformidade com decisão da Comissão de Pós-Graduação deste Programa,

D E S I G N A:

**Dra.. MARIA APARECIDA BERGAMASCHI
Dra. LILIANA MARIA PASSERINO
Dra. CARLA BEATRIZ MEINERZ
MS.VANESSA MAROCCO
MS.FERNANDA BRABO SOUSA
MS. ELIANE ALMEIDA DE SOUZA**

para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão das Ações Afirmativas de Ingresso no Programa Mestrado e Doutorado.

SALA DAS SESSÕES, 18 de janeiro de 2016.

Prof. Dr. Gilberto Icle,
Coordenador do PPGEDU

ANEXO D - Resolução nº 001/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 001/2016

Institui o sistema de reserva de vagas para ingresso nos cursos de mestrado e doutorado e dá outras providências.

O Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em sessão ordinária, no dia 31 de outubro de 2016, no uso de suas atribuições

RESOLVE

instituir um sistema de reserva de vagas para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas travestis e transexuais, para ingresso nos cursos de Mestrado e Doutorado.

I – DAS VAGAS

Artigo 1º - Do número de vagas definido para cada processo seletivo, fixado no respectivo edital dos cursos de Mestrado e Doutorado, no mínimo trinta por cento (30%) em cada nível de ensino serão reservadas para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas travestis e transexuais.

Parágrafo 1º - Do número total de vagas reservadas, preferencialmente, trinta e cinco por cento (35%) serão atribuídas para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os, vinte e cinco por cento (25%) para indígenas, dez por cento (10%) para quilombolas, vinte por cento (20%) para pessoas com deficiência e dez por cento (10%) para pessoas travestis e transexuais.

Parágrafo 2º - As vagas reservadas serão distribuídas entre as linhas de pesquisa do Programa conforme estabelecido em edital.

Parágrafo 3º - Cada linha de pesquisa deverá contemplar obrigatoriamente, no mínimo, uma (01) vaga a cada processo seletivo para candidatas/os autodeclaradas/os conforme o Artigo 1º.

Parágrafo 4º - Haverá, a cada processo seletivo, um sistema de alternância entre professores de cada linha na oferta de vagas para candidatas/os autodeclaradas/os conforme o Artigo 1º.

Parágrafo 5º - Sempre que a aplicação dos percentuais para o cálculo das vagas reservadas implicar resultado com decimais será adotado o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 2º - Em caso de inexistência, insuficiência ou não aprovação no processo seletivo de número de candidatas/os autodeclaradas/os previstos no Artigo 1º, as vagas serão redistribuídas para a ampla concorrência.

Artigo 3º - As/os candidatas/os indígenas e quilombolas terão isenção automática do pagamento da inscrição para o processo de seleção do PPGEduc. As/os demais candidatas/os poderão solicitar isenção de inscrição com base nas orientações específicas do PPGEduc referente à hipossuficiência econômica.

II – DA SELEÇÃO E DO INGRESSO

Artigo 4º - As etapas do processo seletivo serão as mesmas para todas/os as/os candidatas/os, guardadas as especificidades descritas abaixo.

Parágrafo 1º - A atribuição das notas nas etapas da prova escrita (Mestrado e Doutorado) será feita mantendo o anonimato da/os candidata/os, conforme o edital de seleção.

Parágrafo 2º - Para as/os candidatas/os que optarem pelo sistema de reserva de vagas de que trata essa resolução, todas as etapas terão caráter classificatório, de modo a garantir sua participação ao longo de todo o processo seletivo.

Parágrafo 3º - À nota final de cada candidata/o autodeclarada/o será acrescido, pela secretaria do Programa, dois vírgula zero (2,0) pontos.

Parágrafo 4º - As/os candidatas/os autodeclaradas/os que atingirem nota final superior às das/os candidatas/os da ampla concorrência de mesma linha e mesma/o orientadora/or, poderão ocupar as vagas de ampla concorrência, sendo a vaga reservada redistribuída para a/o candidata/o autodeclarada/o classificada/o da mesma linha e orientadora/or.

Parágrafo 5º - As/os candidatas/os em sistema de reserva de vagas concorrem entre si por linha de pesquisa e apenas para a vaga na qual se candidataram.

Parágrafo 6º - Aplicam-se às/aos candidatas/os do sistema de reserva de vagas todas as demais normas previstas em edital de seleção para os candidatos em ampla concorrência.

Artigo 5º - Em caso de desistência da/o candidata/o autodeclarada/o, a vaga será preenchida por outra/o candidata/o a que se aplica a reserva de vagas, seguindo a ordem de classificação, de acordo com o previsto no parágrafo 1º do Artigo 1º.

Artigo 6º - As/os candidatas/os indígenas e quilombolas terão parte do processo seletivo diferenciado para os cursos de Mestrado e Doutorado, ficando dispensadas/os da prova escrita. Em seu lugar, deverão entregar memorial descritivo que apresente sua trajetória de vida e percurso acadêmico, suas motivações para ingresso no PPGEduc, a contribuição que seu ingresso trará para a comunidade de origem e uma reflexão teórico-metodológica sobre a pesquisa que pretende desenvolver.

Parágrafo único - Para efeitos de média final, a nota do memorial descritivo da primeira etapa será considerada também na segunda etapa do processo seletivo.

Artigo 7º - As/os candidatas/os travestis e transexuais poderão indicar seu nome social no campo previsto na inscrição do processo seletivo.

Artigo 8º - As/os candidatas/os com deficiência deverão registrar no requerimento de inscrição eventuais solicitações de acessibilidade durante o processo de seleção.

Artigo 9º - As/os candidatas/os surdas/os poderão optar por realizar prova escrita ou por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e deverão registrar sua opção no requerimento de inscrição.

Artigo 10º - No momento da inscrição, a/o candidata/o deverá assinalar o segmento pelo qual pretende concorrer à reserva de vagas, conforme Artigo 1º desta resolução.

Artigo 11 – As/os candidatas/os inscritas/os para a reserva de vagas deverão redigir e assinar uma autodeclaração junto ao requerimento de inscrição no processo seletivo.

Parágrafo único – No caso das/os candidatas/os indígenas e quilombolas, também serão aceitas declaração das lideranças de suas comunidades.

III - DA PERMANÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

Artigo 12 – As/os candidatas/os autodeclaradas/os aprovadas/os no processo seletivo terão prioridade para a distribuição de bolsas de estudo, seguindo-se os critérios definidos pela comissão de bolsas do PPGEduc conforme edital próprio.

Parágrafo único – O sistema de reserva de vagas não garante bolsa de estudo para as/os selecionadas/os.

Artigo 13 - Serão aplicadas às/aos estudantes autodeclaradas/os as mesmas normas regimentais em vigor para as/os demais discentes do PPGEduc.

Artigo 14 - A Coordenação tomará iniciativas com a finalidade de fomentar a permanência das/os estudantes admitidas/os pelo sistema de reserva de vagas, realizando acompanhamento contínuo de suas atividades no Programa, através da criação de uma comissão de acompanhamento.

Parágrafo 1º - A Comissão de Acompanhamento de Ações Afirmativas será criada por resolução específica aprovada em reunião do Conselho do PPGEduc e contará com representação docente e discente.

Parágrafo 2º - Caberá à Comissão de Acompanhamento de Ações Afirmativas com a coordenação do programa tomar as iniciativas práticas de acesso, mobilidade e comunicação em conjunto com o núcleo de acessibilidade e inclusão Incluir/UFRGS, com outros Programas de Pós-Graduação da UFRGS e demais instâncias cabíveis.

Parágrafo 3º - Caberá também à Comissão de Acompanhamento de Ações Afirmativas solicitar recursos físicos e humanos necessários.

Artigo 15 - A Comissão de Ações Afirmativas do PPGEduc contribuirá ativamente na divulgação do Edital de Seleção, no acompanhamento das etapas do processo seletivo e no apoio à coordenação para as medidas cabíveis à consecução desta Resolução.

IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 16 - Os casos envolvendo dolo na autodeclaração e comprovação da identidade das/os candidatas/os inscritas/os para a reserva de vagas serão encaminhados para análise da Comissão de Ações Afirmativas do PPGEduc e à COMPÓS.

Artigo 17 - O sistema de reserva de vagas deverá ser apreciado anualmente pelo Conselho do PPGEduc quanto à implementação e possibilidade de ampliação das vagas, em consonância com as condições de acompanhamento das/os aprovadas/os e das estruturas políticas e institucionais.

Artigo 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela COMPÓS.

Artigo 19 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

Porto Alegre, 31 de outubro de 2016.

Aprovada em sessão ordinária do Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS de 31 de outubro de 2016.

ANEXO F - Carta Dona Isabel Senhorinha

DONA ISABEL SENHORINHA

Esta tarde estive a pensar numa das histórias que quero contar e ainda não achei o modo de começar. Não sei se comece com a Dona Isabel Senhorinha na sua arrecadação por debaixo do seu quarto, duas semanas depois que se casou ou se olhando para o pátio do alpendre interior da casa ou se respirando baixinho usando só a metade de cada pulmão. Também podia ser uma maneira de começar quando ela se abalou até à casa da pastora que na verdade é uma laje de granito composta com outras pedras e lousas por cima. Só tem uma porta com o ferrolho de madeira. Não descobri como se começa uma história daquelas se pelo fim, se pelo princípio, se pelo meio ou se, sem começar, ir contando como ela veio da raia andaluza para se casar com o Alberto e se viu numa casa grande com enormes lojas por debaixo onde se guardava de tudo. Até muitas lamparinas velhas. Havia sempre gente um pouco por todo o lado, na cozinhas pelos quartos e pátios. Era bom porque lhe trazia calma e ela não sabia explicar porquê. O vestido preto e o xaile bordado do casamento ainda estavam dependurados para arejar e serem perfumados com alfazema antes de serem recolhidos no armário de castanho. O alpendre estava semeado de vasos de sardinheiras de todas as cores mas todas as cores eram berrantes, chocantemente aos berros de tanta força. Só uma branquinha se destacava num canto, solitariamente, branca, branca. Havia ouvido dizer na cozinha que o senhor tinha ido à procura da Mariana e que ele não ia nunca deixar de lá ir vê-la aos montes e que Mariana o ia receber com montes e ventos como se nada tivesse acontecido. Alberto gostava mesmo daquela mulher e nunca se perguntou porquê porque não precisava. A Mariana andava com as cabras na serra e por isso lhe diziam que era pastora. Para ela era indiferente se isso era nome, adjectivo, profissão, pergunta ou afirmação. Afinal ela sabia que amanhã, de novo, iria com as cabritas e bodes para um mais um dia de subir e descer os barrocos e as pedras da Serra Amarela. Alberto enamorado de amor macho e egoísta a prendera nos braços e em cima da palha espalhou a capa. Depois aparecia sempre que lhe queria sentir as coxas em redor das coxas dele. Não sabia Dona Isabel Senhorinha que com os homens não era a mesma coisa. Ela nunca imaginara conhecer um outro homem que se achegasse tanto assim a ela. Por isso a conversa da cozinha a deixou pensando sobre a Mariana. Passou a escutar com atenção sinais, lábios e silêncios e um dia apurada a direcção do caminho saiu de casa. É preciso dizer que ela estava com medo, com medo apenas de não encontrar Mariana no monte. Mas sim, ela estava por lá, sentada numa pedra a pensar em nada. Só parecia estar sentada. Tu és a Mariana. Trago-te aqui uns saiotes lavados, uns lençóis e uns vestidos. Ela levantou os olhos e viu um monte de panos lavados e brancos estendidos para ela. A primeira coisa que pensou foi em agradecer mas quis a fortuna que esperasse um momento. Não quero que o meu homem se deite contigo sem teres um lençol lavado para pores em cima da cama. Qual cama? A palha? Que seja a palha mas não quero que o meu homem se deite contigo sem teres lençóis e saiotes bordados e limpos. Voltou-se logo porque a Mariana estava quase para lhe dizer alguma coisa que ela não queria ouvir. Adivinhava que

a mulher agradecia muito mais a roupa lavada e branca que outra palavra qualquer de aparente resignação. Uma e outra respiraram baixinho e sem deixar entrar muito ar de cada vez nos pulmões. Como se não quisessem que se percebesse quanto os corações batiam. Era noite escura e hora de chegar a casa, lavar os pés, lançar um olhar de dono e ir jantar. Mas um silvo agudo de pássaro apertou-lhe as têmporas dolorosamente. Chegou à rua. Na calçada da porta estava uma lamparina de azeite acesa. E depois outra passada, dois passos; depois outra passada dois passos; passado dois passos outra e outra e outra e a ponte que passava por cima do rio Unhais tinha uma lamparina cada dois passos que dava. Todas de azeite e todas acesas. Que desvario, que silêncio de silvos, que pesadelo era aquele? Mais dois passos e lá estava outra lamparina acesa e de passo em passo subiu as escadas de casa abriu a porta, subiu o alpendre passou por todas as sardinheiras alumadas por lamparinas de azeite acesas, incluindo a branquinha que assim ficou amarela, até que esbarrou na porta do quarto de dormir. Silêncio. E depois o berro:

- Mulher o que fizeste?
- É só para te alumiar o caminho de casa.

Respirou baixinho com metade dos pulmões e sentiu estremecer o soalho quando ele saiu. A Mariana foi-se lavar na levada do rio. Lavou-se toda e vestiu um dos saíotes brancos bordados e pôs um vestido todo ele lavado e enxuto em cima das torgas de zimbro. Seguiu o caminho da vila e ficou-se a olhar. Alberto tinha-se enforcado na loja debaixo do seu quarto de dormir naquela noite. Todas as lamparinas arderam o azeite até ao fim. De vergonha. No olhar dela se encantou e quedou um menino, bisneto de Alberto e Dona Isabel Senhorinha que foi quem me contou esta história.

Autoria de Tereza Cunha.